



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

JOSIVALDO ALVES DA SILVA

**COOPERATIVISMO NO TOCANTINS:
UMA ANÁLISE DA PRÁTICA DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS NAS
COOPERATIVAS FILIADAS À OCB/TO**

**Palmas, TO
2023**

Josivaldo Alves da Silva

**Cooperativismo no Tocantins:
Uma análise da prática dos princípios cooperativistas nas cooperativas
filiadas à OCB/TO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Airton Cardoso Caçado

**Palmas, TO
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586c Silva, Josivaldo Alves Da.

Cooperativismo no Tocantins: Uma análise da prática dos princípios cooperativistas nas cooperativas filiadas à OCB/TO. / Josivaldo Alves Da Silva. – Palmas, TO, 2023.

183 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Desenvolvimento Regional, 2023.

Orientador: Airton Cardoso Cançado

1. Cooperativismo. 2. Cooperativismo no Tocantins. 3. Princípios cooperativistas. 4. Desenvolvimento Regional. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Josivaldo Alves da Silva

Cooperativismo no Tocantins: uma análise da prática dos princípios cooperativistas nas cooperativas filiadas à OCB/TO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Foi avaliada para a obtenção do título de Doutor Em Desenvolvimento Regional e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 15 / 02 / 2023

Banca Examinadora

Avançado

Prof. Dr. Cleiton Silva Ferreira Milagres (PPGDR/UFT)

Avançado

Prof. Dr. Jeová Torres Silva Júnior (UFCA)

Avançado

Prof. Dr. Naldeir dos Santos Vieira (UFVJM)

Avançado

Profa. Dra. Roseni Aparecida de Moura (UFNT)

Ao meu saudoso pai, exemplo de honestidade, humildade e respeito ao próximo, Donato Pinto da Silva (in memoriam).

À minha mãe, exemplo de fé, amor aos filhos, liderança e sabedoria, Maria do Carmo Alves de Oliveira.

À minha avó, exemplo de mulher de coragem e superação, Inês Alves de Oliveira (in memoriam).

À minha esposa, meu amor e companheira de lutas, Maria Lúcia Tavares Borges da Silva, obrigado pelo carinho e incentivo, principalmente nas horas mais difíceis.

À meu filho, meu amigo de todas as horas, autêntico vascaíno para o meu orgulho, Marcus Vinícius Tavares Borges da Silva.

À minha filha, minha melhor amiga, apoiadora e incentivadora, companheira de caminhada para a UFT, no primeiro ano de doutorado em 2019, Laríssa Tavares Borges da Silva.

À meu netinho, a mais recente paixão da minha vida, Victor Fernandes Tavares, veio em 2020, no meu segundo ano de doutorado.

À meu amigo, meu incentivador desde os tempos de graduação, Aurélio Lopes Brito. Um exemplo de pessoa que torce pelo sucesso dos amigos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por sua maravilhosa bondade, por dar-me vida, saúde e motivação para a conclusão desse trabalho. Agradeço também meu orientador, professor Dr. Airton Cardoso Cançado, além de ter me orientado neste trabalho de forma segura e com muito bom senso, me permitiu várias oportunidades para compartilhar experiências com pesquisadores em cooperativismo, meu muito obrigado pelas palavras de incentivo, feedback, encontros e reuniões, onde debatemos o destino dessa pesquisa.

Agradeço aos professores, Dr. Alex Pizzio da Silva, Dr^a. Mônica Aparecida da Rocha Silva, Dra. Reijane Pinheiro da Silva e Dr. Valdecy Rodrigues que de maneira brilhante conduziram as relações dialógicas de ensino e aprendizagem proporcionando-me autoconfiança para a realização desse trabalho. Assim como os professores, Dra. Roseni Aparecida de Moura (UFT), Dr. Naldeir dos Santos Vieira (UFVJM) e Dr. Jeová Torres Silva Júnior (UFCA), por terem feito considerações, durante o exame de qualificação, que muito contribuíram para o resultado desta pesquisa.

Agradeço especialmente meus colegas de Doutorado/2019, Alessandra Ruita Santos Czapski, Fernando Silva Lima, Michelle Matilde Semiguen Lima Trombini Duarte, Mariane Freiesleben e Jeann Bruno Ferreira da Silva, pelo produtivo convívio acadêmico. Assim como meus professores, professoras e coordenadores de curso que fazem parte do time Unitins Câmpus Dianópolis, pelo incentivo e solidariedade no período da minha preparação para a aprovação no doutorado. De forma especial, os professores Deivison de Castro e Wander Alberto, a Cláudia Rodrigues Costa de Carvalho, minha coordenadora desde 2015, e a Professora Beatriz Cilene Mafra Neves, coordenadora do Curso de Direito, muitíssimo obrigado pela generosidade, gratidão pelo apoio e incentivo durante a jornada do meu doutoramento. Por fim, agradeço a Michele Silva Costa Sousa, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, pela atenção e profissionalismo.

RESUMO

O objetivo geral desta tese é analisar a prática dos princípios cooperativistas nas cooperativas filiadas à OCB/TO, em junho de 2022. Os objetivos específicos foram identificar os caminhos adotados pelas cooperativas no gerenciamento dos processos administrativos e operacionais orientados pelos princípios cooperativistas; averiguar as medidas adotadas pelas cooperativas nos processos de gerenciamento internos orientados pelos princípios cooperativistas; examinar as relações das cooperativas com os associados, parceiros e comunidade orientadas pelos princípios cooperativistas; e, comparar os critérios administrativos das cooperativas à aplicação dos princípios cooperativistas. A pesquisa foi realizada a partir do paradigma interpretativo. Quanto aos fins, é exploratória, descritiva e explicativa. No que se refere aos meios de investigação, tem o caráter bibliográfico, documental e de campo. Os métodos empregados foram qualitativos e quantitativos. No método de caráter interpretativo se utilizou do método da Análise de Conteúdo. A pesquisa foi executada em sete de 34 cooperativas registradas na OCB/TO, em junho de 2022. A escolha destas cooperativas deu-se pela acessibilidade aos dirigentes e por considerar que estão situadas em ambientes que exigem o gerenciamento dos processos administrativos e operacionais orientados pelos princípios cooperativistas, tanto nas relações com os associados e funcionários, quanto nas parcerias com outras cooperativas e a comunidade. Os sujeitos participantes da pesquisa foram sete dirigentes e 120 cooperados, tendo sido utilizada amostragem por acessibilidade, não probabilística. A coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro semiestruturado, com 23 questões (uma fechada e 22 abertas), aplicado aos dirigentes das cooperativas. As entrevistas foram realizadas por e-mail, videoconferência e presencialmente. Como complemento da pesquisa, foi aplicado aos cooperados um questionário estruturado com 22 questões (21 fechadas e uma aberta), aplicado por meio de formulário online. Os endereços de e-mail, assim como o número de telefones dos cooperados, foram fornecidos pelos dirigentes das cooperativas. As coletas ocorreram entre os meses de janeiro e junho de 2022. As análises dos dados primários e secundários foram feitas a partir da aplicação dos métodos qualitativo-interpretativo e análise de conteúdo. Os principais resultados indicam que os dirigentes conhecem e tem a devida consciência da importância da aplicação dos princípios cooperativistas como instrumentos doutrinários, orientadores e norteadores dos objetivos, metas e ações. Contudo, a maior parte das cooperativas não executa as ações orientadas pelos princípios universais do cooperativismo. Com relação aos cooperados, aproximadamente de 80% conhecem e acompanham as ações que as cooperativas executam relacionadas às aplicações do primeiro ao quinto princípio. Por outro lado, 50% afirmaram que não conhecem as parcerias, projetos e ações relacionados à aplicação dos princípios da intercooperação e da preocupação com a comunidade. Esse resultado permite concluir que a aplicação de todos os princípios cooperativistas em uma sociedade cooperativa são processos de grande complexidade. Por vezes, a não aplicação na forma que a Aliança Cooperativa Internacional determina, as fragilidades internas das cooperativas são manifestadas no seu desempenho no mercado.

Palavras-chaves: Cooperativismo. Cooperativismo no Tocantins. Princípios cooperativistas. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

The general objective of this thesis is to analyze the practice of cooperative principles in cooperatives affiliated to OCB/TO in June 2022. Specific objectives were to identify the paths adopted by cooperatives in the management of administrative and operational processes guided by cooperative principles; to investigate the measures adopted by cooperatives in internal management processes guided by cooperative principles; to examine the relations of cooperatives with members, partners, and community guided by cooperative principles; and to compare the administrative criteria of cooperatives with the application of cooperative principles. The research was carried out from the interpretative paradigm. As for the purposes, it is exploratory, descriptive and explanatory. With regard to the means of research, it has a bibliographic, documentary and field character. The methods used were qualitative and quantitative. In the interpretative method, the Content Analysis method was used. The survey was carried out in seven of 34 cooperatives registered with OCB/TO in June 2022. The choice of these cooperatives was due to the accessibility of the leaders and considering that they are located in environments that require the management of administrative and operational processes guided by cooperative principles, both in relations with members and employees, and in partnerships with other cooperatives and the community. Subjects participating in the research were seven leaders and 120 cooperative members, and nonprobabilistic accessibility sampling was used. Data collection was carried out through a semi-structured script, with 23 questions (one closed and 22 open), applied to the leaders of the cooperatives. The interviews were conducted by email, videoconference, and in person. As a complement to the research, a questionnaire was applied to the cooperative members, structuring 22 questions (21 closed and one open), applied through an online form. Email addresses and telephone numbers of cooperative members were provided by cooperative leaders. The collections took place between the months of January and June 2022. The analyses of the primary and secondary data were made from the application of qualitative-interpretative methods and content analysis. The main results indicate that leaders know and are well aware of the importance of applying cooperative principles as doctrinal instruments, guiding and guiding the objectives, goals, and actions. However, most cooperatives do not execute the actions guided by the universal principles of cooperativism. Regarding cooperative members, approximately 80% know and follow the actions that cooperatives carry out related to the applications from the first to the fifth principle. On the other hand, 50% said they do not know the partnerships, projects and actions related to the application of the principles of inter-cooperation and concern for the community. This result allows us to conclude that the application of all cooperative principles in a cooperative society are processes of great complexity. Sometimes, the non-application in the form that the International Cooperative Alliance determines, the internal weaknesses of cooperatives are manifested in their performance in the market.

Keywords: Cooperativism. Cooperativism in Tocantins. Cooperative principles. Regional development.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1- Mapa de localização das cooperativas tocantinenses nos municípios e regiões.....	26
Figura 2- Atuaisramos do cooperativismo	50
Figura 3- Representação do sistema cooperativo brasileiro	51
Figura 4- Representação do sistema cooperativo tocantinense	61
Figura 5 - Pirâmide de Desenvolvimento Regional.....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cooperativas instaladas na Região Central	27
Quadro 2 - Cooperativas instaladas na Região Centro-Oeste.....	27
Quadro 3 - Cooperativas instaladas na Região Extremo-Norte.....	28
Quadro 4 - Cooperativas instaladas na Região Nordeste	28
Quadro 5 - Cooperativas instaladas na Região Noroeste	28
Quadro 6 - Cooperativas instaladas na Região Norte.....	28
Quadro 7 - Cooperativas instaladas na Região Sudeste	28
Quadro 8 - Cooperativas instaladas na Região Sudoeste	29
Quadro 9 - Cooperativas instaladas na Região Sul.....	29
Quadro 10–Os principais eventos do cooperativismo no Mundo.....	43
Quadro 11–Os principais eventos do cooperativismo no Brasil.....	53
Quadro 12 - Competências do profissional	64
Quadro 13 - Princípios previsto nos estatutos primitivos de Rochdale, em 1844.....	66
Quadro 14 - Os princípios cooperativistas homologados na primeira reformulação no Congresso de Paris, em 1937.....	69
Quadro 15 - Os princípios cooperativistas homologados na segunda reformulação no Congresso de Viena, em 1966.....	72
Quadro 16 - Os princípios cooperativistas homologados no Congresso da ACI, de Manchester, em 1995.....	80
Quadro 17 - Marcos relevantes de impulso ao Desenvolvimento Regional no Tocantins ...	101
Quadro 18 - Dirigentes das cooperativas que participaram da pesquisa	104
Quadro 19 - Categorias de análise de conteúdo da aplicação do princípio da Adesão voluntária e livre	144
Quadro 20 - Categorias de análise de conteúdo da aplicação do princípio da Gestão democrática.....	145
Quadro 21 - Categorias de análise de conteúdo da aplicação do princípio da Participação econômica dos sócios	146
Quadro 22 - Categorias de análise de conteúdo da aplicação do princípio da Autonomia e independência	147
Quadro 23 - Categorias de análise de conteúdo da aplicação do princípio da Educação, formação e informação	148
Quadro 24 - Categorias de análise de conteúdo da aplicação do princípio da Intercooperação	149
Quadro 25 - Categorias de análise de conteúdo da aplicação do princípio da Preocupação com a comunidade.....	150
Quadro 26 - Pontos fortes e fracos da aplicação dos princípios do cooperativismo	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade e representação das cooperativas registradas na OCB/TO.	25
Tabela 2 - Rede global de países com sistemas cooperativistas filiados a ACI.....	41
Tabela 3 - Dados sobre as cooperativas por ramo até 31/12/2021	54
Tabela 4 - Prodecer-I: Projeto-piloto Minas Gerais	89
Tabela 5 - Prodecer-II: Projeto-piloto Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia	89
Tabela 6 - Opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Adesão voluntária e livre	159
Tabela 7 - Opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Gestão democrática..	160
Tabela 8 - Opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Participação econômica dos sócios.....	161
Tabela 9 - Opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Autonomia e independência	161
Tabela 10 - Opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Educação, formação e informação	162
Tabela 11 - Opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Intercooperação.....	163
Tabela 12 - Opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Preocupação com a comunidade.....	164
Tabela 13 - Opinião dos cooperados sobre que poderia melhorar na cooperativa	164

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAACO	Organização Cooperativa Agrícola da Aliança Africana
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
Agrotins	Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Bird	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
CEAG	Centro de Apoio Gerencial
CECOOP	Conselho Estadual do Cooperativismo
CESE	Comitê Econômico e Social Europeu
CGA	Cooperativa Goiana de Agricultores
CIRIEC	Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre o Público, Social e Economia Cooperativa
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNC	Conselho Nacional de Cooperativismo
CNCOOP	Federação Nacional das Cooperativas
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COMBIPA	Cooperativa Mista Agropecuária do Bico do Papagaio Ltda
Consuni	Conselho Universitário
COPAC	Comitê para a Promoção e Avanço de Cooperativas
COOPEG	Cooperativa Agropecuária Fronteira da Amazônia Ltda
COOPERJAVA	Cooperativa Mista Rural do Vale do Javaés
COOPERNORTE	Cooperativa Agropecuária Tocantinense
COVALE	Cooperativa Agropecuária Vale do Tocantins Araguaia Ltda
DEAC	Departamento Estadual de Assistência ao Cooperativismo
DPI	Diretoria de Pesquisa e Informação
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
FACCOOP	Fundo de Apoio ao Cooperativismo
Fampe	Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas
FECOOP	Federação dos Sindicatos das Cooperativas
FRENCOOP	Frente Parlamentar do Cooperativismo
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
IFTO	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JICA	Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional
JUCENTINS	Junta Comercial do Estado do Tocantins
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEI	Microempreendedor Individual
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PEAC	Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPGCom	Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PROCEDER	Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado
PRONAF	Programa Nacional de Arrendamento da Agricultura Familiar
SEAGRO	Secretaria da Agricultura do Estado do Tocantins
SEINF	Secretaria de Infraestrutura do Estado do Tocantins
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SETAS	Secretaria do Trabalho e Ação Social
SIREM	Sistema Nacional de Registro de Empresas
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Sudeco	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNITINS	Fundação Universidade do Tocantins
ZPE	Zona de Processamento da Exportação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Problema de Pesquisa.....	17
1.1.1	Hipótese	18
1.1.2	Delimitação de Escopo	19
1.1.3	Justificativa	19
1.2	Objetivos.....	21
1.2.1	Objetivo Geral	22
1.2.2	Objetivos Específicos	22
1.3	Metodologia	22
1.3.1	Metodologia da Pesquisa	23
1.3.2	Procedimentos Metodológicos.....	25
1.3.3	Etapas da Pesquisa e Estratégias de Coleta de Dados	29
1.3.4	Critérios de inclusão dos sujeitos participantes da pesquisa	31
1.4	Estrutura da Tese	32
2	COOPERATIVISMO	33
2.1	Origens e Evolução do Cooperativismo.....	36
2.2	Cooperativismo no Brasil.....	43
2.3	Cooperativismo no Tocantins	55
3	PRINCÍPIOS E VALORES COOPERATIVISTAS.....	65
3.1.1	As Alterações dos Princípios Cooperativistas nos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional.....	67
3.1.2	Os Atuais Princípios Cooperativistas	73
3.1.3	Adesão Voluntária e Livre.....	73
3.1.4	Gestão Democrática.....	74
3.1.5	Participação Econômica dos Sócios	75
3.1.6	Autonomia e Independência	76
3.1.7	Educação, Formação e Informação.....	77
3.1.8	Intercooperação.....	77
3.1.9	Preocupação com a Comunidade.....	78
4	DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	84
4.1	Aspectos Históricos do Desenvolvimento Regional no Brasil.....	87
4.2	Desenvolvimento Regional no Tocantins.....	91
4.3	As Interfaces do Cooperativismo com o Desenvolvimento Regional	102
5	RESULTADOS E ANÁLISES	104
5.1	Resultados da Pesquisa Semiestruturada Realizada com os Dirigentes das Cooperativas.....	104
5.2	Análises de Conteúdo da Pesquisa Realizada com os Dirigentes das Cooperativas.....	143
5.3	Análises Interpretativas do Conteúdo Extraídos das Falas dos Dirigentes Participantes da Pesquisa	151
5.4	Resultados da Pesquisa Estruturada Realizada com os Cooperados das Cooperativas.....	158
5.5	Análises dos Resultados da Pesquisa Realizada com os Dirigentes das Cooperativas.....	164

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
	REFERÊNCIAS	172
	APÊNDICE	182
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS: GRUPO 01, DIRIGENTES DAS COOPERATIVAS TOCANTINENSES.....	182
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO: GRUPO 02, COOPERADOS DAS COOPERATIVAS TOCANTINENSES.....	185

1 INTRODUÇÃO

O chamado cooperativismo moderno, enquanto movimento, surgiu formalmente no século XVIII, em Manchester, Inglaterra, na Revolução Industrial, evento que marcou a transição da sociedade rural para a industrial, a mudança do trabalho artesanal para assalariado. Assim, surge a primeira sociedade de ajuda mútua como oposição às relações do capital e do trabalho impostas pelo capitalismo industrial.

O sistema cooperativista consolida-se como uma nova estratégia de agrupamentos de pessoas que estabelece objetivos comuns, sustentados em princípios e valores orientadores para os trabalhadores não participarem do processo de alienação dos capitalistas industriais que visavam à utilização da mão de obra dos operários para acumulação de capitais (SCHNEIDER, 1999). Acompanhando a integração econômica provocada pela Revolução Industrial, o cooperativismo expandiu-se para outros continentes e países, chegando ao Brasil em 1889.

A constituição e o funcionamento das organizações cooperativas obedecem a uma estrutura administrativa, composta por um conselho de administração formado de associados eleitos em assembleia. As decisões em todas as instâncias da cooperativa devem ser orientadas pelos princípios universais do cooperativismo. Estes sendo os pilares universais que estabelecem as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas implementam os seus processos de planejamento e execução e levam à prática os seus valores e suas relações com a sociedade. Os valores do cooperativismo são os elementos doutrinários direcionadores, representados especialmente por fundamentos éticos primordiais para o cumprimento dos princípios cooperativistas. Adotados em todo o mundo, delimitados formalmente e enunciados como solidariedade, liberdade, democracia, equidade, igualdade, responsabilidade, transparência e responsabilidade socioambiental (Aliança Cooperativa Internacional; ACI, 2021). Na prática, os valores do cooperativismo representam a filosofia que as cooperativas defendem como primordial para o cumprimento dos princípios e o alcance dos objetivos.

Em 1995, por ocasião do Centenário da ACI, as cores do arco-íris foram adotadas como a marca universal do cooperativismo. Contudo, em abril de 2001, durante reunião realizada em Roma, Itália, o Conselho de Administração da ACI, deliberou sobre a substituição do tradicional do arco-íris pela bandeira da cor branca com o logotipo da ACI impresso no centro, do qual emergem pombas da paz, representando a unidade dos diversos membros da ACI (MEINEN e PORT, 2014; SISTEMA OCB/TO, 2021).

No Estado do Tocantins, as primeiras iniciativas cooperativistas surgem em Paranã e Tocantinópolis, em 1940, municípios que faziam parte, a época, da parte norte do Estado de Goiás. Tais iniciativas têm sua origem ligada ao processo de ocupação e expansão da fronteira agrícola goiana, inicialmente no Município de Rio Verde. Efetivamente, o processo de interiorização do cooperativismo goiano ocorreu a partir de 1980, principalmente no norte de Goiás, região que em 5 de outubro de 1988, passou a pertencer ao Estado do Tocantins (SILVA; CANÇADO; PACÍFICO FILHO, 2017; SISTEMA OCB/GO, 2021).

Dessa forma, a introdução do cooperativismo no Tocantins ocorreu simultaneamente à implantação do estado em janeiro 1989. Nesse período, os cooperativistas ainda estavam vinculados a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) de Goiás. Esses cooperativistas se mobilizaram e organizaram o 1º Seminário Tocantinense de Cooperativismo realizado em primeiro de setembro, na cidade de Miracema, capital provisória do Estado. Neste evento deliberou-se sobre a criação da OCB no Tocantins (SISTEMA OCB/TO, 2021). Gerando uma representação político-institucional devidamente aparelhada e organizada do cooperativismo tocantinense para atuar como um instrumento de apoio ao desenvolvimento regional.

Portanto, entender o papel do cooperativismo na dinâmica econômica do estado torna-se um fator bastante complexo, dado as inter-relações existentes dentro e entre diferentes regiões e sua importância para a coesão da economia local, regional e nacional. Assim, as sociedades cooperativas são organizações de natureza coletiva que devem ser administradas obedecendo aos princípios e valores universais que regem o cooperativismo.

1.1 Problema de Pesquisa

A aplicação de todos os princípios cooperativistas em uma sociedade cooperativa torna-se um fator de grande complexidade. Porém, o maior desafio dentro do sistema cooperativista é o baixo interesse dos associados de participar das assembleias deliberativas, das eleições aos cargos de direção e do conselho de administração da cooperativa (SCHNEIDER, 1999).

Esse fenômeno ocorre, principalmente, nas sociedades cooperativas em que os associados e dirigentes não dispõem de comportamentos e atitudes que favoreçam a prática dos princípios cooperativistas. Nesse aspecto, a sociedade cooperativa é um empreendimento coletivo em que as pessoas devem ter atitudes e comportamentos no dia a dia da organização e que favoreça a prática dos princípios cooperativistas, os quais são a base que orienta o funcionamento das cooperativas, sobretudo no que concerne a sua gestão (COUTO, 2014).

No caso do Tocantins existe uma diversificação de cooperativas. Algumas nasceram a partir de iniciativas de pessoas já adaptadas à cultura e ao ambiente dos negócios, peculiares

dos municípios que os associados fundadores adotaram como sede e campo de atuação. Outras cooperativas são oriundas de unidades da federação distintas que identificaram no solo tocantinense nichos de mercado para expandir suas operações (SISTEMA OCB/TO, 2021). Assim, essa diversificação das cooperativas pode influenciar nas formas e constância de aplicação dos princípios cooperativistas como guias orientadores para o funcionamento das cooperativas.

Nesse ambiente, podem ocorrer diferenças entre as cooperativas que nasceram no Tocantins e aquelas que o escolheram para explorar suas atividades fins, tanto no modo de gestão, quanto na aplicação dos princípios cooperativistas. Dessa forma, a aplicação dos princípios cooperativistas em todas as etapas de planejamento e processos de gestão da cooperativa pode trazer benefícios e vantagens aos associados. Para tanto, estabelecer o alinhamento dos processos de gestão aos princípios cooperativistas torna-se um dos grandes desafios para o conselho de administração e gestor de uma cooperativa contemplar nas suas decisões os interesses e opiniões de todos os cooperados.

Nesse sentido, existe uma desconexão entre a teoria e a prática dos princípios cooperativistas. Couto (2014), afirma que os administradores de empresas coletivas não podem se limitar aos princípios cooperativistas. Há exemplos de cooperativas não bem sucedidas devido a falta de eficiência e eficácia da aplicação de uma gestão administrativa e operacional e não devido a falta de conhecimento dos princípios cooperativistas por parte dos seus dirigentes.

Nota-se, então, uma lacuna que urge ser preenchida e este trabalho pretende contribuir neste sentido, levantando a seguinte questão: Em que medida os princípios cooperativistas orientam o gerenciamento dos processos administrativos e operacionais nas cooperativas filiadas ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Tocantins (SESCOOP-TO/OCB), tanto nas relações com os associados e funcionários, quanto nas parcerias com outras cooperativas e a comunidade?

1.1.1 Hipótese

A aplicação dos fundamentos doutrinários da educação cooperativista, voltados ao direcionamento das atividades e práticas cooperativas, tanto no planejamento, quanto no gerenciamento orientado pelos valores e princípios cooperativistas, contribui para a formação do indivíduo cooperativo, solidário, responsável e participativo, por consequência, a melhoria das relações com os associados e funcionários, além da ampliação das parcerias com outras cooperativas e a comunidade (SCHNEIDER, 1999).

Diante do exposto, parte-se da hipótese de que a utilização dos princípios cooperativistas como elementos direcionadores doutrinários, influencia no desempenho dos processos administrativos e operacionais das cooperativas, resultando no aumento da produtividade e na melhoria das relações com os associados. Defende-se que a aplicação dos princípios cooperativistas de forma efetiva contribui para as cooperativas melhorarem as capacidades produtivas e de geração de resultados econômicos.

1.1.2 Delimitação de Escopo

O escopo deste trabalho tem como diretriz metodológica a organização de todas as etapas necessárias para se chegar aos resultados esperados, iniciou-se pelo planejamento por meio da elaboração do projeto de pesquisa estruturado e sustentado nos objetivos e no rigor metodológico. Posto que esse tem por finalidade a realização de uma análise da prática dos princípios cooperativistas nas cooperativas que exploram suas atividades no Tocantins.

Cabe ressaltar que tanto no planejamento, quanto na execução, foram excluídos do universo de amostra da pesquisa associações de outra natureza, como cooperativas não formalizadas junto ao SESCOOP-TO/OCB, até junho de 2022, e pessoas não integrantes do quadro de associado dessas cooperativas. Os objetos de estudos foram cooperativas filiadas ao SESCOOP-TO/OCB, conforme determina o artigo 107 da Lei 5.764/71 e Medida Provisória no 1.781-7, de 11 de março de 1999. Participaram como sujeitos da pesquisa, os dirigentes e os cooperados das cooperativas, conforme lista fornecida pela superintendência SESCOOP-TO/OCB. A seleção das amostras obedeceu ao roteiro do mapa de localização geográfica com a distribuição das cooperativas nos municípios e regiões do estado. O produto final trata-se de uma tese, estruturada de acordo com as normas técnicas vigentes e o manual da UFT.

1.1.3 Justificativa

O motivo para produzir essa tese com o tema relacionado à aplicação dos princípios cooperativistas nas cooperativas tocantinenses, filiadas à OCB/TO, surgiu durante o período de Mestrado na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Na época houve a oportunidade de executar as primeiras pesquisas e apresentar um artigo científico intitulado “Os princípios cooperativistas, origem e evolução”, no III Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC), realizado entre os dias 20 e 22 de outubro de 2014, na UFT, Campus Palmas. Consequentemente foi realizada a produção da dissertação de conclusão de curso com o tema avaliação de políticas públicas estaduais para o cooperativismo no Tocantins, tudo isso proporcionou a realização de estudos de maior aprofundamento sobre o cooperativismo tocantinense.

Dessa forma, a participação em cursos, palestras, seminários, mesa redonda e *workshop* realizados pelo SESCOOP/TO e OCB e a produção e publicação de artigos científicos sobre cooperativismos com diversos enfoques temáticos, contribuiu para a formação de *networking* com pessoas ligadas a cooperativas e aproximação com pesquisadores da área, fatores preponderantes para o amadurecimento intelectual e direcionamento para os interesses de realização da pesquisa.

Destarte, o tema “a prática dos princípios cooperativistas” foi escolhido devido à sua importância na inserção e afirmação do cooperativismo como instrumento de desenvolvimento socioeconômico, que teve seu início nos séculos XVII e XVIII, na Inglaterra, com o surgimento das primeiras cooperativas. Desde então, os princípios cooperativistas formulados pelos precursores do cooperativismo têm sofrido alterações para adaptar as mudanças impostas pelo capitalismo (SCHNEIDER, 1999).

Nesse sentido, a prática dos princípios cooperativistas nas cooperativas tocantinenses é pouco estudada. Alguns pesquisadores identificaram elementos que não foram explorados em suas pesquisas e que podem ser respondidos neste trabalho. Ademais, Serpa (2020) sugere a execução de pesquisas voltadas para analisar as razões que se caracterizam como instrumentos impeditivos à participação dos cooperados nas assembleias gerais é a inconformidade no processo de divulgação e comunicação interna na relação da cooperativa com os cooperados.

Bertuol, Cançado e Souza (2012) recomendam pesquisas nas cooperativas tocantinenses com maior abrangência para identificar uma melhor percepção acerca da visão e entendimento dos cooperados sobre os princípios cooperativistas. Cançado, Souza e Pereira (2014) apontam alguns problemas relacionados à prática dos princípios cooperativistas em cooperativas de crédito do estado do Tocantins e recomendam novas pesquisas com as cooperativas que participaram de processos de fusão e incorporação.

Para tanto, fez-se necessário, então, entender com maior profundidade a aplicação dos princípios cooperativistas nas cooperativas tocantinenses, condutas essenciais para a interação dos processos gerenciais internos com as variáveis externas, como um fator crítico de sucesso para o alcance de padrões de competitividade e assim contribuir para o fortalecimento da economia local e regional. Ademais, salienta-se que os resultados dessa pesquisa, podem efetivamente corroborar a provocação de mudanças de comportamentos e atitudes dos membros do conselho de administração, gestores, colaboradores e cooperados das cooperativas tocantinenses para colocar em prática o devido alinhamento das estratégias de

negócio aos valores e princípios cooperativistas e assim aumentar a taxa de sobrevivência dessa modalidade de associação no Estado do Tocantins.

De tal forma que a aplicação dos princípios cooperativistas em todos os projetos e ações executados pela cooperativa permite um monitoramento e acompanhamento com maior profundidade por parte dos cooperados. Tanto nas deliberações das assembleias, quanto nas decisões do conselho de administração e da diretoria executiva, isso pode aumentar o equilíbrio e à sustentabilidade financeira da cooperativa, assim como a sobrevivência no mercado.

Assim, este estudo é de fundamental relevância acadêmica e social, pois a devida aplicação dos princípios cooperativistas fundamentados nos valores e na dignidade humana é a mola propulsora para a edificação dos pilares de sustentação de um modelo de gestão e governança das cooperativas, capaz de internalizar estratégias de sobrevivência em um ambiente cada vez mais competitivo e capitalista, cujos interesses individualistas sobrepõem aos objetivos sociais de ajuda mútua e igualdade de condições.

Entre os vários estudiosos desta área, pode-se destacar Schneider (1999) que faz uma abordagem descritiva sobre o legado dos pioneiros de Rochdale, que em 1844, formularam os primeiros princípios cooperativistas, assim como a constituição da ACI em 1895, que empreendeu na realização de congressos internacionais para discutir e deliberar as mudanças estruturais do cooperativismo, especificamente em 1937, 1966 e 1995.

Nesse sentido, essa tese pretende preencher uma lacuna teórica, alguns trabalhos acadêmicos, na modalidade dissertação, têm sido produzidos enfatizando o cooperativismo no Tocantins, como os de Bertuol (2012) e Serpa (2020) que descrevem a prática dos princípios cooperativistas na Cooperativa de Crédito Sicoob e o de Silva (2015) que analisa as políticas públicas estaduais de cooperativismos. Porém, tanto no Tocantins, quanto em outros estados da federação, nenhum trabalho científico na modalidade de tese foi produzido com o propósito de analisar a prática dos princípios cooperativistas em cooperativas filiadas ao SESCOOP-TO/OCB, abarcando o ramo agropecuário, crédito, transporte e trabalho, produção de bens e serviços.

1.2 Objetivos

Os objetivos deste trabalho tratam-se da delimitação do percurso da pesquisa, o elemento norteador utilizado como guia do desenvolvimento do estudo para não perder de vista os resultados pretendidos por meio da aplicação metodológica e dos procedimentos metodológicos utilizados como caminhos concretos da resposta do problema proposto. Nesse sentido, este trabalho estabelece os resultados esperados na pesquisa (AZEVEDO e

NOHARA, 2006; VERGARA, 2007). Assim, para um maior monitoramento das etapas da pesquisa dividiu-se o objetivo geral em quatro objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Essa pesquisa teve como objetivo analisar a prática dos princípios cooperativistas nas cooperativas filiadas à OCB/TO, até junho de 2022.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste trabalho foram formulados com o propósito de explicitar de forma detalhada os desdobramentos utilizados na pesquisa como os passos para atingir o objetivo geral (VERGARA, 2007).

Diante do exposto, os objetivos específicos são: (a) identificar os caminhos adotados pelas cooperativas no gerenciamento dos processos operacionais orientados pelos princípios cooperativistas; (b) averiguar as medidas adotadas pelas cooperativas nos processos de gerenciamento internos orientados pelos princípios cooperativistas; (c) examinar as relações das cooperativas com os associados, parceiros e comunidade orientadas pelos princípios cooperativistas; e, (d) comparar os critérios administrativos das cooperativas à aplicação dos princípios cooperativistas.

1.3 Metodologia

Esta seção apresenta-se a demarcação científica, os paradigmas, os fundamentos epistemológicos, os tipos e os métodos empregados, o recorte de estudo da pesquisa, assim como as estratégias de coletas e análise dos dados. Em face dessa demarcação, a pesquisa é a aplicação de um conjunto de ações de buscas de conhecimentos em determinadas áreas de atuação, uma vez que o seu objetivo fundamental é descobrir respostas para problemas mediante a aplicação de procedimentos científicos como um processo programado de produção de conhecimentos para compreensão de uma dada realidade a partir da identificação dos paradigmas epistemológicos que geralmente são definidos pela esfera do sensível conjunto de sensações.

Nesse aspecto, Kuhn (1997) define os paradigmas como teorias gerais compartilhadas entre os indivíduos de uma determinada comunidade científica que guiam áreas específicas da ciência normal. Trata-se de uma visão particular do mundo, ou seja, uma estrutura mental composta por metodologias, experiências e teorias utilizada para formação da realidade e seus acontecimentos no pensamento dos seres humanos.

Etimologicamente, a epistemologia é chamada de filosofia da ciência que investiga a crença e o conhecimento, procurando a natureza do saber científico e suas limitações. O conceito de epistemologia está diretamente relacionado ao estudo da filosofia, que a define

como uma ciência que analisa a forma de se tratar um problema advindo de um pressuposto filosófico específico (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2008).

Dessa forma, a ciência e a pesquisa social ajudam a constituir bases para tomadas de decisões políticas de maneira prática e desenvolvem um papel importante na vida cotidiana das pessoas quando o seu objetivo é atingido com o alcance dos resultados das investigações das teorias científicas. O desenvolvimento dessas teorias envolve um processo de testagem explícita das relações, exigindo a utilização de métodos de pesquisa social (FLICK, 2013).

1.3.1 Metodologia da Pesquisa

Analogicamente, na classificação da pesquisa social toma-se como base a taxionomia apresentada por Vergara (2007), que a qualifica em dois aspectos, os fins e os meios de investigação, ambos inscritos no paradigma interpretativo. Quanto aos fins, a pesquisa é exploratória, descritiva e explicativa.

Vergara (2007) recomenda que a investigação exploratória deva ser realizada na área na qual há pouco conhecimento acumulado, objetivando explorar cenários que ainda não descobertos. Assim, esta pesquisa tem o caráter exploratório porque, após análise preliminar, não se verificou a existência de estudos que abordem a prática dos princípios cooperativistas com amostragem de 20,58% das cooperativas filiadas ao SESCOOP-TO/OCB até junho de 2022, perspectiva pela qual o estudo tem a intenção de abordá-la. A amostragem foi realizada de forma intencional e por acessibilidade. Buscou-se, desta forma, a representação, tanto das maiores, quanto das menores e tradicionais filiadas ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Tocantins (SESCOOP-TO).

Ademais, a pesquisa descritiva analisa e relaciona os registros sem manipulá-los, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre e suas relações e conexões com os outros (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Aqui busca-se identificar as estratégias adotadas pelas cooperativas no processo de planejamento orientadas pelos princípios cooperativistas e averiguar as medidas tomadas pelas cooperativas no processo de gerenciamento dos processos internos orientados pelos princípios cooperativistas. Assim como investigar as estratégias adotadas pelas cooperativas nas relações com os associados e colaboradores orientadas pelos princípios cooperativistas.

Por fim, tem natureza explicativa porque pretende conhecer as estratégias adotadas pelas cooperativas nas parcerias com outras cooperativas e a comunidade, bem como correlacionar as boas práticas de gestão e de governança nas cooperativas com a aplicação dos princípios cooperativistas. A pesquisa explicativa tem como objetivo básico a identificação

dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um determinado fenômeno (VERGARA, 2007).

Já quanto aos meios de investigação, esta pesquisa configura-se como bibliográfica, documental e de campo. O caráter bibliográfico justifica-se devido ao levantamento e seleção das referências de circulação nacional e internacional publicadas em formato impresso e digital nas modalidades de artigos científicos, dissertações, livros clássicos e teses para a fundamentação teórica da tese. Tais referências abordam elementos teóricos que podem ser interpretados como conceitos e pressupostos preponderantes para descrever e explicar os paradigmas da pesquisa. Na prática, a pesquisa bibliográfica visa explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas, o primeiro passo do trabalho científico (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

O caráter documental advém do uso de documentos internos, como relatórios e atas de reuniões produzidas pelo Sistema OCB/TO e cooperativas objetos deste estudo. A pesquisa documental é o processo de investigação realizado por meio do acesso a documentos internos de órgãos públicos ou organizações privadas, de qualquer natureza, que ainda não foram publicados (VERGARA 2007).

Também se configura enquanto pesquisa de campo, porque coletou-se dados primários a partir da opinião dos dirigentes e cooperados das cooperativas que atuam no Tocantins. A pesquisa de campo tem a finalidade de observar o comportamento de indivíduos em seu comportamento natural, fatos e fenômenos da maneira como ocorrem na realidade por meio da coleta de dados (AZEVEDO e NOHARA, 2006; VERGARA, 2007).

No que concernem aos aspectos metodológicos, a pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa com ênfase na interpretação das variáveis que compõem os princípios cooperativistas. A pesquisa é qualitativa por analisar de forma interpretativa e com profundidade a opinião dos dirigentes e cooperados sobre a aplicação dos princípios cooperativistas nas cooperativas tocantinenses, estudando as suas particularidades e experiências individuais e coletivas. Enquanto é quantitativa por buscar a validação dos pressupostos, mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um número de casos representativos (VERGARA, 2007).

Na pesquisa qualitativa a teoria, a seleção de casos, a coleta e análise de dados e a generalização é o ponto final a ser desenvolvido no processo de investigação e ocorrem de forma intencional, aberta, interpretativa e de acordo com a fecundidade teórica (FLICK, 2013). Por consequência adotou-se o método análise de conteúdo possibilitando identificar nas falas dos sujeitos participantes da pesquisa, dirigentes e cooperados e das cooperativas,

elementos que caracterizam a devida aplicação ou não dos princípios cooperativistas pelas cooperativas.

Destarte, o método de análise de conteúdo é um conjunto de técnicas aplicadas na pesquisa visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção (BARDIN, 2021). Em síntese, as variáveis da pesquisa foram categorizadas por meio da fundamentação teórica dos atuais princípios cooperativistas, tais como adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e preocupação com a comunidade.

1.3.2 Procedimentos Metodológicos

Em termos práticos, os procedimentos metodológicos desta pesquisa são os aspectos operacionais delimitados nas cooperativas utilizadas como objetos de estudos e suas respectivas regiões geográficas de localização. De modo que a operacionalização da pesquisa ocorreu por meio da execução de um conjunto de ações subdivididas em etapas do percurso metodológico da coleta de dados secundários e primários.

Assim, a pesquisa foi executada nas cooperativas tradicionais devidamente registradas no SESCOOP-TO/OCB em junho de 2022. Nesta data o SESCOOP/TO/OCB contava com 34 cooperativas registradas, sendo duas do ramo Infraestrutura; oito do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços; nove do ramo Agropecuário; seis do ramo Saúde; três do ramo Crédito; quatro do ramo Transporte; e, duas do ramo Consumo.

Tabela 1 -Quantidade e representação das cooperativas registradas na OCB/TO.

Ramo da cooperativa	Quantidade	Porcentagem (%)
Agropecuário	09	24,47
Crédito	03	8,82
Consumo	02	5,88
Infraestrutura	02	5,88
Saúde	06	17,65
Transporte	04	11,77
Trabalho, produção de bens e serviços	08	23,53

Fonte: Adaptado de SESCOOP/TO/OCB (2022).

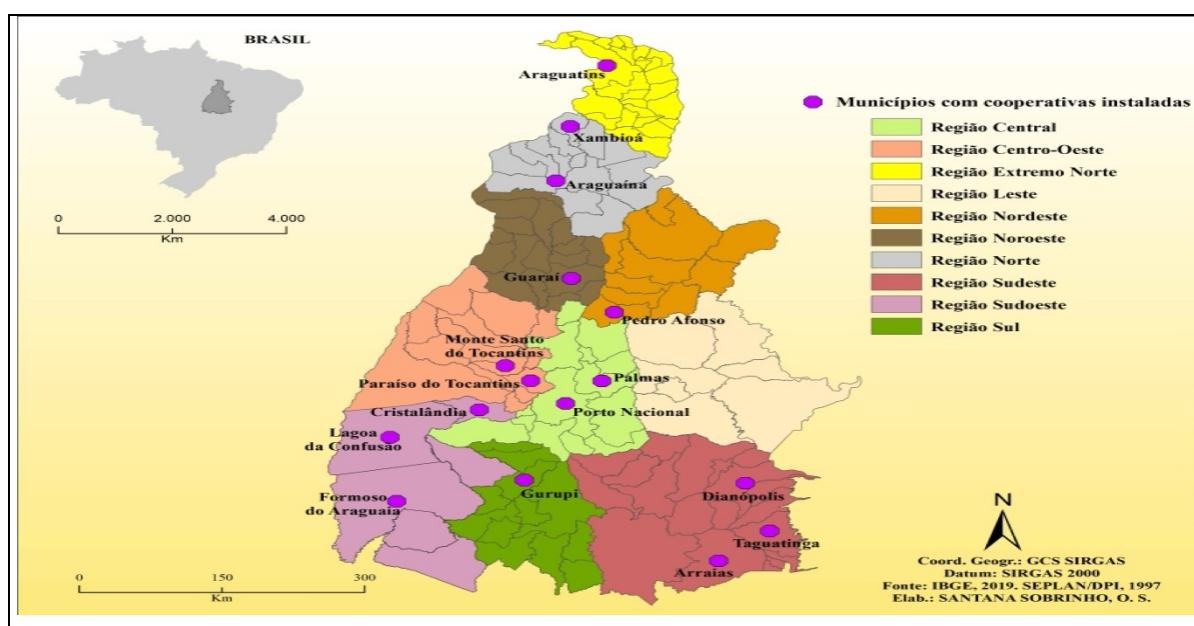
Cabe ressaltar que o percurso da pesquisa obedeceu à distribuição geográfica das respectivas regiões do estado nas quais as cooperativas registradas na OCB/TO estão instaladas. Portanto, adotou-se como parâmetro a regionalização das regiões-programa institucionalizada pelo Governo do Estado do Tocantins por intermédio da Secretaria de

Planejamento (SEPLAN) que produziu um estatístico anuário descritivo para subsidiar políticas públicas orientadas à indução de padrões de desenvolvimento econômico e social nos respectivos territórios (Diretoria de Pesquisa e Informação; DPI, 1997).

Decerto, a regionalização é um processo de divisão para delimitação de um espaço geográfico em territórios menores por meio das características regionais para melhor análise das particularidades dos fenômenos físicos, sociais, políticos e naturais de cada lugar (HAESBAERT, 2010). Nesse sentido, as regiões do Estado do Tocantins que contam com cooperativas instaladas são Central, Centro-Oeste, Extremo-Norte, Nordeste, Noroeste, Norte, Sudeste, Sudoeste e Sul.

A região é um conjunto orgânico de relações sociais em um espaço delimitado formado e utilizado pela sociedade humana que a ocupa. Possui um fator construtivo que constitui a base da estrutura econômica com características próprias composta pelos aspectos físicos, sociais, culturais, territoriais e políticos que se constitui na formação histórica da ocupação humana do território (HAESBAERT, 2005; SORMANI, 1977). Assim uma região pode ser determinada pelos critérios naturais estabelecendo os aspectos relacionados às diferenças geográficas de clima, vegetação, hidrografia, relevo, fauna e socioculturais (HAESBAERT, 2010).

Figura 1-Mapa de localização das cooperativas tocantinentes nos municípios e regiões



Fonte: DPI(1997) e IBGE (2019).

Assim, a execução da pesquisa ocorreu de forma ordenada, conforme a descrição nos quadros a seguir.

Quadro 1 - Cooperativas instaladas na Região Central

Denominação	Ramo	Município	Constituição
Cooperativa de Energia do Tocantins (COOPENERTINS)	Infraestrutura	Palmas/TO	30-09-2019
Cooperativas de Trabalhadores do Estado do Tocantins (COOPERTAB)	Trabalho, Produção de bens e Serviços	Palmas/TO	25-10-2019
Cooperativa dos Prestadores de Serviços Gerais do Estado do Tocantins (COOPSGET)	Trabalho, Produção de bens e Serviços	Palmas/TO	05-05-2002
Cooperativa dos Produtores Rurais do Tocantins (COOPERTINS)	Agropecuário	Palmas/TO	04-12-2013
Cooperativa de Trabalho Médico (UNIMED PALMAS)	Saúde	Palmas/TO	02-03-1992
Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Saúde do Tocantins (COOPERSAÚDE)	Saúde	Palmas/TO	18-11-2000
Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Medicas do Centro-Oeste e Tocantins (UNIMED)	Saúde	Palmas/TO	20-04-2004
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União dos Estados de Mato Grosso, Tocantins e Oeste da Bahia (SICREDI UNIÃO MS/TO)	Crédito	Palmas/TO	05-02-2000
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira (SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA)	Crédito	Palmas/TO	27-04-2009
Cooperativa dos Transportadores Alternativos do Tocantins (COOTRANS)	Transporte	Palmas/TO	18-04-2015
Cooperativa dos Médicos Anestesiologista do Tocantins Ltda (COOPANEST)	Saúde	Palmas/TO	14-02-1995
Cooperativa Energia Solar Tocantins (CEST)	Infraestrutura	Porto Nacional /TO	09-09-2019

Fonte: SESCOOP-TO/OCB (2022).

Quadro 2 - Cooperativas instaladas na Região Centro-Oeste

Denominação	Ramo	Município	Constituição
Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Monte Santo (COOPERGEMAS)	Trabalho, Produção de bens e Serviços	Monte Santo/TO	19-04-1997
Cooperativa dos Garimpeiros de Monte Santo (COOPERSANTO)	Trabalho, Produção de bens e Serviços	Monte Santo/TO	08-12-1997
Cooperativa Agroindustrial (FRÍSIA)	Agropecuário	Paraíso/TO	20-09-1966
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Tocantins LTDA (SICOOB TOCANTINS)	Crédito	Paraíso/TO	12-03-1991

Fonte: SESCOOP-TO/OCB (2022).

Quadro 3 - Cooperativas instaladas na Região Extremo-Norte

Denominação	Ramo	Município	Constituição
Cooperativa de Transportes Alternativos de Passageiros e Turismo do Araguaia (COOTINS)	Transporte	Araguatins/TO	13-03-2000
Cooperativa de Produtores do Vale do Araguaia (VALLECOOP)	Agropecuário	Araguatins/TO	20-10-2000

Fonte: SESCOOP-TO/OCB (2022).

Quadro 4 - Cooperativas instaladas na Região Nordeste

Denominação	Ramo	Município	Constituição
Cooperativa Agroindustrial do Tocantins (COAPA)	Agropecuário	Pedro Afonso/TO	27-06-1998
Cooperativa de Educadores de Pedro Afonso (COED)	Trabalho, Produção de bens e Serviços	Pedro Afonso/TO	10-11-2010

Fonte: SESCOOP-TO/OCB (2022).

Quadro 5 - Cooperativas instaladas na Região Noroeste

Denominação	Ramo	Município	Constituição
Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Guaraí (COOPAG)	Agropecuário	Guaraí/TO	14-12-1998

Fonte: SESCOOP-TO/OCB (2022).

Quadro 6 - Cooperativas instaladas na Região Norte

Denominação	Ramo	Município	Constituição
Cooperativa de Trabalho Médico de Araguaína (UNIMED ARAGUAINA)	Saúde	Araguaína/TO	26-03-1992
Cooperativa Bandeirante dos Transportadores Autônomos de Passageiros do Estado do Tocantins (COOPERBAN)	Transporte	Araguaína/TO	10-06-1996
Cooperativa dos Motoqueiros de Araguaína (COOPERMOTO)	Transporte	Araguaína/TO	07-06-1997
Cooperativa Multifuncional de Economia Solidária do Estado do Tocantins (COOME-SOL)	Trabalho, Produção de bens e Serviços	Xambioá/TO	20-03-2017

Fonte: SESCOOP-TO/OCB (2022).

Quadro 7 - Cooperativas instaladas na Região Sudeste

Denominação	Ramo	Município	Constituição
Cooperativa de Produtores Rurais do Projeto Manuel Alves Ltda (COOPROMA)	Agropecuário	Dianópolis/TO	29-01-2010
Cooperativa dos Produtores de Cachaça de Alambique do sudeste do Tocantins Ltda (COOPERCATO)	Agropecuário	Taguatinga/TO	17-01-2004
Cooperativa Educacional de Pais de Arraias (CEPAR)	Consumo	Arraias/TO	17-06-2000

Fonte: SESCOOP-TO/OCB (2022).

Quadro 8 - Cooperativas instaladas na Região Sudoeste

Denominação	Ramo	Município	Constituição
Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Cristalândia/TO (COOPERCRISTAL)	Trabalho, Produção de bens e Serviços	Cristalândia	02-09-2006
Cooperativa de Educadores de Formoso do Araguaia (COOPEFA)	Consumo	Formoso do Araguaia	16-01-2008
Cooperativa dos Produtores de Arroz da Lagoa (COOPERLAGO)	Agropecuário	Lagoa da Confusão	30-06-1999

Fonte: SESCOOP-TO/OCB (2022).

Quadro 9 - Cooperativas instaladas na Região Sul

Denominação	Ramo	Município	Constituição
Cooperativa de Trabalho Médico (UNIMED GURUPI)	Saúde	Gurupi/TO	02-04-1996
Cooperativa dos Produtores de Carne e Derivados de Gurupi (COOPERFRIGU)	Agropecuário	Gurupi/TO	30-12-1998

Fonte: SESCOOP-TO/OCB (2022).

Antes de tudo, foram convidados a participar da pesquisa, todos os presidentes e vice-presidentes das cooperativas devidamente registradas na OCB/TO. Foram escolhidos, devido a acessibilidade para participar da pesquisa semiestruturada, os dirigentes das seguintes cooperativas: Coopermoto, Coopefa, Coopsget, Coapa, Sicredi União MS/TO, Sicoob Tocantins e Xambiart. A escolha destas cooperativas deu-se por considerar que estão situadas em ambientes que exigem a aplicação de processos gerenciais orientados pelos princípios cooperativistas, como estratégias para o alcance de diferenciais para assim competir com empresas mercantis. Assim, o objeto de estudo consiste no elemento temático delimitado como foco central da pesquisa. Elemento restrito da realidade sobre a qual o problema de pesquisa existe e se desenvolve tanto do ponto de vista prático, como teórico conceitual (VERGARA, 2007).

1.3.3 Etapas da Pesquisa e Estratégias de Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu em três momentos distintos. No primeiro plano, procedeu-se à busca dos dados secundários por meio da pesquisa bibliográfica com o propósito de apresentar os estudos já realizados por outros autores sobre a temática: Cooperativismo origens e evolução; Cooperativismo no Brasil; Cooperativismo no Tocantins; Princípios e valores cooperativistas; Princípios Cooperativistas; Valores Cooperativistas; e, Cooperativismo e desenvolvimento regional no Brasil e no Tocantins.

O aprofundamento teórico é de fundamental importância para a construção de perspectivas seguras para a seleção dos conteúdos utilizados na fundamentação teórica desta tese, as bases essenciais para formulação de problema de pesquisa e a definição dos métodos mais adequados para a solução. Assim como identificar os procedimentos pertinentes para a coleta e análise dos dados. A coleta de dados bibliográficos tem o objetivo de embasar teoricamente o presente estudo a partir da busca em livros clássicos, leis, dissertações e teses que discutem o tema de pesquisa.

A segunda etapa procedeu da investigação documental realizada por intermédio de visitas *in loco* a Sede do SESCOOP-TO, em Palmas/TO. Realizou-se a busca de documentos internos escritos não publicado na página da internet do Sistema OCB/TO, tais como relatórios descritivos de registros de cooperativas e atas de reuniões ordinárias e extraordinárias nas quais foi deliberado sobre o registro de cooperativas até junho 2022.

A terceira etapa foi a coleta dos dados primários, por meio da execução do levantamento de campo exploratório com a finalidade de abordar o fenômeno do estudo e a prática dos princípios cooperativistas nas cooperativas registradas no SESCOOP-TO. A pesquisa de campo foi dividida em seis etapas sequenciais. A primeira etapa se refere à realização de visitas, pessoalmente, a superintendência do SESCOOP-TO. Nessa etapa requereu-se, por ofício, os endereços de e-mails, números de telefones e do WhatsApp dos dirigentes das cooperativas registradas no Sistema OCB/TO.

Na segunda etapa confeccionou-se uma tabela com a descrição nominal dos dirigentes das cooperativistas, endereços de e-mails, números de telefone e do WhatsApp. Na terceira etapa, solicitou-se aos dirigentes das cooperativas a relação nominal dos associados com no mínimo um ano de filiação para elaborar uma tabela com a descrição nominal, respectivos endereços de e-mails, números para contatos de telefone e WhatsApp, para assim consolidar o delineamento de execução da pesquisa de campo.

A quarta etapa constou da elaboração e aplicação dos instrumentos de coletas de dados primários, o roteiro de entrevistas semiestruturadas com 23 perguntas, sendo uma fechada e 22 abertas, e o questionário estruturado com 22 questões fechadas. Os participantes da pesquisa foram classificados em dois grupos distintos: dirigentes das cooperativas e cooperados. Na quinta etapa procedeu-se a execução da pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários estruturados. As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas aos dirigentes das cooperativas pela internet via e-mail, formulário online por meio do Google Forms e videoconferência por meio do Google Meet.

As entrevistas estruturadas aplicadas aos cooperados exclusivamente pela internet foram realizadas por meio de formulário do Google Forms.

Nessa etapa foram entrevistados sete dirigentes de cooperativas, de um total de 34 filiadas ao SESCOOP/TO/OCB e 120 cooperados responderam ao estudo, de um total de 34.345. A escolha desses respondentes deu-se pelo papel privilegiado de atuação na gestão das cooperativas e são influenciados diretamente pela aplicação dos princípios cooperativistas, de forma que os resultados desta pesquisa possam apresentar uma visão ampla desse conjunto de ações. Importa ressaltar que as coletas de dados e a entrevistas ocorreram entre os meses de janeiro a junho de 2022.

Por fim, a sexta etapa refere-se a análise dos resultados da pesquisa realizada com os dirigentes e cooperados das cooperativas. Como técnica de análise aplicou-se a triangulação de dados qualitativo-interpretativos e análise de conteúdo. A análise qualitativa e interpretativa ocorreu a partir da interpretação das falas dos dirigentes e da opinião dos cooperados das cooperativas. A análise de conteúdo ocorreu a partir da identificação das frases e palavras-chaves ditas pelos dirigentes entrevistados no que se refere à prática dos princípios cooperativistas.

Sob essa lógica a triangulação de dados consiste no uso de metodologias distintas com possibilidade de realizar análise de diferentes formas, essa técnica permite alcançar o máximo de rendimento teórico usando os mesmos métodos (FLICK, 2013). Triangulação de dados é um dos métodos de análise que ocorre quando se utiliza três ou mais abordagens para reflexão dos dados. As análises foram realizadas a partir das perspectivas de Flick (2013) e Bardin (2021).

1.3.4 Critérios de inclusão dos sujeitos participantes da pesquisa

A inclusão das cooperativas como objetos de pesquisa foi definida a partir da comprovação dos registros ativos no banco de dados do SESCOOP-TO/OCB até junho de 2022, por meio de um relatório emitido pela Superintendência do SESCOOP/TO. No que se refere aos participantes da pesquisa, levou-se em consideração os dirigentes eleitos comprovados em relatório emitido pelo SESCOOP/TO e associados indicados pelos dirigentes dessas cooperativas nas faixas etárias de 20 a 69 anos que aceitaram participar da pesquisa voluntariamente por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Em síntese, os critérios de inclusão foram as características geográficas, demográficas e temporais que os objetos de estudos e os sujeitos participantes da pesquisa dispõem para

entrar como população-alvo para ser utilizada pelo pesquisador para responder à questão problema da investigação (PATINO e FERREIRA, 2018).

1.4 Estrutura da Tese

A partir do acima apresentado, esta tese se organiza da seguinte forma. No Capítulo 2 é apresentado o arcabouço teórico sobre cooperativismo, de modo a discutir os conceitos de cooperar, cooperação, cooperativa e cooperativismo. Os aspectos históricos e fundamentos doutrinários relacionados ao surgimento do cooperativismo, origens e evolução. O sistema do cooperativismo internacional e suas representações nos continentes por meio da rede global de países com sistemas cooperativistas filiados a ACI. E, por fim, uma abordagem histórica sobre a introdução e desenvolvimento das práticas cooperativistas no Brasil e no Tocantins.

O Capítulo 3 trata da demarcação teórica e conceitual que abordam a origem e a definição dos princípios e valores cooperativistas. Os fatos históricos que ocorreram da criação da primeira cooperativa em Rochdale, em 1844, aos congressos da ACI desde a sua fundação, em 1895, até os dias atuais. Assim como as alterações dos princípios cooperativistas de 1937 até a última reforma do Congresso da ACI, realizada em Manchester, no ano de 1995.

No Capítulo 4 são apresentadas abordagens históricas e definições de região e o constructo desenvolvimento regional. Abordagem histórica sobre os aspectos históricos das políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil. Criação dos primeiros planos, programas e projetos de fomento ao desenvolvimento regional no Brasil, no Brasil, no Tocantins e suas interfaces com o cooperativismo.

No Capítulo 5, apresentam-se dados qualitativos e quantitativos, nos quais expõe-se os resultados e análise das pesquisas semiestruturadas e estruturadas realizadas com os dirigentes e os cooperados das cooperativas filiadas ao SESCOOP-TO/OCB. Por fim, no Capítulo 6, apresentam-se as considerações finais, contribuições da tese e sugestões de trabalhos futuros.

2 COOPERATIVISMO

Neste capítulo apresenta-se a demarcação teórica e conceitual que fundamentam o cooperativismo. Em outras palavras, quais os fundamentos teóricos que determinam os conceitos e os aspectos históricos do cooperativismo, sua origem e evolução. Finalizando com uma abordagem histórica do cooperativismo no Brasil e no Estado do Tocantins.

Cooperar é o ato de agir de forma coletiva com outras pessoas, trabalhando na execução de tarefas visando alcançar os mesmos objetivos. A prática da cooperação educa a pessoa desenvolvendo uma mentalidade mais aberta, flexível, participativa, humana e solidária (GAWLAK e RATZKE, 2007). Segundo o dicionário da língua portuguesa, cooperação significa o resultado do ato de cooperar de forma colaborativa e simultaneamente para atender uma necessidade de alguém para que algo ocorra (FERREIRA, 2010). O termo cooperação expressa o trabalho conjunto visando somar forças e assim aumentar a capacidade produtiva como meio de gerar benefícios para todos os envolvidos no processo (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014). No mesmo sentido, a cooperação constitui-se no método de ação pelo qual os indivíduos ou familiares com interesses comuns constituem um empreendimento cooperativo. Pinho (2004) afirma que a cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal, ou informal, para alcançar o mesmo objetivo.

Os elementos que formam o conceito de cooperativa não permitem muitas definições e variações. O dicionário de Administração define a cooperativa como uma associação de direito privado, formada e dirigida por sócios que se unem de forma organizada e democrática, contando com a participação livre de todos os cooperados, respeitando seus respectivos direitos e observando seus deveres com o objetivo de desenvolver uma atividade econômica de interesse dos associados (LACOMBE, 2004). Na mesma linha, o dicionário de cooperativismo conceitua a cooperativa como uma associação autônoma constituída por intermédio de uma empresa coletiva e democraticamente controlada por pessoas unidas voluntariamente, para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns (TESCH, 2000). Nesse sentido, a cooperativa é uma organização de pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns a todos (BRASIL, 1971).

Na mesma perspectiva, o CECOP-CICOPA Europa (2021) interpreta a definição do conceito de cooperativa, estabelecido pela ACI, como uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e controlada

democraticamente pelos seus membros. Destarte, a cooperativa caracteriza-se por ser uma sociedade de pessoas democraticamente gerida, centrada nas necessidades dos cooperados, que une esforços em torno de objetivos comuns, sendo mais importante a pessoa, e não o capital. O processo de planejamento e gestão de cooperativas é norteado por princípios, valores e de natureza própria (SILVA; SILVA; CANÇADO, 2020).

Dessa forma, cooperativa é a sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, sem objetivo de lucro e não sujeita a falência, constituída para a prestação de serviços aos seus cooperados, reunidos sob contrato societário em que se obrigam a contribuir reciprocamente com bens e serviços para o exercício de atividade econômica de proveito comum (BRASIL, 2015). De acordo com o artigo 4º da Lei 5.764/71, as cooperativas são sociedades de pessoas constituídas para prestar serviços aos associados, com forma e natureza jurídicas e civis próprias, não sujeitas à falência. A Aliança Cooperativa Internacional, define a cooperativa como uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições equitativas para a formação do capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento (ACI, 2021).

Assim, a cooperativa é uma organização de pessoas que se baseia em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Seus objetivos econômicos e sociais são comuns a todos (SISTEMA OCB, 2022). De fato, as relações de cooperação que acontecem no dia a dia entre os associados constituem-se no ato cooperativo. De forma que, em síntese, o cooperativismo é um movimento de natureza social e econômica estruturado em modelos de negócios pelo qual é mensurado, a partir da identificação de pessoas envolvidas na criação e no gerenciamento de cooperativas. Esse movimento inicia-se, pela maturação de ideias por uma ou mais pessoas determinadas a constituir uma organização de caráter coletivo.

Em segundo plano, ocorre a formação de um grupo de pessoas interessadas na construção de propósitos coletivos. Em seguida, deve ser realizada a assembleia de aprovação do estatuto e a posse da diretoria; e o registro do estatuto na Junta Comercial e inscrição no Cadastro Nacional de Contribuinte, junto a Receita Federal. De posse destes registros, o conselho de administração da cooperativa, inicia a exploração das atividades econômicas.

No Brasil, até a aprovação da Lei 10.406, de 2002, o Novo Código Civil, para a constituição de uma cooperativa, era necessário uma sociedade de, no mínimo, 20 pessoas físicas com um interesse em comum, economicamente organizada de forma democrática, com

participação livre e igualitária dos cooperantes, conforme estabelecia a Lei 5.764/1971, com a permissão de admissão de pessoas jurídicas até três cooperativas singulares para formar uma cooperativa central ou federação (BRASIL, 1971).

Com o advento do Novo Código Civil, foi alterado o número mínimo de associados conforme o ramo da cooperativa. Em 19 de julho de 2012, entra em vigor a Lei 12.690, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho. O artigo 6º estabelece que, neste ramo, o número de sócios para a constituição de uma cooperativa é de no mínimo sete pessoas (BRASIL, 2012). Por certo, o que diferencia as cooperativas dos demais tipos de sociedade é o personalismo que lhes constitui a base e consequência é um tratamento bem diferenciado das sociedades do tipo capitalistas, quanto ao voto nas deliberações sociais e quanto à distribuição de eventuais sobras líquidas decorrentes das operações sociais.

Destarte, o ato cooperativo é a relação jurídica entre a cooperativa e o cooperado que formalizam os atos de trabalho que realizam os cooperados para consecução de objetivos sociais, seu objeto é a produção de bens e serviços, sua causa e fim. O ato cooperativo visa satisfazer uma necessidade. Sob o ponto de vista legal, é uma ação lícita voluntária que tem por fim imediato estabelecer relações jurídicas de formas cooperativas (TESCH, 2000). No entanto, o ato não cooperativo é aquele praticado pela cooperativa sem a devida participação direta dos associados, ou aqueles executados sendo alheios aos objetivos sociais da cooperativa (SCHMIDKE e WICKERT, 2011).

Conforme Schneider (1999), cooperativa é uma associação de pessoas que em forma de união por adesão livre e voluntária, sem qualquer discriminação e sob a responsabilidade coletiva, deve aprimorar ações e comportamentos diretivos no dia a dia, que assegura a prática dos princípios cooperativistas. Sendo assim, a junção das cooperativas com as práxis baseadas na cooperação entre pessoas forma um sistema econômico e social denominado de cooperativismo. Historicamente, o cooperativismo origina-se da palavra cooperação, trata-se de uma doutrina cultural e socioeconômica fundamentada na liberdade humana e nos fundamentos e princípios cooperativos (TESCH, 2000).

Conceitualmente, o cooperativismo é uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Trata-se de um caminho que mostra que é possível unir os elementos inerentes ao desenvolvimento econômico, social, produtividade, sustentabilidade, o individual e o coletivo (SISTEMA OCB, 2022). Além disso, o cooperativismo é um movimento econômico e social em forma de doutrina que envolve pessoas com os mesmos propósitos, cuja diretriz é

delineada na cooperação e na participação dos associados, aplicadas nas atividades econômicas de uma cooperativa que deve ser orientada por princípios universais, por meio dos quais levam à prática dos seus valores.

Dessa forma, cooperativismo é doutrina que prega a solução de problemas sociais por indivíduos livres que se encarregariam da gestão da produção e participariam equitativamente dos bens produzidos (LACOMBE, 2004). Assim, o cooperativismo é a junção de cooperativas em um único movimento, deliberados pela prática dos princípios universais que norteiam todos os processos gerenciais de uma cooperativa, como um fator preponderante para o alcance do seu objeto social. Diante disso, pode ser um instrumento eficaz de organização da sociedade, que ao longo do tempo foi adotado como estratégias de aplicação de valores fundamentais, sob o prisma da ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade, solidariedade, honestidade e transparência, visando instrumentalizar a sociedade cooperativa para aperfeiçoamento do processo de desenvolvimento e o avanço da construção coletiva de seus objetivos.

Além do mais, cooperativismo é movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia (SESCOOP-TO/ OCB/TO, 2022). Nesse sentido, o cooperativismo, enquanto organização socioeconômica, não se sustenta sobre uma noção ou teoria social específica, mas sobre um conjunto de ideias e noções tais como: mutualidade, união de esforços, solidariedade, associação entre pessoas em função de objetivos comuns e não exploração do homem pelo homem, justiça social, democracia e autogestão (SISTEMA OCB/GO, 2021).

Nesse aspecto, Zordan (2016) defende o cooperativismo como uma forma de atuação e interação humana baseada no trabalho e na lealdade que requer nas relações laborais a participação econômica e ajuda mútua entre os cooperados de uma cooperativa. Além dos interesses dos sócios, promove o bem-estar da comunidade, buscando o equilíbrio entre a eficiência econômica e a eficácia social.

Em síntese, o cooperativismo pode ser uma ferramenta de organização coletiva de pessoas que se unem em resistência a lógica capitalista, para uma convivência pacífica com o capitalismo, instrumento indutor de novas tecnologias, fator que contribui para o aumento da competitividade frente às empresas mercantis.

2.1 Origens e Evolução do Cooperativismo

O cooperativismo deve sua origem ao movimento operário que defendia os ideais da cooperação, como forma de ajuda mútua. Ideais que estiveram presentes ao longo de toda a

história da humanidade, desde a Antiguidade mais remota, o Império Romano, a Idade Média e até o início da Idade Moderna. Porém, sua estruturação ocorre apenas no período da Revolução Industrial (SCHNEIDER, 1999).

Os primeiros registros existentes de uma cooperativa vêm de Fenwick, na Escócia, em 14 de março de 1761. Em uma casa de campo mal mobiliada, vários tecelões locais esconderam um saco de aveia que mudaram para uma sala da frente da casa de John Walker e começaram a vender seu conteúdo a um preço reduzido. Este foi o início da Sociedade de Tecelões de Fenwick (ACI, 2021).

O movimento que serviu de base do cooperativismo surgiu por volta de 1762, na Inglaterra, num período em que os operários eram explorados, chegando trabalhar 17 horas por dia, em troca de salário baixo, nenhum benefício social e em condições desumanas para sustentar as suas famílias. Nesse cenário, o desemprego aumentava a cada dia e a riqueza ficava concentrada nas mãos de poucos com a grande maioria da população passando fome, o que leva alguns pensadores à revolta (BIALOSKORSKI NETO, 2006).

Visando diminuir as injustiças sociais e econômicas, homens como Robert Owen, Charles Fourier, propuseram a criação de uma alternativa àquela empresa capitalista em que os homens, mulheres e crianças eram submetidas ao regime de escravidão e trabalho desumano. Essa alternativa passou a ser chamada de cooperativa, um modelo de organização pautado na colaboração entre as pessoas com interesses comuns e em que os donos do negócio são todos os cooperados (PINHO, 2004). Robert Owen defendia que o homem deveria ser o resultado de seu meio social; para modificá-lo seria necessário alterar o meio social, mas de forma pacífica, gradual e moderada. Charles Fourie acreditava que as desigualdades entre pobres e ricos poderia ser resolvida com a construção de colônias socialistas comunitárias em que as pessoas poderiam viver com suas famílias e produzir. Foi a partir dessas concepções, que nasceram os ideais utópicos cooperativistas que, com o passar do tempo, foram se transformando em uma ciência aplicada (ACI, 2021).

Schneider (1999) afirma que todas as iniciativas de cooperação existentes antes do século XIX caracterizavam-se por organizações visando objetivos coletivos informais, assistemáticas, como as formas de ajuda mútua nos processos de produção rudimentar entre a população rural de vários países. De fato, o início do cooperativismo, remonta ao final do século XVIII, e início do século XIX, período da Revolução Industrial, em que emergiram as condições socioeconômicas favoráveis ao desenvolvimento das sociedades cooperativas. Isto devido às condições de desemprego e pobreza em que viviam os artesãos ingleses, provocada pela utilização de máquinas nas fábricas (SINGER, 2002).

De acordo com a concepção de Bialoskorski Neto (2006) o surgimento da primeira cooperativa, considerada um marco mundial, foi consequência de uma sofrida greve dos trabalhadores por melhores salários que acabou não vitoriosa. A partir desse evento, em 1843, um grupo de operários-tecelões ingleses, que tentavam desesperadamente fugir do estado de miséria ao qual estava subjugado, se reuniram para discutir as fórmulas possíveis para combater aquele estado de desesperança.

A primeira cooperativa oficialmente registrada no mundo foi denominada *Friendly Society* (“Sociedade Amigável”) em 15 de agosto de 1844. O empreendimento iniciou com a participação de 28 associados, entre eles, tecelões, alfaiates, carpinteiros e marceneiros, que alugaram uma sala em um prédio do Beco do Sapo (PINHO, 2004). Com os recursos restantes, os cooperados adquiriram uma quantidade de farinha, azeite, açúcar e outras mercadorias. A inauguração do armazém ocorreu no dia 21 de dezembro do mesmo ano, com a presença de vizinhos, onde os 28 sócios inspirados nos ideais owenistas lançaram um manifesto que serviu como preâmbulo dos estatutos de Rochdale (SCHNEIDER, 1999).

Nessa perspectiva, Marra (2016) afirma que o surgimento do cooperativismo foi um momento histórico que teve seu início na Inglaterra no período que encerrava a transição entre o feudalismo e o sistema econômico capitalista, a fase de acumulação primitiva de capitais e de preponderância do capital mercantil sobre a produção. Com o aparecimento da industrialização, o sistema capitalista passou a ser imperativo e complexo, gerando a divisão acentuada do trabalho nas cidades e o aumento do grande fluxo da massa de operários. Todavia, é quando surge o cooperativismo.

O cooperativismo atua, então, como fator preponderante ao enfretamento das instabilidades econômicas e políticas que ocorreram no mundo, iniciadas nos períodos de colonização e industrialização. A segregação de trabalhadores promovida pela lógica de acumulação primitiva de capital, principalmente a partir do século XVIII, em plena Revolução Industrial, e pelo processo de mecanização das empresas. Sendo, portanto, uma proposta de superação das desigualdades decorrentes do sistema capitalista (PINHO, 2004; SCHNEIDER, 1999; SINGER, 2002).

É apenas em 19 de agosto de 1895, em Londres, Inglaterra, durante o primeiro Congresso Cooperativo, que é fundada a entidade máxima de representação do cooperativismo, a ACI. Para esse momento estiveram presentes delegados de cooperativas da Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Inglaterra, Itália, Sérvia e Suíça. Os delegados congressistas estabeleceram como

objetivos da ACI, facilitar a informação, definir e defender os princípios cooperativos e desenvolver o comércio internacional (ACI, 2021).

Assim, a ACI sobreviveu a duas Guerras Mundiais. Superar todas as diferenças políticas entre seus membros foi difícil, mas a entidade sobreviveu, mantendo seu compromisso com a paz e a democracia e com uma posição politicamente neutra. Mantem-se, também, o objetivo de criar um órgão representativo em nível internacional que intensificasse o intercâmbio entre as cooperativas dos diversos países, inicialmente com padrões doutrinário, educativo e técnico. A expectativa dos fundadores era de que, posteriormente, poderia evoluir em direção a uma cooperativa central internacional de consumo, especialmente por iniciativa de líderes cooperativistas ingleses, franceses e alemães, tendo como destaque VansartNeale e Georges Holyoake, da Inglaterra, e Eduard de Boyve, da França (SCHNEIDER, 1999).

Por certo, a fundação da ACI foi precedida por um intenso debate entre duas correntes de opinião, a primeira influenciada pelo cooperativismo de produção industrial e pelo cooperativismo agrícola. Muito antes da criação da ACI, os cooperativistas haviam proposto o plano de uma organização cooperativa internacional, pois já mantinha significativo intercâmbio com cooperativistas congêneres de outros países. A segunda corrente era liderada pelos partidários da primazia das cooperativas de consumo no processo de transformação da sociedade capitalista encabeçados por Mitchell, presidente da união cooperativa inglesa, órgão máximo das cooperativas de consumo da Inglaterra (SCHNEIDER, 1999). Esse debate foi motivado pela manutenção da hegemonia das cooperativas que produziam industrializados. De outro lado, havia a defesa dos cooperativistas do seguimento de consumo e de mão de obra dos trabalhadores. Prevalecendo os interesses dos industriais que enxergavam no cooperativismo uma oportunidade para a expansão dos seus negócios.

Com a criação da ACI, o século XIX foi marcado pela expansão do cooperativismo, tanto no continente europeu, quanto no americano, africano e no asiático. Por consequência, em 1917, na Rússia, o cooperativismo foi à base para a estruturação de um modelo social e econômico que seria eficaz na alocação individual dos resultados alcançados de forma cooperativa dos agricultores camponeses. Isso pavimentou estratégias para criar as condições para a colaboração coletiva, florescendo e desenvolvendo um sistema de produção socialista (CHAYANOV, 2017).

Em 1946, a ACI foi agraciada com uma cadeira no Conselho da Organização das Nações Unidas (ONU), onde integra o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Destaca-se que a ACI foi uma das primeiras organizações não governamentais a conquistar essa importante representação. Em 1971, a ACI participa da fundação do Comitê

para a Promoção e Avanço de Cooperativas (COPAC), uma associação formada por instituições públicas e do setor privado que defende que as organizações cooperativas sejam autossuficientes e centradas nas pessoas, pautada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, a partir das interrelações dos aspectos, econômicos, sociais e ambientais (ACI, 2021).

Atualmente a ACI tem sua sede em Genebra, na Suíça, e mantém estruturas de representação por continentes por intermédio da CICOPA, que é uma organização setorial da ACI desde 1947, assim como três organizações regionais: CECOP-CICOPA Europa, CICOPA-Américas e Aliança Africana de Cooperativas (ACI, 2021). A CECOP é a confederação europeia das cooperativas industriais e de serviços, tendo como membros as federações nacionais de cooperativas e organizações que promovem cooperativas. Esses representam 25 membros em 16 países europeus, contando com 40.000 cooperativas e congregando 1,3 milhões de trabalhadores. Assim, a CECOP foi fundada em 1979 em Manchester, Reino Unido, por um grupo de cooperadores da: França, Itália, Holanda, Bélgica, Reino Unido e Dinamarca (CECOP-CICOPA EUROPA, 2021).

No continente americano, a ACI é representada pela CICOPA-Américas, criada em 1990, com sede na cidade de San José, Costa Rica. Trata-se de um órgão consultivo do Conselho de Administração Regional de Cooperativas das Américas que atua na representação institucional, econômica, social, cultural, pedagógica e científica de cooperativas, incluindo os países da América Central e do Sul, com representações no Brasil, no Uruguai e na Argentina. Ressalta-se que a CICOPA¹ é representada por um conselho administrativo composto por um presidente e um secretário (CICOPA-AMÉRICAS, 2021).

No continente asiático, a ACI está representada pela Aliança Cooperativa Internacional da Ásia-Pacífico. Trata-se de uma organização regional que une, promove e desenvolve empresas cooperativas em todos os setores de negócios na Ásia e no Pacífico (ACI, 2021). O cooperativismo asiático está atrelado a uma base cultural milenar de organização coletiva peculiar dos povos orientais. Conforme afirma Corbalán (2013), as cooperativas asiáticas desempenham diferentes papéis dependendo dos países e até regiões. Em alguns países as cooperativas desempenham um papel essencial nas questões sociais,

¹A CICOPA Américas tem duas organizações sub-regionais: CICOPA América do Norte e CICOPA Mercosul (ACI, 2021).

implementando e desenvolvendo projetos de combate à pobreza e à fome, outros são orientados para o mercado interno e externo, como no caso do Japão, Coréia e China.

No continente africano a ACI é representada pela Organização Cooperativa Agrícola da Aliança Africana (AAACO), trata-se de uma organização setorial da ACI-África, criada em 2018 com o propósito de defender os interesses de suas organizações afiliadas e promover o entendimento e a colaboração econômica entre as cooperativas africanas em todos os ramos. A estrutura organizacional da AAACO é composta por um comitê executivo eleito representando as cinco sub-regiões da África (Leste, Oeste, Centro, Norte e Sul) com atribuições de planejar e organizar as políticas voltadas ao cooperativismo africano (AAACO, 2021).

Em síntese, a ACI conta com representação em todos os continentes para atuar em defesa da identidade cooperativa. Em cada continente a ACI tem uma estrutura própria, conselho de administração e direção regional. Os escritórios regionais são o elo entre as cooperativas de cada continente e a rede mundial (TESCH, 2000).

Tabela 2 - Rede global de países com sistemas cooperativistas filiados a ACI

Continente	Quantidade de países com cooperativas	Total de países	%
Europa	34	46	74
Ásia	31	49	63
África e Pacífico	23	54	43
Américas	24	35	69
Oceania		09	00
Total	112	193	58

Fonte: Adaptado de ACI (2021).

Conforme dados disponíveis no site da ACI, em julho de 2021, a entidade conta com um bilhão de cooperados em 112 países atualmente. É uma das organizações não governamentais mais antigas e uma das maiores em número de pessoas representadas no mundo. Mais de 12% da população mundial é membro das três milhões de cooperativas que existem no mundo. A maioria das organizações cooperativas, estão instaladas no continente europeu, ou seja, em 34 dos 46 países, representando 74 % do território. Cabe ressaltar que as 300 maiores cooperativas e mútuas do mundo têm um volume de negócios de 2,14 trilhões de dólares. As cooperativas geram trabalho e renda a 10% da população ocupada no mundo (ACI, 2021).

Em resumo, a fase inicial do cooperativismo moderno na Inglaterra, com o passar do tempo, foi transplantado para os demais países da Europa e de outros continentes. O

colonialismo europeu contribuiu para a disseminação do cooperativismo nos continentes americano, africano e asiático. No entanto, a maioria das cooperativas estão concentradas nos países situados na Europa.

No período de fevereiro, março e abril de 2012, os pesquisadores do Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre o Público, Social e Economia Cooperativa (CIRIEC), José Luís Monzón Campos e Rafael Chaves Ávila, realizaram um estudo de campo sob a forma de um questionário enviado aos 27 membros da União Europeia. O estudo tinha a finalidade de analisar os resultados do relatório sobre a Economia Social², publicado em 2008 pelo Comitê Econômico e Social Europeu (CESE). Por sua vez, o relatório analisado foi produzido pelo CIRIEC para fazer um balanço da economia social nos países membros da União Europeia (CAMPOS e ÁVILA, 2012).

O relatório, publicado em 2008, tinha o objetivo de identificar políticas públicas sobre a economia social por meio da análise da legislação atual dos países pesquisados, analisando o impacto da crise no setor. Este relatório verificou, também, as contribuições da economia para a implementação da estratégia de desenvolvimento econômico e social nos 27 países membros da União Europeia a partir de 2020. Ressalta-se que, após o início do estudo, a Croácia e a Islândia aderiram à pesquisa, totalizando 29 países estudados.

O estudo constatou que as empresas da Economia Social, nas suas diversas formas, desempenham um papel importante na produção de bens e na prestação de serviços, fatores determinantes para o aumento da competitividade e eficiência da economia europeia por meio do direcionamento de recursos dispersos a atividade econômica. O aumento do dinamismo dos fatores econômicos que ocorrem por meio da mobilização dos recursos em nível local, fortalecimento da cultura de empreendedorismo, eliminação da rigidez do mercado, incentivo à flexibilização das regras do comércio e promoção da multiplicação da produção.

O estudo constatou ainda que as empresas de economia social têm uma maior capacidade para manter o emprego e evitar a perda de postos de trabalho durante os ciclos econômicos difíceis provocados por crises econômicas. Essas semelhanças tendem a reduzir as restrições impostas pelos princípios cooperativistas. Identificou-se, também, mudanças na legislação no que diz respeito a redução do número mínimo de pessoas necessárias para criar

² Nos países europeus, o termo cooperativismo é conceituado como economia social, constituindo a esfera do terceiro setor e englobando também o associativismo (EMMENDOERFER; VASCONCELOS; FONSECA, 2007).

uma cooperativa, e a possibilidade de membros das cooperativas exercerem o direito de mais de um voto nas eleições. Por fim, verificou-se a flexibilização das restrições às atividades e à negociação com não membros das cooperativas, possibilitando a omissão de obrigações específicas e representativas de capital de risco ou de dívida, permitindo, assim, que terceiros participem do capital social e que as cooperativas se transformem em sociedades anônimas (CAMPOS e ÁVILA, 2012).

Em resumo, o cooperativismo moderno iniciado por Robert Owen, no século XVIII, em plena Revolução Industrial, como alternativa de organização social para suprimir as contradições impostas pelo sistema capitalista, mudou constantemente os seus princípios e valores universais, para incorporação dos procedimentos democráticos aplicados as atividades econômicas na busca de uma harmonia nas relações de capital e trabalho e adaptação aos novos modos de produção lançados pela revolução tecnológica do atual século XXI.

Quadro 10–Os principais eventos do cooperativismo no Mundo

Evento	Local	Ano
Criação da primeira cooperativa formal no mundo, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale	Rochdale/Inglaterra	1844
Constituição da Aliança Cooperativa Internacional (ACI)	Londres/Inglaterra	1895
Instituição pelo Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, o primeiro sábado de mês de julho, o dia internacional do cooperativismo	Genebra/Suíça	1923
Representação da ACI em uma cadeira no Conselho Organização das Nações Unidas (ONU)	Genebra/Suíça	1946
Criação da organização setorial e regional da ACI, CECOP	Genebra/Suíça	1947
Criação da Confederação Europeia das Cooperativas Industriais e de serviços (CECOP/EUROPA)	Manchester/ Inglaterra	1979
Deliberação sobre a representação da ACI nos continentes da América do Sul e Central pela CICOPA-AMÉRICAS	Genebra/Suíça	1990
Deliberação sobre a representação da ACI no continente Africano pela Organização Cooperativa Agrícola da Aliança Africana (AAACO)	Genebra/Suíça	2018

Fonte: ACI (2021).

Por isso, a partir deste ponto, passa-se a demonstrar os debates em torno dos aspectos históricos do cooperativismo no Brasil.

2.2 Cooperativismo no Brasil

De forma embrionária, a cultura da cooperação no Brasil é observada desde a época da colonização portuguesa, no final do século XIX. Com iniciativas coletivas de funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, para atender às suas necessidades

(SISTEMAOCB/TO, 2021). Esses grupos se organizaram nos moldes de cooperativas, sendo as iniciativas de natureza coletiva, pautadas na solidariedade e os objetivos econômicos não eram a prioridade. Contudo, o cooperativismo formal se inicia 45 anos depois no Brasil, em Ouro Preto, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889. Essa foi a primeira iniciativa de trabalhadores livres após a extinção do escravismo para criar uma espécie de banco sob a forma de sociedades anônimas semelhantes aos termos da carta de princípios de Rochdale (PINHO, 2004).

A partir da organização mineira, outras organizações cooperativas surgiram por todo o país. Muitas dessas cooperativas eram formadas por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, que juntos buscavam atender melhor suas necessidades. Outras estavam vinculadas a empresas, as quais estimulavam a cooperação entre os funcionários, principalmente no estado de São Paulo (BRASIL, 2006).

O cooperativismo chegou ao Brasil por intermédio dos imigrantes europeus, no início do século XX. As modalidades de cooperativas criadas por esses pioneiros pertenciam aos ramos de consumo instalados na cidade e de agropecuárias no campo (CANÇADO, 2007; SINGER, 2002). Pinho (2004) afirma que, no começo do século XX, começaram a surgir algumas cooperativas inspiradas em modelos trazidos por imigrantes estrangeiros, alguns deles anarquistas e sindicalistas e poucos idealistas brasileiros, que tinham conhecimentos do sucesso de associações de crédito cooperativo para pequenos agricultores na Alemanha e na Itália. A partir de 1902, surgiram às primeiras cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul por iniciativa do padre suíço Theodor Amstad. A partir de 1906, nasceram e se desenvolveram as cooperativas no meio rural, idealizadas por produtores agropecuários, muitos deles de origem alemã e italiana.

De fato, as primeiras políticas de fomento ao cooperativismo no Brasil, surgiram na Constituição Federal de 1891 que garantia aos trabalhadores o direito de se associarem em cooperativas e em sindicatos. O fomento público, entretanto, começou por volta de 1930. Nessa década as cooperativas sempre foram definidas como sociedades de pessoas, e não de capital, e tiveram garantida a isenção de alguns impostos regulamentados pelo Decreto nº 22.239 de 1932, do então presidente da República Getúlio Vargas (BRASIL, 2006). Em suma, diante da perspectiva histórica do cooperativismo brasileiro do final do século XIX até os dias atuais, pode-se afirmar que as medidas legislativas, realizadas por meio da aprovação de leis, e executivas, por meio da execução de programas públicos, foram direcionadas para as

regiões sul e sudeste do país, visando à normatização da cultura da cooperação, até a década de 1920.

Sobretudo, a partir da década de 30, o processo de expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste provocou mudanças culturais com a chegada de agricultores de origem europeia. Nesse contexto, surge à criação de cooperativas em Goiás e posteriormente no Tocantins. Assim, pode-se afirmar que o cooperativismo brasileiro conquistou sua independência e a promessa de apoio do Estado com a promulgação da nova Constituição Federal, em outubro de 1988, na mesma ocasião do nascimento do Estado do Tocantins (SILVA; CANÇADO; PACÍFICO FILHO, 2017).

As medidas governamentais de Getúlio Vargas, que foi Presidente da República no período entre 1930 a 1945, incentivaram a formação de cooperativas e contribuíram para um impulso significativo no desenvolvimento do movimento cooperativista brasileiro, surgindo as primeiras cooperativas agrícolas de trigo e soja. Posteriormente, essas associações alcançaram seu ponto máximo em função das altas cotações da soja no mercado internacional e das facilidades de crédito (SILVA, 2015). Em 1951, foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) que oferecia financiamentos para todos os ramos de cooperativas. Naquele período o fomento do cooperativismo brasileiro passava a ser acompanhado pelo controle governamental. O BNCC tinha por finalidade o fomento ao cooperativismo sob todas as formas, incentivando a criação de cooperativas, promovendo o desenvolvimento das existentes, mediante assistência creditícia respeitando os princípios da técnica bancária e com apoio em garantias reais e pessoais (BRASIL, 1951).

Em 1964, surgiu a primeira política nacional de cooperativismo, por meio da intervenção estatal no setor com a criação do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, que concedia ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o fomento ao cooperativismo. O artigo 32 da respectiva lei, estabelece as funções de normatizar, registrar e fiscalizar o funcionamento das cooperativas e das associações rurais. Apenas os ramos de crédito e habitacional não estavam incluídos, pois eram controlados pelo Banco Central e pelo extinto Banco Nacional de Habitação, respectivamente (BRASIL, 1964).

Em 2 de dezembro de 1969, foi criada a OCB, sociedade civil e sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa, representante e defensora dos interesses do cooperativismo nacional. A criação da OCB foi concretizada durante o VI Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, no ano de 1969 (SISTEMA OCB, 2022). A primeira diretoria efetiva da OCB foi eleita em 1970. Nesse

período a sede da OCB funcionou em São Paulo. Somente dois anos após o encontro de Belo Horizonte, em dezembro de 1971, implantou-se o Sistema OCB juridicamente. Em meados de 1972, a sede definitiva da Organização foi instalada em Brasília-DF (SISTEMA OCB, 2022).

Nesse aspecto, o crescimento do cooperativismo, nos seus mais de 150 anos, trouxe grandes desafios a preservação da autenticidade desse movimento. Em parte, pela necessidade de adequar-se às imposições de um mercado cada vez mais competitivo, mas também, em muitos países, pela apropriação da realidade cultural, social e política local (SCHNEIDER, 1999). Dessa forma, o marco legal do cooperativismo brasileiro foi consolidado em 16 de dezembro de 1971, com a aprovação da Lei 5764/71, que a estabelece a Política Nacional de Cooperativismo, atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Segundo a lei, a ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas (BRASIL, 1971). Esta lei foi recepcionada pela Constituição de 1988, que no §2º do artigo 174 indica que a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo. Cabe destacar que o artigo 95 da Lei 5.764/71 determina a criação do Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) com o propósito de estabelecer a orientação geral da política cooperativista nacional que passou a funcionar junto ao INCRA. Em 23 de outubro de 1984, por meio da Lei nº 7.231, que transfere ao Ministério da Agricultura competências para execução de atividades relacionadas com o desenvolvimento rural, que eram atribuídas ao INCRA, no campo do cooperativismo, associativismo rural e eletrificação rural (BRASIL, 1984).

Mais precisamente, a Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos que estabelece a criação de associações e cooperativas na forma da lei, independentem de autorização do estado, sendo vedada a interferência estatal no funcionamento das cooperativas (BRASIL, 1988).

Por consequência, em 11 de janeiro de 2003, entrou em vigor a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o Novo Código Civil, que reserva à sociedade cooperativa, no artigo 1.094, as características básicas dessa modalidade de sociedade. Permitindo-se a não exigência do número mínimo de sócios para constituir uma cooperativa, sendo necessário apenas que haja associados suficientes para compor o Conselho de Administração da sociedade e a

necessidade de renovação de dois terços do Conselho Fiscal, conforme já previa no artigo 56, da Lei 5.764/71. Evidentemente, a partir de 2012, com o advento da Lei 12.690, a Cooperativa de Trabalho poderá ser constituída com um número mínimo de sete sócios, sendo um na administração e seis no conselho fiscal, sem limitação de número máximo de associados.

Vale ressaltar que o Código Civil estabelece ainda, a limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar e a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança. Para efeito de quórum da assembleia geral leva-se em conta o número de sócios presentes e não no capital social representado. O direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital, e qualquer que seja o valor de sua participação. A distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, também é resguardada. Podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado. Por fim, a indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade também é regulamentada (BRASIL, 2002).

O artigo 1.095 do Código Civil determina que a forma de responsabilidade do quadro associativo da cooperativa deve ser limitada ou ilimitada. Na forma limitada, o sócio da cooperativa responde somente pelo valor de suas quotas e pelas perdas verificadas nas operações com a cooperativa, guardadas a proporção de sua participação. Na ilimitada o sócio responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações da cooperativa (BRASIL, 2002). Em síntese, pode-se afirmar que, no movimento cooperativista brasileiro, empreendeu-se várias ações no sentido de acompanhar a evolução provocada pela ordem econômica mundial, e assim inserir as cooperativas no contexto da competitividade.

Dentre essas medidas, pode-se destacar a inclusão na Constituição Federal a imunidade tributária para todas as cooperativas, como incentivo ao fomento das atividades cooperativas, isso permitiu a criação de leis estaduais e municipais visando à institucionalização de políticas de apoio ao cooperativismo, principalmente nas regiões menos desenvolvidas. Dessa forma, tem-se a Lei Geral das Cooperativas (5764/71) e no Novo Código Civil, Lei 10.406/02, tratou-se especificamente sobre as cooperativas no Livro II; Título II, Capítulo único; Subtítulo II, Capítulo VII; Título IV, Capítulo I, referenciados nos artigos 1.093, 1.094 e 1.095 (BRASIL, 1971, 1988, 2002).

Em termos de representatividade, Tesch (2000) argumenta que o cooperativismo brasileiro possui uma experiência histórica, em 16 de setembro de 1997, o professor Roberto Rodrigues, foi eleito presidente da ACI. Nesse contexto, a OCB teve uma importante

influência política no processo de eleição. Este fato contribuiu também para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras (SISTEMA OCB, 2022). Em 3 de setembro de 1998, foi editada a medida provisória nº 1.715 que autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), com a finalidade de organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional, a promoção social dos empregados de cooperativas, cooperados e de seus familiares, e o monitoramento das cooperativas no Brasil (BRASIL, 1998).

Em 2005, por iniciativa do Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly, foi apresentado na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar 271/2005 que dispõe sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo. O projeto de lei complementar propõe o estabelecimento de normas gerais, no âmbito federal, para o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas, conforme previsto na alínea (c) do inciso III do artigo 146 da Constituição Federal (BRASIL, 1988, 2005).

Nesse sentido, os atos cooperativos são as ações de caráter jurídico, dirigidas para criar, manter ou extinguir relações cooperativas, celebrados conforme o objeto social e em cumprimento de seus fins institucionais (BECHO, 2005). Dessa forma, a justificativa para a aprovação é que os atos cooperativos, em sentido estrito, são praticados para a consecução dos objetivos sociais pretendidos pela cooperativa e não implicam operação de mercado, nem contrato de compra e venda de mercadoria.

Cabe destacar, ainda, que a proposta para aprovação da lei complementar visa, ao regulamentar o disposto na Constituição Federal, acatar os seus desígnios e estabelecer incentivos concretos ao fortalecimento do cooperativismo, que propicia a geração de empregos, com redução do custo do trabalho, o ganho de escala e a valorização dos pequenos negócios, com grandes benefícios para a sociedade brasileira. Com a aprovação do projeto de lei, estaria a salvo, por exemplo, da incidência do imposto de renda, do imposto sobre produtos industrializados, das contribuições sociais (Programa de Integração Social, PIS; Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, PASEP; e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Cofins) e sobre o lucro líquido do imposto sobre operações financeiras e outros tributos que venham a recair sobre ele (BRASIL, 2005).

Em 19 de julho de 2012, foi aprovada a Lei 12.690/2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho, a qual institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho. No artigo 2º desse dispositivo, considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para

obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho (BRASIL, 2012).

Em 27 de fevereiro de 2015, por iniciativa do Senador Osmar Dias, foi protocolado o Projeto de Lei n. 519, que dispõe sobre alteração da Lei 5.764/71, chamada de Lei Geral das Cooperativas. Esse projeto objetiva modernizar o sistema cooperativista brasileiros em todos os ramos e já foi aprovado pelo senado, estando em tramitação para apreciação da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015).

Em outras palavras, enquanto organização social e econômica, inserida no contexto e na dinâmica da sociedade, a partir de 1993, a OCB deu início a modificações no quadro de nomenclaturas dos ramos cooperativos, adaptando-as às exigências atuais do mundo do trabalho. Dessas mudanças, surgiram as classificações dos ramos cooperativistas (OCB/SESCOOP-GO, 2012). Até o ano de 2019, o sistema cooperativista brasileiro contava com 13 ramos distintos, classificado acordo com o segmento em que atuam, tais como: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Infraestrutura, Mineral, Produção, Saúde, Trabalho, Transporte e Turismo e Lazer (GAWLAK e RATZKE, 2007). Em 2020, em assembleia a OCB reduziu a estrutura de 13 para sete ramos que são: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; trabalho, produção de bens e serviços; e transporte (SISTEMA OCB, 2022).

O ramo Agropecuário reúne cooperativas relacionadas às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, cujos cooperados detêm, a qualquer título, os meios de produção. A partir das mudanças na estrutura, as cooperativas de alunos de escolas técnicas de produção rural passam a integrar o ramo Agropecuário. O ramo Consumo é composto por cooperativas que realizam compra em comum, tanto de produtos quanto de serviços, para seus cooperados, tais como supermercados e farmácias. Nesse ramo, englobam também, as cooperativas formadas por pais para contratação de serviços educacionais e também aquelas de consumo de serviços turísticos. A principal alteração deste ramo foi a inclusão dos antigos “Educacional” e “Turismo e Lazer”. Importa destacar que, as atividades de cooperativas agropecuárias, de transporte e de saúde relacionadas à venda de insumos aos associados não implicam mudança da classificação destas cooperativas para o ramo Consumo.

O ramo Crédito é composto por cooperativas que se destinam, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços financeiros a seus cooperados, sendo-lhes assegurado o acesso aos instrumentos do mercado financeiro. O propósito das cooperativas deste ramo é promover a poupança e oferecer soluções financeiras adequadas às necessidades de cada cooperado. O ramo Infraestrutura é composto por cooperativas que se destinam, a prover, por

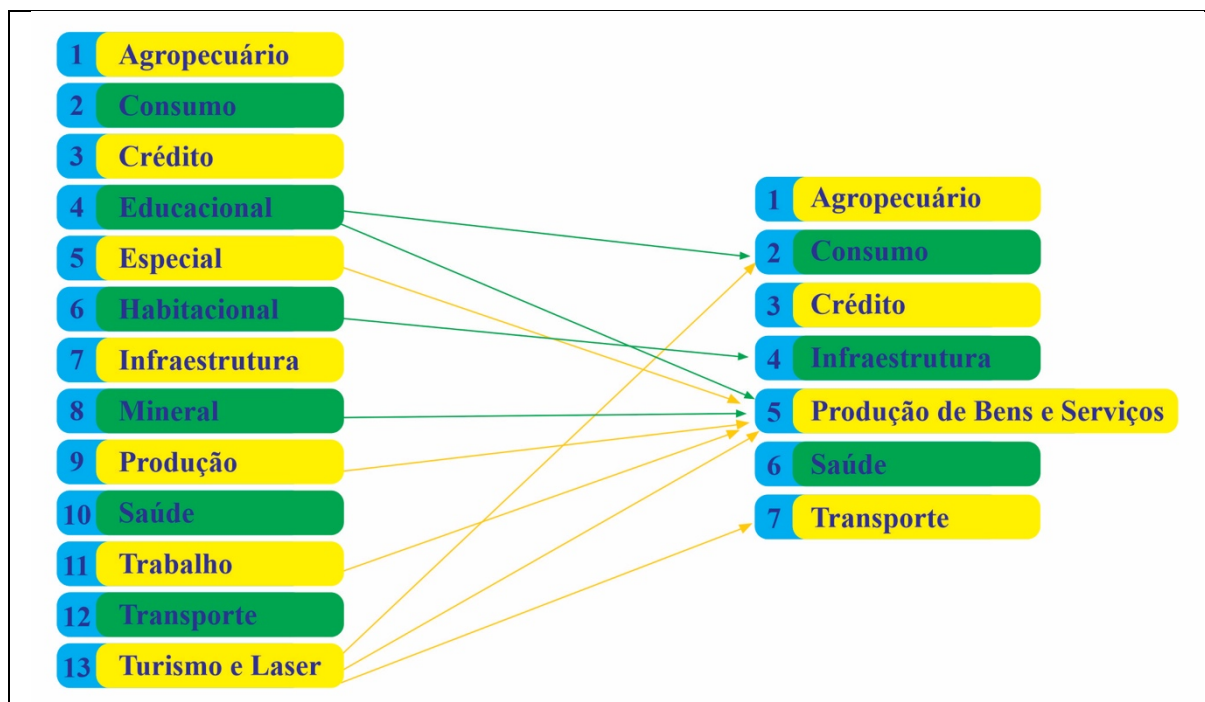
meio da mutualidade, a prestação de serviços relacionados à infraestrutura a seus cooperados. Na prática esse ramo é formado por cooperativas que fornecem serviços essenciais para seus associados, tais como energia e telefonia, por exemplo. A principal alteração neste ramo foi à incorporação do antigo ramo “Habitacional”. Com isso, passa a incluir, também, as cooperativas de construção de imóveis para moradia.

O ramo Saúde é composto por cooperativas que se destinam, a prover ou adquirir, por meio da mutualidade, serviços dedicados à preservação, assistência e promoção da saúde humana, constituídas por profissionais da área da saúde ou usuários destes serviços. Dessa forma, o Brasil é pioneiro no setor, sendo o país com maior número de cooperativas dedicadas à preservação e à promoção da saúde humana. O novo ramo Saúde reúne cooperativas formadas por médicos, odontólogos ou profissionais ligados à área de saúde humana, enquadrados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) sob o número 8650-0, e também as cooperativas de usuários que se reúnem para constituir um plano de saúde, pois são consideradas operadoras.

O ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços é composto por cooperativas que se destinam, a organizar, por meio da mutualidade, a prestação de serviços especializados a terceiros ou a produção em comum de bens. Esta é a nova denominação do antigo ramo Trabalho. A partir disso, esse novo ramo engloba as cooperativas que prestam serviços especializados a terceiros ou que produzem bens tais como beneficiamento de material reciclável e artesanatos, por exemplo. Ele reúne todas as cooperativas de professores e dos antigos ramos: produção, mineral, parte do turismo e lazer.

O ramo Transporte é composto por cooperativas que se destinam, a organizar, por meio da mutualidade, a prestação de serviços de transporte de cargas ou passageiros, cujos cooperados detêm, a qualquer título, a posse ou propriedade dos veículos. Esse ramo é formado por cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros. Essas cooperativas têm gestões específicas para cada uma de suas modalidades: transporte individual, tais como táxi e moto táxi, transporte coletivo, vans, micro-ônibus e ônibus, transporte de cargas ou moto frete e transporte escolar (SISTEMA OCB, 2022).

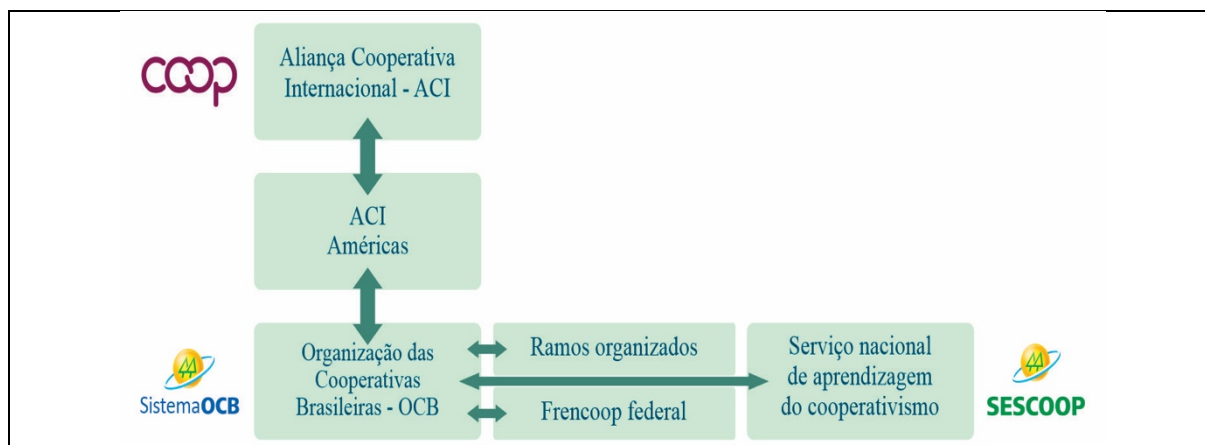
Figura 2-Atuais ramos do cooperativismo



Fonte: Adaptado de Radar Coonecta (2021).

Em 3 de fevereiro de 2021, foi protocolado na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 190/2021, de autoria do Deputado Rubens Otoni que propõe a alteração do artigo 56 da Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, para prever mandato de quatro anos para o Conselho Fiscal das Sociedades Cooperativas (BRASIL,2021). A ampliação do mandato para quatro anos facilita a implementação de projetos e ações de forma mais consistentes e assim as cooperativas cumprem os princípios cooperativistas. Atualmente, o sistema OCB é a representação do sistema cooperativista nacional que compõe à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) com o caráter de uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, estruturada nos termos da Lei 5.764/71, filiada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). O sistema OCB Nacional é composto pelo SECOOP Nacional, Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRESCOOP), a Federação Nacional das Cooperativas (CNCOOP) e os SESCOOPs estaduais (SISTEMA OCB, 2022).

Figura 3-Representação do sistema cooperativo brasileiro



Fonte: Adaptado de Sistema OCB (2022).

Dessa forma, cabe enfatizar que o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo é integrante do Sistema Cooperativista Nacional encabeçado pela OCB. Foi criado pela Medida Provisória n. 1.715, de 3 de setembro de 1998, e suas reedições, e é regulamentado pelo Decreto n. 3.017, de 6 de abril de 1999. A finalidade principal do SESCOOP é organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional, a promoção social dos empregados de cooperativas, cooperados e de seus familiares, e o monitoramento das cooperativas em todo o território nacional. Nos estados, os SESCOOPs são as entidades que atuam na área de educação e desenvolvimento do cooperativismo no âmbito de cada unidade da federação (SISTEMA OCB, 2022).

No dia 4 de julho de 2020, o Sistema OCB nacional, inicia realização de um curso a distância sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O curso propõe a formar multiplicadores para auxiliar os diferentes níveis de governo, organizações, empresas e a sociedade para atingir os 17 ODS e 169 metas para o cumprimento da Agenda 2030 no Brasil, por meio da execução de um plano de ação estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para transformar o mundo em um lugar melhor para todos (SISTEMA, OCB, 2022).

Quadro 11–Os principais eventos do cooperativismo no Brasil

Evento	Local	Ano
Fundação da sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, a primeira cooperativa no Brasil	Ouro Preto, Minas Gerais	1889
Surgimento da primeira cooperativa de crédito, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt.	Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul	1902
Criação das primeiras cooperativas no meio rural	Rio Grande do Sul	1906
Realização do primeiro Congresso Brasileiro de Cooperativismo	São Paulo	1944
Criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)	Belo Horizonte/MG	1969
Aprovação da Lei 5764, que estabelece a Política Nacional de Cooperativismo	Congresso Nacional	1971
Inclusão na Constituição de 1988, no artigo 174, § 2º, o apoio e o estímulo o cooperativismo e outras formas de associativismo	Constituinte/Congresso Nacional	1988
Inclusão na Constituição de 1988, no artigo 192, as cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional	Constituinte/Congresso Nacional	1988
O brasileiro Roberto Rodrigues, professor assume a presidência da ACI	Genebra/Suíça	1997
Autorização para a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP)	Congresso Nacional	1999
OCB aprova a realização de cursos à distância sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).	Plataforma Capacitacoop/OCB	2020

Fonte: Brasil (1971, 1988), Pinho (2004) e Sistema OCB (2022).

Em resumo, o cooperativismo brasileiro do período da criação das primeiras cooperativas em 1889, até 1971, ano de promulgação da Lei Geral do Cooperativismo, experimentou iniciativas esparsas. A partir da promulgação dessa lei, os cooperativistas passaram a dispor de um guarda-chuva que garantiu autonomia e independência as organizações cooperativas nas suas relações com os cooperados e com o mercado de forma segura. Definitivamente, a Constituição de 1988, garantiu os caminhos para o cooperativismo passar por profundas transformações. O inciso XVIII do artigo 5º da Carta Magna proíbe o poder público de intervir na constituição e no funcionamento das cooperativas. No parágrafo segundo do artigo 174 determina que a União, estados e municípios, apoiem e estimulem o movimento cooperativista. O artigo 192 garantiu ao cooperativismo de crédito isonomia em relação ao sistema financeiro, o que permitiu a criação dos Bancos Cooperativos e mudanças de regras do Conselho Monetário Nacional e do próprio Banco Central (BRASIL, 1988).

Em resumo, a partir de 1988, as garantias constitucionais permitiram ao cooperativismo brasileiro uma excepcional fase de crescimento, inclusive do ponto de vista da estruturação das representações nos estados. Como consequência, foram criados os SESCOOPs estaduais, o Sistema “S” do cooperativismo, cuja função primordial é formar

recursos humanos para atuar na gestão das cooperativas de todos os ramos. Além da expansão das cooperativas de crédito, a partir dos anos 2000.

Em julho de 2022, o Sistema OCB publicou o Relatório Anuário do Cooperativismo Brasileiro. Esse relatório apresenta os dados quantitativos consolidados com o número de cooperativas de modo geral, por ramo, quantidade de cooperados e de empregos gerados até 31 de dezembro de 2021. Atualmente, são mais de 18 milhões de cooperados, reunidos em 4.880 cooperativas distribuídas nos sete ramos: Agropecuário; Consumo; Crédito; Infraestrutura; Saúde; Trabalho, produção de bens e serviços e Transporte. A soma desses ramos gera 493.277 empregos (SISTEMA OCB, 2022). Cada cooperativa gera, em média, 101 empregos diretos, podendo contribuir para até 200 postos de trabalho de forma indireta.

Tabela 3-Dados sobre as cooperativas por ramo até 31/12/2021

Ramo	Quantidade de Cooperativas	Quantidade de Cooperados	Quantidade de Empregados
Agropecuário	1.170	1.024.605	223.477
Consumo	247	2.053.622	14.427
Crédito	763	13.956.975	79.121
Infraestrutura	263	1.241.109	7.336
Saúde	767	318.704	116.559
Trabalho, Produção de Bens e Serviços	688	192.874	8.714
Transporte	982	99.279	5.461

Fonte: Adaptado de Sistema OCB (2022).

Conforme a Tabela 3, há um equilíbrio na distribuição das cooperativas por ramo, com uma predominância no agropecuário e transporte. Percebe-se na mesma tabela, uma predominância das cooperativas do ramo crédito na quantidade de cooperados. Isso pode estar diretamente relacionado às normas estabelecidas pelo banco central, em 2010, que beneficiou diretamente o ramo crédito. O ramo agropecuário é o que gera maior quantidade de emprego. Esse fator pode estar relacionado à expansão do agronegócio no Brasil, impulsionada pela alta do dólar e das commodities. Ainda, são 1.204 cooperativas na faixa de até 10 anos de constituição, 1.141 de 10 a 20 anos, enquanto são 2.515 cooperativas de 21 a mais de 40 anos. De forma que a quantidade de cooperativas acima de 20 anos de atuação é bem superior a de até 20 anos.

Em síntese, compreendendo os dados e tabelas apresentados acima pode-se inferir que em 2021, contava-se com 4.880 cooperativas registradas junto ao Sistema OCB, sendo 18.887.168 cooperados e 493.277 empregados, com cada cooperativa gerando, em média, 100 empregos diretos. No que se refere aos ramos de cooperativas registradas na OCB, o destaque

recai aos ramos agropecuário, crédito, saúde, trabalho, produção de bens e serviços e transporte, que representam 90% do sistema. Os ramos consumo e infraestrutura representam apenas 10% das cooperativas.

No tocante a quantidade de cooperados por ramos, a maior parte pertence aos segmentos agropecuários, consumo, crédito e infraestrutura representando 97%. Os empregos estão concentrados nos ramos agropecuários, crédito e saúde, representando 87%. Enquanto o restante é equivalente a 13% e estão distribuídos nos ramos de consumo, infraestrutura, trabalho, produção de bens e serviços e transporte. Sobre o tempo de atuação das cooperativas no mercado, pode-se observar que há uma distribuição etária aproximada, sendo na faixa de até 10 anos 24,67%; de 10 a 20 anos, 23,38%; de 21 a 40 anos, 39,60%; e mais de 40 anos, 12,23% das cooperativas brasileiras.

2.3 Cooperativismo no Tocantins

O cooperativismo tocantinense tem como vertente histórica, o Estado de Goiás, que nos anos 30, experimentou as primeiras iniciativas de cooperação e têm suas origens ligadas ao processo de ocupação e expansão da fronteira agrícola e introdução de novos modos de organização social nos territórios goianos. Inicialmente, no Município de Rio Verde, no Sul de Goiás, e posteriormente na região norte de Goiás, que a partir de 5 de outubro de 1988, passou a pertencer ao Estado do Tocantins (SILVA; CANÇADO; PACÍFICO FILHO, 2017). Ademais, o movimento cooperativista foi inserido nas políticas governamentais de Goiás para o norte goiano, por intermédio do deputado estadual João D'Abreu, legislatura 1935-1937. Na ocasião, ele aprovou na Assembleia Legislativa goiana uma proposta para a criação de cooperativas de catadores de babaçu na região do Bico do Papagaio, no Município de Tocantinópolis (SILVA, 2014).

O deputado João D'Abreu era um apaixonado pelo sistema cooperativista, por essa razão, foi nomeado pelo governador Pedro Ludovico Teixeira para ocupar cargos estratégicos no Governo de Goiás na área de Assistência ao Cooperativismo, que articulou a liberação de recursos públicos para a criação de cooperativas no norte de Goiás (JORNAL DA CULTURA GOIANA, 2013). Por consequência, em 1942, ainda no governo de Pedro Ludovico Teixeira, o Dr. João D'Abreu fundou, em Goiás, o sistema cooperativista goiano e criou o Departamento Estadual de Assistência ao Cooperativismo (DEAC). O propósito era acreditar na cooperação como um instrumento para transformação da realidade por meio da disseminação do ideal de justiça social e progresso. Tentou criar cooperativas de trabalhadores extrativistas do norte de Goiás, especificamente da região do Bico do Papagaio (ELIS, 2014).

De fato, as primeiras iniciativas com propósitos cooperativistas no estado de Goiás iniciaram-se na década de 1940 e têm suas origens ligadas ao processo de expansão da fronteira agrícola. O nascimento do cooperativismo em solo goiano está ligado ao processo de interiorização do país e de uma nova divisão do trabalho com o objetivo de reconstruir uma economia mais voltada ao mercado interno. Esse movimento se caracteriza pelo alto grau de dependência dos governos federal e estadual (SILVA, 2015). Mais precisamente em 1944, foi realizado em São Paulo o primeiro Congresso Brasileiro de Cooperativismo, com participação do, então, presidente da República, Getúlio Vargas. O Estado de Goiás foi representado pelo deputado João D'Abreu, que na oportunidade apresentou um relatório sobre a realidade do cooperativismo goiano (JORNAL DA CULTURA GOIANA, 2013). No que se refere às políticas de apoio ao cooperativismo goiano, a Constituição do Estado de Goiás, de 1946, em seu artigo 36, estabelecia imunidade tributária para todas as cooperativas.

Esta se caracteriza na primeira forma de incentivo do cooperativismo no Estado de Goiás. O fomento das atividades cooperativas, por longo tempo, esteve situado na Secretaria de Agricultura do Estado, por meio de seu Departamento de Assistência ao Cooperativismo. Essa Secretaria desenvolveu alguns trabalhos de educação cooperativista que resultaram nas primeiras cooperativas goianas, visto que, muitas delas nasceram de iniciativas políticas e fortemente atreladas ao Estado (SISTEMA OCB/GO, 2021). Nesse aspecto, pode-se deduzir que, a inserção do cooperativismo como um instrumento de desenvolvimento regional adotado pelos governos de Goiás na década de 1940, foi impulsionado pela expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste brasileiro que despertou o interesse de descendentes de imigrantes europeus que escolheram a região para empreender. As dificuldades encontradas foram preponderantes para a introdução da cultura da cooperação visando objetivos comuns, tanto no plantio, quanto nos transportes e na comercialização dos produtos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as primeiras experiências cooperativas formais em Goiás surgiram a partir de 1949 e foram incentivadas pelo governo que desenvolveu um projeto com objetivo de trazer imigrantes para Goiás, não somente com a intenção de povoar o Estado, mas também de incrementar novas técnicas de produção agrícola na região. Nesse contexto, as três primeiras cooperativas em território goiano foram constituídas por imigrantes italianos e poloneses, porém essas organizações tiveram vida curta (SILVA; CANÇADO; PACÍFICO FILHO, 2017). Em março de 1949, no Município de Rio Verde, foi instalada a Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores, com objetivo de assentar 5 mil famílias em uma área de 150 mil hectares. Essa cooperativa foi fundada na Itália e se estabeleceu em Goiás já com um quadro social de 400 agricultores italianos. Desses, apenas 106 cooperados

chegaram à região e, devido às dificuldades encontradas, abandonaram o projeto, as terras e a própria cooperativa um ano após sua criação (SISTEMA OCB/GO, 2021).

Diante disso, cabe ressaltar que as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas que culminou com os insucessos, não foram preponderantes para a desistência de outras pessoas que insistiram na constituição de outras associações. Concomitantemente, em 1949, na cidade de Itaberaí e Inhumas, foram fundadas duas cooperativas e tinham em seus quadros imigrantes poloneses. A Cooperativa Agropecuária de Itaberaí, que assentou 51 famílias de deslocados de guerra. Em outubro de 1957, a entidade deixou de existir. Ainda em 1949, foi fundada a Cooperativa Rural de Córrego Rico, na região entre as cidades de Inhumas e Itaberaí, também extinta em 1957 (SISTEMA OCB/GO, 2021).

Nesse sentido, pode-se observar que o local definido para a constituição de cooperativas no Estado de Goiás, tem uma relação direta com a vocação da região escolhida de forma estratégica pelos produtores oriundos das regiões Sul e Sudeste do país para exploração econômica por meio da produção de grãos e criação de bovinos. Por consequência, nas décadas de 1950 e 1960, surgiram várias cooperativas de crédito rural, e as primeiras cooperativas de consumo e agropecuárias. Na década de 1970, houve nova fase de estruturação do cooperativismo goiano, em que as cooperativas agrícolas ressurgiram com um novo projeto econômico de organizar a produção de grãos nas terras férteis, principalmente do sul e sudoeste de Goiás. Nas demais regiões do Estado, o cooperativismo ligado às atividades agropecuárias não se sustentou com a mesma força (SISTEMA OCB/GO, 2021).

Como ação de interiorização do cooperativismo goiano, em 1960, José Wilson Siqueira Campos, fundou na cidade de Colinas do Norte de Goiás, a Cooperativa Goiana de Agricultores (CGA), da qual foi o primeiro presidente. Em 1962, o então Governador de Mauro Borges, determinou através do Decreto nº 63 e nº 64, de 27 de junho de 1962, a declaração de utilidade pública uma área de 6.500 alqueires para a criação nos moldes cooperativistas, o Projeto de colonização denominado de Combinado-Agrourbano de Arraias. Rapidamente, o local tornou-se um aglomerado de famílias, em 14 de maio de 1982, por meio do Decreto 9.189, foi transformado em distrito subordinado ao Município de Arraias³ (CAVALCANTE, 2003; SILVA, 2014).

³Em 30 de dezembro de 1987, o Distrito de Combinado foi desmembrado de Arraias, tornando-se independente pela força da Lei Nº 10.402. Instalado em primeiro de junho de 1989, como a denominação de Combinado, Tocantins.

Dessa forma, o pensamento empresarial-cooperativista nasceu no período da expansão agrícola das regiões Sul e Sudeste do país para o Centro-Oeste brasileiro, tendo como consequência a criação dos complexos agroindustriais. O ramo que melhor soube utilizar essa relação, graças à especificidade do seu produto, foi o agropecuário. Vale lembrar que é, nesse período, ainda estreitamente ligado ao setor rural. Os demais segmentos do cooperativismo ligados ao consumo, ao crédito e ao ensino, principalmente, não obtiveram as mesmas condições de desenvolvimento (SISTEMAOCB/GO, 2021).

No final dos anos de 1980, ocorreu a diversificação nos segmentos cooperativistas goianos. Após a realização do X Congresso Cooperativista Brasileiro, em 1988, reapareceram as cooperativas de crédito rural e mútuo, ensino: a primeira teve como consequência da aspiração de produtores rurais, principalmente de constituírem seu próprio banco cooperativo. Esta última teve como resposta às dificuldades que o sistema de ensino passava na década de 1980. Ao mesmo tempo, surgiram também as cooperativas de trabalho, organizando categorias profissionais como médicos, odontólogos, taxistas (SISTEMAOCB/GO, 2021).

Ainda em 1988, ano da divisão de Goiás, para a criação do Estado do Tocantins, conforme dados do Sistema Nacional de Registro de Empresas (SIREM) e da Junta Comercial do Estado do Tocantins (JUCENTINS), na região norte de Goiás, que a partir de 5 de outubro de 1988, passou a pertencer ao território tocantinense, existiam várias Cooperativas que tiveram suas atividades iniciadas a partir dos anos de 1950 até 1980. Esses empreendimentos cooperativos estavam instalados nas cidades de: Alvorada, Araguaçu, Araguatins, Araguacema, Arraias, Araguaína, Augustinópolis, Babaçulândia, Cristalândia, Colinas, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Guaraí, Miracema, Natividade, Paraíso, Paranã, Porto Nacional, Tocantinópolis e Xambioá (JUCETINS, 2021). Em 1989, ano da implantação do Estado do Tocantins, constava registradas na Junta Comercial do Estado de Goiás 37 cooperativas, independente da situação de registro ativo ou inativo, sendo 32 do ramo agropecuário, três de consumo, uma de mineração e uma de eletrificação (SILVA, 2015).

A partir de primeiro de janeiro de 1989, data de implantação do estado, inicia-se o processo de constituição da estrutura para o funcionamento do cooperativismo tocantinense. Em 12 de abril de 1989, o então Governador José Wilson Siqueira Campos, através do Decreto 567, cria o Departamento de Associativismo e Cooperativismo (SILVA, 2015). Em julho do mesmo ano, com a criação da Secretaria da Agricultura, foi instituída a Coordenadoria de Associativismo e Cooperativismo, órgão com o objetivo de: cadastrar, dar apoio técnico na organização e constituição das associações e cooperativas por meio de reuniões e palestras, visitas técnicas, seminários e cursos (TOCANTINS, 1989a).

No período de janeiro a setembro de 1989, as cooperativas que funcionavam nos municípios que passaram a pertencer ao recém-criado estado do Tocantins, ficaram vinculadas a OCB do estado de Goiás, mas em processo de transição até o dia primeiro de setembro do mesmo ano. De forma efetiva, o movimento cooperativista no estado do Tocantins teve início em primeiro de setembro de 1989, com a realização do 1º Seminário Tocantinense de Cooperativismo, realizado em Miracema do Tocantins, capital provisória do Estado. Nessa mesma data, foi constituída a Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado do Tocantins (OCB/TO), com sede em Paraíso do Tocantins (SISTEMAOCB/TO, 2021). Com a criação da OCB/TO, as cooperativas tocantinenses desvincularam-se do sistema cooperativista goiano.

Dessa forma, ressalta-se que as cooperativas que participaram da fundação da OCB/TO em 1º de setembro de 1989, em Miracema do Tocantins, foram: Cooperativa Agropecuária Tocantinense (COOPERNORTE); Cooperativa Mista Rural do Vale do Javaés (COOPERJAVA); Cooperativa Agropecuária Vale do Tocantins Araguaia Ltda (COVALE); Cooperativa Agropecuária Fronteira da Amazônia Ltda (COOPEG) e Cooperativa Mista Agropecuária do Bico do Papagaio Ltda (COMBIPA).

A partir da efetivação do sistema SESCOOP no Tocantins, passou-se a congregiar cooperativas de mais diversos ramos de atividade, inclusive de transportes que não existia antes da criação do estado (SILVA; CANÇADO; PACÍFICO FILHO, 2017). Por consequência, três anos após sua criação, em junho de 1994, a OCB-TO, transferiu sua sede para Palmas e teve homologado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, seu processo como entidade sindical que tem por objetivo prestar serviços de interesse das cooperativas registradas, além de exercer a coordenação, a organização e a representação sindical dessa categoria econômica no Tocantins (SISTEMAOCB/TO, 2021).

No final dos anos 90, o cooperativismo tocantinense foi marcado pelo lançamento de programas e projetos de iniciativa exclusiva do governo do estado, voltados à criação e ao fomento de cooperativas. Em 1998, o governo do estado do Tocantins, por meio da Secretaria da Agricultura do Estado do Tocantins (SEAGRO), em parceria com o RURALTINS e a Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS), implantou o Programa Bacia Leiteira com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (DIRETORIA DE FOMENTO E FORTALECIMENTO AO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL, 2013a).

Conforme destaca Silva (2015), o objetivo do programa era aumentar a produção leiteira no estado do Tocantins, como forma de garantir ao homem do campo melhoria da

qualidade de vida e proporcionar geração de emprego e renda. Por meio da melhoria da produtividade leiteira atrelada à agroindustrialização, o objetivo era fornecer um produto de qualidade sanitária que garantisse segurança alimentar da comunidade beneficiada. A meta era a constituição de 25 cooperativas de crédito rural em 25 municípios, contendo: quatro matrizes por produtor, dois tratores com equipamentos de grade, carreta e asiladeira, um laticínio com capacidade de processamento de 200 litros de leite por dia, quatro botijões de sêmen por unidade e 100 doses de sêmen por botijão, para beneficiar diretamente 875 pequenos produtores rurais (DIRETORIA DE FOMENTO E FORTALECIMENTO AO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL, 2013a). Atualmente, uma cooperativa oriunda dessa política está em operação e conta com 20 cooperados. Apesar disso, a sobrevivência da Coopag mostra que o programa, mesmo não atingindo seus objetivos de forma plena, conseguiu alguns resultados.

Dessa forma, pode-se deduzir que, um dos motivos dos poucos resultados alcançados no Programa Bacia Leiteira foi a ausência de aptidão dos produtores para o exercício da atividade de pecuária leiteira e falta de um trabalho de base, alicerçado nos princípios cooperativistas da educação, formação e informação (SILVA; CANÇADO; PACÍFICO FILHO, 2017). Ainda, como política governamental de apoio ao cooperativismo, em 1999, a Secretaria da Agricultura do Estado do Tocantins, por meio da Coordenadoria de Associativismo e Cooperativismo, lançou o projeto constituição de cooperativas de crédito rural. Sua finalidade era promover parcerias entre o governo do estado, prefeituras municipais, sindicatos e outras organizações não governamentais para buscar soluções conjuntas de fontes de financiamento voltadas à produção agropecuária e a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais.

Esse projeto tinha como justificativa para sua aprovação e execução as dificuldades de financiamento por meio de linhas de crédito dos bancos para pequenos e médios produtores. Em 1999, apenas 23% dos municípios eram servidos por instituições bancárias, provocando dificuldades na aplicação de crédito do Programa Nacional de Arrendamento da Agricultura Familiar (PRONAF; DIRETORIA DE FOMENTO E FORTALECIMENTO AO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL, 2013b). As metas previstas no projeto eram a constituição de 35 cooperativas de crédito rural para atender 735 produtores rurais. O Projeto de Criação de Cooperativas de Crédito Rural operou de 1999 a 2001, foram constituídas seis cooperativas, destas, três sobreviveram. Cabe destacar, porém, que a cooperativa que sobreviveu ao final do Projeto incorporou outra sobrevivente, a cooperativa de Araguatins, e a cooperativa de Miracema foi incorporada pela Sicoob/Credipar. Então,

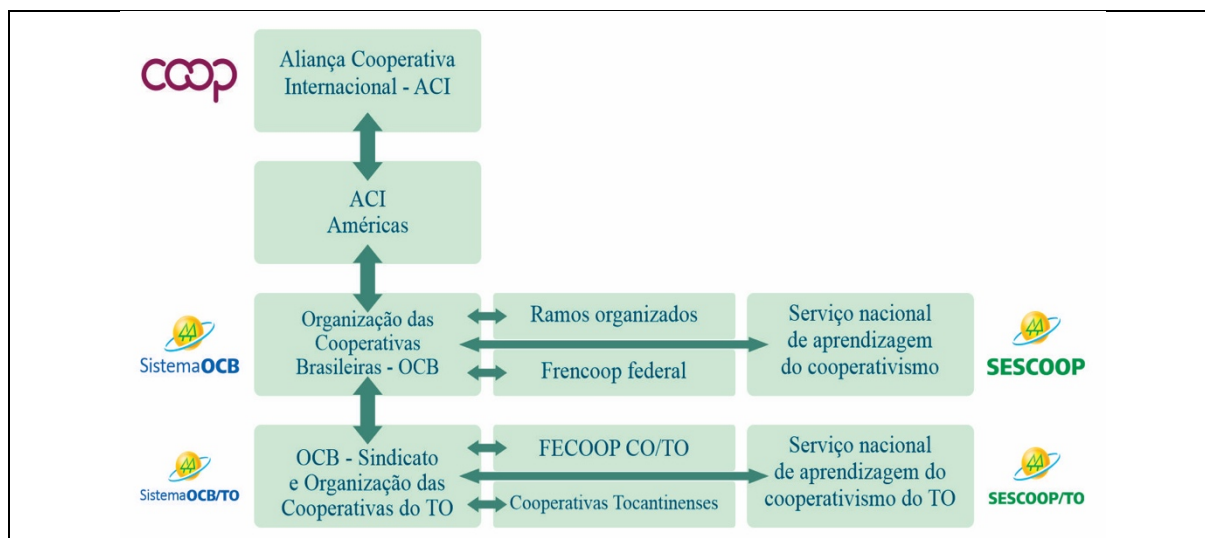
pode-se concluir que, das cooperativas de crédito criadas, a metade conseguiu sobreviver (SILVA; CANÇADO; PACÍFICO FILHO, 2017). Apesar disso, essas ações conseguiram atingir alguns resultados que podem ser considerados importantes para o cooperativismo de crédito no Tocantins. Tudo isso, pode ter contribuído para a expansão desse ramo de cooperativa nos principais municípios do estado, principalmente, a partir de 2012.

Em 30 de setembro de 1999, foi implantado no Estado do Tocantins, o SESCOOP/TO, a composição com a OCB e a Federação dos Sindicatos das Cooperativas do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins (FECOOP)⁴, passou a denominar-se de Sistema OCB/TO, que tem por objetivo operacionalizar, monitorar e controlar a gestão das cooperativas tocantinenses, conforme deliberações discutidas e aprovadas pela OCB. Além de objetivo de promover a capacitação técnica e a inserção social dos associados, dirigentes e empregados das cooperativas tocantinenses (FECOOP CENTRO OESTE TOCANTINS, 2021).

Em 29 de abril de 2009, por meio da resolução 11/2009, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFT, é aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, no Campus de Araguaína. O propósito central do curso é a formação profissional e humana, capaz de satisfazer às necessidades locais partindo do aproveitamento racional das potencialidades regionais, voltada para o desenvolvimento e para a operacionalização de processos gerenciais de organizações cooperativas. O curso tem por finalidade, formar profissionais aptos a atuar na gestão de organizações cooperativistas, empregando modelos inovadores de gestão e respondendo às demandas, frente a um mercado competitivo e em constante transformação por meio da aplicação de tecnologias, estratégicas compatíveis à sua área de atuação, planejando, avaliando e gerenciando recursos e processos, buscando oportunidades no ambiente de cooperativas, qualidade, produtividade e competitividade (UFT, 2009). No entanto, cabe ressaltar ainda que as ofertas de vagas no vestibular do curso estão suspensas, segundo consta no site da UFNT, no qual o último calendário acadêmico publicado foi referente ao semestre 2020/01.

Figura 4-Representação do sistema cooperativo tocantinense

⁴A FECOOP é uma entidade sindical patronal de grau superior, sem fins lucrativos representante da categoria econômica das cooperativas com sede em Goiânia/GO, com abrangência interestadual e base territorial do Distrito Federal (FECOOP CENTRO-OESTE TOCANTINS, 2021).



Fonte: Adaptado de Sistema OCB (2022).

Em março de 2011, a UFT Campus Palmas, em parceria com a OCB/SESCOOP, publica o edital de seleção do curso de Especialização em MBA em Gestão de Cooperativas, tendo como objetivo formar gestores de cooperativas preparados para lidar com a especificidade das organizações cooperativas e com habilidades conceituais e operacionais para a gerência destas organizações. O início das aulas ocorreu em maio de 2011, uma vez que o curso ofereceu 55 vagas, das quais 25 foram destinadas a candidatos vinculados ao Sistema OCB/SESCOOP (UFT, 2011). Cabe ressaltar ainda que, a Especialização em MBA em Gestão de Cooperativas, gerou como produto final um livro composto por uma coletânea de artigos científicos, produzidos pelos alunos em parceria com os professores. A coletânea é intitulada de “Cooperativismo no Tocantins: Possibilidades e Desafios” (CANÇADO, 2012). A obra foi publicada pelo SESCOOP/TO, em parceria com a UFT, em 7 de julho de 2012, em comemoração ao ano internacional do cooperativismo.

Decerto, em 11 de junho de 2012, passados 23 anos do início do movimento cooperativista no Tocantins, a Assembleia Legislativa do Estado, aprova a Lei 2.594, que instituía Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo (PEAC) com a finalidade de promover o desenvolvimento social, econômico e cultural do setor cooperativo. Essa lei determina que, os organismos do poder público estadual incentivem a organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação cooperativa, com base na legislação específica (TOCANTINS, 2012). Assim, com a aprovação deste dispositivo, o cooperativismo tocantinense, se insere de forma definitiva como uma política pública de desenvolvimento regional. A partir da aprovação desta lei, o segmento cooperativista tocantinense passa contar com normas jurídicas que garante a inserção de cooperativas dos mais diversos ramos nas

políticas governamentais de desenvolvimento para minimizar os problemas regionais latentes (SILVA; SILVA; CANÇADO, 2020).

A aprovação da PEAC foi um importante avanço para o segmento cooperativista tocantinense. Nesse sentido, Silva, Silva e Cançado (2020) destacam como marcos relevante para o desenvolvimento do cooperativismo, a previsão de criação do Fundo de Apoio ao Cooperativismo (FACCOOP-TO) e do Conselho Estadual do Cooperativismo (CECOOP).

A previsão de receitas para o funcionamento do FACCOOP-TO, são provenientes de convênios, contratos e acordos. As dotações orçamentárias para o suprimento do FACCOOP-TO serão oriundas de legados, auxílios, subvenções, empréstimos e contribuições de entidades públicas e privadas, nacionais, internacionais e estrangeiras, designados especificamente ao Fundo. Por outro lado, o CECOOP é órgão colegiado de caráter consultivo, normativo e deliberativo, tendo como competências institucionais, o fortalecimento e acompanhamento da implementação da PEAC, bem como estabelecer diálogo permanente com o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC; SILVA; SILVA; CANÇADO, 2020).

Destarte, esses órgãos estabelecem a participação governamental e da sociedade civil; a formação de parcerias; sugerir medidas para o aperfeiçoamento da legislação; colaborar com os demais conselhos de políticas públicas que tenham ‘interface’ e complementaridade com o cooperativismo e propor política de financiamento para cooperativas (TOCANTINS, 2012). Em resumo, a aplicação dos fundamentos previstos nos dispositivos da PEAC, pode contribuir para a institucionalização de um cooperativismo sustentado nas interrelações dos pilares econômico e social em forma de doutrina que envolve pessoas com os mesmos propósitos.

Portanto, diante da discussão apresentada, pode-se afirmar que o cooperativismo tocantinense é uma ramificação do movimento cooperativista goiano, as estratégias adotadas para a criação de cooperativas no Estado de Goiás e posteriormente no Tocantins, apresentam traços semelhantes, tanto nos aspectos de organização social, quanto nas medidas governamentais. Assim, as primeiras cooperativas constituídas em Goiás na década de 40 estão diretamente ligadas à matriz econômica do setor agropecuário e as políticas de apoio eram financiadas com recursos públicos, fato que se repetiu no norte de Goiás e especialmente no Tocantins, a partir de sua instalação em 1989.

Em síntese, no caso do Tocantins, esses traços característicos de um cooperativismo voltado ao agronegócio, com uma forte influência do setor público, permaneceram até o início dos anos 2000, quando houve uma maior diversificação das cooperativas com o surgimento dos ramos de consumo, crédito, infraestrutura, saúde, trabalho produção de bens, serviços e

transporte. De 1989 a 2012, os cooperativistas por meio da representação do OCB/SECOOP/TO, empreenderam na articulação para realização de seminários e encaminhamento de sugestão para projeto leis, visando à inserção do cooperativismo tocantinense na agenda institucional do estado como indutor das matrizes econômicas ainda em formação (SILVA; SILVA; CANÇADO, 2020).

Em resumo, pode-se observar que houve o envolvimento, tanto do poder executivo, quanto do legislativo do estado na criação de departamentos específicos na estrutura governamental para atender o segmento cooperativista, assim como na aprovação de leis pela Assembleia Legislativa. Entretanto, as medidas legislativas e governamentais empreendidas no Tocantins, voltadas ao cooperativismo, desde a sua instalação em 1989, até os dias atuais, não se traduziram em políticas públicas efetivas preponderantes para o desenvolvimento do segmento cooperativista tocantinense.

Quadro 12 - Competências do profissional

Evento	Local	Ano
Criação por meio do Decreto Nº 567/89, o Departamento de Associativismo e Cooperativismo	Miracema/TO	1989
Criação na estrutura da Secretaria da Agricultura do Estado do Tocantins, a Coordenadoria de Associativismo e Cooperativismo	Miracema/TO	1989
Realização do 1º Seminário Tocantinense de Cooperativismo	Miracema/TO	1989
Constituição da Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado do Tocantins (OCB/TO)	Miracema/TO	1989
Transferência da sede da OCB/TO de Miracema para Palmas/TO	Palmas/TO	1994
Implantação do SESCOOP/TO no Estado do Tocantins	Palmas/TO	1999
Criação do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, pela UFT, Campus Araguaina/TO	Araguaina/TO	2009
Criação da especialização MBA em Gestão de Cooperativas pela UFT, Campus Palmas	Palmas/TO	2011
Aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado, a Lei 2.594, que institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo (PEAC).	Palmas/TO	2012

Fonte: Silva, Silva eCançado (2020).

3 PRINCÍPIOS E VALORES COOPERATIVISTAS

Neste capítulo apresenta-se a demarcação teórica e conceitual que abordam os princípios e valores cooperativistas, em outros termos, quais os fatos históricos que ocorreram da criação da primeira cooperativa em Rochdale, 1844, aos congressos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) desde a sua fundação em 1895 até 1995.

3.1 Origens dos Princípios Cooperativistas

Inicialmente, a definição de princípio está relacionada ao conceito básico que fundamenta uma teoria (LACOMBE, 2004). O princípio pode ser entendido como aquilo que vem antes do começo. O mesmo que o começo que ocorre antes de tudo (FERREIRA, 2010). O conjunto de regras básicas aceitos para fundamentar uma ciência utilizada para verificação de um fenômeno (DUARTE, 2011). No caso do cooperativismo, os princípios são os pilares orientadores para serem aplicados em todos os processos de planejamento de gestão de uma cooperativa. Os princípios cooperativos são as diretrizes pelas quais as cooperativas colocam seus valores em prática (ACI, 2021).

Nesse aspecto, as cooperativas são regidas por princípios universais interdependentes e complementares, isso diferencia as cooperativas dos demais tipos de organizações (PEREIRA e CANÇADO, 2018). Esses princípios foram utilizados no estatuto da primeira cooperativa constituída em 1844, em Rochdale, Manchester, Inglaterra, e com o passar do tempo sofreram alterações. Dessa forma, o estatuto de Rochdale postulava as diretrizes acordada pelos sócios fundadores da cooperativa, que regulamentava os princípios norteadores para o funcionamento, estabelecia também objetivos mais amplos para o empreendimento e definia normas igualitárias e democráticas. Com o passar do tempo, esse estatuto foi utilizado como modelo para a constituição organizações de ajuda mutua composta por trabalhadores (SISTEMA OCB, 2022).

Na mesma linha, os princípios previstos no estatuto de Rochdale foram: democracia, livre adesão, liberdade para sair da cooperativa, compras e vendas à vista, juro limitado ao capital e retorno das sobras. Posteriormente, em 1845, na consolidação do estatuto de Rochdale, reafirma-se a democracia e livre adesão, fixando provisoriamente o limite de 250 associados, juros limitados ao capital, distribuição dos excedentes, primeiramente para as finalidades sociais e depois em forma de retorno para os cooperados, vendas a não membros, aperfeiçoamento intelectual dos associados por meio de descontos dos excedentes para educação e devolução desinteressada do ativo líquido (SCHNEIDER, 1999).

Quadro 13 - Princípios previsto nos estatutos primitivos de Rochdale, em 1844

Princípio	Significado prático
Democracia	A diretoria da cooperativa deveria ser eleita em Assembleia Geral
A livre adesão	A pessoa que desejasse afiliar-se à cooperativa deveria ser indicada por dois membros em uma reunião dos dirigentes e executivos
A livre saída	O associado que desejasse retirar-se da cooperativa deveria avisar à direção com um mês de antecedência e pagar os débitos com a cooperativa
Compras e vendas à vista	Todas as compras da cooperativa teriam de ser pagas à vista
Juro limitado ao capital e retorno	Os dirigentes deveriam publicar a importância dos excedentes realizados no trimestre o qual seria repartido.

Fonte: Schneider (1999).

O princípio democracia, estabelece que o presidente, o secretário, o tesoureiro, os três administradores e os cinco diretores constituiriam o governo da cooperativa e seriam eleitos pela Assembleia Geral. Igualmente se designariam dois comissários de contas (auditores) que estariam na função por um período de seis meses cada. O princípio da livre adesão estabelece que qualquer pessoa que desejasse afiliar-se à cooperativa deveria ser indicada por dois membros em uma reunião dos dirigentes e executivos. Se a proposta fosse aprovada pela maioria dos presentes, a pessoa seria elegível na seguinte Assembleia Geral, devendo então comprometer-se com o seguimento de seus estatutos e pagar uma parcela de sua cota e as demais parcelas dentro de prazos e condições estabelecidos.

O princípio da livre saída estabelece que quem desejasse retirar-se da cooperativa deveria avisar à direção com um mês de antecedência e pagar previamente os débitos com a cooperativa, caso os tivessem. O princípio compras e vendas à vista determina que todas as compras da cooperativa teriam de ser pagas à vista, em como todas as vendas aos associados teriam de ser feitas com o pagamento à vista. Os funcionários ou dirigentes que descumprissem essa norma pagariam uma multa e seriam destituídos de sua função.

O princípio juro limitado ao capital e retorno, estabelece que nas assembleias trimestrais por ocasião da apresentação do relatório financeiro, os dirigentes deveriam publicar a importância dos excedentes realizados no trimestre, o qual seria repartido. Foi estabelecida uma taxa de juro anual de 3,5% para o capital social, cota-parte, os excedentes restantes seriam pagos a cada associado na proporção das compras feitas na cooperativa (SCHNEIDER, 1999).

Diante dessa perspectiva, os pioneiros redigiram o estatuto composto por cinco princípios, os quais foram inspirados nos pensamentos dos intelectuais precursores, prevendo um modo diferente de empresa com objetivos que não eram apenas econômicos. Esses

princípios formam a base da doutrina cooperativista até os dias atuais (MARRA, 2016). Na mesma linha, Schneider (1999) afirma que os pioneiros, ao fundarem a cooperativa de Rochdale, estavam baseados em uma cooperação equitável, justa, igualitária, sincera e contrária a qualquer fraude na apresentação dos serviços a seus membros e a terceiros, ao mesmo tempo em que estavam fundamentados na cooperação que respeitaria a igualdade de direitos e a liberdade de cada cooperado.

Certamente, a nova forma de organização estabelecida nos estatutos de Rochdale foi um fator preponderante para a adaptação em outros ramos de cooperativas contribuindo assim para a evolução do cooperativismo moderno que, a partir do século XIX, conquistou espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos (SISTEMA OCB, 2022).

Assim, em 1854, dez anos após sua aprovação, o estatuto primitivo de Rochdale, foi alterado com a introdução das seguintes normas: Operações com não associados; Aperfeiçoamento intelectual dos associados e Devolução desinteressada do ativo líquido (SCHNEIDER, 1999). A norma operações com não associados, estabelece que os excedentes realizados por meio de operações com terceiros se aplicariam na redução dos preços das mercadorias. Já a norma, aperfeiçoamento intelectual dos associados, estabelecia a criação de um fundo formado por 2,5% dos excedentes líquidos e as multas aplicadas pela infração dos estatutos, separada de educação dos associados e de suas famílias, para a manutenção da biblioteca já existente e criação de outros meios de instrução considerados oportunos. A gestão do fundo seria confiada a uma comissão composta de 11 membros eleitos anualmente em assembleia geral. A norma devolução desinteressada do ativo líquido, estabelecia que, no caso de dissolução da cooperativa, uma vez salgadas todas as dívidas e os compromissos legais estatutários, o excedente seria aplicado em fins caritativos ou públicos.

Em síntese, a experiência da cooperativa de Rochdale foi de fundamental importância para o desenvolvimento cooperativista e para a configuração da forma organizacional das cooperativas, proporcionando amadurecimento agregado pelos fatores falhas e acertos adquiridos pelo acúmulo de experiências preponderante para elaboração formal de suas regras de funcionamento, fazendo com que as novas cooperativas criadas fossem semelhantes ao modelo inicial (CANÇADO *et al.*, 2012).

3.1.1 As Alterações dos Princípios Cooperativistas nos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional

As mudanças que provocaram profundas transformações na economia mundial, ocorreram a partir do início do século XIX e foram provocadas pelas inovações nos processos de produção de mercadorias, o aumento da competição entre as empresas, a substituição do trabalho manual pela utilização da máquina. Exigiram a mobilização do segmento cooperativista para realização de congressos para discutir e deliberar alterações nos princípios cooperativistas para uma adaptação a essa ordem imposta pelo capitalismo.

Em consequência disso, a ACI tratou de realizar congressos para deliberar as diretrizes internacionais do cooperativismo. Do evento de fundação da ACI em 1895, durante o primeiro Congresso Cooperativo, até 1934 passaram-se 39 anos. Nesse período, realizaram-se 13 congressos internacionais, todavia, a pauta era sempre voltada à disseminação da cultura cooperativista, principalmente no continente europeu. A discussão para alteração dos princípios cooperativista só iniciou no XIV congresso realizado em 1934 na Cidade de Viena Capital da Áustria (SCHNEIDER, 1999).

Destaca-se que a justificativa apresentadas pela diretoria da ACI para reformulação dos princípios era contemplar outros segmentos do cooperativismo. Uma vez que, os princípios de Rochdale estavam centrados nas demandas das cooperativas de consumo, pois, existiam outras formas e tipos de cooperativas espalhadas pelo mundo. Efetivamente, com o objetivo de deliberar sobre a reformulação dos princípios cooperativistas, a ACI realizou os congressos de Paris, na França em 1937, de Viena, em 1966, e de Manchester, em 1995. No XV Congresso da ACI realizado em Paris, Capital da França, em 1937, foram feitas as primeiras alterações dos princípios cooperativos, desde Rochdale, em 1844. A discussão fora iniciada três anos antes em Viena, no XIII Congresso da ACI, em 1930, e por iniciativa da Federação Nacional das Cooperativas de Consumo da França, sob o argumento de que a situação econômica da época já não era a mesma de 1844.

A comissão especial nomeada para tentar a alteração dos princípios tomou por base os estatutos e as atas das assembleias gerais da Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, legadas nos trabalhos do historiador Georges Jacob Holyoake e de outros que reforçaram aquelas fontes com entrevistas a fundadores, familiares e descendentes dos cooperadores iniciais e com a consulta direta nos arquivos da cooperativa (SCHNEIDER, 1999). Assim, pode-se afirmar que o XV Congresso da ACI, foi uma reivindicação dos cooperativistas, provocada pela depressão de 1929 dos Estados Unidos que, ao longo da década de 1930, gerou uma crise sistêmica que refletiu nas estruturas econômicas mundiais.

Schneider (1999) relata que a atualização dos princípios cooperativistas realizadas no Congresso de 1937, foi classificada em duas categorias. Na primeira, trata dos princípios

essenciais considerados como condição de adesão à ACI: adesão aberta; controle ou gestão democrática; distribuição das sobras (ou excedentes) pró-rata das transações; e, juros limitados ao capital. Na segunda, foram apresentados os métodos essenciais de ação e organização não obrigatórios para afiliação a ACI, porém recomendado pela organização: neutralidade política e religiosa; compras e vendas à vista; e promoção da educação.

Quadro 14 - Os princípios cooperativistas homologados na primeira reformulação no Congresso de Paris, em 1937

Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros	Significado prático
1-Adesão Aberta	Significa que, a pessoa que desejasse afiliar-se à cooperativa deveria ser indicada por dois membros em uma reunião dos dirigentes e executivos.
2-Controle ou Gestão Democrática	Significa que as cooperativas são instituições democráticas administradas por seus sócios. A diretoria da cooperativa deveria ser eleita em Assembleia Geral.
3-Retorno Pro-rata das Operações	Significa que a divisão das sobras da cooperativa será feita de modo proporcional à quantidade de ações de cada cooperado.
4-Juros Limitados ao Capital	Significa que, as cooperativas não deveriam praticar altas taxas de juros somente uma pequena e limitada.
5-Compras e Vendas à Vista	Na prática significa que, todas as compras e vendas realizada pela cooperativa teriam de ser pagas à vista.
6-Promoção da Educação	Na prática significa que, as cooperativas deveriam proporcionar educação por meio de treinamentos para os sócios, administradores, dirigentes eleitos e funcionários.
7-Neutralidade Política e Religiosa	Significa que, as cooperativas deveriam tratar todos os associados, parceiros e clientes sem discriminação social, política e religiosa.

Fonte: Adaptado de Schneider (1999).

Nesse aspecto, as exclusões dos princípios de educação cooperativa e neutralidade política e religiosa como condição essencial de filiação à ACI podem ser consideradas como uma manobra política, pois na Inglaterra, na Bélgica e em outros países, as cooperativas estavam estreitamente vinculadas às teses e às atividades dos partidos socialistas. Na Itália fascista, em 1922, e na Alemanha nazista, em 1933, o cooperativismo de consumo sofreu a interferência do Estado ou do partido, perdendo sua liberdade e autonomia. Em tais países, as cooperativas se transformaram em meras repartições estatais de consumo e abastecimento, interferência que provocaria o imediato desligamento do cooperativismo desses países da ACI (ACI, 2021).

Em outras palavras, a Primeira Guerra Mundial ocorrida entre 1914-1918, foi seguida por um tipo de colapso econômico verdadeiramente mundial que devastou partes do Velho Mundo, sobretudo na Europa. Esse evento, provocou queda da expansão do chamado ciclo do

comércio do século XIX (HOBSBAWM, 1995). Certamente, tanto a primeira, quanto a Segunda Guerra Mundial, ocorrida de 1939-1945, abalaram o sistema cooperativista. As Guerras tiveram a adesão dos países em que as principais cooperativas estavam instaladas, provocando assim, o esvaziamento do quadro de entidades filiadas à ACI.

Nessa perspectiva, a Segunda Guerra Mundial foi arena para os países ameaçados de descolonização e as potências imperiais que não haviam sido abalados pela Primeira Guerra Mundial, tais como Inglaterra, França e Holanda, lutarem de armas na mão para manter suas posições coloniais após 1945, provocando colapso econômico no comércio e atingindo também as organizações sociais de natureza cooperativa (HOBSBAWM, 1995). Certamente, o cooperativismo que tem como referência a sociedade inglesa do século XIX, principal centro industrial da Europa, sofreu impactos em decorrência das guerras.

A Segunda Guerra Mundial provocou grandes prejuízos econômicos ao continente Europeu, o conflito contabilizou um gasto total de 41.325 bilhões de libras, fabricou mais de 296 mil aviões e 53 milhões de toneladas de equipamentos navais, além de cerca de 45 milhões de vidas ceifadas, sendo a grande maioria inocentes (HOBSBAWM, 1995). Logo após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um período de grandes transformações com profundas mudanças econômicas e tecnológicas, com uma crescente automação das indústrias e progressiva opção por economias de escala, resultando em empresas multinacionais gigantescas.

Esses seriam os principais motivos para a revisão dos princípios cooperativistas pela ACI. Outra característica desse período foi o envolvimento do poder público na economia e na sociedade, com a criação e o fortalecimento de complexas empresas estatais, que junto com as grandes empresas capitalistas geraram situações de monopólio, sufocando as pequenas e médias empresas e tornando a sociedade cada vez mais dependente e explorada pelos seus interesses (SCHNEIDER, 1999). Dessa forma, a expansão econômica que ocorreu no pós-Segunda Guerra Mundial, foi um fator preponderante para a recuperação do terreno perdido pelo cooperativismo, no continente europeu e nos países orientais, principalmente no Japão que adotava políticas de investimentos em inovação dos processos de produção de bens, criando assim um ambiente propício para o surgimento de cooperativas.

No decorrer dos anos de 1930 a 1960, as grandes potências mundiais viviam em clima de Guerra Fria, as regiões subdesenvolvidas das antigas colônias europeias haviam conquistado sua independência, respirava-se um clima de otimismo na possibilidade de desenvolvimento dos países do terceiro mundo e vários desses governos incentivaram a difusão do cooperativismo. Por esses motivos, ocorreram transformações que afetaram as

cooperativas, obrigando-as a se transformar de pequenas associações em empresas cooperativas administrativamente complexas, com grandes parques industriais, como resposta necessária aos desafios da concorrência (SCHNEIDER, 1999).

As mudanças que ocorreram no cenário econômico mundial, a partir da década de 1930, exigiram das cooperativas a adoção de estratégias para visando o fortalecimento das redes de cooperação. Tais mudanças influenciaram as relações de capital e trabalho, consolidando o sistema capitalista como a mola propulsora do processo de globalização e a competitividade das organizações globais e, conseqüentemente, a própria ACI na década de 1960 cresceu o número de membros. A ACI passou a atuar nos diferentes sistemas econômicos desenvolvidos e subdesenvolvidos, tornando-se mais representativa de todos os tipos de segmentos de cooperativas. Até os meados da década de 1960 no panorama mundial e em nível da ACI, ainda predominava as cooperativas de consumo e agrícolas, mas a partir de então crescia cada vez mais as cooperativas de crédito, habitacionais, de pesca, de trabalho, de serviço em geral e cooperativas mistas (SCHNEIDER, 1999).

Nesse sentido, a discussão para a segunda reformulação dos princípios cooperativistas deu-se início logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, em um período marcado por significativas transformações e profundas mudanças econômicas e tecnológicas e uma crescente automação das indústrias e progressiva opção por economias de escala, resultando no surgimento de empresas multinacionais. Em 1963, a ACI, promoveu o XXII Congresso, em Bournemouth, Inglaterra, nesse evento, os líderes cooperativistas começaram a questionar como se aplicariam os princípios cooperativistas à nova realidade econômico-política da época. Por esse e outros motivos, foi instituída uma comissão especial para examinar a aplicabilidade dos princípios cooperativistas nas diversas partes do mundo e em diferentes sistemas econômicos, visando apontar uma correta formulação dos princípios adaptados aos tempos atuais à luz da aplicação em todo o mundo.

No XXIII Congresso realizado pela ACI, em 1966, Viena, Áustria, foi apresentada a proposta de alteração dos princípios cooperativistas que foram aprovados com a seguinte redação: adesão livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social); gestão democrática; distribuição das sobras ao desenvolvimento da cooperativa, aos serviços comuns e aos associados pró-ratadas operações; taxa limitada de juros ao capital social; constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral; e, ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional.

Quadro 15 - Os princípios cooperativistas homologados na segunda reformulação no Congresso de Viena, em 1966

Princípio	Significado prático
1-Adesão Livre	Significa que, a adesão as cooperativas deveria ser um ato voluntário do interessado, sem discriminação social, política e religiosa, tanto para os clientes e parceiros, quanto para as pessoas que estão dispostas a aceitar as responsabilidades da filiação.
2-Gestão Democrática	Significa que, os negócios da cooperativa deveriam administrados por pessoas eleitas ou indicadas pelos associados que gozam de direitos iguais, sendo um voto para cada membro.
3-Taxa Limitada de Juros ao Capital Social	Na prática significa que, o capital da cooperativa agrega tão somente uma pequena e limitada taxa de juros nas relações de compras e vendas, se houver.
4-Distribuição das Sobras	Significa que, os excedentes da cooperativa devem ser distribuídos para os associados de acordo com o valor das operações realizadas por cada cooperado.
5-Constituição de um fundo para a educação dos associados e do público em geral	Na prática significa que, todas as cooperativas devem destinar recursos para a formação de seus associados, dirigentes, funcionários.
6-Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional	Significa que todas as cooperativas devem formular parcerias visando atender demandas de seus membros e da comunidade.

Fonte: Adaptado de Schneider (1999).

Diante disso, pode-se observar que, nos princípios cooperativistas homologados no Congresso de 1966, foi adotado o sexto princípio, a intercooperação. Esse estabelecia que as cooperativas deveriam planejar e executar ações para atender as necessidades de seus membros e fortalecerem o movimento quando atuam em conjunto (SISTEMA OCB, 2022). No entanto, três princípios foram reformulados, a neutralidade política e religiosa foi inserida no princípio adesão livre e voluntária e a eliminação da norma de compras e vendas a vista foi introduzida no Congresso de 1937 (SCHNEIDER, 1999).

A terceira reformulação dos princípios cooperativistas, iniciada em 1988, gerou a atual configuração dos princípios finalizada em setembro de 1995, no Congresso Centenário de ACI, em Manchester. Essa revisão foi completamente diferente das primeiras e foi convocada para examinar as mais profundas questões de identidade cooperativa, pois o crescimento quantitativo e empresarial das cooperativas fez com que os valores básicos do cooperativismo fossem substituídos pela eficiência econômico-administrativa e pela necessidade de encontrar respostas eficazes ao crescente desafio de um mercado extremamente competitivo e monopolista devido à formação de grandes empresas multinacionais (ANNIBELLI, 2008).

Em síntese, Cançado (2007) e Cançado *et al.* (2012) sustentam que as alterações feitas nos princípios cooperativistas foram de grande relevância, com a inclusão dos princípios

autonomia e independência e preocupação com a comunidade, fatores que indicam que o cooperativismo está se atualizando. Nesse sentido, os Congressos realizados pela ACI em 1937, 1966 e 1995, com a finalidade de reformulação dos princípios cooperativistas estão registrados na história mundial como os principais fatos que marcaram o processo de construção e evolução do cooperativismo em 177 anos (1844-2021) (SCHNEIDER, 1999). A seguir, são apresentados os princípios cooperativistas que vigoram nos dias de hoje fruto da última reunião da ACI, que fez reformulações nos princípios.

3.1.2 Os Atuais Princípios Cooperativistas

Os princípios do cooperativismo foram criados por líderes, alimentados por ideais baseados na cooperação. Com a evolução e a modernização e da economia mundial, esses princípios foram sendo alterados e adaptados à realidade do mundo atual. Atualmente, estão em voga os princípios: Adesão voluntária e livre; Gestão democrática; Participação econômica dos sócios: Autonomia e independência; Educação, formação e informação; e, Intercooperação: Preocupação com a comunidade (SCHNEIDER, 1999).

3.1.3 Adesão Voluntária e Livre

A adesão voluntária e livre significa que podem associar-se às cooperativas todas as pessoas que disponham de condições de utilizar seus serviços e queira aceitar as responsabilidades de associado, sem discriminação de gênero, raça, condição social, preferência política ou credo religioso. De forma que qualquer pessoa pode aderir à cooperativa, desde que atenda as normas previstas no estatuto e esteja de acordo a assumir com as responsabilidades de sócio. O desligamento da cooperativa também é livre.

Portanto, a Lei 5.764/71, em seu Art. 4º, define que a cooperativa pode negar o pedido de adesão quando os objetivos da associação e do candidato a cooperado forem divergentes e o interessado não for residente no raio de abrangência da organização. Nesse sentido, o aspirante a cooperado terá de comungar do interesse da cooperativa, pertencer ao mesmo segmento classista e dispor da capacidade técnica para prestação de serviços em concordância com os propósitos e a finalidade da associação. O processo de saída, como aborda Cançado *et al.* (2012), pode acontecer de maneira voluntária, por meio de uma solicitação formal de demissão que será homologada em assembleia geral. O art. 32 da Lei nº 5.764/71 prevê que a demissão do associado ocorrerá unicamente a pedido do associado.

Nessa perspectiva, os critérios de entradas e saídas devem ser amplamente discutidos na assembleia de fundação da cooperativa e estabelecidos de forma clara no estatuto. Para tanto, sugere-se a inclusão no estatuto de criação da cooperativa que a solicitação da adesão é condicionada a participação do candidato a cooperado a um número mínimo de reuniões.

Essas exigências se fazem necessárias para o interessado entender e compreender os propósitos e a finalidade da entidade.

Em resumo, para uma organização cooperativa cumprir a sua função social, o seu processo de planejamento e gestão deve correr com a perfeita interação do ambiente interno com o externo, para assim obedecer aos sete princípios que norteiam o ato cooperativo, ao passo que o primeiro princípio é garantir a adesão livre e voluntária a qualquer pessoa a associar-se a cooperativa que apresentem condições e queiram aceitar as responsabilidades de associado, sem discriminação.

3.1.4 Gestão Democrática

Na prática esse princípio significa participação ativa e direta de homens e mulheres associados, quer no estabelecimento de diretrizes políticas, quer na tomada de decisões. Nas cooperativas de primeiro grau, pratica-se a igualdade de direito (um membro, um voto), nos demais níveis, os critérios de votação poderão ser estabelecidos segundo a representação dos associados por um determinado número de delegados devidamente credenciados.

Vale salientar que, de acordo com as premissas da ACI, as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus sócios que, reunidos em assembleia, discutem e votam as ações da cooperativa, bem como elegem seus representantes. Cada cooperado representa um voto. Esse princípio permanece desde Rochdale de 1844, lembra Cançado *et al.* (2012), e isto se dá pelo fato de ser o principal elemento de sustentação da filosofia cooperativista. Nesse pressuposto, todas as decisões são tomadas com base em informações construídas e deliberadas de formas prevalecer o interesse coletivo e vedar as vontades individuais impostas isoladamente.

Portanto, a eficácia da aplicação desse princípio depende exclusivamente da capacidade de participação e comprometimento de seus membros nas assembleias e no acompanhamento do processo de planejamento e execução das ações, pois as cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus associados. Para Cançado *et al.* (2012), a prática desse princípio exige a participação ativa dos associados que, por meio de assembleias, discutem, deliberam e votam políticas, objetivos estratégicos e metas de trabalho. Em cumprimento da Lei nº 5.764/71, Art. 44, a assembleia geral ordinária é realizada anualmente nos três primeiros meses após o término do exercício social, para votar e serem votados como parte no processo de escolha dos representantes que administrarão a sociedade.

Tesch (2000) coloca em evidência que os direitos do cooperado são formalmente assegurados por lei e estatutos. Todos os associados têm o direito de participar das

assembleias gerais e ordinárias, discutir e votar assuntos nela tratados e encaminhar ao conselho pertinente, administração ou fiscal, ser informado e solicitar informações sobre as atividades da cooperativa.

Logo, o princípio estabelece uma gestão democrática para garantir a participação ativa e direta de homens e mulheres associados no planejamento e gestão da cooperativa. Participação econômica dos sócios, para os associados contribuírem igualmente para o capital de sua cooperativa, bem como dividir os resultados entre os associados até o limite da contribuição de cada um. A autonomia e independência para que o controle da cooperativa seja feito pelos cooperados e participação nos acordos firmados com outras organizações e empresas.

Importa ressaltar que, quando o número de associados da cooperativa exceder a 3.000, o estatuto pode estabelecer que os mesmos sejam representados nas assembleias gerais por delegados que tenham a qualidade de associados no gozo de seus direitos sociais e não exerçam cargos eletivos na sociedade. No Brasil, essa possibilidade de representação, está contemplada no artigo 42, da Lei Geral do Cooperativismo Brasileiro, 5.764/71 (BRASIL, 1971).

3.1.5 Participação Econômica dos Sócios

O controle democrático da cooperativa é igual contribuição ao capital, sendo que uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa. A assembleia geral poderá fixar uma limitada compensação ao capital subscrito como condição ao membro que se associa à cooperativa (quotas-partes), bem como benefícios aos cooperados na proporção de suas transações com a cooperativa e poderão ser criadas outras contribuições – para fundo de reserva, desenvolvimento das atividades da cooperativa e outras iniciativas aprovadas pelo corpo de associados.

Nesse princípio, os associados devem contribuir igualmente para o capital de sua cooperativa e controlá-lo democraticamente. Parte desse capital é propriedade de todos os cooperados. Quando a cooperativa obtém resultados positivos, os rendimentos podem ser divididos entre os associados até o limite do valor de contribuição de cada um. O restante poderá ser destinado para investimentos na própria cooperativa, sempre obedecendo à decisão tomada pela maioria na assembleia geral. Quando os resultados forem negativos, e não havendo saldo nos fundos de reserva da cooperativa, poderão ser rateados entre os cooperados.

Em outras palavras, Tesch (2000) argumenta que os sócios contribuem de forma equitativa e controlam de forma democrática o capital de sua cooperativa, sendo que parte

dele é de propriedade comum, os cooperados recebem juros limitados se houver correção sobre o capital, como condição de sociedade. Cançado *et al.* (2012) argumentam que o princípio da participação econômica dos membros tem como objetivo valorizar o trabalho e o homem com a apropriação dos resultados de seu trabalho, eliminando a figura do atravessador. Os autores afirmam que o princípio da participação econômica dos sócios passou por diversas adaptações pela ACI. Em sua primeira formulação, estava subdividido em três normas de conduta: retorno pró-rata das operações, juro limitado ao capital investido e vendas a dinheiro.

3.1.6 Autonomia e Independência

A aplicação desse princípio decorre do entendimento, adotado pela ACI, de que a cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades econômicas, sociais e culturais, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização. No caso de haver entendimentos para apoio de outras organizações, inclusive governos, ou captação de recursos de fontes externas, devem ser assegurados a autonomia e o controle democrático da cooperativa por seus próprios associados. As cooperativas são organizações autônomas e independentes, controladas pelos cooperados, que são usuários e proprietários do negócio. Qualquer acordo estabelecido com outras organizações e empresas devem garantir aos membros essa condição.

Segundo Cançado *et al.* (2012), a organização cooperativa deve, de acordo com o princípio da autonomia e da independência, tomar suas próprias decisões referentes aos caminhos que deseja trilhar, democraticamente, sem interferências externa. Nesse sentido, todas as ações e parcerias realizadas pela cooperativa não devem criar vínculos ou limitações que limitem suas decisões. Partindo desse pressuposto, Schneider (1999) sustenta que a autonomia cooperativa e o direito do associado determinam por si mesmo para que e para onde sua cooperativa deve ser organizada.

Assim, destaca algumas características: autonomia dos associados para determinar os objetivos de suas ações sem nenhuma imposição ou ingerência externa; autonomia dos cooperados para redigir ou modificar os estatutos em conformidade com que a lei determina; autonomia para escolher seus representantes que serão os administradores eleitos pelos associados; autonomia do conselho executivo para executar as políticas e dirigir os negócios da cooperativa; e, autonomia das estruturas singulares frente às integradas. Nessa perspectiva, as organizações cooperativas devem cumprir sua missão de forma autônoma e independente. Assim não devem permitir a interlocução de interesses em que não seja o principal protagonista no processo de cooperação e autogestão o próprio cooperado.

3.1.7 Educação, Formação e Informação

Esse princípio foi reformulado em 1995, pela Aliança Cooperativa Internacional, e estabelece a condição para que os associados, os representantes eleitos, os executivos e os empregados da cooperativa possam, efetivamente, contribuir para seu desenvolvimento. Além disso, a natureza e os benefícios do cooperativismo devem estender-se ao público, em especial aos jovens e aos líderes da comunidade.

Partido desse pressuposto, as cooperativas devem promover a educação e a formação de seus sócios, capacitando-os para a prática cooperativista e para o desenvolvimento de suas atividades. As cooperativas também devem informar o público em geral sobre as vantagens da cooperação, estimulando o ensino do cooperativismo na comunidade e na região em que atuam. Cançado *et al.* (2012) argumentam que a ACI, com as decisões tomadas no Congresso de seu centenário em 1995, teve a preocupação com a formação e a informação dos cooperados como a criação de fundos para a educação cívica cooperativista, a formação profissional de quem a cooperativa interessa.

Os autores abordam uma perspectiva otimista acerca da ampliação desse princípio, fator que contribuirá para o desenvolvimento sustentável das cooperativas, em um ambiente no qual, para a prática da cooperação, se faz necessário que os cooperados conheçam bem o empreendimento do qual participam. A inclusão da formação dos cooperados na atribuição das cooperativas acompanha uma tendência mundial no processo de novas técnicas de produção. Vale salientar que o requisito educação e informação sempre esteve presente nos princípios cooperativistas desde Rochdale, porém foi esquecido por algum tempo, voltando a ganhar força em 1966, com a criação de um fundo para esse fim, mas sua sistematização e consolidação aconteceram no Congresso da ACI de 1995. A partir daí muitas cooperativas passaram a colocar em prática esse princípio com a capacitação de seus cooperados e colaboradores.

Em suma, o princípio educação, formação e informação, deve ser implementado por meio da capacitação de seus sócios e colaboradores para o exercício da prática cooperativista. Bem como informar o público, em geral, sobre as vantagens da cooperação, estimulando o ensino do cooperativismo na comunidade e na região em que atuam.

3.1.8 Intercooperação

Cooperação entre cooperativas, por meio do trabalho em conjunto baseado na interação das cooperativas, em níveis local, regional e internacional, fortalece o movimento cooperativo e atende os cooperados de maneira mais efetiva (ACI, 2021). Nessa perspectiva as cooperativas devem trabalhar em conjunto, por meio dos intercâmbios e troca de

informações, produtos e serviços, para atender melhor seus cooperados com o objetivo de fortalecer o movimento cooperativo.

Tesch (2000) afirma que a cooperação entre cooperativas atende seus sócios com mais efetividade e fortalece o movimento cooperativo, trabalhando junto por meio de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. Na prática, funciona como um sistema de parcerias entre cooperativas independentemente do ramo de atuação. O autor aponta que o princípio da intercooperação foi criado inspirado nos ideais de Robert Owen (1771-1858) que afirmava que o homem é o resultado de seu meio social e, para modificá-lo, seria necessário a modificação do seu meio social, mas de forma pacífica, gradual e moderada, a fim de que nenhuma parte do corpo político nem do indivíduo sofresse com a mudança. A modificação do caráter dos indivíduos, por sua vez, acarretaria mudanças no sistema social.

Na mesma perspectiva, Schneider (1999) argumenta que os ideais Owenistas tinham suas principais ações com base no combate à concorrência, à divisão social entre operários e patrões por considerá-los os principais responsáveis pelos males e injustiças sociais, pois consideravam que toda a produção devia ser dos trabalhadores. Vale salientar que o princípio da intercooperação proporciona a formulação de parcerias entre cooperativas para o alcance de objetivos estratégicos, sem levar em consideração o ramo ou o campo de atuação das cooperativas envolvidas, fator que contribui para o sistema cooperativista alcançar melhores inserções da competitividade.

Em síntese, a intercooperação, ocorre por meio da formulação de parcerias entre as cooperativas por meio da realização de intercâmbios e troca de informações, para atender melhor seus cooperados e fortalecer o movimento cooperativo. O princípio preocupação com a comunidade, determina que as cooperativas devem contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros (ACI,2021).

3.1.9 Preocupação com a Comunidade

Os membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades. As cooperativas devem trabalhar para o bem-estar de suas comunidades, na resolução dos problemas atuais, mas pensando nas gerações futuras por meio de programas socioculturais, realizados em parceria com o governo e outras entidades civis (OCB/SESCOOP-GO, 2012). Para Tesch (2000), de acordo com esse princípio, as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável das comunidades que estão inseridas no raio de abrangência das cooperativas por meio de políticas aprovadas pelos

membros. Nesse pressuposto, o cumprimento desse princípio leva as cooperativas a desenvolver uma responsabilidade com o desenvolvimento das comunidades em que atuam com a execução de ações concretas com foco nos aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais.

Cançado *et al.* (2012) referenciam que o contexto da preocupação com a comunidade sempre esteve presente nos princípios que norteiam as cooperativas desde Rochdale, em 1844, porém com outro roteiro de informação. Sugere-se a formulação de parcerias entre o poder público e as organizações cooperativas nas regiões em que atuam, para implementação de ações que possam contribuir para o desenvolvimento local de forma sustentável. Colaborando, assim, para manutenção do equilíbrio ecológico por intermédio de uma relação adequada entre recursos, produção e consumo.

Esse princípio, sistematizado pela ACI em 1995, trata diretamente do assunto relacionado à preocupação com a comunidade e permite a essas associações interagirem nesse universo de forma estratégica como um instrumento da sociedade organizada no intuito de auxiliar na resolução de problemas culturais, sociais e ambientais, principalmente no que tange a inclusão social. Em suma, pode-se inferir que o cooperativismo é uma filosofia de organização que transborda na direção da colaboração e da associação de pessoas com os mesmos interesses, a fim de obter vantagens comuns em suas atividades econômicas, orientadas por princípios universais que são adotados como linhas orientadoras para ser aplicada tanto no processo de planejamento, quanto no gerenciamento das cooperativas, sustentados em valores que são preponderantes para o alcance da finalidade social da associação-cooperativa.

Quadro 16 - Os princípios cooperativistas homologados no Congresso da ACI, de Manchester, em 1995

Princípio	Significado
Adesão Livre e Voluntária	Caracteriza a liberdade de qualquer pessoa associar-se, independentemente de gênero, religião, raça ou partido político e quem decide associar-se em uma cooperativa deve fazê-lo de forma voluntária
Controle Democrático pelos Sócios	As cooperativas devem ser geridas pelos seus sócios, os quais devem participar da tomada de decisão
Participação Econômica dos Sócios	Representa a contribuição monetária realizada pelo sócio de forma equitativa, conhecida como capital social
Autonomia e Independência	Define que as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, devem atuar de forma que preservem o controle democrático dos sócios e mantenham sua autonomia
Educação, Treinamento e Informação	Sugere que as cooperativas ofereçam a oportunidade para associados e colaboradores se aperfeiçoarem através de cursos, para assim contribuírem ao desenvolvimento da cooperativa que pertencem
Cooperação entre Cooperativas	Fundamenta-se na intercooperação das cooperativas, em que juntas realizam o atendimento do associado contribuindo para o fortalecimento de todo sistema cooperativo
Preocupação com a Comunidade	É conceituado, como o princípio em que as cooperativas devem promover o desenvolvimento sustentável e assumir a responsabilidade social para com sua comunidade.

Fonte: Adaptado de Schneider (1999).

Em resumo, identificaram-se alguns estudos nacionais e internacionais que discutem a prática dos princípios cooperativistas. Após o acesso ao site *Scielo*, teve-se acesso aos seguintes artigos: Bertuol, Cançado e Souza (2012), fazem uma reflexão sobre a prática dos princípios cooperativistas numa cooperativa de crédito tocantinense; Milagres, Cançado e de Jesus (2014), abordam de forma analítica a aplicação dos princípios cooperativistas na Cooperativa de Crédito SICREDI – Araguaia Tocantins; Serpa, Cançado e Silva (2021), analisam a aplicação dos princípios cooperativistas na cooperativa Sicoob Tocantins, por meio de um estudo de caso; Silva, Abrantes e Oliveira (2012), que debatem a correlação da doutrina com os princípios cooperativistas por meio de um estudo de caso aplicado na Cooperativa Maxi Mundi. Diante do já exposto, na seção seguinte serão apresentadas as definições e os fundamentos teóricos dos valores cooperativistas.

3.2 Valores Cooperativistas

Conceitualmente, o Dicionário Aurélio define valores como a reunião das normas, regras sociais, preceitos morais que são passadas de uma pessoa, sociedade, ou grupo de indivíduos (FERREIRA, 2010). Assim, valores são os princípios que compõem um quadro de referência capaz de orientar as ações humanas (LACOMBE, 2004). Trata-se de um conjunto de princípios de natureza ético-filosóficas, praticados por uma pessoa, grupo ou organização

(DUARTE, 2011). No caso do cooperativismo, os valores são os elementos que orientam a doutrina cooperativista.

Nesse aspecto, podem-se definir os valores cooperativistas como a representação de um conjunto de princípios e crenças fundamentais que orientam os objetivos da cooperativa, bem como fornecem sustentação a todas suas principais decisões dos cooperados, funcionários e administradores. Representam os princípios éticos que norteiam todas as ações da cooperativa, desde a realização de assembleias a elaboração de códigos e condutas. Normalmente, os valores são compostos de regras morais que simbolizam os atos de seus administradores, fundadores, e colaboradores em geral. Schneider (1999) afirma que a questão dos valores do cooperativismo na visão das ciências sociais são concepções do que é desejável, influenciam no comportamento coletivo e apresentam um caráter direcional para a ação e envolvem certos componentes efetivos, além de exercer uma grande força de atração e motivação sobre as pessoas que se empenham pelo seu segmento e sua defesa.

Diante dessa perspectiva, o cooperativismo é o único movimento socioeconômico do planeta que se desenvolve sob uma mesma orientação doutrinária sustentado por princípios e valores universais. Os valores do cooperativismo são a base perene de raízes mais profundas da estrutura que dão origem aos princípios cooperativistas (ACI, 2021). Em termos práticos, os valores cooperativistas são os princípios norteadores, ou crenças, que servem como critério para moldar os comportamentos, atitudes e decisões das pessoas que trabalham ou integram o quadro social da cooperativa para que, no exercício das suas responsabilidades, e na busca dos seus objetivos, estejam executando a missão, na direção do alcance dos objetivos da cooperativa.

Dessa forma, os valores do cooperativismo, enquanto padrões ou critérios para estabelecer o que deve ser considerado como desejável, assentam as bases para aceitação ou a rejeição de normas particulares. Outra concepção referente a valores concebe-se os como critérios a partir dos quais se fazem as avaliações, o que os tornam importantes como pontos de referência de análise científica social (SCHNEIDER, 1999). Em 1995, no Congresso de comemoração de seu centenário em 1995, a ACI ratificou que os valores cooperativos devem ser baseados na ajuda mútua, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, com base na tradição de seus pioneiros de Rochdale. Nesse contexto, a ACI, reiterou a importância dos valores éticos da honestidade, dos mecanismos democráticos de consulta e informação dos associados, da responsabilidade social e da associação voluntária de pessoas para se entre ajudarem economicamente (ACI, 2021).

Nesse aspecto, a solidariedade está relacionada ao compromisso, a responsabilidade que todos têm com todos, fazendo a força do conjunto e assegurando o bem de cada um dos membros. Trata-se de uma espécie de reciprocidade obrigacional, justificada pelo interesse comum. Nas relações cooperativistas, ser solidário é praticar a ajuda mútua. A liberdade concerne ao direito de escolha pela entidade cooperativa, tanto na hora do ingresso como no momento da saída, podendo a pessoa, enquanto cooperada, mover-se e manifestar-se de acordo com a sua vontade e consciência, respeitados os limites estabelecidos coletivamente.

A solidariedade é a ajuda mútua que constitui a base do cooperativismo, pois, empreendimentos em comum exigem pessoas solidárias, dispostas a estabelecer vínculos entre si, baseadas no apoio mútuo, no sentido recíproco da união e de responsabilidades entre os cooperados (TESCH,2000).A democracia, que está diretamente relacionada ao pleno direito de o associado participar da vida da cooperativa em toda a sua dimensão, especialmente pela palavra e pelo voto, implicando, em contrapartida, respeito às decisões majoritárias. Indica também acesso universal, sem discriminação de qualquer espécie. Uma vez que é pela democracia que se exerce a cidadania cooperativa (SCHNEIDER, 1999).

A democracia é o valor que significa participação dos cooperados em todas as reuniões, o direito de opinião, a oportunidade do exercício das funções diretivas, o respeito ao direito das pessoas, ainda que divergentes, o direito ao voto. Sobretudo a democracia cooperativa pressupõe a manifestação da vontade coletiva. Dessa forma, a equidade é o valor que se manifesta, fundamentalmente pela garantia da igualdade de direitos, pelo julgamento justo e pela imparcialidade, tanto em aspectos econômicos, como sociais. A igualdade, que impede a segregação em razão de condição socioeconômica, raça, gênero ou sexo, ideologia política, opção religiosa, idade, ou de qualquer outra preferência ou característica pessoal. Todos os membros da cooperativa devem ser assegurados os mesmos direitos e as mesmas obrigações (SCHNEIDER, 1999).

Assim sendo, a equidade é o valor que está na alma do cooperativismo, pois não se pode dizer que há cooperação, se não houver equidade. Nas relações cooperativistas devem existir deveres e direitos gerais e iguais para todos. Deve prevalecer a distribuição proporcional à participação de cada cooperado. Cada cooperado deve receber assistência de acordo com suas necessidades. A responsabilidade está relacionada com a assunção e o cumprimento de deveres dos cooperados com cooperativa. Cada membro é responsável pela viabilidade do empreendimento, incumbindo-lhe cooperar com a cooperativa e participar das atividades sociais. Cada membro responde pelos seus atos, devendo conduzir-se com retidão moral e respeito às regras de convívio adotadas coletivamente (SCHNEIDER, 1999).

Destarte, a honestidade é o valor que se remete à verdade por excelência, é uma das marcas de pessoas de elevado caráter. Tem a ver com retidão, probidade, honradez e dignidade. A transparência, diz respeito à clareza, àquilo que efetivamente é, sem ambiguidade, sem segredo. No meio cooperativo, todos têm de ter conhecimento preciso sobre a vida da entidade: suas regras, sua gestão, seus números. Por último, o valor que trata da responsabilidade socioambiental, trata-se do valor que se conecta ao compromisso do empreendimento cooperativo, naturalmente de caráter comunitário, com o bem-estar das pessoas e com a proteção do meio ambiente compreendidos na sua área de atuação, preocupação que envolve desenvolvimento econômico e social e respeito ao equilíbrio e às limitações dos recursos naturais (SCHNEIDER, 1999).

Portanto, partindo desse pressuposto, os valores cooperativistas são os principais elementos norteadores que sustentam a doutrina e a filosofia cooperativa, fatores que insistiram no direcionamento dos princípios quando sua perfeita aplicação. Assim, o produto final é a contribuição das sobras para um desenvolvimento autossustentável, a valorização dos recursos humanos, a participação consciente de seus associados, a defesa da ecologia e a perfeita interação da cooperativa ao seu entorno, nos aspectos econômicos, político e social. No Capítulo seguinte, serão apresentados os aspectos históricos e conceituais do desenvolvimento regional no Brasil e no Tocantins.

4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Este capítulo apresenta a definição conceitual de região que delimita o constructo desenvolvimento, quais os fundamentos teóricos que determinam os conceitos e os aspectos históricos do desenvolvimento regional no Brasil, no Tocantins e suas interfaces com o cooperativismo. Inicialmente, apresenta-se a definição conceitual de região como uma extensão territorial coberta com características próprias, tais como clima, solo, vegetação e produção econômica. A caracterização da região pode ser o primeiro passo a fundamentação teórica do constructo desenvolvimento regional. Nesse aspecto, Boudeville (1970) define três tipologias de regiões: homogênea, polarizada e programa.

Assim sendo, a região homogênea é um espaço uniforme e contínuo, onde cada uma das partes constituintes apresenta características relevantes e similares. A região polarizada é um espaço heterogêneo que apresenta a relação de um conjunto de atividades e agentes econômicos estruturados por meio da ação das organizações, caracterizadas por atividades produtivas de transformação ou comercialização, o que amplia a atratividade da aglomeração por meio da criação de postos de trabalho. A região programa tem o caráter operacional, constitui-se em um espaço físico contínuo submetido a decisões de uma autoridade com o propósito de atingir objetivos econômicos.

Nessa perspectiva, a região é um espaço delimitado por decisões políticas para estabelecer programas ou projetos de desenvolvimento regional, cujo dinamismo econômico fundamenta-se na concepção keynesiana, que defende a implementação de elementos indutores da economia local a partir da intervenção do poder público (KALECKI, 2010). Dessa forma, a delimitação de uma região como estratégia governamental pode estar diretamente ligado a atração de capital para a introdução do processo de desenvolvimento. Enquanto o pressuposto desenvolvimento está diretamente relacionado ao processo de crescimento dos fatores social, político e econômico que podem ser observados num país, região ou comunidade. Nessa perspectiva, Sen (2010) afirma que o processo de desenvolvimento pode ser encontrado tanto na análise econômica, quanto nos debates públicos.

Em princípio, as definições dos conceitos que até os dias atuais foram apresentadas pelas diversas escolas de pensamento econômico, não permite um consenso universalmente aceito que explica como atingir o desenvolvimento da economia em um país, estado ou região. Nesta linha, Souza (2011) enfatiza que existem duas correntes de economistas que conflitam sobre o conceito. A primeira, de tradição neoclássica, considera o crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já a segunda corrente entende que o crescimento é a

situação indispensável para o desenvolvimento, mas não a condição suficiente. Todavia, Martinelli e Joyal (2004) defendem uma nova concepção de desenvolvimento econômico que permite as pequenas organizações se adaptarem as novas regras de mercado impostas pela globalização que estimula o aumento da produtividade dos fatores de produção, por meio do avanço da tecnologia, maior produção com menor uso do tempo e do trabalho.

Assim, a nova concepção de desenvolvimento, estabelece a inserção de componentes socioculturais no contexto global por meio da valorização dos territórios e o fortalecimento das relações entre os atores sociais e suas organizações concretas, as técnicas produtivas, o meio ambiente e a mobilização sociocultural. Para tanto, o desenvolvimento econômico ocorre a partir da existência do crescimento econômico de forma contínua e em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças estruturais e melhorias de indicadores econômicos, sociais e ambientais de uma determinada população (SOUZA, 2011).

De outro modo, Fernandes (1994) afirma que o desenvolvimento no contexto contemporâneo, equivale à possibilidade de realizar os requisitos de ordem social inerente aos aspectos competitivos que significa diferenciação econômica com base na modernização tecnológica no campo e na cidade, na industrialização e na elevação do consumo per capita e do padrão de vida das massas. Assim sendo, o paradigma do desenvolvimento está associado às mudanças sociais que ocorrem em uma determinada sociedade, que permite a sua evolução para o alcance do aumento da renda, expectativa de vida, acesso aos serviços-públicos essenciais, tais como saúde e educação. A delimitação destes fatores para um território específico a partir de um recorte geográfico possibilita a caracterização conceitual dos pressupostos teóricos que definem os elementos de desenvolvimento regional.

Silveira *et al.* (2020) enfatizam que não há como pensar o desenvolvimento regional sem considerar as condições ambientais, sociais, políticas, econômicas, de estruturação e organização social das sociedades existentes nos diferentes territórios que conformam as regiões. Sob essa concepção pode-se afirmar que na prática o desenvolvimento regional acontece a partir da perfeita harmonia dos aspectos ambientais, culturais, econômicos e sociais que representados pelos atores da sociedade soma esforços para implementação de políticas que de fato promovam geração e distribuição de riquezas em uma região.

De fato, o desenvolvimento regional só poderá ser alcançado através da ampla e representativa participação social dos diferentes segmentos da sociedade civil no processo de decisão e construção regional, garantindo a adaptação e a reação às constantes mudanças e ameaças do dinamismo global, mas também a possibilidade de proposição de ações autônomas. Em consonância com as demandas, prioridades e decisões definidas pela

sociedade, em suas instâncias intrarregionais de participação, organização e planejamento (SILVEIRA *et al.*, 2020). Nesse aspecto, o desenvolvimento regional trata da implementação de uma força motriz, exógena, que por meio de reações em cadeia influencia as demais atividades econômicas de uma região por meio da participação da sociedade local, no processo de planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento (OLIVEIRA e LIMA, 2003).

Dessa forma, o desenvolvimento regional é caracterizado a partir da identificação de um polo associado a um projeto de investimentos, geograficamente localizados e que mantem fortes vínculos com suas áreas de influência política, econômica e institucional (PERROUX, 1967). O estabelecimento de uma política regional, voltada para orientar e direcionar o desenvolvimento dos polos e dos centros urbanos, visando à integração nacional, torna-se um fator preponderante para o equilíbrio entre as regiões e os territórios (BOUDEVILLE, 1970).

Diante dessa perspectiva, Aydalot (1985) afirma que o desenvolvimento regional privilegia uma nova estratégia de abordagem de forma endógena do problema que impõe uma ruptura com a lógica funcional de organização da vida econômica e propõe uma visão territorial, dentro de um quadro local, pelo destaque e valorização dos recursos locais e com a participação da população para responder às suas reais necessidades. Martinelli e Joyal (2004) defendem que o desenvolvimento regional deve ocorrer de forma endógena, a partir de um processo interno de ampliação contínua de agregação de valor na produção, bem como da capacidade de absorção da região.

Por sua vez, este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda da região em um modelo de desenvolvimento regional definido e estruturado a partir dos próprios atores locais. De baixo para cima, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do próprio local, não pelo planejamento centralizado pelo estado, imposto de cima para baixo. Em suma, os fundamentos teóricos que contribuíram para a pavimentação dos caminhos na perspectiva do desenvolvimento regional têm como origem a evolução das diversas correntes de pensamento econômico que surgiram no final do século XVIII, iniciado com Adam Smith, passando pela economia política clássica de David Ricardo, análise socioeconômica de Marx, depressão e reconstrução de Keynes, até chegar às correntes econômicas atuais (SOUZA, 2011).

Assim, o modo de pensar a implementação dos planos de desenvolvimento regional no contexto político e econômico atual pode estar diretamente ligado ao posicionamento ideológico dos atores envolvidos, ou seja, de baixo para cima ou de cima para baixo. A

seguir serão apresentados os aspectos dos programas de fomento ao desenvolvimento regional no Brasil.

4.1 Aspectos Históricos do Desenvolvimento Regional no Brasil

Historicamente, os programas de fomento ao desenvolvimento regional no Brasil ocorreram de maneira explícita na década de 30, mas de forma efetiva só a partir dos anos 1950, com a criação do Banco do Nordeste (BNB), em 1952, ainda no governo Getúlio Vargas, e depois, em 1956, no governo Juscelino Kubitschek, tendo à frente o economista Celso Furtado, que formou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Resultou desta experiência a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, e posteriormente a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) (MONTEIRO NETO; CASTRO; BRANDÃO, 2017).

Além disso, as primeiras medidas governamentais para formulação de planos de desenvolvimento regional no Brasil, com o propósito de integrar as regiões ocorreram somente a partir de 1930. Antes, no período do império de 1882 a 1889, foram elaborados alguns planos com o objetivo de interligar a então capital do Brasil, o Rio de Janeiro, às demais regiões por meio da abertura de estradas e interligação das bacias hidrográficas, no entanto, por fatores econômicos, políticos ou civilizatórios, nem todos foram colocados em operação (GALVÃO, 2013).

Nessa época devido ao poder centralizado, não se permitia um desenvolvimento de ações governamentais para facilitar a integração regional e nacional do país, as capitais se comunicavam diretamente com o imperador do Brasil no Rio de Janeiro. No período da República Velha, de 1889 a 1930, o aparelho estatal era fortemente regido pelo coronelismo, ou seja, servia exclusivamente para atender interesses da burguesia rural, produtores de café situados nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Esses estados eram referenciados como potência econômica exportadora de café, utilizados como argumento para a concentração dos investimentos públicos na construção de estradas, ferrovias e portos marítimos, ao passo que os estados que não apresentavam produção de café estavam despojados do poder político nacional (GALVÃO, 2013).

De tal forma, em 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder e o fim da Primeira República, iniciam os primeiros movimentos de planejar o desenvolvimento do Brasil com o propósito de alterar as condições socioeconômicas dominantes na época. Foi criado o Plano de Reaparelhamento Econômico, um programa industrial com a formulação de várias políticas setoriais, permitindo uma acentuada aceleração da industrialização brasileira, em que

o estado assume o papel decisivo, intervindo pesadamente no setor produtivo de bens e serviços e caracterizando as ideologias do modelo de Estado do bem-estar social (MATIAS-PEREIRA, 2008).

Inegavelmente, os planos de integração nacional e desenvolvimento regional foram efetivamente ampliados no governo de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961. Por consequência, a política de desenvolvimento econômico do presidente Juscelino Kubitschek, consubstancia-se em seu programa de metas, que abrange projetos previstos para serem executados com recursos públicos e privados. O programa traduzia um conjunto dinâmico e progressivo de obras e empreendimentos realizáveis em diversas etapas, algumas das quais deveriam ser concluídas até o fim do Governo, em 1961 (PROGRAMA DE METAS DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, 1958). Dessa forma, o plano de metas do Governo JK foi fundamental para o desenvolvimento da Região Centro-Oeste, como a construção de Brasília, a nova capital do Brasil, e da Rodovia Belém Brasília.

Todavia, no que se refere às medidas governamentais voltadas ao desenvolvimento regional no período em que os militares governaram o país, os esforços foram concentrados na implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Inicialmente, foi instituído o Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo apresentado em 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). O plano tinha por objetivo colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas até 1980, mas para isso, seria necessário duplicar a renda per capita do país em 10 anos e elevar o crescimento do produto interno bruto (PIB) até 1974 com base numa taxa anual entre 8% e 10%. Esse fortalecimento da economia implicaria ainda a elevação da taxa de expansão do emprego até 3,2% em 1974, a redução da taxa de inflação e a adoção de uma política econômica internacional que acelerasse o desenvolvimento sem prejuízo do controle dos preços (ABREU, 2019).

Da mesma forma, em setembro de 1974, o então presidente Ernesto Geisel, criou o Plano Nacional de Desenvolvimento-II, o marco central foi à institucionalização do Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER). O objetivo do programa era promover o assentamento de agricultores experientes do Sudeste e do Sul do Brasil na região do cerrado, sendo fruto da cooperação entre empresários brasileiros e a Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (JICA) (ALHOE MARTINS, 2005). O programa foi dividido em três etapas; a primeira, o PRODECER-I foi instalado em 1979 no Estado de Minas Gerais, nos municípios de Iraí de Minas, Coromandel, Paracatu e Unaí, em uma área de 69.315 mil hectares (SANTOS, 2016; YOSHII; AMABÍLIO; ORIOLLI, 2000).

Tabela 4 -Prodecer-I: Projeto-piloto Minas Gerais

Município	Quantidade de Produtores	Área-ha
Paracatu-MG	89	43.315
Coromandel-MG	18	12.000
Iraí de Minas-MG	26	9.000
Unai-MG	-	5.000

Fonte: Adaptado de Santos (2016) e Yoshii, Amábilio e Oriolli (2000).

De tal forma, parte das metas estabelecidas nos PNDs, propostos pelos militares e conhecidos como “milagres econômicos” fracassaram. No entanto, em termos de desenvolvimento regional, uma medida bem-sucedida foi a criação do PRODECER, que serviu como projeto-piloto para o plantio da agricultura no cerrado, transformando-o em uma vasta fronteira agrícola, além de contribuir para o estabelecimento de técnicas de melhoria da produção de grãos no cerrado.

De maneira idêntica, já no período democrático, em 1985, instalou-se o PRODECER-II, no Estado do Mato Grosso do Sul, na Região de Água Clara, em uma área de 20.000 hectares, dividido em 56 lotes (YOSHII; AMABÍLIO; ORIOLLI, 2000). Posteriormente expandindo para os Estados do Mato Grosso e Bahia, especificamente para os municípios de Lucas do Rio Verde-MT, com áreas de 16.717 hectares e Tapurah-MT, com 18.600 hectares. Assim como, Formosa do Rio Preto no Oeste da Bahia, com uma área de 31.432, hectares.⁵

Tabela 5 -Prodecer-II: Projeto-piloto Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia

Município	Quantidade de Produtores	Área-ha
Água Clara-MS	56	20.000
Lucas do Rio Verde-MT	39	16.717
Tapurah-MT	40	18.600
Formosa do Rio Preto-BA	86	31.432

Fonte: Adaptado de Santos (2016) e Yoshii, Amábilio e Oriolli (2000).

As medidas governamentais com a criação de planos de salvação econômica, tanto nos governos dos militares, quanto na gestão civil, não refletiram no desenvolvimento econômico e social do país. O período de 1979 a 1989, foi denominado de década perdida. Cabe ressaltar que os programas de desenvolvimento regional criados anteriormente, foram contemplados na Constituição de 1988. Efetivamente, o artigo 3º da Constituição de 1988, estabelece como

⁵A descrição sobre o PRODECER-III será apresentada na seção que trata do Desenvolvimento Regional no Tocantins.

objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Assim, o artigo 170 estabelece os princípios gerais da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados o princípio VII, que prevê a redução das desigualdades regionais e sociais (BRASIL, 1988).

Por consequência, em 22 de fevereiro de 2007, foi instituído pelo Decreto 6.047, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) com o objetivo de reduzir as desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, orientando os programas e ações federais. Dentre as diretrizes destaca-se o apoio e estímulo a processos e oportunidades de desenvolvimento regional em múltiplas escalas, convergindo aos propósitos de inclusão social, produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica (BRASIL, 2007). Destarte, em 25 de fevereiro de 2008, é instituído o Programa Territórios da Cidadania, o qual trata de uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável que estabelece a garantia de direitos sociais voltados aos brasileiros que habitam nas regiões que mais precisam de investimentos públicos. A intenção era levar o desenvolvimento econômico e social às regiões menos desenvolvidas, a partir da universalização dos programas básicos de cidadania. O propósito central do programa era buscar a integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade (BRASIL, 2008).

Dessa forma, a concepção do Programa Territórios da Cidadania determina a constituição em cada território de um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade que determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações (BRASIL, 2008). Sendo importante ressaltar que a definição dos territórios ocorre de acordo com as características econômicas e ambientais de cada região, formando conjuntos de municípios com identidade e coesão social, cultural e geográfica.

Indubitavelmente, destaca-se o Decreto 6.047, publicado em 22 de fevereiro de 2007, que foi revogado pelo Decreto 9.810, pelo então Presidente da República, Jair Bolsonaro. O novo ato presidencial institui outra PNDR, cuja finalidade é reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2019). Por certo, a nova PNDR, estabelece como fundamento, a mobilização planejada e articulada da ação federal, estadual, distrital e

municipal, pública e privada, por meio da qual, programas e investimentos da União e dos entes federativos, associadamente estimulem e apoiem processos de desenvolvimento. Dentre as estratégias, pode-se destacar a consolidação de uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País, de forma a considerar as especificidades de cada região (BRASIL, 2019).

Ademais, em 6 de maio de 2015, foi instituído pelo Decreto 8.447, o Plano de desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, uma política pública territorial com enfoque regional voltado ao desenvolvimento econômico sustentável, fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2015). A diretriz do plano trata da orientação dos programas, projetos e ações federais relativos a atividades agrícolas e pecuárias a serem implementadas na sua área de abrangência e promoção a harmonização daqueles já existentes. Destarte, o Matopiba é uma região do nordeste brasileiro, marcado pela expansão das atividades agrícolas em áreas de cerrado, baseada em tecnologias de alta produtividade. Sua denominação resulta das siglas dos estados envolvidos na sua delimitação Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Em uma delimitação geográfica conta com 31 microrregiões, num total de aproximadamente 73 milhões de hectares, 337 municípios e uma área total de 73.173.485 hectares, englobando um universo com aproximadamente 324.326 estabelecimentos agrícolas (MIRANDA; MAGALHÃES; CARVALHO, 2014).

Em síntese, o percurso histórico, evidencia que as tentativas para implementação de planos de desenvolvimento regional do Brasil, produziram muitas expectativas, porém, os resultados concretos não surtiram os efeitos esperados pela população. Tudo isso, pode estar relacionada às metodologias adotadas, que em alguns casos não permitem o envolvimento ativo dos atores regionais no processo de identificação de demandas e construção dos projetos locais (CARGNIN, 2011). Visto que a regionalização promove mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas estruturas produtivas locais e nas instituições a partir da transformação dos atores locais em protagonistas do seu próprio desenvolvimento (OLIVEIRA e LIMA, 2003). A seguir serão apresentados os aspectos inerentes ao desenvolvimento regional no Tocantins.

4.2 Desenvolvimento Regional no Tocantins

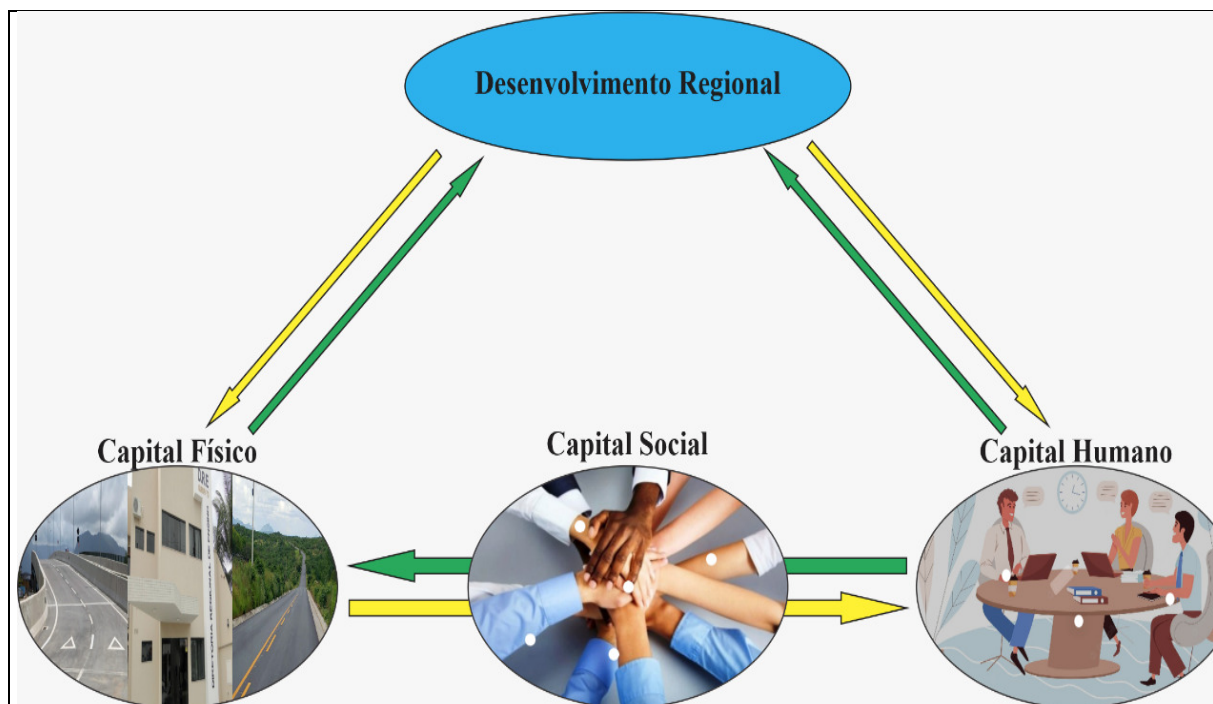
As primeiras iniciativas para se criar núcleos de desenvolvimento regional no Tocantins iniciaram nos tempos em que a região era pouco habitada e ainda pertencia ao norte de Goiás, pontualmente, nos anos de 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980, por meio da construção de rodovias e experimentos de projetos pilotos financiados pelo governo federal

(CAVALCANTE, 2003). Em 5 de outubro de 1988, no ato de sua aprovação, a Constituição Federal cravou no artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a emancipação do norte de Goiás, assim nascia o Estado do Tocantins (BRASIL, 1988). De certo modo, a partir de primeiro de janeiro de 1989, o governador do novo estado passou a aditar atos normatizando diretrizes governamentais com traços de desenvolvimento regional.

Em outras palavras, os parâmetros adotados para a definição dos aspectos inerentes ao desenvolvimento regional, foram extraídos tendo como base as incidências dos programas, projetos e ações governamentais implementados que de certa forma contribuíram para a formação do capital físico, social e humano nas regiões que compõem o território geográfico do Estado do Tocantins. Nesse contexto, o capital físico é o conjunto de aparelhamentos disponíveis nas regiões que formam a infraestrutura de estradas, pontes, saneamento básico, água tratada e órgãos públicos.

O capital social refere-se aos aspectos de organização de uma comunidade, a partir da formação de redes, normas e confiança que facilita coordenação e cooperação para benefícios mútuos. O capital humano é um conjunto integrado de capacidades e conhecimentos desenvolvidos pelas pessoas como resultados de investimentos por meio da aplicação de recursos públicos em educação (DUARTE, 2011; LACOMBE, 2004; PUTNAM, 1995). Em síntese, a junção do capital físico com o social e o humano, forma a base fundamental para a introdução de programas e projetos de desenvolvimento regional, a partir do aproveitamento adequado da capacidade produtiva disponível de modo mecânico e tecnológico, da mão de obra qualificada das pessoas, e das formas da sociedade se organizar em redes de cooperação por meio das relações de confiança entre os atores locais. Nesse sentido, o desenvolvimento regional acontece a partir da mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações tecnológicas que influenciam positivamente dos fatores sociais e econômicos no interior de uma região (OLIVEIRA e PIFFER, 2016).

Figura 5-Pirâmide de Desenvolvimento Regional



Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante do exposto, importa destacar que não é objeto de debate neste estudo o aprofundamento para a identificação de um possível desdobramento de incidências de práticas das comunidades que formam as regiões que compõem o Estado do Tocantins, conforme os padrões de engajamento cívico das pessoas na formação de redes e constituição de associações, evidenciados nos estudos realizados por Putnam (1995). A abordagem delimita-se somente nas decisões tomadas pelos agentes públicos que podem ter produzidos resultados concretos para a formação do capital físico e humano por meio da execução de programas e projetos de desenvolvimento regional.

O ponto de partida dos programas e projetos de desenvolvimento regional no Tocantins, surgiu em novembro de 1930, no início do governo de Getúlio Vargas, que na ocasião nomeia Pedro Ludovico Teixeira para governar o estado de Goiás na condição de interventor federal. Com isso o Centro Oeste do Brasil é contemplado nas ações governamentais de desenvolvimento regional, como a campanha nacional desenvolvimentista denominada Marcha para o Oeste, a construção de Goiânia, a edificação de estradas e pontes e a criação de núcleos agrícolas que posteriormente foram se transformando em cidades (PALACÍN & MORAES, 2008).

Do fim da década de 1950 até o início dos anos 1980, a Rodovia Belém-Brasília influenciou a dinâmica econômica dos municípios e vilas que abriram estradas vicinais e intermunicipais de ligação para o escoamento da produção, iniciando a malha viária que

posteriormente passou a pertencer o Tocantins (SILVA, 2014). Posteriormente, em 1960, Mauro Borges Teixeira foi eleito governador de Goiás e logo no primeiro ano de gestão propôs o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, pois se identificou que a maioria da renda tinha origem na agricultura, pecuária e concentrada nos grandes produtores.

Assim, algumas medidas foram tomadas no sentido de melhorar a distribuição da riqueza com a inclusão dos pequenos agricultores rurais e, de forma tímida, inserção de algumas ações para beneficiar o norte de Goiás, atualmente estado do Tocantins (CAVALCANTE, 2003). Surgindo o combinado Agrourbano de Arraias, um empreendimento com o caráter de desenvolvimento regional importante do governo Mauro Borges Teixeira, uma experiência do socialismo cooperativista, uma tentativa de reforma agrária e um projeto piloto implantado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), com forte influência da organização israelense dos *kibut* (QUINTELA, 2009).

O projeto delimitara uma área de 6.500 alqueires destinados a 800 famílias. No entanto, o projeto não pôde ser plenamente executado porque o governador foi afastado pelo golpe militar de 1964. De outro modo, no início dos anos 1970, os governos militares organizaram planos estratégicos desenvolvimentistas para Centro-Oeste brasileiro com a implantação de ações de desenvolvimento regional que influenciaram o norte de Goiás.

As iniciativas governamentais proporcionaram o início de novos ciclos de produção voltados à agricultura e à pecuária. Assim, o norte de Goiás se inseria na economia nacional como um produtor de bens exportáveis (arroz e soja), fatores motivados por uma política estabelecida pelo Governo Federal com ênfase na exportação. Para proporcionar a exploração agropecuária no norte goiano o governo concedia, aos empresários que se interessavam a investir na região, incentivos fiscais por meio de programas especiais como o Polamazônia e o Polocentro (CAVALCANTE, 2003).

Do mesmo modo, no final da década de 1970, iniciou a gestão do governador nomeado pelo Presidente Ernesto Geisel, Ary Ribeiro Valadão (1979-1983), que estabeleceu como estratégias de governo a implementação de projetos voltados ao fomento da atividade agropecuária. Assim, o norte goiano foi contemplado com a implantação do Projeto Rio Formoso, no Vale do Araguaia, com um moderno sistema de irrigação e mecanização da colheita, proporcionando a produção de arroz em alta escala. A primeira colheita foi iniciada em junho de 1980 (SEIXAS, 2014). Em 5 de outubro de 1988, conforme o artigo 13, das disposições transitórias da Constituição Federal foi criado o Estado do Tocantins, Miracema foi escolhida para sediar a capital provisória.

A partir de primeiro de janeiro de 1989, a região que passou a pertencer ao novo estado era desprovida de polos de desenvolvimento, a ocupação espacial se concentrava nas margens da BR-153. Especificamente, nas cidades de Araguaína e Gurupi, mas não existiam grandes aglomerados de empresas. O único projeto com características de desenvolvimento regional era o Rio Formoso, no Vale do Araguaia, herdado do Estado de Goiás, mas com as estradas de acesso precárias que dificultavam o escoamento da produção (SILVA; SILVA; CANÇADO,2020).

Todavia, como estratégia para o desenvolvimento da região que fica a margem direita do Rio Tocantins, pouco influenciada pela BR -153, em 23 de janeiro de 1989, a Assembleia do Estado Tocantins, aprova a Lei 009/89 que declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a área de terras escolhida para a construção de Palmas. Em 20 de maio do mesmo ano, foi lançada a pedra fundamental e posteriormente instalada, em primeiro de janeiro de 1990, com a finalidade de ser o centro administrativo do Estado do Tocantins (TOCANTINS, 1989b).

Assim, a escolha do espaço localizado a margem direita do Rio Tocantins, próximo ao antigo povoado de Canela, no Município de Taquaruçu do Porto, para a instalação de Palmas, foi uma estratégia de desenvolvimento regional, pois, beneficiaria a Região Sudeste do estado, ainda pouco desenvolvida, por não ser positivamente influenciada pela Rodovia Belém-Brasília. Diante dessa perspectiva, a transferência da capital de Miracema para Palmas, atraiu pessoas de todas as unidades da federação. Logo nos primeiros anos a nova capital atingiu altos índices de crescimento populacional, entre 2000 e 2010, cresceu 5,2% ao ano, tornando-se um verdadeiro canteiro de obras, ambiente favorável para abertura de empresas.

Por certo, em 5 de outubro de 1989, foi promulgada a Constituição do Estado do Tocantins, como instrumento de garantias fundamentais, no artigo 2º da carta estabelece como princípio fundamental a regionalização das ações administrativas para que haja o equilíbrio do desenvolvimento estadual e nacional, reduzindo as desigualdades sociais. Assim como, a promoção do desenvolvimento mediante a adoção de políticas que estimulem a livre iniciativa e a justiça social (TOCANTINS, 1989a). Concomitantemente a institucionalização dos mecanismos de administração pública previstos na Constituição estadual, ocorreu a primeira tentativa para implementação de um plano de desenvolvimento no Tocantins, em 6 de setembro de 1989, com a instituição do Decreto Federal 98.123, que estabelecia a criação da Zona de Processamento da Exportação (ZPE), no Município de Araguaína, com área total de 300 hectares (BRASIL,1989).

De tal forma, a intenção era criar na cidade de maior população do estado, recém emancipado, uma área de livre comércio, destinada à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro. No entanto, cabe ressaltar que o decreto não previa os valores financeiros, a dotação orçamentária, estudos de viabilidade e uma metodologia para implementação. Em junho de 1989, na cidade de Miracema, capital provisória do Estado, foi instalada uma extensão do Centro de Apoio Gerencial (CEAG). Em 1990, o CEAG foi transformado em SEBRAE, com a missão de promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios que, a partir de janeiro de 1991, passou a funcionar na nova capital Palmas (SEBRAE,2020).

Ademais, em 21 de fevereiro de 1990, pela Lei 136, foi criada a Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Em 24 de outubro do mesmo ano, a Assembleia Legislativa aprova a Lei 326, que estruturou a Instituição de Ensino Superior em forma de autarquia como integrante do Sistema Estadual de Ensino, que inicialmente passou a funcionar nas cidades de Araguaína, Porto Nacional e Palmas. Em Porto Nacional, utilizou-se a estrutura da Faculdade de Filosofia do Tocantins, em Araguaína da Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Ambos Campus Avançados da Universidade Federal de Goiás foram incorporados a UNITINS, conforme artigo 5º da Lei 136/90. A mesma lei autoriza a Fundação UNITINS promover a criação de novos campi (TOCANTINS, 1991). Assim, foram criados os Campus de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis, onde passaram a funcionar os cursos de pedagogia, de forma estratégica nas regiões extremo Norte, Noroeste, Nordeste, Central e Sudeste. Era a interiorização da educação superior, a integração de um estado que previa o desenvolvimento regional e a universidade deveria ser um desses agentes que promove e envolve a comunidade no sentido de desenvolver o Estado do Tocantins (SOUZA; SILVA; LUDWIG, 2018). Em um curto espaço de tempo, a UNITINS estabeleceu seu sistema multicampi, criando os Centros Universitários de Arraias, Colinas, Guaraí, Miracema do Tocantins, Paraíso, Palmas e Tocantinópolis, destacando-se como instituição de ensino superior no âmbito regional (UNITINS, 2021a).

O Tocantins ainda herdou do norte de Goiás, as vias de transporte inadequadas para a mobilidade de veículos com capacidade para o escoamento da produção. Tudo isso, exigiu dos governantes o estabelecimento de políticas de investimentos na construção de estradas pavimentadas visando contribuir para o escoamento da produção e com o desenvolvimento econômico dos municípios tocantinenses. Em 1994, o Governo do Estado recorreu ao Banco Mundial (Bird) contraindo empréstimos para execução de obras de pavimentação asfáltica das

rodovias estaduais. Essas rodovias estavam em péssimo estado de conservação, havia apenas 308 km de rodovias estaduais pavimentadas, destes apenas 80 km era asfaltada de um total de 8.000 km (Secretaria de Infraestrutura do Estado do Tocantins; SEINF, 2021).

Além disso, em 1996, foi instalado, no Município de Pedro Afonso/TO, o PRODECER-III, em uma área de 40.000 hectares, onde foram assentadas 40 famílias de colonos migrantes de vários estados brasileiros. As famílias de colonos assentados foram distribuídas em glebas individuais de 980 hectares (RODRIGUES *et al.*, 2009)⁶. Em 1997, a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SEPLAN), por intermédio da Diretoria de Pesquisa e Informação (DPI) realizou o processo de regionalização com a subdivisão do estado em regiões administrativas, estabelecendo uma cidade polo em cada território. O novo mapeamento espacial instituiu dez regiões programas no estado para adequar o planejamento e a execução das ações do governo aos interesses comuns dos 139 municípios, visando ao desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais (DPI,1997).

O município que apresentava maior estrutura para atender o aparelhamento do estado, foi escolhido como cidade sede de cada região conforme descrição a seguir: I-Região Programa Extremo Norte, composta por 25 municípios, cidade polo Araguatins; II- Região Programa Norte, 13 municípios, cidade polo Xambioá; III-Região Programa Noroeste, 17 municípios, cidade polo, Colinas; IV- Região Programa Nordeste, 10 municípios, cidade polo Pedro Afonso; V-Região Programa Centro-Oeste, 14 municípios, cidade polo, Paraíso do Tocantins; VI-Região Programa Central, 14 municípios, cidade polo, Palmas; VII-Região Programa Leste (Jalapão), 08 municípios, cidade polo, Novo Acordo; VIII-Região Programa Sudoeste (Ilha do Bananal), 06 municípios, cidade polo, Formoso do Araguaia; IX-Região Programa Sul, 12 municípios, cidade polo Gurupi; X-Região Programa Sudeste, 20 municípios, cidade polo Dianópolis (DPI, 1997).

No dia 23 de outubro de 2000, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei 3.126/2000, que se desdobrou na Lei 10.032, regulamentada pelo Decreto 4.279 de 21 de junho de 2002 e autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins. As atividades da Universidade tiveram início efetivamente em 15 de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos. Após ser homologada pelo Conselho Federal de Educação, em 15 de fevereiro de 2004, a UFT incorporou 7.981 alunos e alunas, 25 cursos

⁶O PRODECER-III funciona como uma parte no Município de Balsas, Estado do Maranhão (YOSHII; AMABÍLIO; ORIOLLI, 2000).

de graduação, um mestrado, equipamentos e toda a estrutura física dos campi que pertenciam a UNITINS (BRASIL, 2000; PEREIRA *et al.*, 2012).

Em 20 anos de história e transformações, a UFT contou com um expressivo crescimento, tanto na estrutura física, passando de 41.096,60m² em 2003 para 137.457,21m² em 2020; quanto em número de alunos, que passou de 7.981 em 2003 para 16.533 em 2020 (UFT, 2021d). Em 14 de setembro de 2007, por meio da Resolução do Conselho Universitário (Consuni) 14 foi criado o curso tecnólogo em Gestão de Cooperativas no Campus de Araguaína. Em 28 de março de 2003, é inaugurada a Escola Técnica Federal de Palmas. Em 2008, a mesma foi transformada em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFTO) por força da Lei Federal n. 11.892, passando a integrar a Escola Agrotécnica Federal de Araguaína, a última sendo inaugurada em 25 de março de 1988.

A partir desta lei, os institutos federais foram equiparados às universidades federais, formando a rede técnica e tecnológica federal. Em 2007, o IFTO, iniciou o processo de expansão no estado, com a inauguração dos Campus de Araguaína e Paraíso do Tocantins. Em 2010, foram criados os Campus de Porto Nacional e de Gurupi. Em 2013, é inaugurado o campus de Dianópolis. Em 2014, Colinas do Tocantins, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso e Formoso do Araguaia (IFTO, 2016). Ademais, em 2007, foi criado pela UFT o Campus de Palmas, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Uma vez que, em menos de uma década, consolidou-se como um polo de conhecimento e formação de mestres e doutores na área de desenvolvimento regional em todo o médio-norte brasileiro. Tornando-se uma referência para o aprofundamento do debate e a reflexão acadêmica sobre temas relacionados aos processos inerentes ao desenvolvimento e planejamento regional, focalizado nas questões socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais relacionadas às problemáticas regionais, urbanas e rurais (PPGDR, 2021).

De forma estratégica, em 2008 foram constituídos os territórios da cidadania do Tocantins. O estado passou a contar com três territórios da cidadania: Bico do Papagaio; Jalapão e Sudeste. Esses territórios são formados por 54 municípios, onde vivem 329.625 pessoas, das quais 11.034 habitam no meio rural. Nos três territórios habitam o contingente de 14.981 agricultores familiares, 6.656 famílias assentadas, 1.537 famílias de pescadores, e 11 comunidades quilombolas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2016).

Em 11 de março de 2008 foi inaugurado o Projeto de Irrigação Manuel Alves, localizado na Região Sudeste do Estado, entre os municípios de Dianópolis e Porto Alegre do Tocantins. O projeto estabelecia uma parceria entre o Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria da Agricultura, e o Governo Federal por meio do Ministério da Integração

Nacional, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este previa, ainda, a ocupação de uma área total de 20 mil hectares, com um investimento de R\$ 200 milhões recursos federais com a contrapartida do governo do estado. No ponto de vista estratégico, o projeto tem como vantagem a proximidade com mercados consumidores do Nordeste, Centro-Oeste e Palmas/TO (TOCANTINS, 2008).

Em 30 de março de 2010, a Assembleia Legislativa do Estado Tocantins autoriza a UNITINS a oferecer cursos presenciais. Em julho do mesmo ano concretizou-se o primeiro concurso vestibular para os cursos de Engenharia Agrônômica, Direito, Sistemas de Informação e Serviço Social (UNITINS, 2021a). Como consequência, em 16 de março de 2014, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aprovou a Lei 2.829 que estabelece a ampliação da UNITINS com a criação dos campi universitários nos municípios de Araguatins, Augustinópolis e Dianópolis. O objetivo da expansão da universidade com a criação da estrutura operacional de novos cursos, era oportunizar o acesso ao ensino superior a população das regiões Extremo Norte (Bico do papagaio) e Sudeste (TOCANTINS, 2014).

Por outro lado, em 6 de maio de 2015 foi instituído, pelo Decreto 8.447, o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba. A área do Matopiba que pertence ao Estado do Tocantins representa 38% do território total em 132 municípios distribuídos em 8 microrregiões com 27.772.052 hectares que formam Araguaína, Bico do Papagaio, Dianópolis, Gurupi, Jalapão, Miracema do Tocantins, Rio Formoso e Porto Nacional. No final de 2019, o Consuni e o Governo do Estado autorizaram a criação do Campus da UNITINS, em Paraíso do Tocantins. Em fevereiro de 2020 iniciaram as aulas na unidade de ensino. Os cursos oferecidos são os de bacharelado em Ciências Contábeis e Direito, além do Tecnólogo em Agronegócio (UNITINS, 2021d).

De forma pioneira, em novembro de 2020, foi criado o Centro de Desenvolvimento Regional da Região Sul do Tocantins, trata-se de um projeto-piloto com o propósito de promover a articulação das instituições de educação superior e os centros tecnológicos de inovação na base do território para, em conjunto com os atores locais, definir estratégias inovadoras para o desenvolvimento dos municípios que integram a região (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL DO TOCANTINS, 2021). Portanto, a tentativa do estabelecimento de políticas de desenvolvimento regional no Tocantins ocorreu, de forma estruturada, a partir de 1997 com a criação de um escopo de regionalização do estado. A partir das regiões programas criados para subsidiar o planejamento de ações e políticas públicas e orientadas a indução de padrões de desenvolvimento social de forma equilibrada (DPI, 1997).

Dessa forma, importa ressaltar que, a partir da instalação do Estado do Tocantins, a mudança da Capital de Miracema para Palmas, as políticas governamentais de desenvolvimento Regional, foram deliberadas visando o fortalecimento das economias de Araguaína, Gurupi e Palmas. Fato que possibilitou o crescimento do mercado consumidor e consequentemente o aumento da abertura de novos negócios, tornando-os maiores aglomerados de empresas do Tocantins. Atualmente, Araguaína conta com 7.341 empresas comerciais e industriais; Gurupi com 4.923; Porto Nacional, 2.681; e Paraíso, 2.789. A capital, Palmas, concentra a maioria das empresas com 16.528. O Tocantins conta com 121.762 estabelecimentos comerciais, incluindo os microempreendedores individuais (MEI; SEBRAE,2020).

No âmbito de formação do capital humano, a partir do ano 2000 até 2019 houve um crescimento acelerado das instituições públicas de ensino técnico, tecnológico e superior na instalação de novos campus e criação de cursos presenciais e a distância. O IFTO, atualmente, possui cerca de 30 cursos técnicos de nível médio, 16 de graduação, bacharelados, licenciaturas e tecnólogos, oito especializações e um mestrado. Em oitocampi autônomos, e três avançados, além de dezesseis polos de educação à distância (IFTO,2016). Por outro lado, a UFT possui, atualmente, 53 cursos de graduação presenciais, cerca de 30 cursos de especialização *Lato Sensu*, 15 programas de mestrado acadêmico, 12 mestrados profissionais e cinco doutorados em sete campi (UFT, 2021a, 2021b, 2021c). Já a UNITINS possui dez cursos de graduação e cerca de oito especializações *Lato Sensu* em cinco campi (UNITINS, 2021b, 2021c).

Nessa perspectiva, importa ressaltar que, em 8 de julho de 2019, o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro sancionou a Lei 13.856 que dispõe sobre o desmembramento da UFT e a consequente criação de uma nova universidade do Estado, a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) que abrangeu os campi de Araguaína e Tocantinópolis, juntamente com toda a estrutura física, acadêmica e de pessoal dessas unidades (BRASIL,2021).

No que se refere à infraestrutura de rodovias e pontes, do período da instalação do estado, em primeiro de janeiro de 1989 até dezembro de 2020, houve um crescimento significativo de 308 km de rodovias estaduais pavimentadas com 80 km asfaltadas para aproximadamente 6.000 km de rodovias pavimentadas e 7.000 km não pavimentados, totalizando 13.000 km de estradas estaduais (SEINF,2021). Além da construção da Ponte Fernando Henrique Cardoso, permitindo a ligação direta de Palmas a BR-153 na Cidade de Paraíso do Tocantins. Assim como, a edificação da Ponte Padre Cícero José de Sousa que liga

a Cidade de Lajeado a Miracema Tocantins. Na seção seguinte, serão abordadas as interfaces do cooperativismo como alternativas para o desenvolvimento regional.

Quadro 17 - Marcos relevantes de impulsão ao Desenvolvimento Regional no Tocantins

Marco	Relevância	Ano
Promulgação da Constituição do Estado	No artigo 2º estabelece como princípio fundamental, a regionalização das ações administrativas para que haja o equilíbrio do desenvolvimento estadual e reduzindo as desigualdades sociais	1989
Criação de Palmas/Capital do estado	Instalada a margem direita do Rio Tocantins, beneficiou a Região Sudeste do estado, ainda pouco desenvolvida	1990
Instalação da sede do SEBRAE	Promoção da competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios	1990
Criação da Fundação UNITINS	Promoção da formação do capital humano nas diversas regiões do estado, oferecendo alternativas de novas técnicas e métodos para melhorar os processos produtivos	1990
Instalação do PRODECER-III	O projeto oxigena a economia do Estado por meio da produção agrícola, contribui para o fortalecimento de outras cadeias produtivas	1990
Mapeamento espacial do estado	O novo mapeamento espacial instituiu dez regiões programas no Estado do Tocantins, para adequar o planejamento e a execução das ações do governo nos 139 municípios	1997
Criação da Universidade Federal (UFT)	Contribui para formação de profissionais qualificados para atuar em todos os setores da economia, sendo responsável pela maioria das pesquisas científicas e patentes produzidas do Estado do Tocantins	2002
Criação da Escola Técnica Federal de Palmas/ IFTO	Contribui para o suprimento de boa parte da mão de obra do estado, os cursos de formação profissional e tecnológica formam pessoas para ocupações determinadas pelo mercado	2003
Criação do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR)	Formação de mestres e doutores na área de desenvolvimento regional em todo o médio norte brasileiro	2007
Criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba	A área do Matopiba que pertence ao Estado do Tocantins representa 38% do território total em 132 municípios distribuídos em 8 microrregiões com 27.772.052 hectares	2007
Constituição dos territórios da cidadania	Possibilita a implementação de políticas públicas de desenvolvimento regional sustentável voltadas para a garantia de direitos sociais as pessoas que habitam nas regiões do Tocantins	2008
Inauguração do Projeto de Irrigação Manuel Alves	Possibilita o desenvolvimento da Região Sudeste do Tocantins por meio da produção frutas e alimentos para o consumo local e a exportação	2008
Expansão da UNITINS para o Norte e Sudeste do Tocantins	Criação dos Câmpus universitários nos municípios de Araguatins, Augustinópolis e Dianópolis. Com a descentralização contribui de forma mais efetiva para o desenvolvimento das regiões Sudeste e do Bico do papagaio	2014

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)	O desmembramento da UFT permitirá maior a UFNT maior autonomia para atuar no ensino, pesquisa e extensão focados no desenvolvimento das regiões centro norte do estado	2019
Criação Centro de Desenvolvimento Regional da Região Sul do Tocantins	Projeto-piloto com o propósito de promover a articulação das instituições de educação superior e os centros tecnológicos de inovação na base do território.	2020

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3 As Interfaces do Cooperativismo com o Desenvolvimento Regional

A adoção de práticas cooperativistas como alternativas para o desenvolvimento regional pode ocorrer nas regiões a partir da identificação dos fatores que impedem o desenvolvimento local. Nesse aspecto, o cooperativismo, pela sua própria natureza, está atrelado aos fatores de desenvolvimento econômico e social que ocorrem a partir da interrelação dos aspectos qualitativos dos sistemas econômicos que compõem os fatores de produção e contribuem para o crescimento da economia e são capazes de gerar riquezas e melhoria na qualidade de vida da população de uma região.

Nesse contexto, Büttendbender *et al.* (2020) é enfático ao afirmar que o cooperativismo tem assumido formas e papéis cada vez mais importantes no desenvolvimento da sociedade no que diz respeito à organização das pessoas, na qual elas próprias são os agentes do processo de construção da cidadania. Assim, a organização das pessoas em forma de cooperativas, são estratégias que permitem ultrapassar barreiras do individualismo para, de forma coletiva, somar forças para a sobrevivência do negócio em ambientes cada vez mais dominados pelo capitalismo.

Schneider (1999) defende que as cooperativas devem pautar-se em uma racionalidade econômica de forma semelhante aos empreendimentos mercantis. Isso significa que os resultados econômicos são mediados por um ambiente ativo e com regras claras, critérios de produtividade com a devida hierarquia dos objetivos e metas, organização interna, planejamento e uso eficiente dos recursos deliberados pela diretoria em todos os processos de governança. No entanto, a principal diferença das organizações cooperativas para as empresas mercantis está relacionada ao ganho social que proporciona de forma justa aos membros, viabilizando o seu desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Nesse sentido, o cooperativismo pode ser utilizado como uma forma de organização que contribui para o desenvolvimento econômico e social de uma região por meio do agrupamento de pessoas com objetivos comuns que se unem de forma cooperativa para aproveitar as oportunidades econômicas que o mercado proporciona. Dallabrida e

Büttenbender (2007) afirmam que cada região possui suas peculiaridades inerentes a sua história, cultura, patrimônio, estrutura econômica e política diferente.

Essas particularidades não permitem que uma região possa determinar suas estratégias, utilizar seus recursos, definir seus produtos ou instituir seus planos da mesma forma que outra o faz, ou utilizando-se de uma determinada receita ou fórmula, pois estratégias e planos de desenvolvimento regional não são simplesmente transferíveis e adaptáveis de uma região para outra. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a inserção de organizações cooperativas em qualquer processo de desenvolvimento regional pode contribuir para a disseminação de uma consciência coletiva para a construção de soluções para os problemas locais, a partir do alinhamento das inovações tecnológicas aos saberes das pessoas que habitam nos territórios ainda subdesenvolvidos.

Tudo isso, se torna um fator preponderante para enfrentar as desigualdades regionais, valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais. Diante dessa perspectiva, o desenvolvimento regional deve ser igualmente visto como um processo que precisa estar assentado na cultura, na natureza e nos valores ético-ideológicos do território (SILVEIRA *etal.*,2020). Todavia, o paradigma que impede a inserção do cooperativismo como um instrumento de organização de forma endógena na edificação dos pilares do desenvolvimento regional de forma coletiva pode estar relacionado à falta da cultura da cooperação das pessoas, principalmente aquelas com baixo grau de conhecimento e que não se baseiam em um relacionamento de interdependência para estabelecer uma relação de convivência e confiança visando atingir objetivos comuns.

Em síntese, diante das concepções teóricas apresentadas, pode-se afirmar que as “interfaces” do cooperativismo com o desenvolvimento regional, só poderão ser alcançadas por meio da ampla e representativa participação social dos diferentes segmentos da sociedade civil no processo de decisão e construção regional. Respeitando as condições ambientais, sociais, políticas, econômicas, de estruturação e organização social das sociedades existentes nos diferentes territórios que formam uma região (SILVEIRA *etal.*, 2020).

5 RESULTADOS E ANÁLISES

Neste capítulo apresentam-se os resultados primários extraídos na pesquisa de campo e as análises desses dados. Os resultados da tese estão divididos em três seções. Na primeira trata-se dos resultados das entrevistas semiestruturadas realizadas com os dirigentes das cooperativas. Na segunda, apresentam-se os resultados das entrevistas estruturadas realizadas com os cooperados das cooperativas. Em seguida, na terceira seção expõe-se a análise qualitativa dos resultados à luz da aplicação dos princípios cooperativistas, a partir da descrição objetiva do conteúdo extraído das falas dos dirigentes das cooperativas.

5.1 Resultados da Pesquisa Semiestruturada Realizada com os Dirigentes das Cooperativas

Nesta seção, apresentam-se os resultados qualitativos extraídos das entrevistas semiestruturadas realizadas com os dirigentes das cooperativas. A maioria dos dirigentes das cooperativas que aceitaram participar da pesquisa afirmou pertencer ao sexo feminino (76,90%). Cabe ressaltar que foram entrevistados sete dirigentes de 34 cooperativas registradas ao SECOOP-TO/OCB. A faixa etária desses dirigentes foi principalmente de 25 a 44 anos (70%), com o restante variando de 45 a 59 anos (30%). A maioria absoluta dos dirigentes indicaram possuir ensino superior completo e especialização (77%), sendo o restante dividido em ensino médio completo (7,70%) e superior incompleto (15,30%).

Diante das questões já expostas, apresentam-se os resultados da aplicação dos princípios cooperativistas nas cooperativas filiadas ao SESCOOP/TO, por meio de uma pesquisa de campo executada no período de janeiro a junho de 2022. O Quadro 18 apresenta maiores informações sobre os dirigentes que participaram da pesquisa.

Quadro 18 - Dirigentes das cooperativas que participaram da pesquisa

Caracterização do dirigente	Cooperativa	Ramo
Dirigente: 01	COAPA: 05	Agropecuário
Dirigente: 02	COOPSGET: 07	Trabalho, produção de bens e serviços
Dirigente: 03	COOPERMOTO: 03	Transporte
Dirigente: 04	COOPEFA: 06	Trabalho, produção de bens e serviços
Dirigente: 05	SICOOB-TOCANTINS: 01	Crédito
Dirigente: 06	SICREDI UNIÃO/MS/TO: 02	Crédito
Dirigente: 07	XAMBIART: 04	Trabalho, produção de bens e serviços.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A seguir são apresentados os resultados das entrevistas realizadas com os sete dirigentes das cooperativas filiadas à OCB/TO. Conforme a ordem de descrição dos mesmos (de um a sete). Para atingir os objetivos propostos, buscou-se conhecer nas cooperativas a forma de aplicação dos princípios Adesão voluntária e livre, Gestão democrática, Participação econômica dos membros, Autonomia e independência, Educação, Formação e informação, Intercooperação e Preocupação com a Comunidade. Conforme as falas dos entrevistados, os critérios adotados na aplicação desses princípios são semelhantes, considerando o ramo que cada cooperativa pertence.

A seguir apresentam-se os resultados das falas dos dirigentes sobre a aplicação do princípio Adesão Voluntária e Livre na respectiva cooperativa. No que se refere à aplicação deste princípio, buscou-se saber quais as regras que as cooperativas adotam para permitir a entrada de novos associados.

As regras que a cooperativa adota são um pouco conservadoras, primeiro, o interessado deve ter uma reputação ilibada, não pode ter restrições em seu nome, não ter um histórico negativo em outras instituições financeiras, não responder por crimes ambientais, comprovar renda mensal de no mínimo R\$ 2.500,00 reais e atender as regras estatutárias da cooperativa. No entanto, algumas restrições não são impeditivas, processos não transitados e julgados, dívidas referentes a despesas de água, energia e telefone (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

Podem ser associados da cooperativa, qualquer pessoa física acima de 18 anos que comprovar residência ou atividade profissional na área de ação da cooperativa. Além dos documentos pessoais: RG atualizada e CPF devidamente regular junto a Receita Federal e declaração de impostos de renda. As Pessoas Jurídicas estabelecidas na área de ação da cooperativa. Ao ingressar na Cooperativa, e para nela permanecer, o associado deverá subscrever e integralizar no mínimo 20 (vinte) quotas-partes (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

A cooperativa atualmente conta com 495 cooperados, o quadro de sócios é limitado, para entrar novos sócios é necessário sair alguém e contribuições mensais de cada associado no valor de R\$15,00 reais. A cooperativa exige do associado o recolhimento de uma taxa de adesão no valor de R\$100,00 reais (ENTREVISTADO 03, DO RAMO TRANSPORTE).

Ademais, o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços apresentou que “Para fazer parte da cooperativa basicamente a pessoa tem que gostar de artesanato e se identificar com nossas biojóias. ” Seguido por:

Para ser admitido, o proponente deverá apresentar o formulário de proposta de admissão preenchido e assinado, não possuir restrição financeira, adquirir o capital mínimo de cotas e estar enquadrado nas normas e critérios do estatuto (ENTREVISTADO 05, DO RAMO AGROPECUÁRIO).

O candidato deve possuir formação em nível de graduação com licenciatura ou complementação pedagógica, experiência na docência e demonstrar interesse em fazer parte da cooperativa e seguir seus princípios. A entrada de novos associados na cooperativa ocorre quando surge demanda de profissionais da área da educação (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Para fazer parte da COOPSGET o interessado deve comprovar experiência na prestação de serviços, principalmente na guarda de veículos particulares. Apresentar cópias dos documentos pessoais: RG; CPF; Carteira Nacional de Habilitação e comprovante de residência, comprar uma quota no valor de R\$250,00 reais. Aceitar as normas previstas no estatuto da cooperativa, aprovação em assembleia pela maioria dos votos dos associados presentes (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Diante do exposto, pode-se perceber nas falas dos entrevistados do ramo crédito que os principais critérios apontados foram: apresentação dos documentos pessoais, declaração do imposto de renda, o nome do interessado constar no cadastro positivo como um bom pagador e subscrever e integralizar a quantidade mínima de quotas previstas no estatuto. No ramo trabalho, produção de bens e serviços, as principais regras apontadas foram: apresentação dos documentos pessoais, comprovante de residência, experiência, qualificação e comprar no mínimo uma quota da cooperativa. O ramo transporte usa como regra o surgimento da vaga e o recolhimento de uma taxa de adesão. Já o ramo agropecuário não possui restrição financeira, sendo necessário adquirir o capital mínimo de quotas e aceitar as normas e critérios do estatuto.

Com isso, buscou-se também compreender quais os critérios que cada cooperativa adota para negar o pedido de adesão de novos associados. Seguindo-se os relatos dos participantes:

O principal critério que a cooperativa adota são as informações da conduta da pessoa em outras instituições financeiras, empréstimos ou financiamentos não quitados, informações de associados e do gerente da agência que o interessado manteve relacionamento nos últimos cinco anos, não apresentar comprovante de endereço, RG e CPF regular junto a Receita Federal, declaração de imposto de renda atualizada, constar o nome negativado no Serasa, SCPC, CCF (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

Não serão admitidos no quadro social da Cooperativa e nem nele poderão permanecer, qualquer pessoa física ou jurídica que exercer concorrência com a Cooperativa. Aquele que exercer atividades que contrariem os objetivos da Cooperativa ou que com eles colidam. Aquele que tenha perdido o vínculo de emprego com a Cooperativa por justa causa. Aquele que deixar de efetuar pagamento de obrigações assumidas junto à Cooperativa por mais de 364

(trezentos e sessenta e quatro) dias. Aquele que causar prejuízos de qualquer natureza à Cooperativa ou ao Sicredi. Aquele que deixar de operar com a Cooperativa, ou por meio dela, por mais de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Aquele que realizar movimentação de valores incompatível com sua capacidade financeira ou atividades declaradas, quando evidenciado. Aquele que prestar informações inconsistentes, ou inverídicas, inclusive por meio de documento público ou particular, ou omitir informações cadastrais e outras que poderiam alterar as condições de associação. Aquele que movimentar valores oriundos de atividades consideradas irregulares ou ilícitas, nos termos da legislação em vigor. Aquele que infringir obrigações contratuais de produtos e/ou serviços contratados no Sicredi. Aquele que possuir informações cadastrais irregulares ou desatualizadas (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

A cooperativa a comprovação da concessão expedida pela Agência Municipal de Transportes e Trânsito do Município de Araguaína, ser condutor categoria. A mais de dois (2) anos, maior de 21 anos, apresentação de certificados de participação em cursos de noções básicas de cooperativismos oferecidos pelo SESCOOP/TO (ENTREVISTADO 03, DO RAMO TRANSPORTE).

Já o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, indicou que “Os critérios que a cooperativa adota é a pessoa está envolvida com algum tipo de artesanato no Município de Xambioá e aceitar as normas da cooperativa”. O Entrevistado 05, do ramo Agropecuário, menciona que “Os critérios que a cooperativa adota é a pessoa estar envolvida com algum tipo de artesanato no Município de Xambioá e aceitar as normas da cooperativa”. Assim como os outros participantes:

Os critérios que a cooperativa adota são: o profissional não possuir a formação e experiência necessária, demonstrar comportamentos individualistas, postura antiética e também demonstrar interesses que divergem aos objetivos da cooperativa (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

A COOPSGET atua principalmente, na guarda de veículos particulares nas áreas públicas e particulares de Palmas. O pedido de adesão de novos associados é negado quando a pessoa interessada não comprova atuação nesse segmento. No caso do interessado apresentar os pré-requisitos e colocado em votação na Assembleia geral (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Diante desses resultados pode-se identificar que os dirigentes das cooperativas que pertencem ao ramo crédito, adotam como medidas para exclusão do cooperado do quadro de associado os seguintes motivos: por mudança de domicílio, pedido de desligamento ou por ter causado prejuízo financeiro à cooperativa. O ramo transporte adota como critério permitir a saída do cooperado a partir do requerimento formal e aprovação na assembleia. O ramo trabalho, produção de bens e serviços, adota como critério para a saída do associado o pedido

do cooperado por escrito, exclusão por inatividade, eliminação e por infração ao estatuto. Já o ramo agropecuário adota como critério de saída o pedido formal por iniciativa do cooperado enviado por escrito ao Conselho de Administração.

Em seguida, buscou-se identificar quais os procedimentos que as cooperativas adotam para permitir à saída dos associados. Destacou-se, para tal, as seguintes falas:

Os procedimentos de saída da cooperativa podem ocorrer de duas formas, por eliminação ou por exclusão. A eliminação ocorre por morte, falência da empresa, no caso de pessoa jurídica. A exclusão ocorre quando o cooperado pede para sair do quadro de associado, mudança de domicílio, causou prejuízo à cooperativa. O cooperado pode ser excluído após a aprovação em assembleia de 2/3 dos associados presentes, ou seja, 75% dos votos. No entanto, o cooperado tem o direito de recorrer da decisão no prazo de até 30 dias. No caso de encerramento de conta o cooperado deve ser informado da decisão e com antecedência mínima de 30 dias (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

Os procedimentos de saída ocorrem a través do pedido de demissão emitido pelo próprio associado, eliminação e exclusão do quadro de associados por algum motivo que o mesmo não cumpra os seus deveres e responsabilidades que consta no estatuto da cooperativa. A eliminação de associado será decidida pelo Conselho de Administração da Cooperativa e o motivo deverá constar em seus registros. Poderão ser eliminados, também, a critério do Conselho de Administração, os associados que exercerem qualquer atividade prejudicial à Cooperativa, agirem com má-fé, abuso de direito ou com o intuito de prejudicar a Cooperativa. A eliminação será precedida de notificação ao associado para que no prazo de 15 (quinze) dias apresente ao Conselho de Administração as razões que, no seu entender, desqualificam a infração ou o ato que fundamentou a notificação (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Ainda, o Entrevistado 03, do ramo Transporte, indicou que “O associado deve requerer por escrito o desligamento da cooperativa, a Diretoria inclui na pauta da assembleia geral para homologação da saída, posteriormente a formalização junto a Prefeitura.” Enquanto para o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, “A pessoa faz uma carta pedindo o desligamento dela e ela sai na próxima ata, ou se ela infringiu alguma regra do estatuto tem uma votação do conselho.” Para o Entrevistado 05, do ramo Agropecuário, “O associado poderá pedir exclusão do quadro da cooperativa quando quiser, devendo enviar o seu pedido por escrito ao Conselho de Administração.” Outros dirigentes também pontuaram que:

Pode ocorrer de três formas: a pedido de exclusão, quando o cooperado não tem mais interesse em permanecer na cooperativa. Pela exclusão, quando o cooperado fica inativo da cooperativa por mais tempo que estatuto permite. Pela eliminação quando em virtude de infração ao código de ética ou do estatuto, feita, pela diretoria executiva. No caso do ex-cooperado demonstrar interesse em retornar a cooperativa, o pleito é apreciado em assembleia geral

convocada para esse fim (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Por fim, o Entrevistado 07, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, indicou que “O cooperado que não quiser mais fazer parte da cooperativa, deve comunicar a diretoria por escrito explicando os motivos da saída, na Assembleia Geral é colocado em votação e posteriormente a dada à baixa do livro de registro”. Diante dos resultados, nota-se nas falas dos dirigentes do ramo crédito que, em alguns casos, pode ocorrer à exclusão do cooperado, por meio de pedido de demissão emitido pelo próprio associado ou a exclusão por iniciativa do conselho de administração. A exclusão ocorre após a aprovação em assembleia por 2/3 dos associados presentes, ou seja, (75%) dos votos com a devida notificação e direito a ampla defesa.

No ramo Transporte, a saída do cooperado ocorre a partir do pedido de desligamento pelo próprio associado e a homologação em assembleia. O ramo Trabalho, produção de bens e serviços realiza os procedimentos de saída por meio do pedido de desligamento, exclusão e eliminação. O pedido de desligamento ocorre quando o cooperado não tem mais interesse em permanecer na cooperativa, a exclusão ocorre quando o cooperado fica inativo e a eliminação ocorre por infração do associado ao estatuto da cooperativa. Todos os procedimentos de saída são discutidos e aprovados em assembleia convocada para esse fim. No ramo Agropecuário, o associado tem a liberdade de pedir exclusão do quadro da cooperativa quando quiser, devendo enviar o seu pleito por escrito ao Conselho de Administração.

No tocante a aplicação do princípio da Gestão democrática, buscou-se saber dos entrevistados como ocorre a participação ativa e direta dos associados nas decisões das cooperativas. Para isso, destaca-se as falas abaixo:

A questão da participação nos processos de deliberação da cooperativa, não só de homens e mulheres, mas também é dos jovens é uma das grandes preocupações da cooperativa, recentemente, realizamos um *workshop* com a presença de 230 mulheres. Nesse evento, foi debatido o empoderamento feminino e as oportunidades que o cooperativismo pode oferecer as mulheres. As linhas de créditos específicas para financiar cirurgias plásticas, aniversários, casamentos e consórcios. Hoje temos Frente Feminina do Cooperativismo (FEMICOOP). Atualmente o SICCOB/TO conta com 168 colaboradores, destes 112 são mulheres, 70% dos cargos de gerências são ocupados por mulheres. Com relação a participação das mulheres nos conselhos ainda é muito pequeno, temos hoje duas mulheres no conselho fiscal e uma no conselho de administração. No que se refere aos jovens, estamos criando uma linha de crédito para financiar o estudante universitário (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

Visando a maior participação, interação e aproximação dos associados nas decisões da cooperativa é realizado todos os anos sorteios entre os cooperados de cadernetas de poupança Sicredi automóveis. O associado que realizar aplicação acima de R\$ 100,00 na poupança, recebe um número da sorte e acumula chances

de ganhar. Além da divulgação, no site e nas redes sociais, a participação ainda é baixa, mas a cada ano vem aumentando o número de cooperados envolvidos nas ações da cooperativa (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Segundo o Entrevistado 03, do ramo Transporte, para a Gestão democrática “Ocorre chamamento sensibilização permanente dos associados para participar das discussões das propostas de leis que beneficiam a categoria para que todos se sintam parte das decisões da cooperativa”. O que está de acordo com a fala do Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, o qual disse “Todos os associados têm voz nas reuniões da cooperativa, e se algum assunto é abordado, às vezes fazemos votação entre o grupo e decidimos o que é melhor a cooperativa.” Os outros entrevistados indicaram que:

A participação dos associados nas assembleias convocadas para discutir e deliberar assuntos de interesse de todos, nos canais de comunicação criados pela diretoria para aproximar os cooperados da gestão da cooperativa, grupos de *WhatsApp*, *e-mail* e contatos via telefones. As opiniões dos cooperados são registradas para posteriormente ser discutida em assembleia (ENTREVISTADO 05, DO RAMO AGROPECUÁRIO).

Temos vários meios que permite a participação dos nossos cooperados, telefone, grupo de *WhatsApp*, mas as discussões mais relevantes de interesse da cooperativa ocorrem durante as reuniões periódicas, assembleias ordinárias e extraordinárias (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Como a COOPSGET é uma cooperativa de prestação de serviços, a participação dos cooperados ocorrem no dia a dia, discutindo a melhor forma de executar as tarefas e atender os clientes. Temos o telefone e o grupo de *WhatsApp* permanente. A cada evento criamos um grupo de *WhatsApp*. Nas assembleias, todos são convidados a participar e tem direito a fala para sugerir melhorias para a cooperativa (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Conforme exposto nas falas dos dirigentes do ramo crédito, a participação dos cooperados ocorre de forma espontânea e baixa. As cooperativas realizam *workshops* e sorteios de prêmios para estimular a aproximação dos cooperados à cooperativa. O ramo transporte realiza reuniões de sensibilização com os associados para participarem das discussões e apresentarem sugestões de melhorias para que todos se sintam parte das decisões da cooperativa. No ramo trabalho, produção de bens e serviços, a participação ocorre por meio de assembleias, discussões de interesse dos cooperados durante as reuniões de trabalho, orientações periódicas presencialmente e no grupo de *WhatsApp*. Por fim, no ramo agropecuário a participação dos associados ocorre nas assembleias ordinárias e extraordinárias, nos grupos de *WhatsApp*, *e-mail* e telefones, canais de comunicação criados pela diretoria para aproximar os cooperados da gestão da cooperativa.

Em seguida, buscou-se saber quais as medidas que a cooperativa adota para estimular a participação dos associados nas assembleias para discutir e votar os assuntos tratados.

Ressaltando-se as falas abaixo:

Com essa pandemia, criamos um aplicativo para facilitar a participação dos associados por vídeo conferência, ouve um aumento, mas a participação ainda é muito pequena, isso pode ocorrer por falta de conhecimentos da doutrina cooperativista. Já realizamos sorteios de cadernetas de poupança para estimular a participação dos associados nas assembleias, estamos avançando nesse sentido. A participação dos associados nos eventos da cooperativa ainda é um gargalo (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

O Sicredi é uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento dos seus associados e com o desenvolvimento das regiões onde atua. O modelo de gestão do Sicredi valoriza a participação dos associados para exercerem o papel de donos do negócio. Realizamos nas agencias ações de conscientização dos associados mostrando a importância da assembleia geral, o órgão supremo da cooperativa que atua dentro dos limites do nosso estatuto, tomamos toda e qualquer decisão de interesse dos associados, sendo que as deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

A realização assembleia geral ordinária e extraordinária é o órgão máximo da cooperativa para discutir e deliberar os projetos e ações de interesse dos associados, as decisões são respaldas em votações sempre respeitando a maioria, sempre buscando o consenso, interações diárias por meio do grupo de *WhatsApp* (ENTREVISTADO 03, DO RAMO TRANSPORTE).

Segundo o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, “A cooperativa realiza convites pelas redes sociais, principalmente no *Facebook* e *WhatsApp* para incentivar a participação dos associados, informativo no mural de avisos da sede.” O que está próximo do mencionado pelo Entrevistado 05, do ramo Agropecuário, “As medidas adotadas são a criação de ferramentas no site da cooperativa, aplicativos de mensagens, assembleias planejadas e divulgadas com antecedências.” Assim como:

Usamos argumentos para conscientizar o associado para ele entender a importância de sua participação, quem não vota deve seguir as propostas que os outros decidiram por ele. Tentamos também a cada dia melhorar o sentimento de pertencimento da cooperativa pelo associado (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

A participação dos cooperados ocorre diariamente, por meio de contatos via telefone e *WhatsApp* para discutirmos as possibilidades de serviços que podem surgir nos grandes eventos de Palmas. Todos os cooperados são interessados, pois, quando surgem os grandes eventos, mais possibilidades de ganho para a cooperativa e os associados (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Pode-se identificar nas respostas dos dirigentes do ramo crédito, a utilização de aplicativos para facilitar a participação dos associados, a realização de reuniões por videoconferência e ações de conscientização aos associados mostrando a importância da assembleia geral, o órgão supremo da cooperativa. O ramo transporte adota a assembleia geral como o local adequado para estimular a participação dos cooperados por meio da discussão e deliberação dos projetos e ações de interesse dos associados e interações diárias por meio do grupo de *WhatsApp*. O ramo trabalho, produção de bens e serviços, realiza como estratégia para estimular a participação dos cooperados, convites pelas redes sociais, principalmente o *WhatsApp* e informativo no mural de avisos da sede. De outro modo, no ramo agropecuário as medidas adotadas são a criação de ferramentas no site da cooperativa, aplicativos de mensagens, assembleias planejadas e divulgadas com antecedências.

A próxima pergunta buscou identificar nas falas dos entrevistados quais os canais que a cooperativa disponibiliza para os associados solicitarem dos conselhos de administração, fiscal, informações referentes às atividades. Destacando-se as seguintes falas:

Os canais que a cooperativa dispõe são os contatos diretos com o próprio presidente e gerentes de agências e as redes sociais, atualmente temos um banco de dados com mais de sete mil contatos, o principal meio utilizado no relacionamento com os clientes e comunicação interna com os colaboradores é o *WhatsApp* (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

O nosso estatuto determina como direitos dos associados o livre acesso as demonstrações financeiras do exercício a serem submetidas à assembleia geral para cumprir essa norma prevista no estatuto, a cooperativa dispõe de uma rede de contatos, com a utilização das redes sociais e o site, o qual pode ser utilizado para acesso aos conselhos (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Para o Entrevistado 03, do ramo Transporte, “Os principais canais são as interações diárias por meio do grupo de *WhatsApp*, quadro de avisos fixado na sede da cooperativa e informes gerais apresentados nas assembleias.” Para o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, “A cooperativa as redes sociais *Facebook*, principalmente pelo grupo do *WhatsApp* e nas reuniões mensais.” Ademais, outras falas passaram por:

A cooperativa dispõe canais no Site com os números de telefones e endereços de e-mail de todos os departamentos. Nas assembleias anuais são apresentados para apreciação dos cooperados o Relatório da Gestão; Balanço Geral; Demonstrativo das Sobras apuradas, ou das Perdas; Plano de atividade da cooperativa para o exercício seguinte (ENTREVISTADO 05, DO RAMO AGROPECUÁRIO).

Já o Entrevistado 06, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, indica que “Disponibilizamos vários canais para os nossos cooperados se comunicar com a cooperativa,

a cooperativa dispõe de um e-mail específico, grupo de WhatsApp e atendimento presencial.”

Por fim, destaca-se a fala do Entrevistado 07:

O principal canal de comunicação da presidência com os cooperados é por meio do telefone do escritório e do grupo permanente de *WhatsApp*. Ainda atendemos presencialmente no escritório da cooperativa, de segunda à sexta das 8:00 às 18:00 horas (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Percebeu-se que as cooperativas do ramo crédito, dispõem de banco de dados com informações para serem utilizadas nos canais de comunicação com os cooperados, por meio de contatos personalizados pelos gerentes das agências e redes sociais. Assim como, o livre acesso dos cooperados as demonstrações financeiras da cooperativa. O ramo transporte, utiliza como meios para estimular a participação dos cooperados, as interações diárias por meio do grupo de *WhatsApp*, avisos fixados na sede e informes gerais apresentados nas assembleias. Já o ramo trabalho, produção de bens e serviços, utilizam as redes sociais, grupo do *WhatsApp*, e-mail, telefone, atendimento presencial e reuniões mensais. O ramo agropecuário dispõe de canais no site com os números de telefones e endereços de e-mail de todos os departamentos. Nas assembleias anuais são apresentados para apreciação dos cooperados os relatórios da gestão, demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas.

A próxima pergunta refere-se às formas de aplicação do princípio da Participação econômica dos membros. O intuito dessa pergunta foi verificar os critérios que as cooperativas adotam na filiação dos cooperados e integralização de quotas-parte.

Atualmente, o estatuto social estabelece que tanto a pessoa física, quanto à jurídica, para aderir de forma livre e voluntária aos quadros da cooperativa deve adquirir 300 quotas no valor de R\$ 300,00 reais. O novo cooperado pode integralizar 50% no ato da adesão e os outros 50% em até 12 parcelas mensais. A cooperativa ainda não dispõe de uma capitalização mensal, as aplicações ocorrem de forma espontânea, quando o associado precisa do crédito e por meio de financiamento de quotas. Existem as linhas de crédito subsidia e rural 2% do valor do empréstimo é destinado para o capital, mas a capitalização deve ser feita antes para não dar conotação de venda casada. Temos também, a Premicap, uma campanha de capitalização premiada que existe desde 2004. A Premicap é um título de capitalização comercializado entre os cooperados, em que 65% do valor é integralizado nas cotas de participação dos associados e 35% restante é investido na aquisição de prêmios e realização de um evento para o sorteio. O processo de filiação ocorre da seguinte forma: O gerente encaminha à documentação do interessado a diretoria, quando aprovada, ao final mês encaminha ao conselho de administração para homologação (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

As regras de integralização de capital que a cooperativa adota funcionam da seguinte forma; ao ingressar na Cooperativa, e para nela permanecer, o associado deverá subscrever e integralizar, no mínimo 20 (vinte) quotas-partes. O valor padrão de integralização de capital do Sicredi é de, apenas R\$20,00, caso o associado queira investir com mais, ele pode procurar um gerente de atendimento

e verifique a possibilidade, geralmente o cliente tem a opção de realizar novos aportes (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Como a cooperativa tem um número limitado de sócios de 495 cooperados, para se aderir um novo associado é necessário que aja desistência por algum motivo. O trâmite é feito por meio da transferência da vaga para o novo cooperado que assume a cota-parte que pertencia o ex-cooperado (ENTREVISTADO 03, DO RAMO TRANSPORTE).

O Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, indicou que “As sócias da cooperativa participaram da reunião de fundação, assinaram a ata e aceitaram as normas do estatuto, não exigiu valores financeiros para associar a cooperativa.” O Entrevistado 05, do ramo Agropecuário, relata “No ato da admissão a pessoa deve apresentar cópias dos documentos pessoais e depositar R\$300,00 para integralização de quota-parte, não há necessidade de aportes periódicos existe apenas de forma voluntária.” E o Entrevistado 06, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, mencionou que “No ato da filiação o associado pode fazer integralização da sua quota-parte, no seu valor total ou de forma parcelada, conforme rege o nosso estatuto.” Por fim, a fala do Entrevistado 07 é:

Para fazer parte do quadro de associado da nossa cooperativa, a pessoa interessada deve integralizar R\$ 250,00 reais, esse valor pode ser quitado à vista ou parcelado conforme o caso. Geralmente os novos associados fazem opção pelo pagamento da quota à vista (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

A partir das falas dos entrevistados foi possível perceber que as cooperativas do ramo crédito adotam como critérios a aquisição de quotas nos valores de R\$ 300,00 e R\$ 20,00 reais com a integralização no ato da adesão de 50% e 100% do capital. No caso da integralização de 50% a diferença para chegar a 100% pode ser quitada de forma parcelada em até 12 meses. No ramo transporte foi possível perceber que a cooperativa tem um número limitado de sócios, não estabelece critérios de integralização de capital e a transferência de quotas-partes só ocorre no caso do associado pedir desligamento, assim o novo cooperado assume a vaga do ex-cooperado.

No ramo trabalho, produção de bens e serviços, pode-se perceber critérios diferentes como critérios de participação econômica. Em uma parte das cooperativas não é exigido a compra de quotas-partes como critério de entrada no quadro de sócio. Outras cooperativas não estabelecem valores específicos do associado no ato da filiação e integralização da sua quota-parte. Em outra parte, exigem da pessoa interessada a integralização de R\$250,00 reais, podendo ser quitado à vista ou parcelado, conforme o caso. O ramo agropecuário exige no ato

da admissão o depósito no valor de R\$300,00 para integralização de quota-parte, não havendo necessidade de aportes periódicos, existindo apenas de forma voluntária.

Na próxima pergunta aos dirigentes entrevistados buscou-se saber se após a integralização mínima o cooperado contribui periodicamente com mais quotas-partes. Tendo destaque os seguintes trechos de falas:

O cooperado contribui quando ele vai fazer um empréstimo, ou seja, para fazer empréstimo na cooperativa o cooperado deve comprovar patrimônio, renda ou faturamento e capital social, que pode ser parcelado. A principal forma de o associado contribuir com a cooperativa é a capitalização espontânea, financiamentos de quotas e empréstimos. Nessas operações, ocorrem aplicações de valores financeiros que chamamos de contrapartidas para ser integralizado ao capital da cooperativa (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

As contribuições ocorrem de formas voluntárias, inclusive vinculadas à composição do limite de crédito de cada associado, que subscreve e integraliza novas quotas-partes de capital, definindo, inclusive, a forma, o valor e a periodicidade das integralizações (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Em oposição, o Entrevistado 03, do ramo Transporte, indica “Não temos quota-parte, por isso, não exige valores financeiros para serem integralizados para associar-se cooperativa.” O que está em consonância com o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, “Não temos quota-parte, por isso, não exige valores financeiros para serem integralizados para associar-se cooperativa.” Novamente contrastando com a fala do Entrevistado 05, do ramo Agropecuário, “O nosso estatuto permite aos cooperados contribuírem com mais quota-parte conforme o seu interesse e disponibilidade financeira.” Mas também similar ao apontamento do Entrevistado 06, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, “A cooperativa não adota a integralização de cota-parte, o cooperado não investe financeiramente na cooperativa.” Seguido pela seguinte fala:

O nosso estatuto não exige contribuições mensais dos cooperados, para a manutenção da cooperativa é descontado o valor de 20% de cada contrato executado, a diferença é dividida de forma igual entre os cooperados que trabalharam no evento (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Diante das falas dos entrevistados foi possível identificar nas cooperativas do ramo crédito que o cooperado contribui quando ele faz capitalização espontânea, financiamentos de quotas e empréstimos e aplicações de valores financeiros como contrapartidas para ser integralizado ao capital da cooperativa. As capitalizações espontâneas ocorrem de forma vinculada à composição do limite de crédito de cada associado, que subscreve e integraliza novas quotas-partes de capital. O ramo transporte, não estabelece quota-parte para associar-se

a cooperativa. No ramo trabalho, produção de bens e serviços, pode-se observar que um número significativo de cooperativas não exige a contribuição de cooperados para aumentar as quota-parte. De outro lado, outras cooperativas não exigem contribuições mensais dos cooperados e após a integralização é descontado o valor de 20% de cada contrato executado, a diferença sendo dividida de forma igual entre os cooperados que prestam serviços para a cooperativa. Já o ramo agropecuário permite a contribuição dos cooperados com mais quota-parte, conforme o seu interesse e disponibilidade financeira, mas não aplica como critério para aumentar o capital da cooperativa.

Foi perguntado também aos entrevistados e, ao sair da cooperativa, o ex-cooperado recebe seu saldo de quota-partes integralmente. A isso, os entrevistados mencionaram que:

A cooperativa paga o saldo do ex-cooperado integralmente corrigido após assembleia, que geralmente são realizadas entre o dia 12 a 15 de março. Caso o ex-cooperado esteja devendo na cooperativa a quota-parte pode ser descontada no seu saldo devedor. Na cooperativa existem duas contas, a corrente e a de capital. A conta capital é aberta no momento que adquire uma cota-parte e torna cooperado e deposita a quantia para ingressar na cooperativa, esse valor fica rendendo, representa uma parte da cooperativa. A conta capital não pode ser movimentada. Na nossa cooperativa existem duas formas de resgate de capital, o parcial e o total. O resgate parcial é devolvido em 5 meses, caso seja por problemas de saúde é devolvido imediato, para quitar empréstimos é liderado 50%. O resgate total é feito por motivos de mudança de endereço, saída ou exclusão da cooperativa (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

Nos casos de desligamento do associado, a cooperativa realiza imediatamente a compensação do crédito decorrente do valor de sua quota-parte de capital. Caso tenha débito é descontado do saldo disponível em conta. Nos casos envolvendo doenças graves, o associado ele poderá solicitar do Conselho de Administração solicitação do resgate de parte de seu capital social, mantendo a sua condição de associado (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Para ingressar no quadro de associado da cooperativa é necessário o recolhimento de uma taxa de no valor de R\$100,00 reais, na saída o cooperado recebe a sua cota que é de direito. No momento a cooperativa não dispõe de reservas financeiras para suprir eventuais insucessos no futuro (ENTREVISTADO 03, DO RAMO TRANSPORTE).

O Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, indicou que “Está previsto no estatuto, mas como não temos quota-partes, a associada recebe a sua parte pelos trabalhos que realizou.” O Entrevistado 05, do ramo Agropecuário, entretanto, menciona que “Ao solicitar o desligamento da cooperativa o ex-cooperado pode solicitar o resgate, a cooperativa faz a programação do externo, acordo com o valor do saldo é estipulada a data de devolução.” Assim como mencionado pelo Entrevistado 06, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, “A restituição pode ser feita em parcelas mensais ou em uma única parcela, conforme as regras previstas no estatuto e as condições da nossa cooperativa.” Finalizado por:

No caso de um cooperado pedir para sair da sociedade, o saldo da sua quota-parte é devolvido integralmente em até 30 dias, a contar a partir da data da solicitação. Caso esse cooperado tenha dívida na cooperativa, será descontada no seu saldo (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Percebe-se que as cooperativas do ramo crédito adotam formas diferentes, o resgate de capital, o parcial e o total. O resgate parcial é devolvido em 5 meses e caso seja solicitado por motivos de doença grave é devolvido imediatamente, sendo liberado 50% do saldo para quitar empréstimos. O resgate total é feito por motivos de mudança de endereço, saída ou exclusão da cooperativa. Nos casos de desligamento do associado, a cooperativa realiza imediatamente a compensação do crédito decorrente do valor de sua quota-parte de capital. Caso o cooperado tenha débito é descontado do saldo disponível em conta.

O ramo transporte exige como regra para ingressar no quadro de associado da cooperativa o recolhimento de uma taxa no valor de R\$100,00 reais. Na saída o cooperado recebe a sua cota que é de direito. No ramo trabalho, produção de bens e serviços, devolve-se ao cooperado a sua quota-parte proporcional ao trabalho realizado, com a restituição sendo feita à vista ou em parcelas mensais, conforme as condições da cooperativa. No caso de um cooperado pedir desligamento da sociedade, o saldo da sua quota-parte é devolvido integralmente em até 30 dias, a contar a partir da data da solicitação. Caso esse cooperado tenha dívida na cooperativa, esta será descontada do seu saldo. Já no ramo agropecuário, no ato do desligamento o ex-cooperado pode solicitar o resgate e a cooperativa faz a programação do estorno, sendo a data de devolução estipulada de acordo com o valor do saldo.

Em seguida, buscou-se conhecer quais as medidas administrativas que a cooperativa adota visando destinar parte dos rendimentos excedentes para a formação de reservas financeiras para suprir eventuais insucessos no futuro.

O nosso estatuto determina o pagamento de juros ao capital de forma linear a todos os associados de até 100% da taxa SELIC, as sobras 5% é destinado ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), para prestação de assistências técnica, educacional e social aos associados e aos empregados da cooperativa, 30% para o aumento de capital e 50% para o fundo de reservas para reparar as possíveis perdas e o atendimento as atividades da cooperativa e proporcionar sustentabilidade financeira (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

A cooperativa dispõe de um fundo de Reserva para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A destinação das sobras e o rateio das perdas proporcionalmente às operações realizadas pelos associados, conforme fórmula de cálculo estabelecida pela assembleia geral. Poderão ser destinadas ao fundo de reserva antes da apuração das destinações obrigatórias as doações sem

destinação específicas. Valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Contudo, algumas cooperativas não dispõem de tais reservas, como visto na fala do Entrevistado 03, do ramo Transporte, “No momento a cooperativa não dispõe de reservas financeiras para suprir eventuais insucessos no futuro” e na fala do Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, “Infelizmente não temos nenhuma reserva, os resultados das vendas dos produtos são distribuídos imediatamente.” Fato contraposto pelos Entrevistados 05, do ramo Agropecuário, “A COAPA adota medidas administrativas previstas no estatuto e aprovadas em assembleia, que permite aplicação boa parte do fundo reserva para suprir eventuais necessidades” e 06, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, “Em nosso estatuto já há uma previsão a destinação de sobras para fundos de reserva. Mas a cooperativa não dispõe de recursos oriundos de sobras para fazer aplicações para suprir eventuais prejuízos no futuro.” Finalizado por:

A COOPSGET ainda não conseguiu sobras de recursos para a formação de reservas financeiras, para suprir eventuais insucessos no futuro. O nosso estatuto determina, mas ainda não foi possível, devido a nossa atuação como prestadora de serviços pontuais (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

O ramo crédito destina 5% das sobras ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), para prestação de assistência técnica, educacional e social aos associados e aos empregados da cooperativa, 30% para o aumento de capital e 50% para o fundo de reservas para reparar as possíveis perdas e o atendimento as atividades da cooperativa e proporcionar sustentabilidade financeira. O ramo transporte, não adota medidas para a formação de reservas financeiras, por falta de excedentes. As contribuições não são suficientes para aplicar em fundos de reservas e suprir eventuais insucessos da cooperativa no futuro. No ramo trabalho, produção de bens e serviços, percebeu-se que a maioria absoluta das cooperativas não destina parte dos recursos para a formação de reservas financeiras, os motivos alegados pelos entrevistados foram as sobras insuficientes. Já o ramo agropecuário, adota medidas administrativas previstas no estatuto e aprovadas em assembleia, que permite aplicação parte do fundo reserva para suprir eventuais necessidades, mas não mencionou os percentuais.

Com isso, foi perguntado como a cooperativa divulga saldo em quotas e faz a distribuição das sobras entre os cooperados. Seguem-se os destaques relacionados a tal pergunta:

O principal meio de divulgação das quotas dos cooperados é um aplicativo criado para essa finalidade, facilita e incentiva o contato entre o cooperado e a cooperativa. Com ele, é possível o cooperado ter acesso às suas cotas e rendimentos atualizados. Utilizamos também, as redes sociais como meio de divulgação assim como as assembleias. Estamos implantando um sistema de gerenciamento já usado em uma cooperativa de Santa Catarina, uma importante ferramenta para ser utilizada na gestão do relacionamento com os cooperados e clientes (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

A cooperativa realiza divulgação de saldo em quotas é feita em assembleia de forma individual ou a qualquer momento por solicitação do associado, a distribuição das sobras é conforme utilização dos produtos e serviços disponibilizados pela cooperativa (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Assim como mencionado pelo Entrevistado 03, do ramo Transporte, “É raro acontecer, os valores são irrisórios, quando finda o ano, é apresentado os resultados em assembleia, os cooperados que decidem o destino das sobras.” O Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, menciona que “Depois de pagarmos todas as despesas, o restante é feito pagamento das cooperadas por hora trabalhada.”

Nas assembleias ordinárias e extraordinárias são apresentados para apreciação aos associados o Demonstrativo das Sobras apuradas, ou das Perdas. Também é publicado no Site da cooperativa. De regra, distribuição das sobras é feita após a publicação dos resultados (ENTREVISTADO 05, DO RAMO AGROPECUÁRIO).

Por fim, o Entrevistado 06, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, indica que “Os relatórios com as demonstrações dos resultados financeiros da cooperativa são apresentados e votados em Assembleia Geral, convocadas para esse fim” e o Entrevistado 07, do mesmo ramo, “Todos os anos até 31 de março é realizada, a Assembleia Geral Ordinária para apresentação dos demonstrativos dos resultados pelo contador que presta serviços para a cooperativa aos cooperados.”

Pode-se dizer que o ramo crédito utiliza um aplicativo criado para essa finalidade, o qual facilita e incentiva o contato entre o cooperado e a cooperativa, em assembleia, individualmente ou a qualquer momento por solicitação do associado. O ramo transporte divulga os resultados em assembleia, os cooperados que decidem o destino das sobras, mas os valores são irrisórios não convém a distribuição. O ramo trabalho, produção de bens e serviços, utiliza a assembleia geral para apresentar os resultados, no entanto, a maioria absoluta das cooperativas não distribui sobras aos cooperados do exercício anterior no início do ano subsequente, os motivos alegados são que as sobras não são suficientes. O ramo agropecuário, realiza assembleias ordinárias e extraordinárias para apreciação dos associados

quanto ao demonstrativo das sobras apuradas, ou das perdas. Este demonstrativo também é publicado no site da cooperativa. A distribuição das sobras é feita após a publicação dos resultados.

A próxima pergunta refere-se à aplicação do princípio da autonomia e independência. O intuito dessa pergunta foi saber como a cooperativa firma acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, sem perder o controle democrático dos cooperados e a autonomia da cooperativa.

O desde a fundação da cooperativa foram realizadas poucas ações em parceria com instituições públicas, já realizamos convênio com o Governo do estado por meio do extinto pro-divino, em 2018, realizamos empréstimos consignados para servidores públicos, todos estão com os pagamentos em dia. Realizamos convênios com algumas câmeras municipais para realização de empréstimos consignados conforme mencionei anteriormente. Estamos formalizando uma parceria com o Banco da Amazônia, mas é feita diretamente pelo Banco Sicoob. Essas parcerias foram feitas com prudência para não violar a autonomia da nossa cooperativa (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

Ocorre através de parcerias conforme estatuto de normas internas, visando sempre o melhor para todos, comprometida com o desenvolvimento econômico e social dos associados e das comunidades. Realizamos parcerias com secretarias de educação do estado e de alguns municípios localizados próximos das agências da cooperativa para execução de um projeto que realiza palestras sobre educação financeira nas escolas, apoiamos outros eventos voltados para o agro e a cultura. As parcerias realizadas pela cooperativa estão sujeitas as normas do nosso estatuto, para não violar o princípio da autonomia (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Segundo o Entrevistado 03, do ramo Transporte, “A diretoria formula parcerias com a Prefeitura de Araguaína e empresas, mas tudo é discutido em assembleia, os membros da cooperativa não aceitam influências externas nas decisões internas, todos os associados são informados sobre as ações.” Enquanto conforme o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, “A única instituição que nos ajuda é a SESCOOP, até o momento não temos nenhum tipo de parceria com a prefeitura de Xambioá.” Seguido por

A COAPA celebra parcerias estratégicas com a Cooperativa dos Educadores de Pedro Afonso, Sistema OCB/SESCOOP-TO, Faculdade Guaraí (FAG), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Instituto Federal do Tocantins (IFTO) Campus Pedro Afonso, Prefeitura Municipal de Pedro Afonso, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Pedro Afonso e Centro-Norte Notícias/Portal CNN. Essas parcerias só fortalecem os valores e a cultura da cooperativa, não interfere no controle democrático e autonomia da COAPA (ENTREVISTADO 05, DO RAMO AGROPECUÁRIO).

Formulamos parcerias pontuais com o SEBRAE, Prefeitura de Formoso do Araguaia, deixando bem claro que durante a firmação dessas parcerias, os nossos objetivos e princípios serão preservados. Temos precauções com o tipo de parceria também (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

A COOPSGET celebra parcerias com o Governo do Estado do Tocantins, Prefeitura de Palmas, Associação Comercial e Industrial de Palmas, para atuar nos eventos na guarda de veículos particulares nas áreas públicas e particulares nos principais eventos desta capital. Essas parcerias, não interferem nas questões internas da cooperativa (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Diante dos resultados, foi possível perceber que as cooperativas do ramo crédito já realizaram convênios com o Governo do Estado. Está em andamento uma parceria com as câmaras municipais para empréstimos consignados para servidores públicos. Ainda, realiza parcerias com secretarias de educação do estado e de alguns municípios localizados próximos das agências da cooperativa para execução de palestras sobre educação financeira nas escolas. Assim como apoia outros eventos voltados para o agro e a cultura. Essas parcerias foram feitas com prudência para não violar o estatuto a autonomia da cooperativa.

Já o ramo transporte celebra parcerias com prefeituras e empresas, mas tudo é discutido em assembleia, os membros da cooperativa não aceitam influências externas nas decisões internas. O ramo trabalho, produção de bens e serviços, realiza parcerias com SESCOOP/TO, SEBRAE, prefeituras, Associação Comercial e Industrial e Governo do Estado do Tocantins. Nessas parcerias os nossos objetivos e princípios da cooperativa são preservados e não interferem nas questões internas. O ramo agropecuário celebra parcerias estratégicas com a Cooperativa de Educadores, Sistema OCB/SESCOOP-TO, Faculdades, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Prefeituras e APAE. Essas parcerias só fortalecem os valores e a cultura da cooperativa e não interferem no controle democrático e na autonomia da cooperativa.

Em sequência foi perguntado aos entrevistados quais as medidas que a cooperativa adota para garantir a autonomia e o direito dos associados para modificar o estatuto e regimento interno.

Na cooperativa existem as políticas sistêmicas que vem de cima para baixo, que são homologadas nas assembleias, no âmbito local as decisões são deliberadas pelos associados e conselho de administração sem interferências externas, a autonomia é muito viva dentro do Sicoob, a direção nacional não interfere nas políticas nas estratégias regionais. As ferramentas digitais e vídeo conferências adotadas pela cooperativa possibilita uma autonomia maior ao cooperado, ele expõe sua opinião de dentro da sua casa de forma independente (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

Apresenta proposta ao Conselho de Administração para mudanças estatutárias e normativas internas, bem como a adoção de providências de interesse da Cooperativa ou dos cooperados, inclusive em decorrência de eventual irregularidade verificada na gestão da Sociedade ou de infração normativo-estatutária cometida por associado. Atualmente, o uso de recursos tecnológicos,

tem-se tornado importante para estimular a participação dos cooperados nas assembleias (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

O Entrevistado 03, do ramo Transporte, indica que “É uma situação é complexa, mas tudo é decidido em assembleia geral, convocada com antecedência conforme estabelece o estatuto e o regimento da cooperativa.” Enquanto o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, menciona que “Todas associadas podem sugerir mudanças no estatuto, mas até o presente nenhuma associada reivindicou esses direitos.”

Quando é necessário promover mudanças no estatuto, o presidente convoca uma Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária para os associados opinarem por meio do voto as propostas que são encaminhadas antecipadamente. Todos recebem da presidência e do Conselho de Administração as pautas a serem tratadas nas assembleias de forma antecipadas (ENTREVISTADO 05, DO RAMO AGROPECUÁRIO).

As alterações no estatuto da cooperativa são feitas para o devido enquadramento as mudanças nas cooperativas do nosso ramo, mas sempre deixando à disposição as sugestões dos cooperados antes e durante a realização das assembleias (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

A Cooperativa foi constituída no ano de 2002, foram feitas algumas modificações no estatuto. Para fazer as alterações no estatuto foi publicado um edital de convocação para realização de Assembleia Geral com a presença da maioria dos cooperados, de forma democrática a mudanças foram discutidas com todos os associados presentes na reunião (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Percebe-se que, no ramo crédito, as cooperativas adotam políticas sistêmicas que são homologadas nas assembleias. No âmbito local as decisões são deliberadas pelos associados e conselho de administração sem interferências externas, a direção nacional não interfere nas políticas e nas estratégias regionais. As ferramentas digitais e de videoconferência adotadas pela cooperativa possibilitam uma autonomia maior ao cooperado, o qual expõe sua opinião de dentro da sua casa de forma independente. O uso de recursos tecnológicos tem-se tornado importante para estimular a participação dos cooperados nas assembleias.

O ramo transporte utiliza a assembleia geral como estratégia paragarantir a autonomia e o direito dos associados para modificar o estatuto e regimento interno. Tal assembleia é convocada com antecedência. O ramo trabalho, produção de bens e serviços, adota como medida a oportunidade de participação de todas associadas nas assembleias para sugerir mudanças no estatuto. As alterações no estatuto da cooperativa são feitas para o devido enquadramento das mudanças do ramo, mas sempre deixando à disposição as sugestões dos cooperados antes e durante a realização das assembleias.

O ramo agropecuário utiliza como estratégia a convocação de uma Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária para dar autonomia e o direito dos associados para promover mudanças no estatuto. Assim, os associados podem opinar por meio do voto as propostas que são encaminhadas antecipadamente. Todos recebem da presidência e do Conselho de Administração as pautas a serem tratadas nas assembleias de forma antecipada.

Com isso, foi questionado aos entrevistados quais as medidas que a cooperativa adota para garantir a autonomia e o direito dos associados na escolha de seus representantes que serão os administradores eleitos para representar os cooperados por uma Diretoria ou Conselho de Administração.

Temos que pensar sempre na sucessão em todas as instâncias da cooperativa, no conselho de administração e conselho fiscal, quando aproxima do período de eleições que geralmente ocorrem no mês de março a cada quatro anos é feita a divulgação em todos os canais da cooperativa para os associados organizarem as chapas para concorrer os cargos nos respectivos conselhos. No entanto, nas eleições sempre enfrentamos dificuldades para encontrar 15 membros, sendo nove (9) no conselho de administração e seis (6) no conselho fiscal, a maioria dos associados que se colocam a disposição para participar do pleito estão impedidos por não atender os pré-requisitos determinados pelo Banco Central (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

A cooperativa realiza o seu processo eleitoral obedecendo às normativas internas aprovados em Assembleia Geral, sendo conduzido por uma Comissão Eleitoral constituída especificamente para essa finalidade, a cada pleito, por deliberação do Conselho de Administração, assegurada a sua autonomia e a sua independência, reportando-se operacionalmente ao mesmo colegiado. Nas assembleias gerais todo cooperado pode apresentar suas opiniões sobre as escolhas dos dirigentes da cooperativa e posteriormente são colocadas em votação (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Ademais, o Entrevistado 03, do ramo Transporte, fala que “A cada 2 anos são realizadas eleições para os cargos da diretoria e conselho da cooperativa, conforme estabelece o estatuto é publicado o edital de convocação para os associados interessados votar e serem votados” e o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, indica que “Com 30 dias antes das eleições, publicamos o edital de convocação para eleição e posse da nova diretoria, normalmente tem duas chapas e eles escolhem quem eles querem.”

A Coapa foi criada há 24 anos e atualmente tem mais de 360 cooperados em 20 municípios, todos são convocados por edital e informados pelas redes sociais para participar das eleições. O nosso estatuto determina a realização da Pré-Assembleia para apresentação de candidatos para composição do Conselho Fiscal com mandato para o próximo 01 (um) ano. Apresentação de candidatos para composição do Conselho de Administração com mandato para os próximos 04 (quatro) anos. Na Assembleia Geral Ordinária é realizada a eleição dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração (ENTREVISTADO 06, DO RAMO AGROPECUÁRIO).

A escolha dos representantes é feita por meio de convocação dos associados para participar da assembleia eleitoral. Na assembleia é realizada eleições para os cargos de diretoria e conselho fiscal, com formação de chapas antecipadas. Na própria assembleia é constituída uma comissão eleitoral para uma melhor transparência do processo eleitoral (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

A cada quatro anos são realizadas eleições na cooperativa, para os cargos de membros efetivos e suplentes do conselho administrativo e anualmente para o conselho fiscal. Todos os cooperados são informados da eleição pelas redes sociais e convocados para participar da assembleia por meio de edital (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Diante das falas dos entrevistados pode-se afirmar que o ramo crédito adota como medida a divulgação das eleições em todos os canais da cooperativa para os associados organizarem as chapas e concorrerem aos cargos nos respectivos conselhos. A cooperativa sempre enfrenta dificuldades para encontrar 15 membros, sendo nove no conselho de administração e seis no conselho fiscal. A maioria dos associados que se colocam a disposição para participar do pleito estão impedidos por não atender os pré-requisitos determinados pelo Banco Central. A cooperativa realiza o seu processo eleitoral obedecendo às normativas internas aprovadas em Assembleia Geral, sendo conduzido por uma Comissão Eleitoral constituída especificamente para essa finalidade, a cada pleito, por deliberação do Conselho de Administração, assegurando sua autonomia e sua independência.

O ramo transporte, realiza a cada dois anos, eleições para os cargos da diretoria e conselho da cooperativa. Conforme estabelece o estatuto, é publicado o edital de convocação para os associados interessados em votar e serem votados. O ramo trabalho, produção de bens e serviços, publica com 30 dias antes das eleições, o edital de convocação para eleição e posse da nova diretoria. Nesse processo, normalmente há duas chapas e eles escolhem quais querem. A escolha dos representantes é feita por meio de convocação dos associados para participar da assembleia eleitoral.

Na assembleia são realizadas eleições para os cargos de diretoria e conselho fiscal, com formação de chapas antecipadas. Na própria assembleia é constituída uma comissão eleitoral para uma melhor transparência do processo eleitoral. A cada quatro anos são realizadas eleições na cooperativa para os cargos de membros efetivos e suplentes do conselho administrativo e anualmente para o conselho fiscal. Todos os cooperados são informados da eleição pelas redes sociais e convocados para participar da assembleia por meio de edital.

No ramo agropecuário, todos os cooperados são convocados por edital e informados pelas redes sociais para participar das eleições. O estatuto determina a realização da Pré-Assembleia para apresentação de candidatos para composição do Conselho Fiscal. Na Pré-Assembleia é feita a apresentação de candidatos para composição do Conselho de Administração com mandato de quatro anos. Na Assembleia Geral Ordinária é realizada a eleição dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

Em seguida, buscou-se saber sobre a aplicação do princípio da Educação, Formação e Informação. Este princípio se relaciona a forma que a cooperativa atua na educação de seu associado de forma a desenvolver o cooperativismo entre os membros da cooperativa. A primeira questão envolveu compreender como a cooperativa atua na educação de seu associado, de forma a desenvolver o cooperativismo entre os membros.

A educação, formação e informação dos nossos cooperados são feitas por meio da realização de cursos promovidos pelo Sicoob ou pelo SESCOOP que subsidia até 90% e as trilhas do Sicoob Universidade que se tornou uma grande facilidade para os associados participarem das capacitações. As trilhas do Sicoob Universidade são um conjunto de cursos de formação em cooperativismo apresentados no formato de cursos online e presenciais, vídeo aulas, e-books, projetos práticos, jogos interativos e *Podcasts*. Os cooperados interessados em participar na administração da cooperativa participam com mais frequência das capacitações (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

Sicredi no Brasil desenvolve projetos que são referência para cooperativas de todo o mundo. No Tocantins, o Sicredi apoia projetos com objetivos voltados para estimular a formação de jovens lideranças com potenciais para o empreendedorismo. No Tocantins, temos os Programas Crescer, Pertencer. O Programa Crescer e Pertencer, o objetivo é fortalecer a cultura do cooperativismo, por meio de cursos e palestras para os nossos colaboradores, associados e conselheiros. As formações permitem aos participantes, conhecer mais sobre o nosso negócio e sobre nosso papel de dono. O Programa Pertencer, estimula nossos associados a fazerem parte das decisões do Sicredi. Assim, trazemos mais transparência e colocamos em prática o nosso modelo de gestão colaborativa, no qual os associados participam de reuniões, assembleias e outros eventos promovidos pelas agências locais (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Segundo o Entrevistado 03, do ramo Transporte, “A cooperativa não dispõe de um fundo próprio para a promoção da educação e a formação dos cooperados, realiza pesquisa junto aos associados e solicita junto ao SECOOP/TO, cursos e palestras para atender a demanda mais urgente.” Ainda, o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, “Participamos de todos os eventos relacionados ao associativismo e cooperativismo da região, principalmente os cursos que vem através da SESCOOP.”

Desde 2014, a cooperativa dispõe do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para seus colaboradores, conforme estipula o estatuto. PCCS é uma política de gestão de pessoas da cooperativa para beneficiar os colaboradores com uma remuneração justa, mas também para formalizar as ações de recursos humanos,

estabelecer funções, estrutura dos cargos, atribuições, regras para progressão funcional e normas de trabalho. Realizamos também, capacitações periódicas por meio de treinamentos técnicos e motivacionais com a mediação de instrutores credenciados pelo SESCOOP/TO. Este ano de 2022, a Unidade Comercial vem passando por um processo de profissionalização contínuo, os profissionais do setor participaram de vários cursos presenciais e online, nas áreas de comercialização e gestão (ENTREVISTADO 05, DO RAMO AGROPECUÁRIO).

Atuamos em parceria com o SESCOOP/TO para realizar cursos de educação cooperativista e desenvolvimento de pessoas em vários aspectos da gestão. Também em parceria com a OCB, por meio da plataforma CapacitaCoop que oferece cursos sobre temas de gestão, governança e aprofundamento em cooperativismo (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Os nossos cooperados sempre são informados sobre os assuntos que estão acontecendo no Tocantins e no Brasil, sobre o cooperativismo. Todos os informativos enviados para o nosso e-mail pelo SESCOOP são imediatamente repassados aos nossos cooperados. Participamos também, dos cursos sobre gestão de cooperativas, promovidos pelo SESCOOP (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Diante das falas dos entrevistados foi possível perceber que as cooperativas de crédito apoiam os funcionários na participação de cursos promovidos pelo SESCOOP com subsidio no pagamento de até 90% e as trilhas da Universidade Corporativa, que dispõem de cursos online e presenciais, tornou uma grande facilidade para os associados participarem das capacitações. No Tocantins, a cooperativa apoia projetos com objetivos voltados para estimular a formação de jovens lideranças com potenciais para o empreendedorismo.

O ramo transporte não dispõe de um fundo próprio para a promoção da educação e a formação dos cooperados realiza pesquisa junto aos associados, solicitando do SESCOOP/TO cursos e palestras para atender a demanda mais urgente. O ramo trabalho, produção de bens e serviços oferece aos cooperados e colaboradores cursos oferecidos pelo SESCOOP/TO voltados a educação cooperativista e desenvolvimento de pessoas na plataforma CapacitaCoop. Dessa forma, os cooperados sempre são informados sobre os assuntos sobre o cooperativismo que estão acontecendo no Tocantins e no Brasil.

O ramo agropecuário dispõe do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para seus colaboradores. PCCS é uma política de gestão de pessoas da cooperativa para beneficiar os colaboradores com uma remuneração justa, mas também para formalizar as ações de recursos humanos. Realiza, também, capacitações periódicas por meio de treinamentos técnicos e motivacionais com a mediação de instrutores credenciados pelo SESCOOP/TO.

A pergunta seguinte buscou saber como a cooperativa estabelece condições para que os dirigentes eleitos e os empregados possam efetivamente participar de cursos de formação para a prática cooperativista e para o desenvolvimento de suas atividades.

A cooperativa oportuniza as dirigentes, cooperados e funcionários condições para participação em cursos desde os cursos de graduação, especialização e capacitações específicas, voltadas para a gestão de modo geral e na área financeira. Os dirigentes e funcionários graduados tiveram a oportunidade de cursar especialização em gestão de cooperativas pela UFT. Os funcionários são convocados para participar dos cursos que pode melhorar a qualidade dos serviços. Geralmente, a cooperativa orienta os funcionários a participar de cursos aos sábados pela manhã e à tarde para não gerar horas extras. A cooperativa exige dos funcionários a Certificação Profissional AMBIMA (CPA 10 e CPA 20) para comprovação de conhecimento avançados do mercado financeiro. Um número significativo de gerentes já atingiu ao nível de Certificação de Especialista em Investimentos (CEA) e alguns dirigentes, a Certificação de Gestores ANBIMA (CGA). Essas qualificações são muito importantes, isso, está contribuindo para nos perder muitos funcionários para as instituições financeiras mercantis. Todos os nossos funcionários estão cadastrados no *LinkedIn*, os bancos mercantis observam os níveis qualificação deles e convidam para ingressar no banco sem processo seletivo (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

A cooperativa adota uma política de incentivo aos nossos colaboradores e dirigentes por meio do custeio de cursos de pós-graduação em nível de especialização na área de cooperativismo. Vários colaboradores são especialistas em gestão de cooperativas pela UFT. As capacitações internas, tais como; treinamentos, cursos e palestras são 100% subsidiadas pelo Sicredi (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

O Entrevistado 03, do ramo Transporte, menciona que “A cooperativa atualmente conta em seus quadros com uma funcionária, ainda não dispõe de um fundo para auxiliar da formação por meio de capacitações”, enquanto o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, indica que “A cooperativa não dispõe de recursos para custar despesas com capacitações, mas Graças a Deus quando tem curso todas as meninas vão e desempenham um belíssimo trabalho.” Enquanto o Entrevistado 05, do ramo Agropecuário, indica que “Os membros eleitos do Conselho Fiscal e Administração participam ativamente dos cursos e palestras promovidos pelo SESCOOP/TO e OCB. A COAPA disponibiliza o transporte e recursos para custeio de despesas nas viagens e inscrição nos eventos.”

No estatuto há especificações onde reafirma esse critério para os membros eleitos e funcionários. No entanto, a cooperativa não dispõe de recursos para investir em cursos em treinamentos e capacitações, participamos dos cursos oferecidos pelos SESCOOP/OCB (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Por fim, o Entrevistado 07, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, indica que “A cooperativa não dispõe de recursos para este fim, participamos dos cursos gratuitos oferecidos pelo SESCOOP e OCB.”

A partir das falas dos entrevistados foi possível perceber que as cooperativas do ramo crédito oportunizam aos dirigentes, cooperados e funcionários condições para participação em cursos de graduação, especialização e capacitações específicas, voltadas para a gestão, de modo geral, e para a área financeira. Os dirigentes e funcionários graduados tiveram a oportunidade de cursar especialização em gestão de cooperativas pela UFT. A cooperativa exige dos funcionários a Certificação Profissional AMBIMA (CPA 10 e CPA 20) para comprovação de conhecimentos avançados do mercado financeiro.

O ramo transporte dispõe de um fundo para auxiliar da formação por meio de capacitações. O ramo trabalho, produção de bens e serviços. Não dispõe de recursos para custear despesas com capacitações para os dirigentes eleitos. Os cursos, treinamentos e capacitações, que os dirigentes participam são gratuitos e oferecidos pelo SESCOOP/OCB. O ramo agropecuário oferece condições aos membros eleitos do Conselho Fiscal e Administração para participarem ativamente dos cursos e palestras promovidos pelo SESCOOP/TO e OCB. A cooperativa disponibiliza o transporte e recursos para custeio de despesas nas viagens e inscrição nos eventos.

Também foi perguntado aos entrevistados, quais as medidas que a cooperativa estabelece para informar o público em geral sobre as vantagens da cooperação, estimulando o ensino do cooperativismo na comunidade e na região em que atua. A isso, seguem-se as falas:

Para o público em geral, a cooperativa tem desenvolvido ações de divulgação por meio da veiculação de peças publicitárias em cartazes e folders dentro das agências e outdoor em locais estratégicos, na entrada da cidade, entrevistas e propagandas em rádios e sites de notícias. Atualmente estamos executando um programa de Educação financeira nas escolas da rede municipal e estadual por meio da realização de palestras em sala de aula sobre a importância e economizar e poupar dinheiro de baixos valores (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

Temos o Programa Educação Financeira, chamado de Cooperar para uma vida financeira sustentável, levando transformação para nossas comunidades por meio de ações de sensibilização com diversos públicos, associados e da nossa comunidade, sobre a importância de uma vida financeira mais saudável. Apoiamos o SESCOOP/TO, na realização do evento Dia de Cooperar, um programa de voluntariado realizado todos os anos (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Para o Entrevistado 03, do ramo Transporte, “A cooperativa ainda não dispõe devido às condições financeiras, mas está previsto a criação de um site, plataformas e aplicativos para divulgar o cooperativismo no Município de Araguaína para outras categorias.” Enquanto para o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, “Sempre participamos dos eventos e divulgamos a importância das cooperativas para a união das pessoas,

normalmente uma vez por ano, ministramos algumas oficinas de graça para as pessoas do nosso município. ”

A COAPA participa da Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins (Agrotins). Montamos um estande da cooperativa para servir de ponto de apoio para cooperados e parceiros comerciais. O objetivo é disponibilizar um espaço para receber produtores associados. Apoiar e participar de eventos organizados pelo SECOOP, em comemoração ao dia do cooperativismo(ENTREVISTADO 05, DO RAMO AGROPECUÁRIO).

Por fim, o Entrevistado 06, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, menciona que “Realizamos ações voltadas à disseminação da importância do cooperativismo para a redução das desigualdades nos eventos de Formoso do Araguaia e região que a cooperativa é convidada a participar.” E o Entrevistado 07, do mesmo ramo, apresenta que “Sempre quanto possível, a diretoria participa de eventos voltados ao cooperativismo, onde estamos prestando serviços conversamos com as vantagens da cooperação.”

De forma geral, as cooperativas do ramo crédito desenvolvem ações de divulgação, para o público geral, por meio da veiculação de peças publicitárias em cartazes e folders dentro das agências e outdoors em locais estratégicos, na entrada das cidades, entrevistas e propagandas em rádios e sites de notícias. Executa o Programa Educação Financeira, chamado de Cooperar para uma vida financeira sustentável, levando transformação para as comunidades por meio de ações de sensibilização sobre a importância de uma vida financeira mais saudável. Apoiar o SESCOOP/TO na realização do evento Dia de Cooperar, um programa de voluntariado realizado todos os anos.

O ramo transporte não dispõe, devido às condições financeiras, de programas para informar o público em geral sobre as vantagens da cooperação, mas está prevista a criação de um site, plataformas e aplicativos para divulgar o cooperativismo para outras categorias. O ramo trabalho, produção de bens e serviços, apoia eventos e divulga a importância das cooperativas para a união das pessoas, normalmente uma vez por ano ministra oficinas voltadas à disseminação da importância do cooperativismo para a redução das desigualdades. O ramo agropecuário participa da Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins (Agrotins), por meio de um estande da cooperativa que serve de ponto de apoio para cooperados e parceiros comerciais. O objetivo é disponibilizar um espaço para receber produtores associados. Apoiar e participar de eventos organizados pelo SECOOP, em comemoração ao dia do cooperativismo.

Sobre a aplicação do princípio da intercooperação, a primeira pergunta foi para saber como a cooperativa realiza os intercâmbios por meio de parcerias com outras cooperativas,

troca de informações, produtos e serviços para atender melhor seus cooperados e assim fortalecer o movimento cooperativo.

Em 2020, em plena pandemia a OCB escolheu as cooperativas ViacrediCredicitrus e a Cooperativa de Petrópolis, para ajudar desenvolver o cooperativismo na região norte e nordeste do Brasil. Para atender esse propósito, a Sicoob, foi à escolhida pelo SESCOOP/TO para trocar experiências, identificar casos de sucesso nessas cooperativas e implementar aqui no Tocantins. Assim, surgiu à parceria de intercooperação com a cooperativa Viacredi de Blumenau, Santa Catarina. Essa cooperativa conta com aproximadamente um milhão de cooperados, pertence o sistema Ailos. Inicialmente realizamos reuniões por vídeo conferência, em dezembro de 2021, realizamos uma visita técnica para conhecer os casos de sucesso da Viacredi, em janeiro de 2022, iniciamos a implantação dos sistemas de relacionamento com os cooperados com a utilização de aplicativos, portas giratórias somente no acesso aos caixas e na nossa cooperativa. Além disso, adotamos um modelo praticado pela Cooperativa SicoobCrediadag de Goiás, a cada 500 associados uma gerência abaixo do gerente geral que supervisiona as operações. A Premicap que mencionei anteriormente foi um modelo trazido da Cooperativa Agrorural de Goiás (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

A prática da intercooperação do Sicredi ocorre nos eventos realizados pelo SESCOOP/TO, com a participação de cooperativas de outros ramos, o trabalho conjunto gera muitos benefícios para o movimento cooperativista. Participação em cursos, palestras e feiras tecnológicas, o caso da Agrotins, também patrocinados por outras cooperativas (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Em razão do mandato da cooperativa ser de (2) dois anos, é um fator que impede a realização de parceria por meio de projetos de médio prazo, com outras cooperativas de diferentes ramos, visando o alcance de benefícios a ambas. No entanto, realizamos contatos com outras cooperativas em busca de leis inovações para adaptar na Coopermoto (ENTREVISTADO 03, DO RAMO TRANSPORTE).

Ainda, conforme o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, “Normalmente essa troca acontece quando vamos para feiras, e lá passamos um pouco do nosso conhecimento e recebemos um pouco das outras cooperativas é claro.”

Neste ano de 2022, realizamos reuniões para tratar de futuras parcerias de intercooperação entre a Coapa e a Frísia. A pauta da reunião entre o nosso gerente de Unidade Técnica e o especialista em defensivos da Frísia, serviu para discutir informações do mercado de grãos e futuras parcerias entre as duas cooperativas. Visitas técnicas a outras cooperativas para troca de experiências e busca de informações sobre o mercado (ENTREVISTADO 05, DO RAMO AGROPECUÁRIO).

Firmamos parcerias com outras cooperativas educacionais do Tocantins e de outros estados por meio de intercâmbio para melhoria nos processos de gestão, também para melhorar a vida da comunidade, adquirindo produtos de cooperativas, nos associando as cooperativas de crédito (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Matemos contatos com outras cooperativas prestadoras de serviços que atuam em outros estados, para troca de experiências sobre as novidades do nosso ramo. Mas não temos parcerias formuladas por meio de contrato com outras cooperativas (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Percebeu-se que as cooperativas do ramo crédito realizam parcerias de intercooperação com outras cooperativas do segmento. A partir de 2020, a OCB escolheu as cooperativas Viacredi, Credicitrus e Petrópolis, para auxiliar no desenvolvimento do cooperativismo nas regiões norte e nordeste do Brasil. O SESCOOP/TO aderiu ao projeto e as cooperativas de crédito estão implementando ações de troca de experiências por meio da identificação de casos de sucesso para implementar no Tocantins. Foi implementado o Premicap, modelo trazido da Cooperativa Agrorural de Goiás. Além da participação em cursos, palestras e feiras tecnológicas, como a Agrotins, com a participação de cooperativas de outros ramos.

O ramo transporte, não realiza parcerias com outras cooperativas de diferentes ramos por meio de projetos de médio prazo. Realiza contatos com outras cooperativas em busca de leis e inovações para adaptação. No ramo trabalho, produção de bens e serviços, os intercâmbios e parcerias com outras cooperativas acontecem nas feiras tecnológicas. Visitas técnicas a outras cooperativas para troca de experiências e busca de informações sobre o mercado. Além de que realizam parcerias com outras cooperativas do Tocantins e de outros estados por meio de intercâmbio para melhoria nos processos de gestão, adquirindo produtos e associando as cooperativas de crédito. O ramo agropecuário realiza reuniões para tratar de futuras parcerias de intercooperação entre cooperativas do mesmo segmento, para discutir informações do mercado de grãos e futuras parcerias entre as duas cooperativas. Visitas técnicas a outras cooperativas para troca de experiências e busca de informações sobre o mercado também ocorrem.

Para um maior entendimento sobre as práticas de intercooperação foi perguntado aos entrevistados como a cooperativa realiza parcerias com outras cooperativas locais ou regionais visando aumentar o poder de competição frente às empresas mercantis que atuam no mesmo ramo.

Recentemente, foi aprovado à destinação dos recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO) para aplicação nas cooperativas. Atualmente, temos uma parceria muito produtiva com o SEBRAE, por meio do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe). O SEBRAE é o maior parceiro das cooperativas, cumpre um papel importante na capacitação e como avalista complementar de financiamentos para pequenos negócios. A cooperativa realiza parcerias com 33 câmaras municipais por meio da realização de empréstimos consignados para vereadores (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

O Sicredi estabelece parcerias com as cooperativas locais por meio da abertura de linhas de créditos com taxa de juros especiais, estimulando a abertura de contas nas nossas agências. Assim, as cooperativas crédito reduzem custos e tornam mais competitivas frente aos bancos mercantis (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Em razão da não existência de outra cooperativa do mesmo segmento no Município de Araguaína, não é possível a realização desse tipo de parceria, temos um bom relacionamento com a Cooperbam que nos terceiriza alguns serviços de entregas (ENTREVISTADO 03, DO RAMO TRANSPORTE).

Já para o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, “Até o momento não temos essa competição, pois aqui na nossa cidade só tem a gente que mexe com artesanato de bijoias.”

A COAPA celebra parcerias com outras cooperativas fornecedoras de insumos e implementos agrícolas, contribui muito para a redução dos custos de produção e melhora a competitividade dos nossos produtos. A COAPA atua na comercialização de defensivos agrícolas, sementes, fertilizantes, assistência técnica digital para produtores de grãos, recebimento, classificação, secagem e armazenagem de grãos (ENTREVISTADO 05, DO RAMO AGROPECUÁRIO).

A cooperativa realiza parcerias por meio de troca de informações com outras cooperativas, em eventos sociais e culturais e em ações conjuntas para levantar a bandeira e fortalecer o movimento Somoscoop (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

As parcerias são feitas quando são realizados eventos em Palmas, voltados ao segmento cooperativista, matemos relacionamentos com as cooperativas de crédito, orientamos os nossos cooperados para abrir contas nelas, pois, as taxas são mais baixas (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Percebe-se que as cooperativas de crédito, realizam parcerias com o SEBRAE, por meio do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe). O SEBRAE é o maior parceiro das cooperativas, cumpre um papel importante na capacitação e como avalista complementar de financiamentos para pequenos negócios. Celebram parcerias com as cooperativas locais por meio da abertura de linhas de créditos com taxa de juros especiais, estimulando a abertura de contas nas nossas agências. Com essas parcerias, as cooperativas de crédito reduzem custos e se tornam mais competitivas frente aos bancos mercantis.

O ramo transporte, não realiza intercâmbios e parcerias com outra cooperativa do mesmo segmento. Apesar de manter um bom relacionamento com uma cooperativa de transporte que terceiriza alguns serviços de entregas. O ramo trabalho, produção de bens e

serviços realiza parcerias por meio de troca de informações com outras cooperativas em eventos sociais e culturais e em ações conjuntas para levantar a bandeira e fortalecer o movimento Somoscoop. As parcerias ocorrem nos eventos em Palmas, voltados ao segmento cooperativista, estabelecem relacionamentos com as cooperativas de crédito, orientam os cooperados para abrir contas, pois, as taxas são mais baixas.

O ramo agropecuário celebra parcerias com outras cooperativas fornecedoras de insumos e implementos agrícolas, contribui muito para a redução dos custos de produção e melhora a competitividade dos nossos produtos. Ainda, atua na comercialização de defensivos agrícolas, sementes, fertilizantes, assistência técnica digital para produtores de grãos, recebimento, classificação, secagem e armazenagem.

Em seguida, buscou-se identificar as estratégias de cooperação que facilitam o acesso a novos mercados, além do desenvolvimento de novas tecnologias de forma conjunta com outras organizações.

A questão de atingir novos mercados é feita por meio de um trabalho de estudos de viabilidade para identificar mercados promissores, no mês de abril deste ano abrimos uma agência no Município de Lagoa da Confusão, por se tratar de uma região promissora, o comércio é fortemente influenciado pelo agronegócio consolidado, pretendemos abrir agências em Dianópolis, Guaraí, Colinas, Pedro Afonso e Tocantinópolis. Estamos estudando a possibilidade da criação de uma agência em Araguaçu para aproximar do Estado de Goiás, no futuro pretendemos fazer incorporação com outras cooperativas para aumentar o nosso poder de competição (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

O Siredi no Tocantins conta com 17 agências situadas nos municípios de: Araguaína; Araguatins; Colinas; Dianópolis; Formoso do Araguaia; Guaraí; Gurupi, Lagoa da Confusão; Palmas, Porto Nacional; Paraíso; Pedro Afonso; Taquatinga e Tocantinópolis. Em todas as agências temos parcerias visando fomentar com comércio local por meio de apoio aos eventos voltados para os pequenos negócios promovidos pelo Governo do Estado, Prefeituras e SEBRAE (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Ademais, o Entrevistado 03, do ramo Transporte, indica que “Ainda não colocamos em prática, mas a cooperativa está com um projeto para a instalação de dispositivo-rastreadores nas motos para aumentar a sensação de segurança dos associados.” Assim como o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, relata “Quando vamos para feira abrimos muitas portas, e hoje com as redes sociais facilita um pouco.”

A COAPA participa todos os anos da Jornada Tecnológica de Pedro Afonso e Região, um dos maiores eventos do Tocantins voltados à difusão de tecnologias para produção de grãos. A Jornada Tecnológica é o momento para os produtores rurais e demais participantes conhecerem o que as empresas têm de mais moderno para auxiliar no aumento da produtividade e da sanidade das plantações de grãos e, dessa forma, aumentar seus ganhos. Participamos também da Agrotins, na edição de 2022, alcançamos o volume de R\$ 22 milhões em negócios fechados (ENTREVISTADO 05, DO RAMO AGROPECUÁRIO).

De forma permanente, realizamos intercâmbios com cooperativas do mesmo ramo de atuação, dentro e fora do estado com o intuito de buscar boas práticas de gestão e assim desenvolver e profissionalizar a gestão da cooperativa (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Participamos dos Editais de Chamada Pública para prestação de serviços nos eventos realizados pelo poder público em Palmas, quando surge demanda por produtos, priorizamos a compra de cooperativas (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

As cooperativas de crédito utilizam como estratégia para atingir novos mercados a execução de estudos de viabilidade para identificar mercados promissores e no futuro pretendem fazer incorporação com outras cooperativas para aumentar o poder de competição. Realizam, ainda, parcerias visando fomentar com comércio local por meio de apoio aos eventos voltados para os pequenos negócios promovidos pelo Governo do Estado, Prefeituras e SEBRAE.

O ramo transporte, ainda não coloca em prática estratégias de cooperação para facilitar o acesso a novos mercados, mas a cooperativa está com um projeto para a instalação de dispositivo-rastreadores para aumentar a sensação de segurança dos associados. O ramo trabalho, produção de bens e serviços adota como estratégia para facilitar o acesso a novos mercados, a participação em feiras e divulgação dos produtos nas redes sociais. Realizam intercâmbios com cooperativas do mesmo ramo de atuação, dentro e fora do estado com o intuito de buscar boas práticas de gestão e assim desenvolver e profissionalizar a gestão da cooperativa. Além de participarem de Chamadas Públicas para prestação de serviços ao poder público quando surge demanda por produtos, priorizando a compra de cooperativas. O ramo agropecuário participa todos os anos da Jornada Tecnológica de Pedro Afonso e Região, um dos maiores eventos do Tocantins voltados à difusão de tecnologias para produção de grãos. Participa também da Agrotins tendo, na edição de 2022, alcançado o volume de R\$22 milhões em negócios fechados.

A próxima pergunta refere-se à aplicação do princípio da preocupação com a comunidade. O intuito dessa pergunta foi saber como a cooperativa desenvolve os projetos em parceria com a comunidade local com o intuito de proteger o meio ambiente e incentivar a educação.

Em 2021, executamos um projeto socioambiental em Paraíso, plantamos 200 mudas de ipê amarelo. Este ano de 2022, estamos patrocinando a Cavalgada Ecológica de Divinópolis, que envolve todos os municípios do vale do Araguaia, pretende plantar 1.000 mudas de ipê amarelo, além disso, estamos envolvendo três

escolas com aproximadamente 700 alunos no plantio de mudas de árvores nativas. Patrocinamos várias escolas por meio da doação de materiais esportivos, visando incentivar os alunos a prática da esportiva, os gerentes captaram junto aos cooperados aproximadamente 3.000 absorventes para doação às mulheres de baixa renda. A cooperativa doou 1.000 sacos de cimento para a construção do Hospital de Amor de Palmas (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

O Sicredi nacional desenvolve projetos pilotos que estimula as agências locais implementar iniciativas de responsabilidade social. Acreditamos na educação como forma de envolver e transformar a comunidade onde estamos presentes promovendo a cooperação e cidadania. No Tocantins, pretendemos programar o Programa a União Faz a Vida. O objetivo do Programa é desenvolver cidadãos mais justos, solidários e empreendedores, que respeitam a diversidade e dialogam para tomar as decisões. As nossas agências apoiam projetos voltados para educação financeira nas escolas por meio de parcerias com universidades realizamos palestras para alunos do ensino fundamental e médio (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Em breve a Coopermoto iniciará um projeto em alusão ao dia da árvore, com ações de plantios de árvores nativas nas avenidas e praças de Araguaína, mobilizações nas escolas objetivando a sensibilização dos alunos sobre a importância da preservação do meio ambiente (ENTREVISTADO 03, DO RAMO TRANSPORTE).

Para o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, “Sempre nos reunimos para debater sobre o assunto, agente até tinha um viveiro, mas infelizmente tivemos que acabar, pois nossa conta de água vinha altíssima, mas com ele fazíamos distribuição de mudas de árvores para toda população.”

A COAPA apoia a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Pedro Afonso. Este ano de 2022, a COAPA, foi representada no Encontro de Mulheres Coops do Tocantins, evento realizado pelo Sistema OCB/Tocantins. Participaram cooperadas, esposas de cooperados, dirigentes e colaboradoras de cooperativas e outras mulheres ligadas ao segmento cooperativista (ENTREVISTADO 05, DO RAMO AGROPECUÁRIO).

Realizamos por meio do Dia C de Cooperar ações sociais voltadas para proteger o meio ambiente tratando de resíduos sólidos, incentivando a reciclagem e preservação da fauna e flora. Também trabalhamos ações em conjunto com o currículo do colégio diretamente com os alunos esses assuntos, pois, entendemos que serão melhores cidadãos no futuro. O Dia de Cooperar é um projeto de responsabilidade social do Sistema OCB, realizado pelo SESCOOP/TO, cujo foco principal é o incentivo ao voluntariado e aos impactos sociais transformadores nas comunidades (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Por fim, o Entrevistado 07, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, também indica que “Temos uma parceria com a Cooperativa Associações de Catadores do Tocantins, por meio do auxílio na coleta de recicláveis nos locais dos eventos. ”A partir desses resultados, pode-se dizer que as cooperativas do ramo crédito, executam projetos com o viés

socioambiental plantando mudas de ipê amarelo. Patrocina a Cavalgadas Ecológicas que envolvem todos os municípios do vale do Araguaia e desenvolve ações nas escolas com aproximadamente 700 alunos no plantio de mudas de árvores nativas. Ainda, há o patrocínio de escolas por meio da doação de materiais esportivos, visando incentivar os alunos a prática da esportiva. Doaram 1.000 sacos de cimento para a construção do Hospital de Amor de Palmas e desenvolvem projetos pilotos que estimulam as agências locais a implementar iniciativas de responsabilidade social. Por fim, apoiam projetos voltados para educação financeira nas escolas, por meio de parcerias com universidades e realização de palestras para alunos do ensino fundamental e médio.

O ramo transporte pretende executar um projeto ambiental em alusão ao dia da árvore, com ações de plantios de árvores nativas nas avenidas e praças e mobilizações nas escolas, objetivando a sensibilização dos alunos sobre a importância da preservação do meio ambiente. O ramo trabalho, produção de bens e serviços realiza distribuição de mudas de árvores para a comunidade, assim como realiza, por meio do Dia C de Cooperar, ações sociais voltadas para proteger o meio ambiente tratando de resíduos sólidos, incentivando a reciclagem e preservação da fauna e flora. Realiza parceria com a Cooperativa de Catadores do Tocantins, por meio do auxílio na coleta de recicláveis nos locais dos eventos. O ramo agropecuário apoia a APAE. Em 2022, participou do Encontro de Mulheres Coops do Tocantins, evento realizado pelo Sistema OCB/Tocantins, no qual estiveram cooperadas, esposas de cooperados, dirigentes e colaboradoras de cooperativas e outras mulheres ligadas ao segmento cooperativista.

A questão seguinte buscou compreender como a cooperativa estabelece parcerias com o poder público e outras organizações cooperativas, para implementação de ações que possam contribuir para o desenvolvimento local de forma sustentável da comunidade.

Realizamos parcerias com as prefeituras de Divinópolis e de Paraíso na realização de projetos socioambiental voltados ao plantio de mudas e educação financeira nas escolas e incentivo ao empreendedorismo as crianças, adolescentes e jovens (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

O Sicredi Nacional desenvolve projetos pilotos que estimula as agências locais implementar iniciativas de responsabilidade social. Acreditamos na educação como forma de envolver e transformar a comunidade onde estamos presentes promovendo a cooperação e cidadania. No Tocantins, pretendemos implementar o Programa a União Faz a Vida. O objetivo do Programa é desenvolver cidadãos mais justos, solidários e empreendedores, que respeitam a diversidade e dialogam para tomar as decisões. As nossas agências apoiam projetos voltados para educação financeira nas escolas por meio de parcerias com universidades realizamos palestras para alunos do ensino fundamental e médio (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Hoje a cooperativa é bastante procurada pelos gestores públicos e atores políticos locais para participar de campanhas de conscientização da população sobre temas relacionados a saúde, tais como outubro rosa, novembro azul. Participa do programa mesa Brasil SESC. Mas ainda não fomos procurados para participar de projetos voltados para o desenvolvimento local (ENTREVISTADO 03, DO RAMO TRANSPORTE).

Em contrapartida, o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, indica que “Participamos de vários movimentos de interesse social, inclusive do conselho comunitário de Xambioá.” Assim como:

A Coopa executa anualmente, em parcerias com a Prefeitura de Pedro Afonso e SESCOOP/TO, os seguintes projetos socioambientais: GeraRenda; Pedalada Cultural Cooperativista; Encontro de Mulheres Cooperativistas de Pedro Afonso; Cooperar pela Vida; Simpósio Coopa de Integração Lavoura Pecuária e Cooperativa Madrinha (ENTREVISTADO 05, DO RAMO AGROPECUÁRIO).

As parcerias de educação e sensibilização da comunidade local, além de ações voltadas a ajudar a Prefeitura de Formoso do Araguaia, a desenvolver campanhas educativas direta com os alunos e comunidade escolar e com outras cooperativas. Executamos ações sociais, na tentativa de minimizar as necessidades básicas de famílias carentes com arrecadação e distribuição de cestas básicas, além de apresentar as práticas de responsabilidade social que a cooperativa adota (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

A missão da Cooperativa é garantir o bem-estar, a segurança e a comodidade para os clientes, cumprindo integralmente com a satisfação e proteção dos condutores dos veículos. A COOPSGET já atua na feira da Quadra 304 Sul, nas praias e em alguns eventos ocorridos na Capital, tais como: Salão do livro, 2015; Fenepalmas, Agrotins, 2016 e 2022; Jogos Indígenas; Festival Gastronômico de Taquaruçú; Páscoa dos sonhos 2017, 2018 e 2019; Carnaval da Paz – Capital da Fé e outros eventos (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Conforme as falas dos entrevistados, pode-se inferir que, as cooperativas do ramo crédito, realizam parcerias com as prefeituras para implementação de projetos socioambiental voltados ao plantio de mudas e educação financeira nas escolas e incentivo ao empreendedorismo em crianças, adolescente e jovem. Desenvolve também projetos piloto que estimulam as agências locais a adotar iniciativas de responsabilidade social. No Tocantins, pretendemos implementar o Programa a União Faz a Vida. O objetivo do Programa é desenvolver cidadãos mais justos, solidários e empreendedores, que respeitam a diversidade e dialogam para tomar as decisões.

O ramo Transporte participa de campanhas de conscientização da população sobre temas relacionados a saúde, outubro rosa, novembro azul. Participa do programa mesa Brasil SESC. Mas ainda não foram procurados para participar de projetos voltados para o

desenvolvimento local. O ramo trabalho, produção de bens e serviços, participa de movimentos de interesse social, inclusive do conselho comunitário. Ainda, executa ações sociais, na tentativa de minimizar as necessidades básicas de famílias de baixa renda com arrecadação e distribuição de cestas básicas, além de apresentar as práticas de responsabilidade social que a cooperativa adota nos eventos culturais e feiras de negócio. O ramo agropecuário executa anualmente, em parcerias com Prefeituras e SESCOOP/TO, os projetos socioambientais: Gera Renda; Pedalada Cultural Cooperativista; Encontro de Mulheres Cooperativistas; Cooperar pela Vida; Simpósio Coapa de Integração Lavoura Pecuária e Cooperativa Madrinha.

Além das parcerias com o poder público e outras organizações cooperativas, foi perguntado aos entrevistados, como os membros da cooperativa discutem e aprovam a inclusão do orçamento anual, recursos para execução de políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade local.

O orçamento é elaborado por meio dos grupos criados pelo Conselho de Administração para esse fim, inicia em novembro de cada ano para colocar em discussão e aprovação até janeiro. Esses projetos voltados para o social e o meio ambiente, por exemplo, a Comunidade Jovem de Valor criada pela Igreja Batista de Paraíso, comprou uma fazenda com contribuições da cooperativa no valor de R\$1.500,00, por mês. As APAEs de Paraíso e Miranorte também são beneficiadas com doações da cooperativa. Os associados também contribuem de forma voluntária com as ações de caráter social que a cooperativa desenvolve (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

O Sicredi dispõe do Fundo Social que tem por finalidade apoiar entidades, por meio de projetos que em virtude do valor recebido, gerem benefícios e melhorias para as pessoas das comunidades locais. No Tocantins, as agências regionais realizam parcerias com prefeituras e câmaras municipais na execução de projetos e ações que visam o desenvolvimento das comunidades próximas dos postos de atendimento da cooperativa. O Fundo Social visa fortalecer ações desenvolvidas por entidades dos municípios onde o Sicredi está presente, e que atuem em benefício da comunidade em que estão inseridas, evidenciando as causas da Cidadania Corporativa do Sicredi, por meio de projetos e ações de Cooperação, Educação e Desenvolvimento local. Geralmente nas assembleias são discutidos temas relacionados a responsabilidade da cooperativa para contribuir para desenvolvimento sustentável visando suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras. Nas assembleias são apresentadas pelos cooperados as demandas para discussão e aprovação no orçamento anual (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

Para o Entrevistado 03, do ramo Transporte, “Conforme eu já falei, todas as questões que envolvem a parte financeira e discutida e aprovada na assembleia geral, como as nossas receitas não são suficientes, ainda não disponibilizamos de orçamento para ações de responsabilidade social.” Enquanto para o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de

Bens e Serviços, “Para ser sincera, o dinheiro que recebemos das vendas dá mal para mantermos nossas contas mensais.”

Os cooperados da COAPA aprovaram em Assembleia, uma proposta apresentada pela diretoria para contribuir para atingir metas dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS): Erradicar a pobreza em todas as suas formas; erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar; garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos; alcançar a igualdade de gênero. Diante disto, foram aprovados no orçamento anual, recursos financeiros para execução de ações e apoio a projetos que contribuem para o alcance dos ODS (ENTREVISTADO 05, DO RAMO AGROPECUÁRIO).

Essas políticas estão previstas no nosso estatuto, mas não é plicado pelo fato do faturamento ainda não ser o suficiente, para investimentos em ações sociais voltadas para o desenvolvimento sustentável da comunidade de Formoso. As ações que realizamos são feitas de forma voluntária (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Tudo isso, está previsto no estatuto da COOPSGET, mas não elaboramos o orçamento anual, as nossas receitas vêm de serviços pontuais. Por falta de recursos financeiros, esse tema ainda não foi discutido nas Assembleias (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Percebe-se que nas cooperativas do crédito, o orçamento é elaborado por meio dos grupos criados pelo Conselho de Administração para esse fim. A discussão se inicia em novembro de cada ano para aprovação até janeiro do ano seguinte. Tais cooperativas também dispõem do Fundo Social que tem por finalidade apoiar entidades, por meio de projetos que, em virtude do valor recebido, gerem benefícios e melhorias para as pessoas das comunidades locais. Nas assembleias de planejamento das ações anuais são discutidos temas relacionados a responsabilidade social da cooperativa para contribuir ao desenvolvimento sustentável, visando sempre suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras.

No transporte, as questões que envolvem a parte financeira e discutida e aprovada na assembleia geral, como as receitas, não são suficientes. A cooperativa ainda não disponibiliza de um orçamento para ações de responsabilidade social. O ramo trabalho, produção de bens e serviços informa que está previsto no estatuto das cooperativas, mas não é aplicado, visto que o faturamento ainda não é suficiente para investimentos em ações sociais voltadas para o desenvolvimento sustentável da comunidade. No ramo agropecuário, os cooperados aprovaram, em Assembleia, uma proposta apresentada pela diretoria para contribuir para atingir metas dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Diante disto, são

inclusos, no orçamento anual, recursos financeiros para execução de ações e apoio a projetos que contribuem para o alcance dos ODS.

Para finalizar as entrevistas, perguntou-se aos dirigentes das cooperativas, quais os impactos da COVID-19 no funcionamento e nos resultados da cooperativa.

A pandemia modificou o funcionamento da cooperativa, restringimos os horários de atendimento, passamos a utilizar com mais as redes sociais para evitar aglomerações e cumprir os decretos estaduais e municipais. As mudanças foram feitas de forma planejada, os resultados da cooperativa foram fantásticos, os depósitos aumentaram em torno de 150%. As filas nos bancos comerciais provocadas pelo auxílio emergencial foi um fator determinante para muitos clientes migrarem para as cooperativas de crédito (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

No primeiro momento, as medidas de distanciamento social determinados pelo governo estadual e os municípios obrigando as pessoas a ficar em casa. Com isso, as empresas também foram obrigadas a suspender as atividades presenciais refletindo diretamente na movimentação financeira das agências da cooperativa. Mas aos poucos conseguimos nos enquadrar as novas formas de relacionamento com os nossos clientes e cooperados por meio de atendimentos agendados e utilização de aplicativos de mensagens (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

No primeiro momento a Pandemia abalou muito a nossa cooperativa, ficamos um ano parados, oito cooperados perderam a vida por causa da Covid-19. Em 2021, foi necessário nos reinventar, aderimos a novas tecnologias atuando com aplicativos de entregas de alimentos (ENTREVISTADO 03, DO RAMO TRANSPORTE).

Já para o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, “Bom nós não deixamos a peteca cair, trabalharmos quando tinha encomenda em casa cada cooperada trabalhava em sua casa, e depois duas pegavam essas peças e despachavam para os clientes.” Situação diversa foi relatada pelo Entrevistado 05, do ramo Agropecuário, “No período da Pandemia, a capacidade de produção foi reduzida, provocando inadimplência dos nossos clientes, alguns insumos inflacionaram.”

Como instituição mantenedora de um colégio os impactos foram grandes, tivemos que paralisar as atividades presenciais, o que ocasionou na perda de alunos e aumento da inadimplência, redução salarial por falta de receitas, deficiência na aprendizagem dos alunos, as aulas remotas não tiveram o mesmo rendimento das presenciais, investimento em tecnologia que não estava no orçamento (ENTREVISTADO 06, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

A principal atividade da COOPSGET é a guarda de veículos de empresas e pessoas físicas que participam de eventos em Palmas, no período da pandemia, todos os eventos foram suspensos, tirou os nossos postos de trabalho, alguns dos nossos associados passaram a ter o auxílio emergencial como fonte de renda (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Os entrevistados do ramo crédito afirmaram que a pandemia modificou o funcionamento da cooperativa restringindo os horários de atendimento, passando a utilizar as redes sociais com mais frequência para evitar aglomerações e cumprindo os decretos estaduais e municipais. Segundo os mesmos, as mudanças foram feitas de forma planejada, os resultados da cooperativa foram excelentes e os depósitos aumentaram em torno de 150%. As filas nos bancos comerciais, provocadas pelo auxílio emergencial foram um fator determinante para muitos clientes migrarem para as cooperativas de crédito.

O entrevistado do ramo transporte declarou que no primeiro momento a pandemia abalou muito a cooperativa, ficou um ano fechada e oito cooperados perderam a vida por causa da Covid-19. Em 2021, foi necessário que eles se reinventassem, de forma que aderiram a novas tecnologias atuando com aplicativos de entregas de alimentos. Os entrevistados do ramo trabalho, produção de bens e serviços declararam que foi necessária adaptação para o trabalho em casa. As atividades presenciais foram suspensas, o que ocasionou na perda de clientes e aumento da inadimplência, assim como redução salarial por falta de receitas. Por fim, foi necessário investimento em tecnologia que não estava no orçamento. Em resumo, a pandemia tirou os postos de trabalho da cooperativa e alguns associados passaram a ter o auxílio emergencial como fonte de renda. O entrevistado do agropecuário afirmou que no período da pandemia sua capacidade de produção foi reduzida, provocando inadimplência dos clientes e a inflação de alguns insumos.

Por fim, buscou-se ouvir dos entrevistados suas perspectivas futuras com relação a cooperativa. Perguntando-se o que poderia melhorar nas mesmas.

De 2003 a 2015, houve um avanço muito grande no que se refere às leis e normativas sancionadas pelo Governo Federal, em 31 de maio de 2010, foi aprovado o projeto de livre admissão para as cooperativas de crédito. Entretanto, a nossa cooperativa precisa melhorar para aproveitar as oportunidades, no sentido da automação dos processos de operações financeiras e de relacionamento com os cooperados. Melhorar a autonomia dos dirigentes e colaboradores na execução das ações, os cooperados devem questionar nas assembleias, mas muitos preferem questionar no ambiente das tarefas. Ampliar a utilização das ferramentas digitais, muitos cooperados ainda não usam os aplicativos. Melhorar o sistema de comunicação interna por meio da adoção de ferramentas de endomarketing. Melhorar a participação dos cooperados nas assembleias (ENTREVISTADO 01, DO RAMO CRÉDITO).

A cooperativa em constante evolução, sempre preocupada em valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade. Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros de um jeito simples e próximo para você, para a sua empresa e para o seu agronegócio. Mas o que nos faz diferentes é que ao se associar, você adquire uma pequena cota da sua cooperativa, passando a ser dono do Sicredi, tendo voz sobre as decisões do negócio e participando dos

resultados. É por isso que o Sicredi é seu, meu e nosso. Aqui todos têm a oportunidade de decidir e participar, assim criamos laços de confiança que nos permitem crescer. Juntos (ENTREVISTADO 02, DO RAMO CRÉDITO).

A cooperativa precisa melhorar no quesito união, para todos caminhar como o mesmo objetivo. Os cooperados precisam ter mais visão de cooperação, cumprindo o seu papel coletivo e aumentar as relações de confiança. Temos que trabalhar de forma unidade para combater a clandestinidade que ainda existe em Araguaína. A fiscalização da Prefeitura está colaborando, mas ainda existem motos clandestinas na praça. Em 2023, aproximadamente 300 motos precisam ser trocadas por completarem 10 anos de uso, estamos conversando com a Agência de Fomento do Tocantins. Vamos procurar o SICRDI e SICOOB para negociarmos a menor taxa de juros para os associados financiar suas motos (ENTREVISTADO 03, DO RAMO TRANSPORTE).

Por fim, o Entrevistado 04, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, informou que “Temos que mudar o nosso estatuto urgentemente e aumentar a hora trabalhada das meninas porque tudo sobe menos as horas trabalhadas das meninas que estão com preços defasados,” informação semelhante a do Entrevistado 05, do ramo Agropecuário “Buscar meios para celebração de parcerias para as cooperativas terem limites de crédito pré-aprovado pelos bancos e cooperativas de crédito para o associado reduzir os riscos de inadimplência.” Por fim, o Entrevistado 06, do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, indica que “É necessário melhorar sentimento de pertencimento dos cooperados com os objetivos da cooperativa, isso ajudaria bastante a desenvolver melhor nosso plano e por consequência melhoraria os nossos resultados. ”

Falta melhorar o reconhecimento do poder público municipal e estadual sobre o papel da nossa cooperativa, por meio da publicação de Editais de Chamada Pública para combater os prestadores de serviços clandestinos, assim surgem novas frente de trabalho (ENTREVISTADO 07, DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS).

Os dirigentes do ramo crédito afirmaram que de 2003 a 2015, houve um avanço muito grande no que se refere às leis e normativas sancionadas pelo Governo Federal. Em 31 de maio de 2010, entrou em vigor a resolução normativa do Banco Central que permite a livre admissão para as cooperativas de crédito. No entanto, a cooperativa precisa aprimorar a automação dos processos de operações financeiras e de relacionamento com os cooperados. Melhorar o senso crítico dos cooperados para questionarem nas assembleias as decisões tomadas pelo conselho de administração e ampliar a utilização das ferramentas digitais, já que muitos cooperados ainda não usam os aplicativos. Consideram ainda melhorar o sistema de comunicação interna por meio da adoção de ferramentas de *endomarketing*.

O entrevistado do ramo transporte afirmou que a cooperativa precisa melhorar no quesito união, para todos caminhar como o mesmo objetivo. Os cooperados precisam ter mais visão de cooperação, cumprindo o seu papel coletivo e aumentar as relações de confiança. Os entrevistados do trabalho, produção de bens e serviços declararam que é necessária a alteração no estatuto da cooperativa para adequar as normas vigentes, melhorar o sentimento de pertencimento dos cooperados com os objetivos da cooperativa e melhorar o reconhecimento do poder público municipal e estadual sobre o papel da cooperativa, por meio da publicação de Editais de Chamada Pública para combater os prestadores de serviços clandestinos. Por fim, o entrevistado do ramo agropecuário, afirmou que é necessário buscar meios para celebração de parcerias para as cooperativas terem limites de crédito pré-aprovado pelos bancos e cooperativas para o associado reduzir os riscos de inadimplência.

5.2 Análises de Conteúdo da Pesquisa Realizada com os Dirigentes das Cooperativas

Nesta seção, apresenta-se a sistematização, em formas de quadros, das diferentes fases da análise de conteúdo da aplicação dos princípios cooperativistas na perspectiva de Bardin (2021).

Quadro 19 - Categorias de análise de conteúdo da aplicação do princípio da Adesão voluntária e livre

Categoria para Análise	Descrição	Frequência
Princípio da Adesão voluntária e livre.	Medidas adotadas para permitir a adesão e a saída voluntária e a livre saída das pessoas ao quadro de associados da cooperativa	-
Comprovação de renda mensal.	Para fazer parte do quadro de sócio da cooperativa, o interessado deve apresentar comprovante de renda	02
Aceitar as regras estatutárias da cooperativa.	Para fazer parte do quadro de sócio da cooperativa, o interessado deve aceitar as regras previstas no estatuto da cooperativa.	02
Pagamento de taxa de adesão.	Para fazer parte do quadro de sócio da cooperativa, as pessoas interessadas devem pagar uma taxa	03
Integralização de quotas-partes.	Para ingressar na cooperativa, o associado deverá subscrever e integralizar no mínimo quotas-partes	02
Comprovação de experiência.	Para ingressar na cooperativa, o associado deverá comprovar experiência no ramo de atuação da cooperativa	02
Conselho de Administração.	Os cooperados e funcionários são passivos de sanções administrativas impostas pelo Conselho de Administração	02
Realização de Assembleia Geral.	A Assembleia Geral é o órgão soberano para deliberar os interesses dos associados e cancelar as decisões do Conselho de Administração.	02

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme evidencia o Quadro 19, pode-se observar nos conteúdos extraídos das falas dos dirigentes que as medidas adotadas com menor frequência na aplicação do princípio da Adesão voluntária e livre são exigências do pagamento de taxa de adesão como critério para fazer parte do quadro associativo da cooperativa. Pode-se supor que os dirigentes das cooperativas se resguardam, para não expor as estratégias que a cooperativa adota para captar novos cooperados.

Quadro 20 - Categorias de análise de conteúdo da aplicação do princípio da Gestão democrática

Categoria para Análise	Descrição	Frequência
Princípio da Gestão democrática.	Aspectos relativos à participação ativa e direta dos associados no estabelecimento de diretrizes políticas e na tomada de decisões coletiva dos associados	-
Participação dos cooperados nas deliberações da cooperativa.	A importância da participação dos cooperados nas decisões da cooperativa, sugerindo, opinando, denunciando falhas, propondo soluções e defendendo suas ideias.	07
Criação de aplicativos de mensagens.	Criação de aplicativos de mensagens para facilitar a aproximação dos associados à cooperativa	03
Redes sociais como meio de comunicação.	Utilização das redes sociais como ferramenta de comunicação com os clientes e cooperados	07
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.	Assembleia Geral, o órgão supremo da cooperativa que atua dentro dos limites do estatuto	02
Sorteios de prêmios entre os cooperados.	Realização de sorteios de automóveis entre os cooperados para estimular a participação nas assembleias da cooperativa.	02

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com os dados expostos no Quadro 20, pode-se afirmar que os elementos tratados com maior frequência nos procedimentos de aplicação do princípio da Gestão democrática nas cooperativas é a participação dos cooperados nas deliberações da cooperativa e utilização de redes sociais como meio de comunicação. Diante desses dados, pode-se pressupor que esses elementos são tratados nas ações operacionais do dia a dia da cooperativa como normas essenciais para o funcionamento e o alcance dos objetivos da entidade.

Quadro 21 - Categorias de análise de conteúdo da aplicação do princípio da Participação econômica dos sócios

Categoria para Análise	Descrição	Frequência
Princípio da Participação econômica dos sócios.	Participação econômica dos sócios na contribuição para a formação do capital comum, e na subscrição das cotas-partes dos cooperados	-
Formas de pagamento da Taxa de adesão.	O Estatuto da cooperativa estabelece normas de pagamento da taxa de adesão ao quadro de associado, à vista ou parcelado	05
Contribuição mensal voluntária dos cooperados na aquisição de quota-partes.	Após a integralização mínima o cooperado contribui periodicamente com mais quota-partes	02
Regras estatutárias para integralização de capital.	O Estatuto Social da cooperativa estabelece regras tanto a pessoa física, quanto à jurídica, para aderir de forma livre e adquirir quotas-partes	05
Taxa de adesão para integralização de capital.	Para ingressar na Cooperativa, o associado deve subscrever e integralizar, valores mínimos de quotas-partes.	05
Fundo de reservas da cooperativa.	Aplicação de rendimentos excedentes para a formação de reservas financeiras para suprir eventuais insucessos no futuro.	04

Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante dos dados expostos no Quadro 21, pode-se inferir que os elementos tratados com maior frequência na aplicação do princípio da Participação econômica dos sócios são as formas adotadas pela cooperativa de pagamento da taxa de adesão, as regras estatutárias para integralização de capital e fundo de reservas da cooperativa. Pode-se deduzir que a frequência da aplicação desses elementos doutrinários nas ações empreendidas diariamente na cooperativa, ocorre pela necessidade de resultados econômicos e distribuição entre os cooperados.

Quadro 22 - Categorias de análise de conteúdo da aplicação do princípio da Autonomia e independência

Categoria para Análise	Descrição	Frequência
Princípio da Autonomia e independência.	Aspectos relativos à autonomia e o controle democrático dos associados, nas negociações com outras organizações, atores e instituições	-
Observa as normas estatutárias antes de celebrar as parcerias.	Nos contratos e parcerias realizadas pela cooperativa, são observadas as normas do estatuto para não violar o princípio da autonomia	06
Reuniões remotas com utilização de ferramentas digitais.	O uso de ferramentas digitais por videoconferência organizada pela cooperativa possibilita uma autonomia maior ao cooperado	02
Assembleia Geral convocada com antecedência.	Realização de Assembleia Geral com pelo menos dois terços do número de cooperados para discutir mudanças no estatuto da cooperativa	07
Divulga os editais de eleições em todos os canais de comunicação da cooperativa.	Os cooperados são informados e convocados para participar das eleições pelas redes sociais e no <i>site</i> da cooperativa	05
Divulga a Assembleia Geral de eleição com antecedência.	O Edital de convocação dos cooperados para participar das eleições é publicado com antecedência para facilitar a composição de chapas.	02

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do exposto no Quadro 22, pode-se dizer que os elementos aplicados com maior frequência na aplicação do princípio da Autonomia e independência foram o respeito às normas estatutárias antes de celebrar as parcerias com outras organizações. A frequência absoluta desse elemento, pode estar diretamente relacionada a cautela dos dirigentes das cooperativas para não colocar em risco a autonomia e o capital da cooperativa.

Quadro 23 - Categorias de análise de conteúdo da aplicação do princípio da Educação, formação e informação

Categoria para Análise	Descrição	Frequência
Princípio da Educação, formação e informação.	Aspectos relativos à educação (enquanto cooperado), formação (enquanto profissional) e informação relacionada às atividades da cooperativa. Serão consideradas também as ações relativas às famílias dos cooperados e a comunidade	-
Formação dos colaboradores e cooperados por meio de cursos e palestras.	A maioria dos cursos e palestras voltados para treinamento, desenvolvimento dos colaboradores, cooperados e dirigentes são ofertados pelo SESCOOP e OCB	07
Fundo financeiro próprio para a formação dos cooperados.	A cooperativa dispõe de um fundo próprio de reservas financeiras para investir na formação dos cooperados.	03
Auxílio financeiro para os membros da cooperativa participarem de cursos de formação.	A cooperativa dispõe de recursos financeiros para custear as despesas dos cooperados, colaboradores e dirigentes, em cursos de graduação, especialização e capacitações específicas.	03
Divulgam ao público, em geral, as vantagens da cooperação.	A cooperativa participa anualmente dos eventos voltados ao cooperativismo, promovidos pelo SESCOOP/OCB e Governo do Estado, Dia de Cooperar e Agrotins.	07
Cursos e palestras sobre Educação Financeira nas escolas.	A cooperativa realiza ações de educação financeira nas escolas da rede municipal e estadual, por meio de palestras em sala de aula sobre a importância e economizar e poupar dinheiro de baixos valores.	02

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme destaca o Quadro 23 pode-se observar que os elementos doutrinários mais adotados na aplicação do princípio da Educação, formação e informação são as capacitações dos colaboradores e cooperados por meio de cursos e palestras que divulgam ao público, em geral, as vantagens da cooperação. Pode-se pressupor que essas medidas adotadas pelas cooperativas estão diretamente relacionadas à necessidade da formação de um capital humano capaz de atender as expectativas dos cooperados e clientes e competir com as empresas mercantis. Já as ações de divulgação da importância do cooperativismo, podem estar

interligadas as estratégias de divulgação de produtos, serviços e captação de clientes e novos cooperados.

Quadro 24 - Categorias de análise de conteúdo da aplicação do princípio da Intercooperação

Categoria para Análise	Descrição	Frequência
Princípio da Intercooperação.	Parcerias com outras organizações similares, visando atender melhor seus cooperados e fortalecer o movimento cooperativo	-
Intercâmbios por meio de parcerias com outras cooperativas.	Apoio aos eventos realizados pelo SESCOOP/TO, com a participação de cooperativas de outros ramos. Celebração de parcerias com cooperativas do mesmo ramo para implementar sistemas de gestão	06
Parcerias com outras cooperativas locais.	A cooperativa realiza parcerias com outras cooperativas locais, na troca de informações, tecnologias, compra de insumos e implementos agrícolas visando reduzir custos aumentar o poder de competição frente às empresas mercantis	05
Medidas de cooperação para o acesso a novos mercados.	A cooperativa participa da principal feira de exposição tecnológica do estado, a Agrotins. Realiza estudos de viabilidade para ampliar a atuação para outros municípios do Tocantins	03
Intercâmbios para melhoria nos processos de gestão.	A cooperativa celebra parcerias com outras cooperativas do Tocantins e de outros estados para busca de experiências sobre as novidades do ramo e melhoria nos processos de gestão.	03

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com os dados evidenciados no Quadro 24 pode-se perceber que os elementos adotados com maior frequência na aplicação do princípio da Intercooperação são os intercâmbios por meio de parcerias com outras cooperativas nacionais e locais. Pode-se deduzir que esses elementos doutrinários ocorrem pela necessidade de sobrevivência da cooperativa, que provoca a troca de informações, crescimentos e experiências para introdução de novos processos de gestão e assim reduzir custos operacionais.

Quadro 25 - Categorias de análise de conteúdo da aplicação do princípio da Preocupação com a comunidade

Categoria para Análise	Descrição	Frequência
Princípio da Preocupação com a comunidade.	Estabelecimento de políticas efetivas com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade.	-
Executa projetos de caráter socioambiental.	A cooperativa desenvolve os projetos em parceria com a comunidade local com o intuito de proteger o meio ambiente.	07
Executa projetos de responsabilidade social.	A cooperativa desenvolve os projetos em parceria com a comunidade local com o intuito de contribuir para a inclusão social.	03
Celebração de parcerias com as prefeituras e empresas locais.	A cooperativa celebra parcerias com o poder público e outras organizações cooperativas para implementação de ações que possam contribuir para o desenvolvimento local de forma sustentável.	07
Fundo aprovado pelos cooperados para investimentos em projetos sociais e ambientais.	Os membros da cooperativa aprovam a inclusão do orçamento anual, recursos para execução de ações que gerem benefícios e melhorias para as pessoas das comunidades locais.	03

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir dos resultados do Quadro 25, pode-se observar que o elemento doutrinário adotado com maior frequência na aplicação do princípio da Preocupação com a comunidade é a execução de projetos de caráter socioambiental. Pode-se deduzir que a execução de ações dessa natureza pelas cooperativas poder ser o reflexo das políticas de incentivos orientados pela OCB que incentivam as cooperativas a tomarem medidas para auxiliar a ONU no alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento, em especial, no combate à pobreza, à fome e a promoção de uma agricultura sustentável, preservando o meio ambiente para as gerações futuras.

Na seção seguinte, apresentam-se a análise qualitativa e interpretativa dos conteúdos extraídos das entrevistas com os dirigentes das cooperativas filiadas ao SESCOOP-TO/OCB.

5.3 Análises Interpretativas dos Conteúdos Extraídos das Falas dos Dirigentes Participantes da Pesquisa

Nesta seção analisaremos os resultados qualitativos de forma interpretativa, a luz da aplicação dos princípios cooperativistas nas cooperativas filiadas à OCB/TO, até junho de 2022, por meio da categorização das palavras chaves extraídas das falas dos dirigentes participantes da pesquisa, na perspectiva teórica de Bardin (2021). Em relação ao princípio da Adesão voluntária e livre evidenciado pelos resultados apresentados no Quadro 19 fica claro que na rotina do dia a dia da cooperativa ocorre a execução das ações em busca do alcance dos objetivos, os termos Assembleia Geral, Conselho de Administração, comprovar renda e pagamento de taxa de adesão são os mais mencionados pelos dirigentes. Pelas informações pode-se notar que os procedimentos adotados pelas cooperativas estudadas para adesão de associados são semelhantes. Apesar das cooperativas pesquisadas pertencerem a ramos distintos. Isso pode estar relacionado ao atendimento à Lei Geral do Cooperativismo, as normas e padrões estabelecidos pelo Sistema OCB.

No que se refere ao princípio da Gestão democrática, apresentado no Quadro 20, pode-se notar três questões chaves mencionadas por todos os entrevistados. A participação dos cooperados nas deliberações da cooperativa, a utilização de redes sociais como meio de comunicação com os cooperados e a criação de aplicativos de mensagens. Apesar dos recursos digitais serem ferramentas modernas e eficazes no relacionamento com os cooperados e clientes, podem-se transformar em um instrumento de fuga para os membros da cooperativa, que podem perder o interesse pela participação nos eventos presenciais. Outra variável que chama atenção é o fato da utilização de sorteios de prêmios como atrativos para os cooperados participarem das assembleias. Essas estratégias podem desestimular os associados a participarem de eventos que não dispõem de atrativos similares.

No tocante ao princípio da Participação econômica dos sócios, exposto no Quadro 21, pode-se inferir que as formas de pagamento de valores financeiros na adesão, regras estatutárias para integralização de capital e taxa para integralização de capital, são questões chaves presentes no repertório da maioria dos dirigentes das cooperativas. Todavia, a prática das ações relacionadas a esses termos podem ser particularidades das médias e grandes cooperativas. Uma vez que um número significativo dos entrevistados afirmou que as cooperativas que os representam não dispõem de fundo de reservas financeiras para suprir eventuais insucessos no futuro. Importa ressaltar que o Fundo de Reservas financeiras se trata de uma exigência da Lei 5.764/1971 que expressa a obrigação da destinação de, no mínimo, 10% das sobras líquidas para atender o desenvolvimento das atividades da cooperativa.

Em relação ao princípio da Autonomia e independência, evidenciado pelos resultados apresentados no Quadro 22, a maior parcela das cooperativas utilizadas como objeto de estudo dispõe de sistemas gerenciais e normas regimentais para criar um ambiente propício para os seus membros tomarem decisões sem influência indevida por parte de instituições públicas. Entretanto, parte dos dirigentes entrevistados afirmou que a Assembleia Geral e as reuniões remotas, organizadas pelo Conselho de Administração, são o principal instrumento para garantir a autonomia dos associados nas decisões da cooperativa. Sobretudo, não apresentaram ferramentas específicas disponíveis para os cooperados se manifestarem sobre possíveis violações da identidade da cooperativa pelos membros eleitos e funcionários contratados.

Sobre o princípio da Educação, formação e informação, exposto no Quadro 23, pode-se observar nas falas dos entrevistados que a maioria das cooperativas adota medidas no sentido de oferecer a formação dos colaboradores e cooperados por meio de cursos e palestras e realizam ações de divulgação ao público, em geral, sobre as vantagens da cooperação. Apesar disso, uma pequena parcela das cooperativas dispõe de políticas efetivas voltadas para o auxílio financeiro para os membros associados e funcionários participarem de cursos de formação e financiam projetos sobre educação financeira nas escolas. Assim, cabe ressaltar que a Lei 5.764/1971, determina às cooperativas a criação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social para investir na formação dos associados e na assistência social dos familiares, constituído de no mínimo 5% das sobras líquidas apuradas no exercício.

No que concerne ao princípio da Intercooperação, fica evidente nas afirmações dos dirigentes, conforme exposto no Quadro 24, que todas as cooperativas praticam intercâmbios e parcerias com o propósito de ampliar as relações com outras cooperativas e fortalecer o movimento cooperativo. Apesar dessas características, os resultados mostram que uma parcela significativa das cooperativas pesquisadas não realiza intercâmbios e parcerias por iniciativa própria, aguardando os eventos promovidos pelo SESCOOP/OCB para o cumprimento do princípio da intercooperação. No entanto, outro fator que chama atenção é a prática de parcerias e ajuda mútua entre as cooperativas locais, regionais e nacionais do mesmo ramo, ou não, assim como ações que formam a base que sustenta o movimento cooperativista são atributos tão-somente das cooperativas de médio e grande porte. Assim, as cooperativas de pequeno porte atuam de forma isolada, o que pode refletir de forma negativa no seu desempenho no mercado.

No tocante ao princípio da Preocupação com a comunidade, explicitado no Quadro 25, a totalidade das cooperativas executa projetos e ações por intermédio de parcerias com

prefeituras e empresas locais com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de forma sustentável dos municípios e regiões que atuam. Todavia, uma pequena parcela das cooperativas dispõe de fundo próprio aprovado pelos cooperados para investimentos em projetos sociais e ambientais em forma de políticas efetivas. Portanto, esses indicativos significam que poucas cooperativas elaboram e implementam projetos de responsabilidade social e ambiental de iniciativa própria.

A maioria aguarda os eventos promovidos pelo SESCOOP/TO e OCB para justificar a aplicação do princípio da Preocupação com a comunidade. Vale enfatizar que em 2020, o Sistema OCB, assumiu o compromisso com a Organização das Nações Unidas (ONU) de auxiliar no cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na implementação de projetos de responsabilidade social. Entretanto, as cooperativas pesquisadas não apresentaram projetos efetivos nesse sentido, ficando restrita a participação nos eventos pontuais realizados pelo SESCOOP/OCB.

Em resumo, os resultados analisados são suficientes para identificar sete elementos-chaves que podem ser considerados como medidas essenciais para a prática dos princípios cooperativistas, apresentados a seguir: permissão de qualquer pessoa física acima de 18 anos que comprove residência na área de ação da cooperativa para ingressar nos quadros de sócio; aprovação da exclusão de sócios em Assembleia Geral por no mínimo 2/3 dos associados presentes; a Assembleia Geral é tratada como o órgão máximo para discutir os interesses dos associados; exigência do valor mínimo de R\$20,00 de integralização de capital e subscrição de quotas-partes; e, propostas de parcerias com instituições públicas são discutidas em assembleias para não violar a autonomia da cooperativa.

Assim como as cooperativas executam programas voltados para a formação de jovens lideranças com potenciais para o empreendedorismo. Realizam também visitas técnicas a outras cooperativas para troca de experiências e busca de informações sobre o mercado para futuras parcerias. E ainda participam de projetos piloto que estimulam as prefeituras locais a implementarem iniciativas de responsabilidade social. Dessa forma, esses elementos-chaves identificados são parâmetros fundamentais para uma reflexão sobre os fatores que foram determinantes para as boas práticas administrativas nas cooperativas pesquisadas a partir da aplicação dos princípios cooperativistas.

Por outro lado, pode-se perceber nas palavras dos dirigentes participantes da pesquisa, a manifestação de processos recorrentes nos procedimentos gerenciais das cooperativas, fatores controláveis, mas preponderantes para a não aplicação dos princípios e valores cooperativistas, conforme determina a Aliança Cooperativa Internacional. Para tanto, os

elementos-chaves identificados na pesquisa, podem ser classificados como pontos fortes e fracos das ações e atividades meios e fins operacionalizados no dia a dia das cooperativas, no que tange a aplicação dos sete princípios cooperativistas.

Nesse sentido, os pontos fortes são as diferenciações conseguidas pela organização, por meio do uso adequado dos recursos humanos, tecnológicos, financeiros e materiais, que lhe proporcionam vantagem operacional frente aos concorrentes. Os pontos fracos são as situações de inconstâncias operacionais que geram incapacidade da organização, provocadas por ineficiência nos processos gerenciais que lhes coloca em desvantagem competitiva no ambiente que atuam (MINTZBERG e AHLSTRAND, 2010). No caso das cooperativas filiadas à OCB/TO, objetos desse estudo, o ponto forte, é a efetividade atingida na aplicação dos princípios cooperativistas. Já o ponto fraco, é a inconsistência percebida na execução das ações e atividades meios e fins, que impedem a aplicação dos princípios de forma adequada.

Quadro 26 - Pontos fortes e fracos da aplicação dos princípios do cooperativismo

Princípio	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Adesão voluntária e livre	Permissão de qualquer pessoa física acima de 18 anos, que comprovar residência na área de ação da cooperativa para ingressar nos quadros de sócio. Antes de ingressar no quadro de sócio da cooperativa, o interessado deve ler o estatuto e aceitar as regras nele previsto	Exigência de comprovante de renda mensal para fazer parte do quadro de sócio da cooperativa Exigência de comprovação de experiência no ramo de atuação da cooperativa para fazer parte do quadro de associado
Gestão democrática	Aprovação da exclusão de sócios em Assembleia Geral por no mínimo 2/3 dos associados presentes. Utilização de aplicativos de mensagens e redes sociais como ferramenta de comunicação com os clientes, funcionários e cooperados	Realização de sorteios de prêmios entre os cooperados como estratégia para estimular a participação nas assembleias da cooperativa. Baixa participação de mulheres nos conselhos, fiscal e de administração das cooperativas.
Participação econômica dos sócios	A Assembleia Geral é tratada como o órgão máximo para discutir e deliberar os interesses dos associados. Flexibilização prevista nos estatutos das cooperativas para os pagamentos de taxas de adesão ao quadro de associado, à vista ou parcelado	Falta de aplicação de normas previstas no estatuto que exige o pagamento de taxa de adesão para associar à cooperativa. Falta de fundo de reservas financeiras para suprir eventuais insucessos da cooperativa no futuro

Autonomia e independência	Exigência de no mínimo dois terços do número de sócio na Assembleia Geral convocada para discutir mudanças no estatuto da cooperativa. O Conselho de Administração envia com antecedência aos associados às pautas a serem tratadas nas assembleias.	Falta de canal específico para os cooperados se manifestarem sobre possíveis violações da identidade da cooperativa pelos membros eleitos e funcionários contratados. Dificuldades para encontrar membros da cooperativa para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal nas eleições.
Educação, formação e informação	Execução de programas voltados para a formação de jovens lideranças com potenciais para o empreendedorismo. Apoio do SESCOOP/TO, com o subsídio de até 90% dos custos com palestras e cursos de formação continuadas destinadas aos funcionários e cooperados.	Falta de um fundo financeiro próprio da cooperativa para a promoção da educação e a formação dos dirigentes, funcionários e cooperados. Falta de projetos permanentes voltados para informar as comunidades do entorno da cooperativa, sobre as vantagens da cooperação e do cooperativismo.
Intercooperação	Realização de visitas técnicas a outras cooperativas para troca de experiências e busca de informações sobre o mercado para futuras parcerias. Celebração de parcerias com outras cooperativas do mesmo ramo que atuam no Tocantins e em outros estados para troca de tecnologias e melhoria nos processos de gestão.	A prática da intercooperação restrita aos eventos promovidos pelo SESCOOP/TO e Governo do Tocantins. Falta de ações estratégicas em parceria com setor público e empresas mercantis para conquistar para atingir novos mercados e aumentar a carteira de clientes.
Preocupação com a comunidade	Participação em projetos pilotos que estimulam as prefeituras locais a implementarem iniciativas de responsabilidade social. Execução de projetos voltados à educação financeira nas escolas, plantio de mudas de árvores nativas, coleta seletiva de resíduos, inclusão de pessoas especiais e empoderamento das mulheres.	Falta de recursos financeiros inclusos no orçamento anual para aplicação em projetos e ações de responsabilidade social. Falta de um fundo social para reserva de recursos financeiros para executar projetos de responsabilidade social e ambiental nas comunidades adjacentes a cooperativa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir dos resultados do Quadro 26, pode-se dizer que há um equilíbrio entre os pontos fortes e fracos da aplicação do princípio da Adesão voluntária e livre nas cooperativas estudadas. Interessante observar pelos resultados da análise que os pontos fracos devem ser

vistos pelos dirigentes das cooperativas como oportunidades de melhoria. Como o caso da exigência de comprovação de renda para fazer parte do quadro de sócio da cooperativa.

Pode-se inferir também que há uma equivalência entre os pontos fortes e fracos da aplicação do princípio da Gestão democrática. Pode-se observar que o ponto fraco que apresenta maior destaque, é a baixa participação das mulheres nos conselhos das cooperativas. Já com relação ao princípio da Participação econômica dos sócios, nota-se que os pontos fortes e fracos apresentam um equilíbrio de representação. No entanto, o ponto negativo que merece atenção, é a ausência de fundo de reservas financeiras nas cooperativas para suprir eventuais insucessos.

Os pontos fortes e fracos do princípio da Autonomia e independência são polarizados. Com destaque para a dificuldade em encontrar membros da cooperativa para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal nas eleições. Fato que pode influenciar de forma negativa no funcionamento da cooperativa. Os pontos fortes e fracos da aplicação do princípio da Educação, formação e informação, também apresentam pesos equivalentes. No entanto, a fraqueza, que chama a atenção, é a falta de um fundo financeiro próprio da cooperativa para a promoção da educação e a formação dos dirigentes, funcionários e cooperados. Sendo outro fator que influencia diretamente no desempenho da cooperativa.

Os pontos fortes e fracos da aplicação do princípio da Intercooperação nas cooperativas também se equivalem. Porém, é interessante observar que a fraqueza inerente se relaciona a prática da intercooperação restrita aos eventos do SESCOOP/TO e do Governo do Estado. Percebe-se que as cooperativas não tomam iniciativas próprias para cumprir esse princípio. Pode-se dizer, também, que há equilíbrio entre os pontos fortes e fracos da aplicação do princípio da Preocupação com a comunidade, sendo um ponto que merece atenção, a ausência de um fundo social para reserva de recursos financeiros para executar projetos de responsabilidade social e ambiental. A ausência de um planejamento financeiro inviabiliza a aplicação desse princípio. Posto isto, apresenta-se a análise dos pontos fortes e fracos da aplicação dos princípios cooperativistas nas cooperativas filiadas ao SESCOOP/TO/OCB.

De acordo com os resultados apresentados, pode-se afirmar que as práticas dos princípios cooperativistas identificados neste trabalho são importantes para avaliar o desempenho das organizações cooperativas no cumprimento da sua função social, assim como as possibilidades de liquidação ou de sobrevivência. Em relação aos pontos fortes, pode ser considerado a afirmação e solidificação da cooperativa no mercado, tendo como base de sustentação a aceitação dos produtos ou serviços produzidos com recursos oriundos da união

de forças de seus cooperados por uma parcela significativa de consumidores suficientes para a sua sustentabilidade econômica.

No que se refere aos pontos fracos, pode ser considerado como um sinal de alerta para os dirigentes das cooperativas avaliarem o *Modus operandi* de todos os processos organizacionais e deliberativos da cooperativa para tomarem as medidas de gestão necessárias para se antecipar às crises e evitar o fechamento das portas. Em outras palavras, a proposta de análise da aplicação dos princípios cooperativistas, apresentada neste trabalho, pode ser utilizada como um direcionamento para a identificação da postura dos dirigentes das cooperativas, em relação ao cumprimento da legislação brasileira e das normas estabelecidas pela ACI.

Dessa forma, diante dos pontos positivos e negativos analisados, pode-se afirmar que a aplicação de todos os princípios cooperativistas de forma sistêmica e efetiva torna-se um fator preponderante para as cooperativas melhorarem suas capacidades de geração de resultados nos processos internos com padrões de qualidade. Podendo ter como consequência, a acumulação de forças essenciais para explorar oportunidades em ambientes ocupados por empresas mercantis. Sob essa lógica, a identificação dos pontos fortes e fracos da aplicação dos princípios cooperativistas nas cooperativas estudadas aponta para um equilíbrio entre a efetividade e a inconsistência percebida nos procedimentos adotados, tendo em vista o cumprimento, ou não, das normas estatutárias. Cabendo afirmar que o ponto de partida essencial para o cumprimento dos princípios cooperativistas é a utilização do estatuto como ferramenta pedagógica que deve ser entregue aos interessados para analisar e tomar a decisão de associar-se a cooperativa de forma consciente.

Em síntese, retomando a literatura estudada para reforçar a análise dos resultados, pode-se afirmar que cada princípio cooperativista praticado nas cooperativas, apresenta aproximação com as definições conceituais tratadas nesta pesquisa. Os resultados da pesquisa mostram evidências de que a aplicação dos princípios cooperativistas fora testada por meio da operacionalização dos processos gerenciais que ocorrem no dia a dia de cada cooperativa estudada.

Nesse sentido, a adesão voluntária e livre está ligada diretamente aos valores inerentes à liberdade e à igualdade entre os cooperados. A gestão democrática estabelece que a cooperativa deve ser dirigida pelos fundamentos da democracia, tendo como premissa que todos os cooperados ajam com responsabilidade, senso de igualdade e transparência. A participação econômica dos membros é a premissa que norteia a cooperativa na formação e

crescimento da sua estrutura patrimonial, amparada nas reservas e no capital social (MEINEN e PORT, 2014).

A autonomia e independência é a premissa que orienta a tomada de decisão do conselho de administração e dirigentes da cooperativa, pelo qual qualquer negociação que envolva a participação de pessoas externas, entidades ou órgão externos não pode afetar o controle democrático. Os próprios associados devem deliberar as parcerias com empresas e órgãos públicos de forma autônoma, levando em conta os valores da democracia, transparência e honestidade (SCHNEIDER, 1999). A educação, formação e informação, é considerada a regra essencial do cooperativismo, sendo a base para a afirmação de todos os demais princípios. Forma-se a base de sustentação da promoção dos valores e fortalecimento econômico e social dos cooperados (FERREIRA e SILVA, 2015; SCHNEIDER, 1999). A prática desse princípio capacita os cooperados, dirigente e colaboradores e o público em geral para a disseminação das diretrizes e doutrina do cooperativismo (MEINEN e PORT, 2014).

A intercooperação tem o propósito de estabelecer critérios de relacionamento entre cooperativas que ocorrem nos projetos e ações realizados em parcerias de forma colaborativa. Na prática, esse princípio representa uma das formas de colaboração pelas quais se pratica o valor da solidariedade mútua entre cooperativas (SCHNEIDER, 1999). A preocupação com a comunidade orienta as cooperativas para executar projetos e ações com o propósito de contribuir para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades por meio de dotações financeiras aprovadas pelos seus membros (ACI, 2021). Sendo esse princípio fundamental para as cooperativas aplicarem os seus objetivos sociais nas comunidades que atuam, com medidas compensatórias, respeitando os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

5.4 Resultados da Pesquisa Estruturada Realizada com os Cooperados das Cooperativas

Nesta seção, apresentam-se os resultados quantitativos extraídos dos questionários realizados com os cooperados das cooperativas. A amostra foi formada por 120 cooperados, sendo 66 masculinos e 44 femininos. Esses respondentes pertencem às mesmas cooperativas administradas pelos dirigentes que participaram da pesquisa semiestruturada. Diante disto, descreve-se esta amostra a seguir: com relação aos ramos da cooperativa em que estão associados, 60% indicaram associar-se ao ramo Crédito, 15% ao ramo Agropecuário, 15% ao ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços, e 10% ao ramo Transportes; com relação ao sexo dos respondentes, 55% são do sexo masculino e 45% são do sexo feminino, podendo-se observar que, há um equilíbrio entre os participantes, com uma pequena maioria para o sexo masculino.

No que se refere à faixa etária dos cooperados participantes da pesquisa, pode-se observar o predomínio da faixa de 30 a 39 anos (45%), seguida pela faixa de 40 a 49 anos (37%), havendo baixa participação de pessoas mais velhas (9% entre 50 a 59 anos e 3% entre 60 a 69 anos) e mais jovens (6% entre 20 e 29 anos). No quesito escolaridade dos cooperados participantes da pesquisa, nota-se uma distribuição relativamente equilibrada, com uma pequena diferença da soma dos que responderam possuir o ensino médio completo (49,7%) e incompleto (14%), com os que possuem ensino superior completo (21,4%) e pós-graduação (14,9%). No tocante ao tempo de associado na cooperativa observa-se que a metade dos cooperados afirmaram estar há mais de cinco anos nos quadros da cooperativa (50%). Enquanto mais de um terço, afirmaram que possuem até dois anos de associado (21,5%).

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa realizada com os cooperados das cooperativas tocantinenses sobre a prática dos princípios cooperativistas. Decerto, apresenta-se a opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Adesão voluntária e livre, assim, as variáveis nominais utilizadas como padrão de respostas foram: as regras para a entrada de novos associados, os critérios para negar o pedido de adesão e processo de saída dos associados da cooperativa.

Tabela 6 -Opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Adesão voluntária e livre

Questão	Sim (%)	Não (%)
Conhecimento das regras que a cooperativa adota para admissão de novos associados aos quadros da cooperativa	92,90	7,10
Conhecimento das regras e procedimentos que a cooperativa adota para impedir a entrada de novos associados	85,70	14,30
Conhecimento das regras e dos procedimentos que a cooperativa adota para permitir a saída do associado.	85,70	14,30

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que se refere às regras que a cooperativa adota para a entrada de novos associados, conforme mostra a tabela um, a maioria absoluta dos cooperados entrevistados afirmaram ter conhecimento dessas regras. Com relação aos critérios que a cooperativa adota para negar o pedido de adesão de novos associados, pode-se inferir que a maior parte dos entrevistados, afirmaram que conhecem essas regras. No entanto, uma parcela significativa afirmou que não conhecem esses critérios. No tocante aos procedimentos de saída dos associados da cooperativa, pode-se observar na Tabela 6 que a maioria dos entrevistados afirmaram que conhecem. Todavia, um percentual significativo afirmou não conhecerem os critérios de saída.

Por certo, diante do descrito na Tabela 7, apresenta-se a opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Gestão democrática. Assim, as variáveis nominais utilizadas como padrão de respostas foram: a participação ativa e direta dos associados nas decisões da cooperativa; as medidas que as cooperativas adotam para estimular a participação dos associados nas assembleias; e, o conhecimento dos canais que a cooperativa dispõe para os associados solicitarem dos conselhos e informações sobre as atividades.

Tabela 7 -Opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Gestão democrática

Questão	Sim (%)	Não (%)
Conhecimento da forma de participação direta e ativa dos cooperados no dia a dia da cooperativa	90	10
Conhecimento das medidas que a cooperativa adota para estimular a participação dos cooperados	95	5
Conhecimento dos canais de comunicação que a cooperativa dispõe para interação com os cooperados.	85,70	14,30

Fonte: Elaborado pelo autor.

No tocante a participação ativa e direta dos associados nas decisões da cooperativa, conforme a Tabela 7 fica evidente que a maioria absoluta dos cooperados entrevistados é consciente do seu papel como membro da entidade. No que se refere às medidas adotadas para estimular a participação dos associados nas assembleias, nota-se que a maioria absoluta afirmou que tem acesso aos meios que a cooperativa utiliza para convocar os cooperados a participar das reuniões. Com relação aos canais que a cooperativa dispõe para os associados solicitarem dos conselhos, informações sobre as atividades, pode-se afirmar que a maioria dos entrevistados também conhece os canais que a cooperativa oferece para se comunicar com os associados.

A seguir, apresenta-se a opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Participação econômica dos sócios. Assim, as variáveis nominais utilizadas como padrão de respostas foram: as medidas que a cooperativa estabelece para os associados contribuírem igualmente para o capital; as medidas administrativas que a cooperativa adota, visando destinar parte dos rendimentos excedentes para a formação de reservas financeiras; e, a divulgação do saldo em quotas e distribuição das sobras entre os cooperados.

Tabela 8 -Opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Participação econômica dos sócios

Questão	Sim (%)	Não (%)
Conhecimento das medidas que a cooperativa adota para o devido controle democrático do capital	85,70	14,30
Conhecimento das medidas administrativas que a cooperativa adota para a formação de reservas financeiras	78,70	21,40
Conhecimento das medidas que a cooperativa adota na divulgação do saldo em quotas e distribuição de sobras.	100	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que se refere às decisões que a cooperativa toma para os associados contribuírem igualmente para o capital. Pode-se observar que a maioria dos entrevistados afirmou que conhece essas medidas. No que se refere às medidas administrativas que a cooperativa adota visando destinar parte dos rendimentos excedentes para a formação de reservas financeiras, pode-se deduzir que a maioria dos entrevistados afirmou conhecer tais medidas. No entanto, uma parcela significativa respondeu não conhecer. No tocante a divulgação do saldo em quotas e distribuição das sobras entre os cooperados, pode-se observar que todos os cooperados entrevistados afirmaram ter acesso aos canais que a cooperativa utiliza para publicar os relatórios.

Destarte, apresenta-se a opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Autonomia e Independência. Assim, as variáveis nominais utilizadas como padrão de respostas foram: os acordos que a cooperativa firma com outras organizações; as medidas que a cooperativa adota para garantir a autonomia e o direito dos associados para modificar o estatuto e regimento interno; e, as medidas que a cooperativa adota para garantir a autonomia e o direito dos associados e escolha de seus representantes.

Tabela 9 -Opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Autonomia e independência

Questão	Sim (%)	Não (%)
Conhecimento dos acordos que a cooperativa realiza com outras organizações e instituições públicas	57,30	42,90
Conhecimento das medidas que a cooperativa adota para garantir a autonomia dos associados	64,30	35,70
Conhecimento das medidas que a cooperativa adota para a escolha de seus representantes eleitos.	92,90	7,10

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com a Tabela 9, pode-se afirmar que há um equilíbrio no que se refere aos cooperados que afirmaram ter conhecimento das parcerias que a cooperativa celebra com outras organizações sem perder o controle democrático. Contudo, uma pequena maioria

respondeu ter conhecimento desses acordos. Assim, pode-se observar que a maior parte dos cooperados entrevistados, afirmaram que conhecem as medidas que a cooperativa adota para garantir a autonomia e o direito dos associados nas assembleias realizadas para modificar o estatuto e regimento interno. Assim, conforme evidencia a Tabela 9, pode-se inferir que a maioria absoluta dos cooperados entrevistados, afirmaram conhecer as medidas que a cooperativa adota para garantir a autonomia e o direito dos associados, assim como a escolha de seus representantes por eleições.

Apresenta-se, em sequência, a opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Educação, formação e informação. Dessa forma, as variáveis nominais utilizadas como padrão de respostas foram: atuação da cooperativa na educação de seu associado; as condições que a cooperativa estabelece aos dirigentes eleitos e aos empregados para participar de cursos de formação; e, as medidas que a cooperativa estabelece visando informar o público em geral, sobre as vantagens da cooperação.

Tabela 10 -Opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Educação, formação e informação

Questão	Sim (%)	Não (%)
Conhecimento da atuação da cooperativa na educação e formação dos empregados e dirigentes	85,70	14,30
Conhecimento das condições que a cooperativa oferece para os dirigentes e empregados participarem de cursos de formação	64,30	35,30
Conhecimento das medidas que a cooperativa adota para informar o público em geral sobre as vantagens da cooperação.	85,70	14,30

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com a Tabela 10 fica evidente que a maior parte dos cooperados participantes da pesquisa afirmaram conhecer as ações que a cooperativa executa voltada para o treinamento e desenvolvimento dos funcionários e a formação dos dirigentes eleitos e associados para desenvolvimento do cooperativismo. Decerto, mais da metade dos cooperados afirmaram que conhecem as condições que a cooperativa oferece aos dirigentes eleitos e aos empregados para participarem de cursos de formação. Contudo, mais de um terço também afirmou não conhecer as políticas de incentivo que a cooperativa adota para estimular a participação dos dirigentes e funcionários em cursos de formação continuada. Conforme evidenciado na Tabela 10, a maior parte dos cooperados entrevistados conhece as ações que a cooperativa executa com o propósito de informar a população dos municípios e regiões que as cooperativas atuam sobre as vantagens da cooperação.

Apresenta-se, então, a opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Intercooperação. Assim, as variáveis nominais utilizadas como padrão de respostas foram: realização de intercâmbios por meio de parcerias com outras cooperativas; parcerias que a cooperativa realiza com outras cooperativas locais ou regionais; e, estratégias de cooperação que a cooperativa adota para facilitar o acesso a novos mercados.

Tabela 11 -Opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Intercooperação

Questão	Sim (%)	Não (%)
Conhecimento dos intercâmbios que a cooperativa realiza visando o fortalecimento do movimento cooperativo	71,40	28,60
Conhecimento das parcerias que a cooperativa realiza visando o fortalecer o movimento cooperativo	57,10	42,90
Conhecimento das estratégias que a cooperativa adota para facilitar o acesso a novos mercados.	50	50

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme mostra a Tabela 11, pode-se afirmar que a maioria dos cooperados participantes da pesquisa afirmaram conhecerem as ações que a cooperativa realiza em parcerias com outras cooperativas. A metade dos cooperados entrevistados afirmaram ter conhecimentos das parcerias que a cooperativa realiza com outras cooperativas visando aumentar o poder de competição frente às empresas mercantis. Isso significa que um número representativo respondeu não conhecer essas parcerias. Apenas a metade dos cooperados entrevistados também afirmou que conhecem as estratégias de cooperação que a cooperativa adota para facilitar o acesso a novos mercados e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Apresenta-se, portanto, a opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Preocupação com a comunidade. Assim, as variáveis nominais utilizadas como padrão de respostas foram: os projetos que a cooperativa desenvolve em parceria com a comunidade local; as parcerias que a cooperativa celebra com o poder público e outras organizações cooperativas; e, a forma que os membros da cooperativa discutem e aprovam a inclusão do orçamento anual, recursos para execução de políticas especiais com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Tabela 12 -Opinião dos cooperados sobre a aplicação do princípio da Preocupação com a comunidade

Questão	Sim (%)	Não (%)
Conhecimento dos projetos que a cooperativa desenvolve em parceria com a comunidade	71,40	28,60
Conhecimento das parcerias que a cooperativa celebra com o poder público e outras organizações	92,90	7,10
Conhecimento das formas de discussão e aprovação do orçamento anual da cooperativa.	57,10	42,90

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme mostra a Tabela 12, a maior parte dos cooperados participantes da pesquisa afirmaram que conhecem os projetos que a cooperativa desenvolve em parceria com a comunidade local. Assim, pode-se inferir que a maioria absoluta dos entrevistados afirmou conhecer as parcerias que a cooperativa realiza com o poder público e outras organizações voltadas ao desenvolvimento local sustentável da comunidade local. De acordo, pode-se observar que mais da metade dos cooperados entrevistados, ou seja, 57% afirmaram que conhecem as medidas que a cooperativa adota para a inclusão no orçamento anual, recursos para contribuir com o desenvolvimento sustentável da comunidade local.

No que se refere à opinião dos cooperados sobre que poderia melhorar na cooperativa, pode-se observar na Tabela 13 uma distribuição com uma pequena vantagem a melhoria dos projetos de incentivo ao cooperativismo nas comunidades.

Tabela 13 -Opinião dos cooperados sobre que poderia melhorar na cooperativa

Questão	Porcentagem (%)
Melhorar o sentimento de pertencimento dos cooperados aos objetivos da cooperativa	20
Melhorar a participação dos cooperados nas ações realizadas pela cooperativa	15
Melhorar as parcerias com a comunidade e empresas locais para ampliar a quantidade de projetos de incentivo ao cooperativismo	35
Eliminar os depósitos em caixas eletrônicos, transformando em operações digitais	10
Atender os agricultores com linhas de créditos específicas, para o custeio de lavouras e atividade de pecuária de médio e grande porte.	20

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na seção seguinte, apresenta-se a análise de conteúdo dos resultados da pesquisa estruturada realizada com os dirigentes das cooperativas.

5.5 Análises dos Resultados da Pesquisa Realizada com os Dirigentes das Cooperativas

Os resultados da pesquisa foram analisados à luz da aplicação dos princípios cooperativistas nas cooperativas filiadas à OCB/TO, de forma qualitativa, interpretativa e

análise de conteúdo. Desse modo, a análise de conteúdo ocorreu a partir da identificação das frases e palavras-chaves ditas pelos entrevistados no que se refere à aplicação dos princípios cooperativistas. Para atender aos métodos propostos, a técnica de análise de dados da pesquisa ocorreu em três momentos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Dessa forma, os momentos de execução da pesquisa estão escritos na ordem proposta por Bardin (2021), em três etapas, iniciando pela organização e seleção dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas. Em seguida, a análise e formatação em texto do material colhido nas entrevistas e organização das respostas em ordem cronológica. Por último, a categorização dos termos, separação das frases e palavras chaves relacionadas ao contexto da aplicação dos princípios cooperativistas: Adesão voluntária e livre; Gestão democrática; Participação econômica dos sócios; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Intercooperação; e, Preocupação com a comunidade. Por fim, a sistematização das diferentes fases da análise de conteúdo da aplicação dos princípios cooperativistas em sete quadros sinóticos.

Nesse sentido, a análise qualitativa ocorreu por meio da identificação e extração de intersecções e diferenças dos entrevistados e seus pensamentos que foram livremente ditos sobre as variáveis relacionadas aos princípios cooperativistas praticados nas cooperativas de acordo com suas particularidades do ambiente que atua. Do mesmo modo, a análise interpretativa ocorreu por meio da interpretação dos significados das falas dos entrevistados e sua relação com a prática dos princípios cooperativistas na cooperativa em que atua, para assim identificar os pressupostos explícitos ou implícitos, como fundamentos de sua argumentação. Para assim, entender as relações entre os constructos teóricos dos princípios cooperativistas com as ações executadas no dia a dia da cooperativa.

Em resumo, apresenta-se a discussão dos resultados de forma qualitativa-interpretativa e análise de conteúdo. Os dados foram analisados a partir da interpretação e descrição das falas dos dirigentes e da opinião dos cooperados das cooperativas. Cabe ressaltar ainda que a análise na forma de triangulação dos dados foi proposta na metodologia desta pesquisa.

Diante das afirmações dos dirigentes das cooperativas no que refere a prática dos princípios cooperativistas foi possível perceber que esses princípios não são praticados na sua totalidade em todas as cooperativas estudadas. As cooperativas dos ramos crédito e agropecuário apresentaram maior consistência na inclusão nos estatutos e nos planos de gestão, ações direcionadas para atender de forma efetiva os princípios cooperativistas. Por outro lado, identificou-se nas falas dos dirigentes das cooperativas dos ramos transporte,

trabalho, produção de bens e serviços elementos que constam nos respectivos estatutos e diretrizes de cooperação, mas não de execução das ações voltadas a atender a todos os princípios cooperativistas, conforme determina a ACI. Isso significa que alguns valores e doutrinas que orientam a filosofia cooperativista não são praticados nestas cooperativas.

De outro modo, pode-se observar que os pontos positivos e negativos com relação adoção dos princípios cooperativistas como guia dos projetos e ações das cooperativas foram identificados na opinião dos cooperados que participaram da pesquisa. Assim, foi constatada uma parcela significativa de cooperados que não souberam explicar como as cooperativas praticam os princípios cooperativistas. Confrontando as falas dos dirigentes das cooperativas com a opinião dos cooperados pode-se deduzir que as convergências entre a opinião dos cooperados e as afirmações dos dirigentes das cooperativas pode estar diretamente relacionada a uma parcela de cooperados que participam ativamente das assembleias das cooperativas. De outro lado, as divergências apontadas pela falta de conhecimentos dos cooperados sobre a prática dos princípios cooperativistas pode ser a opinião daqueles citados pelos dirigentes que não participam das assembleias e de outros eventos realizados pela cooperativa.

Pode-se perceber, também, que as frases ditas pelos dirigentes com maior frequência sobre a prática dos princípios cooperativistas foram: medidas adotadas para permitir a adesão e a saída voluntária; subscrição e integralização de quotas-partes; experiência no ramo de atuação da cooperativa; sanções administrativas impostas pelo Conselho de Administração; Assembleia Geral como órgão soberano; participação dos cooperados nas decisões da cooperativa; aplicativos de mensagens para aproximação dos associados; redes sociais como meios de comunicação; normas de pagamento da taxa de adesão; regras previstas no Estatuto; aplicação de rendimentos excedentes; parcerias realizadas pela cooperativa; convocação de cooperados para participar das eleições; cursos, palestras e treinamento; eventos promovidos pelo SESCOOP/OCB; parcerias com outras cooperativas locais; projetos em parceria com a comunidade local; e, parcerias com o poder público e outras cooperativas.

Esses termos não foram ditos com a mesma frequência pelos cooperados que participaram da pesquisa. Ao perguntar o que poderia melhorar na cooperativa, percebeu-se que mesmo sendo associado à cooperativa uma parcela significativa dos cooperados não buscam informações e conhecimentos sobre a importância do cooperativismo, valores, princípios e seu verdadeiro papel como membro de uma cooperativa. No capítulo seguinte, serão abordadas as considerações finais dos aspectos levantados na introdução da tese com os achados da pesquisa, contribuições e recomendações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando a tese retomam-se os fundamentos teóricos e os objetivos de forma a respondê-los a partir da reflexão do pesquisador em relação a seus resultados. Foi apresentado um arcabouço de discussões feitas sob o aspecto teórico pela comunidade científica. Essas discussões foram delimitadas em recortes conceituais e temporais que tratam dos aspectos históricos do cooperativismo na sua origem e alterações dos princípios cooperativistas. Além disso, trata da introdução e evolução do cooperativismo no Brasil e no Tocantins.

Nesse estudo constatou-se que o cooperativismo no mundo, desde a criação da primeira cooperativa de forma organizada, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale em 1844. Na Inglaterra, em plena Revolução Industrial até o início do século XXI, houve uma constante evolução. Em julho de 2021, o cooperativismo mundial contava com um bilhão de cooperados vinculados em 3 milhões de cooperativas distribuídas em 112 países, gerando trabalho e renda para 10% da população ocupada no planeta (ACI, 2021).

Essa revolução do cooperativismo provocou na ACI, mudanças nos princípios cooperativistas elaborados pelos pioneiros Rochdale em 1844. Assim, as principais alterações feitas nos princípios cooperativistas ocorreram no século XX, em 1937, 1966 e 1995, provocadas por profundas transformações na economia mundial, ocorridas principalmente a partir do início do século XIX. Nas alterações de 1995, incorporou-se o princípio da Preocupação com a comunidade, o que permitiu a adesão da ACI em 2020 aos 17 ODS, apelo da ONU para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade (SCHNEIDER, 1999; ACI, 2021).

No Brasil, o cooperativismo foi introduzido por imigrantes europeus no final do século XIX, concomitante ao início do período da nova república mostrou-se resiliente às mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas de 1889 a 2022. Nesse percurso de 133 anos, ocorreram mudanças esparsas na estrutura de representação e na legislação do cooperativismo brasileiro. Em 2 de dezembro de 1969, foi criada a OCB. Em 12 de dezembro de 1971 é promulgada a Lei 5.764 recepcionada pela Constituição de 1988 que definiu a Política Nacional do Cooperativismo. Em 3 de setembro de 1999, a criação do SESCOOP. Em 2020, a OCB reduziu a estrutura de 13 para sete ramos, passando a adotar, para efeito de enquadramento os ramos: agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, saúde, trabalho, produção de bens e serviços, e transporte (SISTEMA OCB, 2022).

Desde a promulgação da Lei 5.764/71 até o ano de 2012, era necessária para a constituição de uma cooperativa a junção de, no mínimo, 20 pessoas. A partir de 19 de julho de 2012, com a instituição da Lei 12.690, passou-se a permitir o mínimo de sete pessoas. Em

dezembro de 2021, o Sistema OCB, contava 18 milhões de cooperados, 4.880 cooperativas que geram 493.277 postos de trabalho (BRASIL, 1971, 2012; SISTEMA OCB, 2022). No caso do Tocantins, em 1989, ano de implantação do estado, constavam registradas na Junta Comercial do Estado de Goiás, 37 cooperativas nos municípios que passaram pertencer ao Tocantins. Trinta e três anos depois, em junho 2022, o estado contava com 34 filiadas à OCB/TO (SILVA, 2015; SISTEMA OCB/TO, 2021). Apesar da expansão dos setores da indústria, comércio, serviços e do agronegócio, a principal matriz econômica do estado, não houve crescimento quantitativo de cooperativas.

Nesse ínterim algumas medidas de iniciativa da Assembleia Legislativa, Governo do Estado e OCB/TO, foram adotadas no sentido de fortalecer o movimento cooperativista, mas não contribuiu para o aumento do número de cooperativas. Em 2012 foi aprovada a Lei 2594/2012 que institui a política estadual de apoio ao cooperativismo. No entanto, pode-se deduzir que essa política pública não estimulou a constituição de novas cooperativas. Em outras palavras, no que se refere à relação do desenvolvimento regional com o cooperativismo, constatou-se que no Tocantins, todas as sub-regiões contam com cooperativas instaladas, conforme descrito no mapa de localização (Figura 1). As cooperativas de crédito, por exemplo, escolhem as regiões com potencial para implantação de projetos de desenvolvimento regional para instalarem seus Postos de Atendimento Cooperativo.

Notou-se, também, que a cooperativa é uma modalidade de organização social que por natureza desempenha um papel de fundamental importância para o desenvolvimento regional sustentado, a forma de operacionalização dos procedimentos gerenciais orientados por princípios corrobora a geração e distribuição de renda de forma justa e igualitária entre os cooperados, promovendo benefícios para a região que atua. Neste sentido, o objetivo geral desta tese foi “analisar a prática dos princípios cooperativistas nas cooperativas filiadas à OCB/TO, até junho de 2022”. Os objetivos específicos foram identificar os caminhos adotados pelas cooperativas no gerenciamento dos processos operacionais orientados pelos princípios cooperativistas; averiguar as medidas adotadas pelas cooperativas nos processos de gerenciamento internos orientados pelos princípios cooperativistas; examinar as relações das cooperativas com os associados, parceiros e comunidade orientadas pelos princípios cooperativistas; e, comparar os critérios administrativos das cooperativas à aplicação dos princípios cooperativistas.

O primeiro objetivo específico (identificado na Seção 1.2.2), onde buscou-se identificar os caminhos adotados pelas cooperativas no gerenciamento dos processos operacionais orientados pelos princípios cooperativistas. Foram realizadas entrevistas

semiestruturadas com sete dirigentes de cooperativas pertencentes aos ramos: Agropecuário, Crédito, Transporte e Trabalho, produção de bens e serviços. A partir dos dados coletados nas entrevistas, realizou-se análise qualitativa e interpretativa das falas dos dirigentes entrevistados sobre a prática dos princípios cooperativistas.

A partir dessa delimitação teórica buscou-se o segundo objetivo específico que pretendia averiguar as medidas adotadas pelas cooperativas nos processos de gerenciamento internos orientados pelos princípios cooperativistas. Realizou-se uma análise dos conteúdos extraídos das falas dos dirigentes das cooperativas. Para categorização da análise foi necessário construir sete quadros estruturados obedecendo a ordem dos princípios cooperativistas, com sete categorias, descrição e frequências das expressões extraídas das análises interpretativa das falas dos entrevistados. Para o alcance do terceiro objetivo específico, que teve o propósito de examinar as relações das cooperativas com os associados, parceiros e comunidade orientadas pelos princípios cooperativistas, executou-se uma pesquisa de campo por meio de entrevistas estruturadas com 120 cooperados das sete cooperativas, escolhidas como objetos desse estudo. Realizou-se a análise qualitativa e interpretativa dos resultados extraídos da opinião dos cooperados.

O quarto e último objetivo específico, visou comparar os critérios administrativos das cooperativas à aplicação dos princípios cooperativistas. Foi realizada uma análise comparativa dos pontos fortes e fracos sobre a aplicação dos princípios cooperativistas nas cooperativas filiadas à OCB/TO. Diante das entrevistas semiestruturadas e da análise de conteúdo elaborou-se sete quadros, sendo um para cada princípio, nos quais alocou-se os pontos positivos e negativos identificados nas falas dos dirigentes em relação a prática dos princípios no dia a dia das cooperativas.

Os objetivos propostos foram atingidos e pode-se responder a questão-problema levantada na Seção 1.1 (Em que medida os princípios cooperativistas orientam o gerenciamento dos processos administrativos e operacionais nas cooperativas filiadas ao SESCOOP-TO/OCB, tanto nas relações com os associados e funcionários, quanto nas parcerias com outras cooperativas e a comunidade?). Foi constatado que quatro das sete cooperativas pesquisadas não praticam de forma integral os princípios cooperativistas como fatores norteadores de todos os procedimentos gerenciais adotados nos níveis estratégicos, táticos e operacionais, conforme determina a ACI. Nesse sentido, as incidências desses fatores corroboram com o ponto de vista de Schneider (1999) ao afirmar que a aplicação de todos os princípios cooperativistas em uma sociedade cooperativa são processos de grande complexidade, devido o baixo interesse dos associados em participar das assembleias

deliberativas, das eleições aos cargos de direção e dos conselhos fiscal e de administração da cooperativa (SCHNEIDER, 1999).

Dessa forma, pode-se testar a hipótese apresentada no início deste trabalho: a utilização dos princípios cooperativistas como elementos direcionadores doutrinários, influencia no desempenho dos processos administrativos e operacionais das cooperativas, resultando no aumento da produtividade e na melhoria das relações com os associados. A aplicação dos princípios cooperativistas de forma efetiva contribui para as cooperativas melhorarem as suas capacidades de geração de resultados. A hipótese foi comprovada, no entanto, nos resultados da análise do conteúdo das falas dos participantes da pesquisa ficaram evidentes as diferenças na forma de aplicação dos princípios cooperativistas entre as cooperativas de médios e grandes portes e as de pequeno porte. Nota-se, ainda, que às três cooperativas que apresentaram constâncias na aplicação dos princípios, duas pertencem ao ramo crédito, sendo que uma delas foi constituída no Tocantins.

Finalizado este trabalho, apresentam-se as contribuições e relevância técnico-científica da pesquisa para o cooperativismo, comunidade científica e sociedade de modo geral. Assim, no transcorrer da pesquisa foi possível compreender que a aplicação dos princípios cooperativistas como fatores norteadores utilizados no gerenciamento de cooperativas em perfeita conformidade com as normas e instruções da ACI. Instrumento fundamental para os gestores e dirigentes eleitos de cooperativas usarem como métodos para a identificação e quebra de paradigmas eminentes em qualquer situação que exige a participação dos associados visando a construção coletiva.

Nesse sentido, essa pesquisa pode-se ser utilizada pela comunidade científica como um ponto de inflexão para a criação de um ambiente propício para a construção de uma arena de debate sobre a difusão de descobertas do conhecimento científico extraído das relações sociais dos atores cooperativistas diretamente envolvidos no gerenciamento de cooperativas de qualquer ramo de atuação. Para tanto, espera-se que este trabalho supere barreiras alcançando uma pluralidade de pessoas por meio do livre acesso aos portais de publicação científica que será hospedado, transformando-se em um elo entre o segmento acadêmico e a comunidade de modo geral. Para a apropriação dos conhecimentos sobre a prática dos princípios cooperativistas e assim aplicar em outras circunstâncias de organização da sociedade, uma vez que, a cooperação com forma de construção coletiva são elementos primordiais em qualquer tipo de organização.

Portanto, com o término deste trabalho, foi possível identificar elementos que podem ser aprofundados em pesquisas futuras. Nesse sentido, recomenda-se aos pesquisadores

interessados nessa temática, a realização de estudos científicos para analisar a relação da taxa de liquidação de cooperativas no Tocantins com a prática dos princípios cooperativistas. Comparar o crescimento do segmento cooperativista de âmbito nacional com o Tocantins. investigar com mais profundidade os motivos do baixo índice de abertura de novas cooperativas no Tocantins, a partir de 1989, ano de instalação do estado.

REFERÊNCIAS

- AAACO. **Organização Cooperativa Agrícola da Aliança Africana**. Disponível em: <<https://icaafrica.coop/en/alliance-africa-agricultural>>. Acesso em: 29 jul. 2021.
- ABREU, A. de. **Plano Nacional de Desenvolvimento**. Brasília: FGV, 2019.
- ALHO, C. J. R.; MARTINS, E. de S. **De grão em grão o cerrado perde espaço – Cerrado: Impactos do processo de ocupação**. WWF – Fundo Mundial para a Natureza, mai. 2005.
- ALIANÇA COOPERATIVA INTENCIONAL. **Aliança Cooperativa Internacional**. Disponível em: <<https://ica.coop/es>>. Acesso em: 28 jul. 2021.
- ANNIBELLI, M. B. A ordem econômica brasileira e o cooperativismo. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 13, ago./dez. 2008. Disponível em: <www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/ordem-economica-brasileira-e-o-cooperativismo>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- AYDALOT, P. **Economic régionale et urbaine. Études de géographielangue do cienne**, Actes du 110 e Congrès National des Sociétés Savantes, Paris, CTHS. Paris: Econômica, 1985.
- AZEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J. **Monografias no curso de Administração: Guia completo de conteúdo e formas para TCC, dissertações e teses**. 2a ed. São Paulo, Atlas, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2021.
- BECHO, R.L. **Tributação das cooperativas**. São Paulo: Dialética, 2005.
- BERTUOL, R.A. **Prática dos princípios cooperativistas: Um estudo de caso no Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2012.
- BERTUOL, R.; CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. de F. A. A prática dos princípios cooperativistas: Um estudo de caso no Tocantins. **Revista Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, AOS, Brazil, v. 1, n.2, p. 7-18, ago./dez. 2012.
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.
- BOUDEVILLE, J. R. **Lesspaces économiques**. Paris: Press Universitaires de France, 1970.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. **Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

_____. Decreto n. 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em 24 de jun.2021.

_____. Decreto n. 8.447, de 6 de maio de 2015. **Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 05 jul.2021.

_____. Decreto n. 9.810, de 30 de maio de 2019. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em 24 de jun. 2021.

_____. Decreto n. 98.123, de 6 de setembro de 1989. **Cria a Zona de Processamento de Exportação de Araguaina, no Estado do Tocantins.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 24 de jun.2021.

_____. **Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação.** Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2006.

_____. Lei n. 1.412, de 13 de agosto de 1951. **Transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo.** Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br>>. Acesso em 14 jul. 2021.

_____. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o estatuto da terra, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br>>. Acesso em 21 jul. 2021.

_____. Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Dispõe sobre a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm>. Acesso em: 21 jul. 2021.

_____.Lein. 7.231, de 23 de outubro de 1984. **Transfere competência do INCRA para o Ministério da Agricultura, dispõe sobre o regime jurídico do pessoal do INCRA e dá outras providências.** Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/leis>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

_____. Lei n. 10.032, de 23 de outubro de 2000. **Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins.** Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

_____. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. **Código Civil.** Diário Oficial da União, 11 jan. 2002.

_____. Lei n. 12.690, de 19 de julho de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho, institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/lei-12690>>. Acesso em 20jul.2021.

_____. Medida Provisória n. 1.715, de 3 de setembro de 1998. **Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a**

criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/medidaprovisoria-1715>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. Projeto de Lei n. 190/2021. **Propõe a alteração do artigo 56 da Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoes>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

_____. Projeto de Lei Complementar n. 271/2005. **Dispõe sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoes>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BÜTTENBENDER, P. L. *et al.* Ativos e aportes do cooperativismo ao desenvolvimento regional: Um olhar regional, do local para o global. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**, Santa Maria, RS, v. 7, n. 13, p. 231-241, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/40082>>. Acesso em 19 jul. 2021.

CAMPOS, J. L. M.; ÁVILA, R. C. **The social economy in the European Union.** Bélgica: União Europeia, 2012.

CANÇADO, A. C. **Autogestão em cooperativas populares: Os desafios da prática.** Salvador: IES, 2007.

_____. **Cooperativismo no Tocantins: Possibilidades e desafios.** Coleção Tocantins Cooperativo. Palmas: SECOOP/TO, 2012.

_____; RIGO, A. S.; PEREIRA, J. R.; GONTIJO, M. C. H. Movimento e princípios cooperativistas: Evolução e reflexões para novos estudos. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JR, J. T. (Orgs.). **Gestão social: Aspectos teóricos e aplicações.** Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

_____; SOUZA, M. de F. A.; PEREIRA, J. R. Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xeque. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**, Santa Maria, RS, v. 1, n. 2, 2. sem. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/16279/pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V.L.N. C.; RODRIGUES, E.R.Q. **Cultura da cooperação.** Brasília: Sebrae, 2014.

CARGNIN, A.P. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: Vestígios, marcas e repercussões territoriais.** Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, POSGEA. Porto Alegre, 2011.

CAVALCANTE, M. E. S. R. **O discurso autonomista do Tocantins.** Goiânia: UCG, 2003.

CECOP-CICOPA EUROPA. **O que é CECOP?** Disponível em: <<https://www.cecop.coop/aboutCecop>>. Acesso em 29 jul. 2021.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL DO TOCANTINS. **Aulas de apoio.** Disponível em: <<https://www.cdrsultocantins.org/aulas-de-apoio>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6aed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

CICOPA-AMÉRICAS. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.aciamericas.coop>>. Acesso em 29jul.2021.

CORBALÁN, J. Las cooperativas enAsia y América Latina.**Mediterráneo Económico**, v. 24, p. 79-102, 2013.

COUTO, E. A. **Princípios cooperativistas na prática**: Análise da gestão social da COOPVALI/BA. Vila Velha: Opção, 2014.

DALLABRIDA, V.R.; BÜTTENBENDER, P.L. **Gestão, inovação e desenvolvimento**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2007.

DIRETORIA DE FOMENTO E FORTALECIMENTO AO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL. **Projeto piloto criação de cooperativas de crédito**.Palmas, TO: Secretaria da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, 2013a.

_____. **Projeto piloto Programa Bacia Leiteira**.Palmas, TO: Secretaria da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, 2013b.

DIRETORIA DE PESQUISA E INFORMAÇÃO. **Anuário estatístico do Estado do Tocantins**. Palmas: Secretaria do Planejamento e do Meio Ambiente do Estado do Tocantins, 1997.

DUARTE, G. **Dicionário de Administração**.Digital:KindleBookBr, 2011.

ELIS, B. O perfil de João D'Abreu. **Diário da Manhã**, 26 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.dm.com.br/texto/181624>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

EMMENDOERFER, M.L.; VASCONCELOS, A. M. A.; FONSECA, P. C. Economia social no contexto da gestão do sistema cooperativista: Uma revisão de conceitos. **Revista Sinergia**, Rio Grande, v. 11 n. 2, p. 21-28, 2007.

FECOOP CENTRO-OESTE TOCANTINS. **Federação dos Sindicatos das Cooperativas do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins (FECOOP CENTRO-OESTE E TOCANTINS)**. Disponível em: <<http://fecoopco-to.coop.br/home.html>>. Acesso em: 5ago.2021.

FERNANDES, F. **Democracia e desenvolvimento**: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual. São Paulo:Hucitec, 1994.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5a ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, G. M.V.; SILVA, D.F. **Educação cooperativista**. Santa Maria: Rede E-Tec Brasil, 2015.

FLICK, U. **Introdução à metodologia da pesquisa**: Um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GALVÃO, A. C. F. Por que apoiar políticas de desenvolvimento regional? Ideias sobre alguns dos dilemas atuais do desenvolvimento. In: BRANDÃO, C. A.; SIQUEIRA, H. (Orgs.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 53-72

GAWLAK, A.; RATZKE, F. **Cooperativismo**: Primeiras lições. 3a. ed. Brasília: SESCOOP, 2007.

HAESBAERT, R. Região: Trajetos e Perspectivas. In: **Primeira Jornada de Economia Regional Comparada**, Porto Alegre, RS, 2005. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2005.

_____. **Regional-Global**: Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos**: O breve século XX: 1914-199. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IFTO. **Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins**: Exercício 2015. Palmas: IFTO, mar. 2016. Disponível em: <<http://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/relatorios>>. Acesso em: 15jul.2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, n. 41, 2019.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 5a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

JORNAL DA CULTURA GOIANA. **Edição especial João D'Abreu**. Ano VIII, n. 15, out. 2013.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS. **Sistema Nacional de Registro de Empresas**. Palmas, TO: JUCETINS, 2021.

KALECKI, M. **Algumas observações sobre a teoria de Keynes**: Clássicos de literatura econômica: Textos selecionados de macroeconomia. 3a ed. Brasília: Ipea, 2010.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5a ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

LACOMBE, F. J. M. **Dicionário de administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.

- MARRA, A. V. **História do cooperativismo**. E-Tec Brasil, 2016.
- MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das micro e pequenas empresas**. Barueri: Minole, 2004.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública**: Foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo, Atlas, 2008.
- MEINEN, E.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro, percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília:Confabras, 2014.
- MILAGRES, C. S. F.; CANÇADO, A. C.; DEJESUS, W. L. Analisando a aplicação dos princípios Cooperativistas na Cooperativa de Crédito SICREDI – Araguaia Tocantins. **Cayapa, Revista Venezuelana de Economía Social**, v. 14, n. 28, p. 27-44, jul./dez. 2014.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Territórios da cidadania Tocantins**. MDA. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>. Acesso em: 12 jul.2021.
- MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: Um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2a ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- MIRANDA, E. E. de.; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. de. **Nota Técnica**: MATOPIBA, quadro Natural. Campinas: EMBRAPA, 2014.
- MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N. de.; BRANDÃO, C. A. **Desenvolvimento regional no Brasil**: Políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.
- OCB/SESCOOP-GO. **Cooperativismo passo a passo**. Goiânia: Sistema OCB/SESCOOP-GO, 2012. Disponível em: <<http://www.goiascooperativo.coop.br/cooperativismo-passo-a-passo-final-2017>>. Acesso em: 22jul.2021.
- OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: Considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai./dez. 2003.
- OLIVEIRA, N. M. de.; PIFFER, M. Conjuntura do desenvolvimento regional dos municípios do estado do Tocantins. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 6, n. 3, p. 32-61, 2016.
- PALACÍN, L.; MORAES, M. A. S. **História de Goiás (1722-1972)**. 7a. ed. Goiânia: UCG, 2008.
- PATINO, C. M.; FERREIRA, J. C. Critérios de inclusão e exclusão em estudos de pesquisa: Definições e por que eles importam: Educação continuada: Metodologia científica. **Jornal Brasiliense de Pneumologia**, n. 44, v. 2, p. 84, 2018.
- PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A. C. **Gestão social de cooperativas**. Curitiba: Appris, 2018.
- PEREIRA, Z.; RODRIGUES, W.; MIRANDA, M.; ROCHA, D. **O Tocantins e a UFT em foco**. Goiânia: PUC Goiás, 2012.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PINHO, D. B. **Cooperativismo no Brasil**: Da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PROGRAMA DE METAS DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK. **Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico em 30 de junho de 1958**. Rio de Janeiro: Serviço de documentação da Presidência da República, 1958.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Histórico**. PPGDR, 2021. Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ppgdr/historico>>. Acesso em: 12jul.2021.

PUTNAM, R. D. **Capital social e democracia**. Braudel Papers, n.10. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 1995.

QUINTELA, A. C. Os sucessos urbanos da colonização agrária em Goiás. **Revista UFG**, Ano XI, n. 6, jun. 2009.

RADAR COONECTA. **Novos ramos do cooperativismo aumentam representatividade das cooperativas**. Disponível em: <<https://coonecta.me/novos-ramos-do-cooperativismo>>. Acesso em 03nov.2021.

RODRIGUES, W.; ALMEIDA, A.; BARBOSA, G. F.; PELUZIO, J. M. **Análise custo benefício ambiental da produção de soja em áreas de expansão recente nos cerrados brasileiros**: O caso de Pedro Afonso, TO. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 47, Porto Alegre, 2009. Anais Sober, p. 1-17, 2009.

SANTOS, C. C. M. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados? PRODECER: Um espectro ronda os cerrados brasileiros. **Estudos, Sociedade e Agricultura (UFRRJ)**, v. 24, p. 384-416, 2016.

SCHMIDKE, W.; WICKERT, J. A. Aplicação do ato cooperativo na apuração do IRPJ e CSLL em cooperativa agropecuária de cereais. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, Florianópolis, v. 10, n. 30, p. 61-76, ago./nov. 2011.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2a ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SEINF. **Sistema Rodoviário Estadual**. Secretaria de Infraestrutura do Estado do Tocantins. Disponível em: <<https://www.seinf.to.gov.br/menu-lateral/rodovias>>. Acesso em: 13jul.2021.

SEIXAS, W. O arrojo de Ary Valadão na agricultura. **Diário da Manhã**, 16 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.dm.com.br:9000/cidades/centro-oeste/2014/06/o-arrojo-de-ary>>. Acesso em 10jul.2021.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERPA, S.A. **Cooperativismo de crédito no Tocantins**: Uma análise dos princípios cooperativistas na Cooperativa Sicoob Tocantins. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2020.

SERPA, S.A.; CANÇADO, A. C.; SILVA, J. A. Cooperativismo de crédito no Tocantins: Uma análise dos princípios cooperativistas na cooperativa SicoobTocantins. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 19, n. 1, p. 1-13, 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Sistema Data SEBRAE**. Tocantins: Sebrae, 2020. Disponível em: <[datasebrae.com.br/total de empresas/gráficos](http://datasebrae.com.br/total-de-empresas/graficos)>. Acesso em: 24jun.2021.

SESCOOP/TO/OCB. **Relação das cooperativas registradasno SECOOP/TO/OCB**. Mensagem recebida por <josivaldoadm@yahoo.com.br>em 15 jan. 2022.

SILVA, J. A. da. **Cooperativismo no Tocantins**: Uma análise das políticas públicas estaduais. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2015.

SILVA, J. A. da.; CANÇADO, A. C.; PACÍFICO FILHO, M. Políticas públicas estaduais para o cooperativismo no Tocantins: Uma análise das ações da Seagro no período de 1988 a 2012. **Revista Desenvolvimento em Questão**, n. 40, p. 140-174, jul./set. 2017.

SILVA, J.A. da.; SILVA, M.A.R.; CANÇADO, A. C. Políticas públicas e desenvolvimento regional: Uma reflexão sobre a política estadual de apoio ao cooperativismo no Tocantins. **Revista Humanidades & Inovação**, n. 14, p.19-26, jun. 2020.

SILVA, O. B. **Memória do Tocantins**. Goiânia: Kelps, 2014.

SILVA, P.; ABRANTES, R.; OLIVEIRA, A. C. de. Doutrina e princípios cooperativistas: Um estudo de caso na Cooperativa Maxi Mundi. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.5, n.3, Pub.6, jul. 2012.

SILVEIRA, L. L. da. *etal.* **Reflexões teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2020. Disponível em: <https://www.unisc.br/editora_livro/ebook-reflexoes-teoricas-desenvolvimento-regional.pdf>. Acesso em: 19jul.2021.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SISTEMA OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2022**. Disponível em: <<https://anuario.coop.br/brasil/empregados>>. Acesso em: 2 ago. 2022.

SISTEMA OCB/GO. **Sindicato e organização das cooperativas brasileiras no Estado de Goiás**:Contextualização histórica: Cooperativismo em Goiás. Disponível em: <<http://www.goiascooperativo.coop.br>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

SISTEMAOCB/TO. **Cooperativismo**: O nascimento de uma grande ideia.Disponível em:<<http://www.tocantinscooperativo.coop.br/cooperativismo>>.Acesso em: 31 mar. 2021.

SORMANI, H. Formación social y formación espacial: Hacia una dialéctica de los asentamientos humanos. **Estudios Sociales Centro Americanos**, São José da Costa Rica, 1977.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SOUZA, N.N.; SILVA, M.A. da.; LUDWIG, C.R. Da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS a Universidade Federal do Tocantins – UFT: Reminiscências do Campus de Arraias. **Revista Humanidades & Inovação**, v.5, n. 9, p.48-55, dez.2018.

TESCH, W. **Dicionário básico de cooperativismo**. Brasília: SESCOOP, 2000.

TOCANTINS. **Lula e Marcelo Miranda inauguram projeto Manuel Alves**. Tocantins: Casa Civil, 2008. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/casacivil/noticias>>. Acesso em: 18jul.2021.

_____. **Constituição do Estado do Tocantins**. Palmas: Assembleia Legislativa, 1989a.

_____. Lei n. 9, de 23 de janeiro de 1989. **Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, área de terras descrita em memorial e dá outras providências**. 1989b. Disponível em: <<https://www.al.to.leg.br/arquivos/6228.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. Lei n. 326, de 24 de outubro de 1991. **Reestrutura a Universidade do Tocantins, e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www.al.to.leg.br/arquivos/6584.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

_____. Lei n.2.594, de 11 de junho de 2012. Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo – PEAC, e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, n. 3.652, 19 jun. 2012.

_____. Lei n. 2.829, de 26 de março de 2014. **Cria na estrutura operacional da Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS os campi universitários dos municípios de Araguatins, Augustinópolis e Dianópolis, e adota outras providências**. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_2829-2014_34770.PDF>. Acesso em: 14 jul. 2021.

Universidade Estadual do Tocantins. **Histórico de implantação e desenvolvimento da Unitins**. Unitins, 2021a. Disponível em: <<https://www.unitins.br/portal/historico>>. Acesso em: 18jul.2021.

_____. **Especialização**. Unitins, 2021b. Disponível em: <<https://www.unitins.br/posgraduacao/ato-sensu>>. Acesso em 18jul.2021.

_____. **Graduação**. Unitins, 2021c. Disponível em: <<https://www.unitins.br/Portal/cursos-graduacao>>. Acesso em: 18jul.2021.

_____. **Campus Paraíso**. Unitins, 2021d. Disponível em: <<https://www.unitins.br/Portal/cursos-graduacao>>. Acesso em: 18jul.2021.

Universidade Federal do Tocantins. **Cursos de graduação**. UFT, 2021a. Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ensino/graduacao/cursos>>. Acesso em: 18jul.2021.

_____. **Especializações e MBAs.** UFT, 2021b. Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ensino/pos-graduacao/especializacao>>. Acesso em: 18jul.2021.

_____. **Mestrados e Doutorados.** UFT, 2021c. Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ensino/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado>>. Acesso em: 18jul.2021.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2021-2025.** UFT, 2021d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019>. Acesso em: 27jul.2021.

_____. **MBA em Gestão de Cooperativas – Campus Palmas:** Processos seletivos, Edital, 2011. UFT, 2011. Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/especializacao/13758>>. Acesso em: 27jul.2021.

_____. Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), n. 11/2009. **Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas:** Campus de Araguaína. Disponível em: <<https://docs.uft.edu.br>>. Acesso em: 27jul.2021.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9a ed. São Paulo: Atlas, 2007.

YOSHII, K.; AMABÍLIO, J. A. de C.; ORIOLLI, L. A. **Monitoramento ambiental dos projetos agrícolas do Prodecet.** Planaltina: Embrapa-Cerrado, 2000.

ZORDAN, M. A. **Cooperativismo ideias e posições.** Chapecó: Arcus, 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS: GRUPO01, DIRIGENTES DAS COOPERATIVAS TOCANTINENSES

Esse questionário tem o objetivo de analisar a prática dos princípios cooperativistas nas cooperativas tocantinenses filiadas ao Sistema OCB/TO, até junho de 2022, na percepção dos dirigentes. Constitui-se como requisito parcial para a conclusão do Curso de Doutorado Em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins-UFT Câmpus de Palmas. Sob a orientação do Professor Dr. Airton Cardoso Cançado.

INFORMAÇÕES DO SUJEITO PARTICIPANTE DA PESQUISA

1. **Sexo** () Masculino () Feminino () Outro:

a) **Faixa etária**

() 20 a 24 anos () De 25 a 29 anos () De 30 a 34 anos () De 35 a 39 anos () De 40 a 44 anos () De 45 a 49 anos () De 50 a 54 anos () De 55 a 59 anos () De 60 a 64 anos () De 65 a 69 anos:

b) **Qual a sua escolaridade:**

() Não alfabetizado () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Ensino superior incompleto () Ensino superior completo () Pós graduação.

a) **Nome da**

cooperativa: _____

d) **Nome:** _____ **Qual o cargo que você ocupa na**
cooperativa: _____ **Email:** _____

Sobre a aplicação dos princípios cooperativistas na sua cooperativa, responda as questões abaixo:

2) **ADESÃO VOLUNTÁRIA E LIVRE:**

a) Quais as regras que a cooperativa estabelece para a entrada de novos associados?

b) Quais os critérios que a cooperativa adota para negar o pedido de adesão de novos associados?

c) Como ocorre o processo de saída dos associados da cooperativa?

3) **GESTÃO DEMOCRÁTICA:**

a) Como ocorre o processo de participação ativa e direta de homens e mulheres associados da cooperativa, no estabelecimento de diretrizes políticas e no processo de tomada de decisões do dia a dia?

b) Quais as medidas que a cooperativa adota para estimular a participação dos associados nas assembleias para discutir e votar os assuntos de interesse nela tratados?

c) Quais os canais que a cooperativa estabelece para os associados solicitarem conselhos pertinentes: administração, fiscal, informações sobre as atividades da cooperativa?

4) PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DOS MEMBROS:

a) Como funciona o processo de filiação à cooperativa em relação à integralização das quotas-partes? Após a integralização mínima o cooperado contribui periodicamente com mais quotas-partes? Ao sair da cooperativa, o ex-cooperado recebe seu saldo de quotas-partes integralmente?

b) Como a cooperativa adota medidas administrativas visando destinar parte dos rendimentos excedentes para a formação de reservas financeiras para suprir eventuais insucessos no futuro?

c) Como a cooperativa divulga saldo em quotas e faz a distribuição das sobras entre os cooperados?

5) AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA:

a) De que forma a cooperativa firma acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, sem perder o controle democrático dos cooperados e a autonomia da cooperativa?

b) Quais as medidas que a cooperativa adota para garantir a autonomia e o direito dos associados para modificar o estatuto e regimento interno?

c) Quais as medidas que a cooperativa adota para garantir a autonomia e o direito dos associados, escolha seus representantes que serão os administradores eleitos para representar os cooperados por uma Diretoria ou Conselho de Administração?

6) EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO:

a) De que forma a cooperativa atua na educação de seu associado de forma a desenvolver o cooperativismo entre os membros da cooperativa?

b) Como a cooperativa estabelece a condição aos dirigentes eleitos, e os empregados para que possam efetivamente participar de cursos de formação para a prática cooperativista e para o desenvolvimento de suas atividades?

c) A cooperativa estabelece medidas visando informar o público em geral sobre as vantagens da cooperação, estimulando o ensino do cooperativismo na comunidade e na região em que atua?

7) INTERCOOPERAÇÃO:

a) Como a cooperativa realiza os intercâmbios por meio de parcerias com outras cooperativas, troca de informações, produtos e serviços para atender melhor seus cooperados com o objetivo de fortalecer o movimento cooperativo?

b) Como a cooperativa realiza parcerias com outras cooperativas locais ou regionais visando aumentar o poder de competição frente às empresas mercantis que atuam no mesmo segmento?

c) Quais as estratégias de cooperação que a cooperativa adotada facilitar à empresa o acesso a novos mercados, além do desenvolvimento de novas tecnologias forma conjunta?

8) PREOCUPAÇÃO COM A COMUNIDADE:

a) Como a cooperativa desenvolve os projetos em parceria com a comunidade local com o intuito de proteger o meio ambiente, incentivar a educação, prevenir doenças?

b) Como a cooperativa estabelece parcerias com o poder público e outras organizações cooperativas para implementação de ações que possam contribuir para o desenvolvimento local de forma sustentável da comunidade local?

c) Como os membros da cooperativa discutem e aprovam a inclusão do orçamento anual, recursos para execução de políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade local?

22) Quais foram os impactos da COVID-19 no funcionamento e nos resultados da cooperativa?

23) O que poderia melhorar na cooperativa, na sua opinião?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO: GRUPO 02, COOPERADOS DAS COOPERATIVAS TOCANTINENSES

Esse questionário tem o objetivo de analisar a prática dos princípios cooperativistas nas cooperativas tocantinenses filiadas ao Sistema OCB/TO, até junho de 2022, **na percepção dos cooperados**. Constitui-se como requisito parcial para a conclusão do Curso de Doutorado Em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins-UFT Câmpus de Palmas. Sob a orientação do Professor Dr. Airton Cardoso Cançado.

INFORMAÇÕES DO SUJEITO PARTICIPANTE DA PESQUISA

1) **Qual o sexo** () Masculino () Feminino () Outro:

a) **Faixa etária**

() 20 a 24 anos () de 25 a 29 anos () de 30 a 34 anos () de 35 a 39 anos () de 40 a 44 anos () de 45 a 49 anos () de 50 a 54 anos () 55 a 59 anos () de 60 a 64 anos () de 65 a 69 anos:

b) **Qual a sua escolaridade:**

() Não alfabetizado () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Ensino superior incompleto () Ensino superior completo () Pós graduação.

c) **Tempo de associado na cooperativa:**

() Menos de Um ano () Um ano () De um a dois anos () De dois a três anos () de três a quatro anos () De quatro a cinco anos () Mais de cinco anos.

2) **ADESÃO VOLUNTÁRIA E LIVRE;**

a) Você tem conhecimento das regras que a cooperativa estabelece para a entrada de novos associados? () Sim () Não. **Quais:** _____

b) Você conhece os critérios que a cooperativa adota para negar o pedido de adesão de novos associados? () Sim () Não. **Quais:** _____

c) Você tem conhecimento de como ocorre o processo de saída dos associados da cooperativa? () Sim () Não. **Como ocorre:** _____

3) **GESTÃO DEMOCRÁTICA;**

a) **Você tem conhecimento de** como ocorre o processo de participação ativa e direta de homens e mulheres associados da cooperativa, no estabelecimento de diretrizes políticas e no processo de tomada de decisões do dia a dia? () Sim () Não. **Como ocorre:** _____

b) Você sabe quais as medidas que a cooperativa adota para estimular a participação dos associados nas assembleias para discutir e votar os assuntos de interesse nela tratados? Sim () Não. **Quais:** _____

c) Você tem conhecimento dos canais que a cooperativa dispõe para os associados solicitarem os conselhos pertinentes: administração, fiscal, informações sobre as atividades da cooperativa? () Sim () Não. **Quais:** _____

4) PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DOS SÓCIOS:

a) Você tem conhecimento das medidas que a cooperativa estabelece para os associados contribuir igualmente para o capital da cooperativa e controlá-lo democraticamente? () Sim () Não. **Quais:** _____

b) **Você tem conhecimento** das medidas administrativas que a cooperativa adota visando destinar parte dos rendimentos excedentes para a formação de reservas financeiras para suprir eventuais insucessos no futuro? () Sim () Não. **Quais:** _____

c) Você sabe como a cooperativa divulga saldo em quotas e faz a distribuição das sobras entre os cooperados? () Sim () Não. **Como ocorre:** _____

5) AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA:

a) Você tem conhecimento da forma à cooperativa firma acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, sem perder o controle democrático dos cooperados e a autonomia da cooperativa? () Sim () Não. **Como ocorre:** _____

b) **Você sabe** quais as medidas que a cooperativa adota para garantir a autonomia e o direito dos associados para modificar o estatuto e regimento interno? () Sim () Não. **Quais:** _____

c) Você sabe quais as medidas que a cooperativa adota para garantir a autonomia e o direito dos associados, escolha seus representantes que serão os administradores eleitos para representar os cooperados por uma Diretoria ou Conselho de Administração? () Sim () Não. **Quais:** _____

6) EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO:

a) Você sabe de que forma a cooperativa atua na educação de seu associado de forma a desenvolver o cooperativismo e criar pessoas mais solidárias e participativas? () Sim () Não. **Como ocorre:** _____

b) Você sabe como a cooperativa estabelece a condição aos dirigentes eleitos, e os empregados para que possam efetivamente participar de cursos de formação para a prática cooperativista e para o desenvolvimento de suas atividades? () Sim () Não. **Como ocorre:** _____

c) **Você sabe se** a cooperativa estabelece medidas visando informar o público em geral sobre as vantagens da cooperação, estimulando o ensino do cooperativismo na comunidade e na região em que atua? () Sim () Não. **Como ocorre:** _____

7) INTERCOOPERAÇÃO:

a) Você sabe se a cooperativa realiza os intercâmbios por meio de parcerias com outras cooperativas, troca de informações, produtos e serviços para atender melhor seus cooperados com o objetivo de fortalecer o movimento cooperativo? () Sim () Não. **Como ocorre:** _____

b) Você sabe se a cooperativa realiza parcerias com outras cooperativas locais ou regionais visando aumentar o poder de competição frente às empresas mercantis que atuam no mesmo segmento? () Sim () Não. **Como ocorre:** _____

c) Você sabe quais as estratégias de cooperação que a cooperativa adotada facilitar à empresa o acesso a novos mercados, além do desenvolvimento de novas tecnologias forma conjunta? () Sim () Não. **Quais:** _____

8) PREOCUPAÇÃO COM A COMUNIDADE:

a) Você sabe se a cooperativa desenvolve os projetos em parceria com a comunidade local com o intuito de proteger o meio ambiente, incentivar a educação, prevenir doenças? () Sim () Não. **Como ocorre:** _____

b) Você sabe se a cooperativa estabelece parcerias com o poder público e outras organizações cooperativas para implementação de ações que possam contribuir para o desenvolvimento local de forma sustentável da comunidade local? () Sim () Não.

Como ocorre: _____

c) Você sabe se os membros da cooperativa discutem e aprovam a inclusão do orçamento anual, recursos para execução de políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade local? () Sim () Não. **Como ocorre:** _____

22) O que poderia melhorar na cooperativa, na sua opinião?
